



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luciana Carlos Geroleti

**Mulheres nos bancos:** caminhos da profissionalização e lutas por direitos  
(1960 - 2000)

FLORIANÓPOLIS  
2019

Luciana Carlos Geroleti

**Mulheres nos bancos:** caminhos da profissionalização e lutas por direitos  
(1960 - 2000)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de  
Doutora em História.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva

Florianópolis  
2019

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

GEROLETI, Luciana Carlos

Mulheres no bancos: caminhos da profissionalização e  
lutas por direitos (1960-2000) / Luciana Carlos GEROLETI ;  
orientador, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva, 2019.

279 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Mulheres Bancárias. 3. Moça Bradesco. 4.  
Lutas Sindicais Feministas. 5. Direitos das Mulheres. I.  
Gomes da Silva, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janine . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

Luciana Carlos Geroleti  
**Mulheres nos bancos:** caminhos da profissionalização e lutas por direitos (1960 - 2000)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Marlene de Fáveri, Dr.<sup>a</sup>.  
Universidade do Estado de Santa Catarina/PPGH

Prof.<sup>a</sup> Roselane Neckel, Dr.<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina/PPGH

Prof.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff, Dr.<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina/PPGH

Prof.<sup>a</sup> Joana Maria Pedro, Dr.<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina/PPGH (suplente)

Prof.<sup>a</sup> Nucia Alexandra Silva de Oliveira, Dr.<sup>a</sup>.  
Universidade do Estado de Santa Catarina/PPGH (suplente)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.

---

Prof. Dr. Lucas De Melo Reis Bueno  
Coordenador do Programa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva  
Orientadora

[Florianópolis], [09] de [julho] de [2019].

A todas aquelas e aqueles que acreditam nos direitos das mulheres

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos quatro anos de pesquisa e escrita várias pessoas contribuíram, de alguma maneira, para que a tese chegasse ao seu final. Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva, por ter aceitado ser minha orientadora, pela parceria, pela compreensão do meu tempo e por acreditar na minha pesquisa. Agradeço também à UFSC, por te me proporcionado o curso de Doutorado.

Às componentes da banca de qualificação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene de Fáveri e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselane Neckel, as quais contribuíram imensamente com os rumos da pesquisa. Agradeço os caminhos mostrados, os quais busquei seguir dali em diante. Agradeço a ambas bem como à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff por aceitarem fazer parte da banca de defesa.

Faço um agradecimento especial aos responsáveis pelos arquivos e acervos pesquisados. À Andreia, bibliotecária responsável pelo arquivo histórico do Banco do Brasil no Centro Cultural do Banco do Brasil da cidade do Rio de Janeiro, sempre muito solícita por mostrar as Revistas Desed e o BIP nas duas vezes em que lá estive. Ao Vitor Hugo, da Fundação e Museu Histórico Bradesco, por ter enviado materiais iniciais para a pesquisa das Moças Bradesco. Ao Alexandre Robério, responsável pelo CEDOC do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que, além de recepcionar para pesquisa, deu dicas valiosas sobre novos materiais e acervos. Aos responsáveis pelo arquivo histórico da CUT Brasil, agradeço a acolhida e a disposição. Ao Valter, Adilson e Reginaldo pela ajuda na pesquisa dos materiais na Contraf.

Faço também um agradecimento especial às “personagens” da história que se conta aqui, as ex-bancárias Sandra, Marta e Leonora (pseudônimos), entrevistadas em pesquisa anterior, bem como Suzi Maria de Freitas, Izabel Cristina Marques Silveira, Márcia Souza Silveira, Tadeu Silva e Sandra Maria Martins. Agradeço ao Tadeu pela disposição em indicar as entrevistadas Márcia, Izabel e Suzi. Deixo aqui também meu agradecimento profundo à Sandra Maria Martins pelos documentos da AMUBB que guardou por tanto tempo e que chegaram até mim em momento oportuno. Foi com pesar que fiquei sabendo do seu falecimento após nosso encontro e entrevista. Descanse em paz.

Também agradeço às amigas que o Doutorado proporcionou, especialmente a Lucy Ostetto. Nestes quatro anos, foram muitas discussões, visitas a museus e congressos e, certamente, muitos eventos ainda virão.

À Cris, pela parceria no Seeb Floripa, bem como às parceiras da Marcha Mundial das Mulheres com as quais convivi nos últimos dois anos: Tânia, Marlete, Ivanete e Celina. Em todas as atividades que já fizemos, observo como a luta das mulheres é permanente...

Agradeço às amigas e amigos bancários e sindicalistas, especialmente ao José Carlos da Silva, sempre dispostos a tirar minhas dúvidas sobre a categoria bancária e encontrar referências importantes para a pesquisa.

Agradeço aos meus familiares. À mãe Lorena, que queria seguir os estudos, mas as circunstâncias da vida a impediram. Ao pai Paulo e aos irmãos Rosângela, Rudinei e Elisângela (Lisa). À Lisa, que dividiu comigo as angústias da pesquisa e escrita, acompanhando-me na visita aos acervos, corrigindo a escrita, dando dicas de formatação, entre outras ajudas. Obrigada!

Por fim, agradeço a todos aqueles e aquelas que, mesmo não sendo possível citar aqui, contribuíram de forma direta ou indireta para a tese que aqui apresento.

“Cumpre-lhes recusar os limites de sua situação e procurar abrir para si os caminhos do futuro; [...] não há, para a mulher, outra saída senão a de trabalhar pela sua libertação.”

Simone de Beauvoir (O Segundo Sexo, Vol. II, p. 393)

## RESUMO

Esta tese trata da história de mulheres bancárias num período de grandes transformações no Brasil e, especialmente, no que se refere à profissionalização das mulheres e suas lutas por direitos. Tem como foco mulheres que ingressaram em dois grandes bancos brasileiros - Banco do Brasil e Bradesco - a partir do final da década de 1960, bem como mulheres que, após o ingresso no banco, foram militar no espaço sindical a partir do final da década de 1970, período demarcado como Novo Sindicalismo. O objetivo da tese é discutir a profissionalização das mulheres nos bancos e as lutas que protagonizaram por seus direitos, utilizando o gênero como categoria de análise, a partir das seguintes fontes: a *Revista Desed* e o *BIP* - jornais de circulação interna do Banco do Brasil - documentos e relatórios do Bradesco, entrevistas orais com mulheres bancárias, anúncios publicitários, o jornal sindical *Folha Bancária*, além de outras fontes sindicais e documentos diversos. A tese inicia com a emblemática década de 1960, atingida pelo golpe civil-militar, período em que mudanças na legislação contribuíram para o expressivo ingresso das mulheres das camadas médias no mercado de trabalho. A partir de meados da década 1970, as pressões pela abertura política e o feminismo favorecem a discussão sobre as mulheres, trazendo junto o debate sobre a falta de creches, condições de trabalho e a carreira profissional, debates que estiveram presentes entre as bancárias. No entanto, a partir da segunda metade dessa mesma década, observa-se o projeto das moças no atendimento dos bancos, como a Moça Bradesco, reforçando o padrão conservador feminino. No final da década de 1970, juntamente com o ressurgimento dos trabalhadores na cena política brasileira, as bancárias participaram ativamente das lutas sindicais, denunciando o uso da imagem feminina pelos bancos, a demissão de mulheres grávidas e as condições de trabalho, bem como estiveram à frente da construção de direitos para as mulheres na categoria bancária durante as décadas de 1980 e 1990. Desse modo, a tese apresentada insere-se no campo de estudos da história das mulheres e de gênero, feita a partir da história das bancárias.

**Palavras-chave:** Mulheres Bancárias. Banco do Brasil. Moça Bradesco. Lutas Sindicais Feministas. Direitos das Mulheres.

## ABSTRACT

This thesis covers the history of women bank employees during a period of great transformation in Brazil, and especially regarding to the professionalization of women and their fights for rights. It focuses on women who joined two major Brazilian banks - Banco do Brasil and Bradesco - from the late 1960s onwards, as well as women who after joining the bank, were military in the union space from the end of the 70s onwards, period marked as New Syndicalism. The purpose of the thesis is to discuss the professionalism of women in the banks and the struggles that led to their rights, using gender as a category of analysis, from the following sources: *Desed* Magazine and BIP - internal circulation newspapers of Banco do Brasil - Bradesco's documents and reports, oral interviews with women bank employees, advertisements, the union newspaper *Folha Bancária*, as well as other union trade sources and several documents. The thesis begins with the emblematic 1960s, hit by the civil-military coup, a period in which changes in legislation contributed to the massive entry of middle-class women into the labor market. From the mid-1970s onwards, the pressures for political openness and feminism favored the discussion of women, bringing together the debate about the lack of day-care centers, working conditions and professional career, debates which were present among women bank employees. However, from the second half of the same decade, the project of young women in the service of banks is observed, such as the Bradesco Girl, reinforcing the female conservative pattern, is observed. However, from the second half of the same decade, the project of young women in the service of banks is acknowledged, such as the Bradesco Girl, reinforcing the female conservative pattern, is observed. In the late 1970s, along with the resurgence of workers on the Brazilian political scene, women bank employees actively participated in trade union struggles, denouncing the use of the female image by banks, dismissal of pregnant women and working conditions, as well as being in front of the construction of rights for women in the banking category during the 1980s and 1990s. Thus, this thesis is inserted in the studies field of the history of women and of gender, made from the history of the women bank employees.

**Keywords:** Women bank employees. Banco do Brasil. Bradesco girl. Feminist trade union fights. Women rights.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Charge do Caixa Executivo na <i>Folha Bancária</i> .....	44
Figura 2 – Campanha Publicitária do Banco do Brasil.....	81
Figura 3 – Adesivo da AMUBB.....	114
Figura 4 – Convite do I Encontro AMUBB no <i>BIP</i> .....	114
Figura 5 – Folheto de programação do I Encontro Nacional da Mulher Funcionária do Banco do Brasil.....	116
Figura 6 – Primeiro número do Informativo <i>Expressão Mulher</i> .....	119
Figura 7 – Segundo número do Informativo <i>Expressão Mulher</i> .....	121
Figura 8 – Terceiro número do Informativo <i>Expressão Mulher</i> .....	123
Figura 9 – Sandra Maria Martins no I Encontro da AMUBB.....	129
Figura 10 – Convite reunião de socialização do I Encontro da AMUBB.....	130
Figura 11 – Regulamento Interno Bradesco.....	138
Figura 12 – Moça Bradesco no Relatório Anual do Bradesco 1981.....	140
Figura 13 – Anúncio publicitário Bradesco 1976: É só falar com a Moça do Bradesco.....	143
Figura 14 – Anúncio publicitário Bradesco 1976: Moça do Bradesco Fica.....	146
Figura 15 – Anúncio publicitário Bradesco 1978: É só falar com a Moça.....	148
Figura 16 – Anúncio Publicitário Bradesco 1978: Várias Moças Bradesco.....	149
Figura 17 – Anúncio publicitário Bradesco 1982: “Você tem restituição? Multi-Poupança nela” .....	150
Figura 18 – Moça Bradesco em atendimento em agência na década de 1980.....	160
Figura 19 – Moças Bradesco na década de 1980.....	162
Figura 20 – Moça Bradesco na década de 1980.....	163
Figura 21 – Charge sobre a Moça Bradesco.....	166
Figura 22 – Izabel desfila na primeira etapa do concurso Miss Bancária 1985.....	172
Figura 23 – Izabel recebe o prêmio de Miss Bancária das mãos do jornalista Miro.....	173
Figura 24 – Cartaz do I Encontro da Mulher Bancária 1981.....	196
Figura 25 – Reportagem destaca a luta de Iracema Elizabeth Groth pelo direito de ser mãe.....	209
Figura 26 – <i>Folder</i> Igualdade de Oportunidades Sempre.....	238
Figura 27 – Cartilha Igualdade de Oportunidades.....	240

Figura 28 – Participantes do Seminário “A categoria bancária rumo à construção de relações de mais igualitárias no mundo do trabalho”	241
Figura 29 – Cartilha de prevenção e combate ao Assédio sexual no trabalho	245

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos Bancários Matrizes (M) e Agências (A) por Região 1962-1966.....	38
Tabela 2 – Número de Estabelecimentos Bancários por Região e Banco em 31/11/1966.....	38
Tabela 3 – Expansão do Banco do Brasil 1937-1967.....	39
Tabela 4 – Taxas de Atividade de homens e mulheres no Brasil e em São Paulo - 1970 a 1983.....	87

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI- 1 Ato Institucional Número Um  
AI- 4 Ato Institucional Número Quatro  
AI- 5 Ato Institucional Número Cinco  
AABB Associação Atlética Banco do Brasil  
AMPN Associação da Mulher Profissional e de Negócios  
AMUBB Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil  
ANABB Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil  
BACEN Banco Central do Brasil  
BANESPA Banco do Estado de São Paulo  
BANRISUL Banco do Estado do Rio Grande do Sul  
BB Banco do Brasil  
BESC Banco do Estado de Santa Catarina  
BIP Boletim de Informação ao Pessoal  
BRADESCO Banco Brasileiro de Descontos S.A  
CCBB Centro Cultural Banco do Brasil  
CCT Convenção Coletiva de Trabalho  
CEDOC Centro de Documentação e Memória dos Bancários  
CENTREFOR Centro de Treinamento e Formação Profissional  
CESEC Centro de Serviços e Comunicação  
CGROS Coletivo de Gênero, Raça e Orientação Sexual  
CLT Consolidação das Leis do Trabalho  
CMN Conselho Monetário Nacional  
CNB Confederação Nacional dos Bancários  
CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
CNQMT Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora  
CNMT Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora  
CONTEC Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito  
CONTRAF Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro  
CGT Central Geral dos Trabalhadores  
CUT Central Única dos Trabalhadores  
DEMET Departamento de Mecanização e Telecomunicações  
DESED Departamento de Seleção e Desenvolvimento de pessoal

DF Departamento Feminino  
DNB Departamento Nacional dos Bancários  
FBPF Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
FEBRABAN Federação Brasileira das Associações de Bancos  
FENABAN Federação Nacional dos Bancos  
FIET Federação Internacional dos Empregados, Técnicos e Profissionais  
FUNCI Funcionário  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
OIT Organização Internacional do Trabalho  
ONU Organização das Nações Unidas  
PL Projeto de Lei  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PT Partido dos Trabalhadores  
SEEB Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito  
TV Televisão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 CAPÍTULO 1 ELAS VÊM AÍ: O RETORNO DAS MULHERES AO BANCO DO BRASIL.....</b>	<b>34</b>
1.1 DO DESENVOLVIMENTISMO À REFORMA BANCÁRIA .....	35
1.2 BANCO DO BRASIL: MODERNIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1960.....	40
1.3 A CARREIRA DO BANCO DO BRASIL: UMA QUESTÃO DE CLASSE E GÊNERO.....	52
1.4 O CONCURSO DE 1969: AS MULHERES RETORNAM AO BANCO.....	60
1.5 “ELES MANDAVAM NA GENTE”: MEMÓRIAS DO INGRESSO NO BANCO .....	68
<b>3 CAPÍTULO 2 A CARREIRA DAS MULHERES E A ASSOCIAÇÃO DA MULHER FUNCIONÁRIA DO BANCO DO BRASIL (AMUBB): DISCUSSÕES FEMINISTAS NA DÉCADA DE 1980.....</b>	<b>79</b>
2.1 A CARREIRA NO BANCO: HOMENS E MULHERES DE CORAGEM.....	80
2.2 CRECHES: PAUTA DAS FUNCIONÁRIAS E DO FEMINISMO .....	91
2.3 ASCENSÃO NO BANCO: PALAVRA DE MULHER!.....	96
2.4 A ABERTURA DEMOCRÁTICA E A CRIAÇÃO DA AMUBB .....	105
2.5 A AMUBB: EM BUSCA DE NOVOS TEMPOS PARA AS MULHERES NO BANCO DO BRASIL .....	113
<b>4 CAPÍTULO 3 MOÇA BRADESCO, MOÇA BESC E MISS BANCÁRIA: REFORÇO DOS PADRÕES CONSERVADORES FEMININOS .....</b>	<b>135</b>
3.1 O PROJETO DAS MOÇAS NO ATENDIMENTO DOS BANCOS.....	136
3.2 MOÇA BRADESCO: O USO DA IMAGEM FEMININA.....	142
3.3 MOÇA BRADESCO: SORRISO LEVE, ROTINA DURA.....	165
3.4 IZABEL: MOÇA BRADESCO E MISS BANCÁRIA.....	169
<b>5 CAPÍTULO 4 LUTAS SINDICAIS FEMINISTAS: AS BANCÁRIAS E SUAS DEMANDAS ADENTRAM O ESPAÇO SINDICAL A PARTIR DO NOVO SINDICALISMO.....</b>	<b>176</b>
4.1 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA, O NOVO SINDICALISMO E AS MULHERES .....	177
4.2 A ATUAÇÃO FEMINISTA DO DEPARTAMENTO FEMININO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO.....	183
4.3 CARTAS-DENÚNCIA: PERSEGUIÇÃO ÀS GESTANTES, FALTA DE CRECHES, DISCRIMINAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	202
4.4 DENÚNCIAS CONTRA O “CANTADOR”, O “CONQUISTADOR” E O “GARANHÃO”.....	213
4.5 DAS LUTAS DE BANCÁRIAS ÀS LUTAS BANCÁRIAS .....	219
4.6 A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE AS LUTAS BANCÁRIAS .....	226

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>247</b>
<b>7 ACERVOS E FONTES.....</b>	<b>251</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>257</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX representa um período de rupturas e mudanças no Brasil. No plano político, o golpe civil-militar<sup>1</sup> de 1964 ocasionou o fechamento do processo democrático e sua reabertura vinte e um anos depois. No plano econômico, a política do governo militar, a partir do chamado “milagre econômico”, contribuiu para favorecer um determinado segmento, as camadas médias e as profissões de nível superior, em detrimento de outros segmentos sociais. No plano social, as mulheres despontaram, ingressando nas mais variadas profissões, impulsionadas por mudanças na legislação ocorridas a partir da década de 1960 e pelo feminismo, os quais abririam novos caminhos para as mulheres.

Conforme Claudia Nichnig, as mudanças na legislação brasileira que interferiram nos direitos das mulheres ocorreram de forma lenta e gradual, mas, como as leis também têm sua historicidade, não ocorreram por acaso, sendo fruto de questionamentos e resistência por parte das mulheres (NICHNIG, 2013). Na década de 1960, o feminismo, um dos movimentos sociais mais importantes do século XX, ressurgia no cenário internacional, denominado “segunda onda” feminista,<sup>2</sup> tendo como bandeira de luta o direito ao corpo sob o lema “o pessoal é político”. Já no Brasil, na mesma década, mudanças importantes relacionadas aos direitos das mulheres estavam se concretizando como o Estatuto da Mulher Casada e a Lei 5.473 de 10 de julho de 1968. Em 1962, a Lei 4.121 alterou o Código Civil e dele retirou a incapacidade jurídica das mulheres casadas, as quais passaram a ter equidade para praticar atos da vida civil, embora tenha mantido o homem como o “cabeça do casal” (BRASIL, 1962). Em 1968, a Lei 5.473 derrubou as barreiras que impediam as mulheres de participarem de concursos públicos de admissão, atingindo, sobretudo, as empresas e bancos públicos que ainda proibiam a participação de mulheres em seus concursos, como o mais antigo banco público do país, o Banco do Brasil (BRASIL, 1968).

As mulheres nos bancos: eis o tema geral desta tese. Como mostrou a socióloga Liliana Segnini, a partir da década de 1960, em várias partes do mundo, observa-se o

---

<sup>1</sup> A historiografia brasileira dos últimos anos sobre a ditadura militar tem destacado a participação de civis e militares no golpe de 1964 (DELGADO; FERREIRA, 2013; FICO, 2004; MOTTA; REIS; RIDENTE, 2004).

<sup>2</sup> A história do feminismo costuma ser dividida em duas fases ou ondas. Enquanto a primeira demarca a luta pelos direitos civis, como o direito ao voto; a segunda ressurge na década de 1960. Em linha com os debates propostos por autoras que questionam tal divisão e nomenclatura (HEMMINGS, 2009; PEDRO, 2006) entendo que tal uso pode acarretar uma simplificação da história das lutas feministas.

fenômeno da feminização<sup>3</sup> do trabalho bancário (SEGNINI, 1998). Importante destacar o tipo de profissão de que se fala aqui. As bancárias fazem parte do setor de serviços da economia brasileira, profissão reconhecida desde o início do século XX, com jornada diária de seis horas. No Brasil, pertencem a uma categoria<sup>4</sup> de trabalhadores e trabalhadoras que muito se destacou nas lutas sindicais ao longo do século XX, o que não ocorreu em outros países.<sup>5</sup> Porém, pertencem também a um setor que, a partir da década de 1960, seguindo o rumo do taylorismo e do fordismo, talvez foi aquele que mais tenha promovido mudanças tecnológicas em seus serviços. Inicialmente, mecanizando-os, para em seguida automatizá-los, ou seja, torná-los cada vez mais independentes da mão de obra humana e da necessidade de postos de trabalho.

A década de 1960 é, de fato, emblemática e também demarca a organização do sistema financeiro brasileiro através da Reforma Bancária de 31 de dezembro de 1964. Foi esta Reforma que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil, sendo este último o responsável pela padronização dos bancos, dando impulso à concentração bancária e à modernização do setor bancário após o golpe civil-militar. Enquanto os sindicatos estavam desmobilizados, após serem atingidos pelo governo militar,<sup>6</sup> iniciava-se a modernização e racionalização do setor bancário. Nesse contexto, dois bancos destacaram-se. No lado público, o Banco do Brasil, que, como as fontes indicaram, participou ativamente do processo de modernização tecnológica por meio da compra de sistemas informatizados dos Estados Unidos da América. No lado privado, conforme mostrou a tese de Liliana Segnini, a organização que mais cresceu desde 1964 foi o Banco Brasileiro de Descontos S.A (Bradesco) que se tornou o maior banco privado nacional e o maior empregador privado do Brasil na década de 1980 (SEGNINI, 1988).

---

<sup>3</sup>Embora o termo feminização seja muito utilizado na sociologia do trabalho, entendo que seu uso pode acarretar problemas, já que remete às diferenças biológicas, reforçando-as ao invés de questioná-las. No entanto, mantive no texto, como sugeriu Nicholson (2000), como uma estratégia de análise, pois, segundo a autora, considerar o “feminino” e o “masculino” como pré-existentes à análise não significa aceitar seu sentido binário, nem o naturalizar e sim delimitá-lo para poder questioná-lo.

<sup>4</sup>O termo “categoria” é utilizado no sentido de categoria profissional - conforme definiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seu art. 511, §2, e art. 577 (CLT, 1943) - para referir-se ao conjunto de bancários e bancárias em atividade nos estabelecimentos bancários no país.

<sup>5</sup> Dissertação de Mestrado de Steven Michael Strong, defendida na Unicamp, comparou a organização da categoria bancária no Brasil com a dos Estados Unidos, mostrando que o setor financeiro deste não foi organizado pelo movimento de trabalhadores. Segundo o autor, nos Estados Unidos os bancos nasceram pequenos e com alcance geográfico limitado, diferentemente dos bancos de alcance nacional como possuem o Brasil e a Inglaterra, um dos fatores que teria limitado a ascensão do sindicalismo no setor (STRONG, 2014).

<sup>6</sup> Como se verá no quarto capítulo da tese, o governo militar ordenou a intervenção em mais de quatrocentas entidades sindicais. Na categoria bancária, segundo Letícia Bicalho Canedo, o golpe atingiu os níveis mais baixos da organização, como os sindicatos e federações (CANEDO, 1986).

Dito inicialmente o tema da tese e, como a História produzida a partir da primeira metade do século XX já não persegue mais a objetividade como no século XIX, considerando que a subjetividade do historiador ou da historiadora está colocada em sua escrita – como sublinha Antoine Prost (2014), a história depende de quem a escreve – ressalto que, além de historiadora, atualmente, também sou bancária em um banco público.<sup>7</sup> Destaco que o tema das bancárias me acompanha desde meu Trabalho de Conclusão de Curso e Dissertação de Mestrado. No Trabalho de Conclusão de Curso pesquisei os concursos de *Miss Bancária* e as mulheres no Banco do Estado de Santa Catarina (GEROLETI, 2010). Na Dissertação, dei continuidade ao tema, no qual analisei a história e a experiência das mulheres que trocaram a profissão de professora primária pela profissão bancária nos bancos públicos concluindo que esta mudança estava relacionada não apenas à “profissão de futuro” que um banco público proporcionava, bem como ao fenômeno do massivo ingresso das mulheres de classe média no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 1960 (GEROLETI, 2013).<sup>8</sup>

Visando aprofundar o tema com as mulheres de bancos públicos e de capital privado e pesquisando as mulheres da categoria bancária propriamente dita, nasceu o projeto desta tese intitulado “História das Mulheres nos bancos entre as décadas de 1960 e 1990”, que tinha como objetivo geral investigar a chamada feminização da profissão bancária entre as décadas de 1960 e 1990. Nas primeiras pesquisas após o ingresso no Doutorado, ao reler a Dissertação, percebi que o retorno das mulheres ao Banco do Brasil após Lei 5.473, de 10 de julho de 1968, representava um momento de ruptura, período em que grande parte das mulheres de classe média<sup>9</sup> tinha como projeto de futuro o ensino superior e uma carreira profissional. Portanto, era preciso ir a fundo na história das mulheres no Banco do Brasil. Em seguida, um olhar mais aprofundado sobre a categoria profissional em que as bancárias estão inseridas indicava que deveria analisá-las como pertencentes a uma categoria bem organizada sindicalmente, afinal, como se verá, a categoria bancária iniciou sua organização sindical ainda nas primeiras décadas do século XX. Na primeira consulta às fontes sindicais encontrei a Moça Bradesco, que aparecia nas fontes muito criticada especialmente pelas dirigentes

---

<sup>7</sup>Além de bancária, atualmente exerço o mandato de Secretária de Organização das Trabalhadoras no Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região.

<sup>8</sup>A Dissertação deu origem ao artigo “*De normalistas a bancárias: caminhos da profissionalização das mulheres no Sul do Brasil (1960-1980)*” publicado no Anuario del Instituto de Historia Argentina, vol. 18, n.1, jun. 2018, disponível em: <https://www.anuarioiha.fahce.unlp.edu.ar/article/view/IHAe065/9636>.

<sup>9</sup>A definição de classe média adotada nesta pesquisa relaciona-se aos bens e padrão de consumo aos quais tiveram acesso as classes médias urbanas, como a “dupla carro e apartamento”, propiciada pelas reformas do governo que assume o poder após o golpe de 1964, além de projetos de futuro em comum, como o ensino superior (ALMEIDA; WEIS, 1998).

bancárias que estavam na direção dos sindicatos. Sem dúvidas, esta função generificada<sup>10</sup> indicava a que constrangimentos as mulheres foram submetidas nos bancos. Logo, neste primeiro momento, as fontes foram mostrando que era preciso considerar tanto a permanência no papel desempenhado por mulheres nos bancos - a Moça Bradesco - quanto a ruptura – o retorno das mulheres ao Banco do Brasil e as bancárias nas lutas sindicais a partir do final da década de 1970.

As perguntas, as questões e as fontes levantadas acima deram sentido e direção à tese. Entendendo que os caminhos profissionais percorridos pelas mulheres são permeados por relações e prescrições de gênero e poder, bem como por estratégias de lutas e resistências, esta tese tem como objetivo geral analisar a profissionalização das mulheres nos bancos e as lutas que protagonizaram por seus direitos utilizando o gênero como categoria de análise. Por “profissionalização” estou denominando o processo que vai além da escolarização e da formação profissional, mas, sobretudo, dadas as condições históricas mais favoráveis, da iniciativa das mulheres em seguir uma carreira profissional. Por “lutas” estou compreendendo as iniciativas e mobilizações que as mulheres bancárias tiveram em questionar o que estava estabelecido, desde o trabalho no banco até a militância no espaço sindical.

As fontes utilizadas são periódicos - revista e boletim -, imprensa sindical e fontes orais. Como destacou Tânia de Luca, o uso de periódicos como fonte na História data da década de 1970, quando a própria disciplina renovou seus temas, problemáticas e procedimentos metodológicos (LUCA, 2008). Ainda segundo a autora, a imprensa, como fonte, não interessa apenas pelo seu conteúdo individual, mas por reunir em sua escrita “um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). Inicialmente fui em busca de fontes do Banco do Brasil, encontradas em seu arquivo histórico, localizado no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) da cidade do Rio de Janeiro. Ali encontrei a Revista do Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal (*Revista Desed*) e o Boletim de Informação ao Pessoal (*BIP*). Ambas foram publicações do Banco do Brasil para seus funcionários que circularam entre 1965 e 1992 e mostraram que o retorno das mulheres ao Banco do Brasil pelo concurso realizado em 1969 não se deu sem conflitos, quando o primeiro concurso que voltou a admitir mulheres as colocou no quadro de carreira “Auxiliar” e não diretamente na carreira principal do banco. Para compreender como foi o retorno e o ingresso das primeiras mulheres no Banco do Brasil, utilizei entrevistas orais -

---

<sup>10</sup> Por “função generificada” estou considerando uma função que usa como critério normas e padrões relacionados ao gênero, reforçando o padrão construído histórica e culturalmente como feminino.

realizadas ainda durante a pesquisa do Mestrado - com algumas das primeiras mulheres que prestaram o primeiro concurso para este banco no Estado de Santa Catarina. O uso da *Revista Desed* e do *BIP* tem o intuito também de dar visibilidade a tais fontes, pois percebi que podem ser quase desconhecidos de pesquisadores, haja vista que não encontrei pesquisas históricas que os tenham utilizado. Para análise da carreira das mulheres neste banco e sobre o possível impacto das discussões feministas, fui agraciada por Sandra Maria Martins (*in memoriam*), funcionária do Banco do Brasil por 23 anos, com os documentos de fundação e atuação da Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil (AMUBB).<sup>11</sup> Sandra encontrou-me pela rede mundial de computadores em dezembro de 2017. Antes de descartar os materiais da AMUBB que guardava, ela colocou o termo em sítios de pesquisa da rede mundial de computadores e como resultado obtive minha Dissertação, que destacava: “a AMUBB é pauta certa de futuras pesquisas”. Sandra faleceu em novembro de 2018, portanto não pode ver o resultado final desta tese, desejo expresso durante nosso encontro e entrevista em janeiro de 2018.

Enquanto a AMUBB demonstrava ser um movimento no Banco do Brasil que dialogava com as discussões feministas da década de 1980, em outros bancos, as moças, devidamente uniformizadas, eram a novidade no atendimento aos clientes. No cotidiano do seu trabalho, as bancárias que trabalham diretamente com o público estão sujeitas a uma série de constrangimentos. O contato direto com o público as torna alvos de possível assédio ou de “cantadas” por parte dos clientes. O que dizer, então, se a rotina de trabalho, além do contato com o público, exigia estar bem vestida e bem maquiada, utilizando um “discreto” uniforme de blusa e saia vermelha? Pois era este o cotidiano de uma Moça Bradesco, “personagem” e projeto criado pelo Bradesco através de uma campanha publicitária sobre o Imposto de Renda no ano de 1976 que acabou – não por acaso - permanecendo como uma função exercida por moças neste banco até o final da década de 1980. Tal campanha circulou na grande mídia impressa - jornais e revistas - e nos *outdoors*, dando grande visibilidade às “Moças do Bradesco”. Para análise da Moça Bradesco como campanha publicitária, fui em busca dos referidos anúncios, alguns dos quais estão disponíveis na rede mundial de computadores. Para análise da Moça Bradesco como função no banco, fui em busca de informações com funcionários da área de treinamento do Bradesco, localizados através de Tadeu Silva, que me indicou uma das formadoras do curso de Moça Bradesco, Márcia Souza Silveira. Tadeu também indicou as funcionárias do Bradesco, Suzi Maria de Freitas e Izabel Cristina Marques

---

<sup>11</sup> Após o uso para esta tese, todos os documentos da AMUBB serão doados ao acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil.

da Silveira – já desligada do banco- que haviam exercido a função de Moça Bradesco entre 1984 e 1987 na cidade de Florianópolis. Também tivesse acesso a algumas fotografias de funcionárias na função, cedidas pelo Museu Histórico Bradesco.

Assim, os dois bancos pesquisados foram o Banco do Brasil e o Bradesco. Além da importância do Banco do Brasil e do Bradesco como empregadores, representando as duas maiores instituições financeiras do país entre as décadas de 1960 e 1990, soma-se a isso o fato de terem sido os dois bancos que mais se destacaram desde as mudanças promovidas pela Reforma Bancária. Devido a tais fatos, conclui que os dois bancos são os que podem melhor exemplificar as relações de trabalho e gênero nos bancos no período em estudo.

Ao mesmo tempo em que a Moça Bradesco estava nos *outdoors* e estampava os anúncios das revistas, a categoria bancária, ao lado dos metalúrgicos e dos químicos, tornava-se importante ator do ressurgimento dos trabalhadores na cena política brasileira a partir de 1978, período demarcado como Novo Sindicalismo - uma nova forma de ação sindical que explorou a mobilização existente e se utilizou de estratégias, dentro da lei, para defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Desde fins da década de 1970, diversas categoriais profissionais que contavam com grande número de mulheres participaram ativamente das lutas sindicais. Dentre estas categorias, destacava-se a bancária, que, conforme mostrou a pesquisa pioneira do DIEESE, realizada em 1979, as mulheres representavam 36 % do total de bancários do Estado de São Paulo e eram 41% na região da grande São Paulo. Foi a partir desta cidade, que abriga o centro da categoria bancária no Brasil, que busquei por fontes sindicais que mostrassem a atuação das mulheres, o Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Como facilitador da pesquisa, esse sindicato mantém gestão de seu acervo documental, no qual o seu principal jornal, *Folha Bancária*, encontra-se digitalizado. Esse jornal nasceu em 1924 como *Vida Bancária* juntamente com a criação do sindicato - nesta época chamada de Associação de Funcionários de Bancos de São Paulo – e partir de 1939 passou a chamar-se *Folha Bancária*. Ele circula até os dias atuais e as edições pesquisadas estão disponíveis para consulta em acervo digital.<sup>12</sup> Além desse sindicato, também fui em busca de fontes no arquivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Confederação dos bancários, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF). Nesta, encontrei materiais diversos, como o *CNB Brasil*, informativo da então Confederação Nacional dos Bancários (CNB) entre 1994 e 2000. Como se verá, deste processo, as bancárias

---

<sup>12</sup>As edições estão disponíveis para consulta no CEDOC Digital - Centro de Documentação e Memória dos Bancários, disponível em: <http://spbancarios.com.br/cedoc>.

participaram ativamente: desde a criação do Departamento Feminino no referido sindicato, a promoção de discussão feminista juntamente com os movimentos feministas da cidade de São Paulo, a greve bancária de 1985 à discussão sobre a “questão das mulheres” inaugurada na CUT a partir de 1986. Tal mobilização continuou na década de 1990, quando termo “gênero” e a discussão sobre a Igualdade de Oportunidades - oriunda da convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho - adentrou ao vocabulário da Confederação Nacional da Categoria bancária, resultando no ano 2000 na conquista da cláusula Igualdade de Oportunidades na Convenção Coletiva de Trabalho. Assim foi se consumando o recorte temporal da tese: do ingresso das mulheres nos bancos públicos na década de 1960 até a conquista da cláusula da Igualdade de Oportunidades no ano 2000.

O uso de periódicos de autoria dos próprios trabalhadores, como a imprensa sindical, já é conhecido do meio acadêmico, quando as décadas de 1970 e 1990 viram um grande número de pesquisas sobre a história do movimento operário brasileiro, ao mesmo tempo em que arquivos e centros de documentação eram organizados, dentre os quais o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o arquivo Mário Pedrosa e o do Movimento Operário Brasileiro (LUCA, 2008). Assim, entendo que a principal fonte sindical utilizada na tese, o jornal *Folha Bancária*, faz parte deste conjunto de esforços de preservar documentação sobre a história mais recente da mobilização sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras nas décadas de 1980 e 1990. Muito presentes na imprensa sindical, as charges, cuja utilização como estratégia comunicativa ganhou destaque na imprensa alternativa de oposição à ditadura militar, também passaram a fazer parte da cultura política da imprensa sindical especialmente a partir do Novo Sindicalismo (MIANI, 2016). Como utilizavam o humor e a denúncia, entendo que as charges representam uma fonte importante para análise histórica por sua denúncia das condições de trabalho e, especialmente, das condições das trabalhadoras naquele contexto.

Além das fontes sindicais impressas citadas acima, nos três primeiros capítulos utilizei fontes orais. As entrevistadas são sete mulheres, em sua maioria, brancas,<sup>13</sup> e um homem, pertencentes às camadas médias urbanas, que ingressaram nos bancos públicos a partir do final da década de 1960 e 1970 e nos bancos privados a partir das décadas de 1970 e 1980. Sobre a História Oral não paira mais a desconfiança de outrora, visto sua longa

---

<sup>13</sup> Até 2018, haviam sido realizados dois Censos da Diversidade nos bancos, como se verá no quarto capítulo da tese, uma reivindicação da década de 1990. O I censo, realizado em 2008, mostrou que havia 19,7% de negros (identificados como pretos e pardos) nos bancos, já no II censo, realizado em 2014, este percentual passou para 24,7% (FEBRABAN, 2014).

trajetória. As entrevistas orais, feitas por meio da metodologia da História Oral,<sup>14</sup> iniciaram a partir da década de 1940 quando da disseminação do gravador a fita portátil nos Estados Unidos e Europa. Durante a década de 1960, ocorreu sua fase de maior expansão com a publicação de inúmeros relatos de vida, era a chamada fase da “história oral militante”, utilizada por historiadores para “dar voz” às minorias e construir uma história “vista de baixo”.<sup>15</sup> Nas décadas de 1970 e 1980, quando a História Oral começava a adentrar na chamada fase acadêmica, autores como Alessandro Portelli, linguista e precursor da história oral italiana, enfatizavam o caráter narrativo das fontes orais. Segundo Portelli, não há “falsas” histórias orais e estas contam muito mais sobre significados do que sobre verdades (PORTELLI, 1997). O depoimento oral não pode ser produzido apenas pela vontade do pesquisador, é produzido conjuntamente pelo entrevistador e entrevistado no momento da entrevista, quando o pesquisador age como criador de suas próprias fontes. É por este motivo que, para Portelli, uma espécie de “assinatura pessoal” pode ser conferida ao seu resultado final. É o entrevistador que dá “início ao encontro e cria o espaço narrativo para o narrador – que tem uma história a contar, mas que não a contaria daquela maneira em outro contexto ou a outro destinatário” (PORTELLI, 2010, p. 212).

Mas o trabalho que se propõe a falar de experiências deve tomar certos cuidados, tanto devido à “autoridade da experiência” (seu *status* de verdade) quanto à sua naturalização pela História. Por isso, na análise das entrevistas, considere as colocações de Joan Scott sobre experiência, para qual é preciso historicizar a experiência, ou seja, perceber que são sujeitos e não indivíduos que a possuem e, desse modo, é preciso compreender que se lida com identidades em constante mutação, portanto, faz-se necessário considerá-las na análise histórica (SCOTT, 1998). Para a autora, trabalhar com essa noção de experiência implica, para os historiadores, considerá-la não a origem de nossa explicação, mas o que queremos explicar. Como consequência, essa noção interroga o processo de criação de sujeitos, repensa a história e o papel do historiador, abre novos caminhos para pensar a mudança (SCOTT, 1998).

---

<sup>14</sup> Diante do debate sobre sua definição, se é uma metodologia, uma técnica ou uma disciplina, entendo a história oral como uma metodologia de pesquisa, que consiste na utilização de entrevista semiestruturada, gravada e transcrita.

<sup>15</sup> Sobre a forma como foram utilizados alguns destes relatos recaíram muitas críticas, as quais podem ser conferidas no clássico “a ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2006); na crítica da história oral britânica por Alistair Thomson (THOMSON; HAMILTON; FRISCH; 1994) e na discussão do relato como apenas mais um tipo de fonte histórica por Verena Alberti (ALBERTI, 2008).

História oral e memória estão imbricadas. Emblemático da mudança da relação com o tempo na segunda metade do século XX, o chamado *boom* da memória, fenômeno surgido no pós-Segunda Guerra Mundial com os testemunhos das vítimas do holocausto, foi alastrado para outros países em diferentes contextos políticos. No caso da França, cuja particularidade do regime de memória muito influenciou a produção histórica do ocidente, principalmente o Brasil, passamos da ausência da palavra “memória” na produção histórica, até então, para a sua incansável repetição nos textos de Jacques Le Goff, François Hartog, Pierre Nora, entre outros historiadores franceses pós-década de 1970. Desde então, muitos historiadores teorizaram sobre a relação complexa estabelecida entre História e memória que, embora distintas, estão entrelaçadas, quanto à própria noção do que seja a História como disciplina. Os conceitos sobre a memória também foram sendo reformulados. É preciso entender a noção de memória (coletiva) de Halbwachs (2004) como fruto de seu tempo, num período em que o social suplantava o individual. Pierre Nora afirmara: “memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra” (NORA, 1993, p. 9). Novas discussões mostram que há uma relação muito mais fluida entre memória e História. A memória, mais antiga que a História, não é um veículo da História. Segundo Enzo Travesso (2007), trata-se, hoje, de perceber os jogos, os usos e os usos políticos da memória no tempo presente, como eles constroem discursos, identidades e dependem das relações de forças e poder político.

Conforme já afirmara Michelle Perrot, não há uma especificidade da memória feminina, mas como “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade, o mesmo ocorre com seu modo de rememoração [...]” (PERROT, 1989, p. 15). Para Janine Gomes da Silva, trabalhar com a memória de mulheres traz à tona a perspectiva dos debates sobre uma “memória feminina” (SILVA, 2004). Mas não se trata de uma memória marcada pelo sexo, mas marcada pelas relações de poder que estão presentes nas construções sociais do masculino e do feminino, logo, se as experiências narradas “são entremeadas por papéis considerados ‘masculinos’ ou ‘femininos’, no ato de rememorar, as diferenças destas experiências podem se fazer presentes” (SILVA, 2004, p. 11). Assim, compreendo as narrativas das mulheres como fontes que permitirão um entendimento de suas trajetórias e visões de mundo, ressignificadas pelo presente e por suas experiências de gênero.

A profissionalização das mulheres e suas lutas por direitos é um tema amplo e, também, um tema da História. A perspectiva teórica da tese passa pela história das mulheres e pela categoria de análise gênero. Desenvolvida desde a década de 1970, a história das

mulheres nasceu ligada à política (SCOTT, 1992). Embora entenda que não caiba hoje falar de uma história das mulheres no seu sentido clássico, ou seja, na perspectiva de uma história social, concordando com Scott, entendo que a história das mulheres não deixa de existir quando também se faz uso da categoria gênero, pois política e teoria estão imbricadas. Destaco que embora busque enfatizar o gênero, no sentido de categoria de análise, entendo que, ainda assim, trata-se da história das mulheres.

O gênero, conceito que é originário dos movimentos feministas, de gays e lésbicas a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, possui uma trajetória que acompanha a luta por direitos (PEDRO, 2005). Exerceu impacto no universo acadêmico a partir da década de 1980 influenciando pesquisadores das mais diversas áreas. O famoso artigo de Joan Scott, publicado no Brasil em 1990, que viria a influenciar muitos trabalhos desde então, buscava dar legitimidade ao gênero na Academia, num momento em que historiadores e historiadoras feministas e da história das mulheres ainda se ressentiam por não haver uma categoria de análise, assim como havia “classe”, que lhes desse sustentação teórica. Dessa forma, Scott teorizou sua definição de gênero, cujo “núcleo repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; (2) o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.15). Nesse sentido, o que Scott inovou, então, foi ampliar a noção de gênero e o relacionar à noção de relações de poder, sugerindo seu uso na História como categoria de análise.

Para Linda Nicholson, é preciso estar atenta à essencialização do conceito de gênero, pois este acabou sendo utilizado sob duas perspectivas: em oposição ao sexo e como referência às construções sociais. Ao se opor ao sexo, o gênero descreve o socialmente construído em oposição ao aspecto biológico e, nessa concepção, o gênero compreende o comportamento, e o sexo a natureza. Assim, “[...] por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de ‘sexo’ colaborou com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudanças” (NICHOLSON, 2000, p.10). Por isso, defende a autora que é preciso interpretar o modo como o gênero opera transculturalmente, ou seja, apesar de todas as sociedades ocidentais manterem diferenças entre o masculino e feminino, e muitas delas basearem essa distinção no corpo, é um erro adotar essa posição como única e verdadeira, pois no meio destas distinções há infinitas outras, mais sutis, quase imperceptíveis. São estas diferenças “sutis” que podem ter importantes consequências no sentido de compreender o que é ser homem ou ser mulher. Com base em Scott e Nicholson, cabe, então, usar o gênero como

categoria de análise para questionar como a diferença sexual é produzida, observando como se constroem as noções hierárquicas de masculino e feminino, de homem e de mulher. Conforme concluiu Scott, “[...] se a categoria mulheres deve ser objeto de investigação, então, o gênero [...] constitui-se em um importante instrumento analítico” (SCOTT, 2008, p. 45, tradução nossa).

No Brasil, a produção historiográfica, desde a década de 1980, tem procurado cada vez mais analisar as mulheres nos processos históricos. A pesquisa da historiadora e brasileira June E. Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, publicada em 1981, foi um dos primeiros trabalhos que mostrou a luta das mulheres por seus direitos desde o século XIX (HAHNER, 1981). Cobrindo um período longo e denso, de 1850 até o final da década de 1930, o livro veio preencher uma lacuna nos estudos sobre as mulheres brasileiras até então, fazendo refletir como as mulheres e suas lutas têm história e como, de fato, esta pode tratar-se de uma das mais longas revoluções, como afirmara Juliet Mitchell na década de 1960 (MITCHELL, 2006). Um marco historiográfico importante no Brasil foi a pesquisa de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, publicado em 1984, considerada uma referência no campo de estudos da História das Mulheres e uma influência para muitas outras pesquisas (PEDRO, 2005). Nos anos 1990, surgiu uma grande produção sobre a história das mulheres, buscando lhes dar visibilidade em campos nos quais tradicionalmente não apareciam na História.<sup>16</sup> Nos anos 2000, já não se trata de incluir as mulheres na História ou reparar uma exclusão, mas de reivindicar um novo campo de estudos, a “História das Mulheres e das Relações de Gênero” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 282).

Tema inicial na produção da história das mulheres, o trabalho constitui-se a porta de entrada dos estudos sobre as mulheres na academia brasileira, muito influenciado pelas feministas americanas e europeias, que o colocavam como estratégia possível de emancipação das mulheres (BRUSCHINI, 1994). Neste contexto, quando a academia ainda tinha no marxismo sua maior base teórica, o trabalho feminino nasceu, então, como um problema teórico. Embora a sujeição das mulheres esteja relacionada ao patriarcado,<sup>17</sup> foi a partir do

---

<sup>16</sup> Para uma discussão sobre o campo historiográfico da história das mulheres e gênero destaco o dossiê da *Revista Brasileira de História* do ano de 2007 intitulado História e Gênero (RBH, vol. 27, n.54) e o da *Revista Esboços*, também do ano de 2007, sob o título Relações de Gênero e Escrita da História (ESBOÇOS, vol. 14, n.17).

<sup>17</sup> Conforme escreve Carole Pateman no final da década de 1980, apesar de termo controverso e problemático, o patriarcado – uma forma de poder político - é o único conceito que se refere especificamente à sujeição das mulheres (PATEMAN, 1993). Discutindo as três formas de

capitalismo industrial, que reduziu o significado de trabalho apenas à esfera chamada “produtiva”, deixando em segundo plano qualquer outro tipo de trabalho, como o serviço doméstico, de cuidados, entre diversos outros, que se criou o “problema da mulher trabalhadora” (SCOTT, 1991). Conforme Scott, no século XIX, através dos processos discursivos da economia política, dos legisladores, dos estudos médicos e da prática de contratação por sexo dos empregadores, criou-se o problema da mulher trabalhadora como sendo a separação entre o cuidado com o lar e o trabalho fora de casa (SCOTT, 1991, p. 445).

Uma das primeiras pesquisadoras no Brasil que analisou o “trabalho e as mulheres”, ou “o sexo e a classe” foi Heleieth Saffioti. Em entrevista sobre seu trabalho pioneiro *A mulher na sociedade de classes*, publicado em 1963, Saffioti disse que naquele período havia uma escassez não apenas de trabalhos, mas de teorias sobre o assunto no Brasil (BRANCO; GONÇALVES, 2011). O livro de Saffioti deixava claro naquele momento como a opressão das mulheres no capitalismo as fazia duplamente aprisionadas, nas condições de trabalho e na esfera doméstica. Para ela, a luta de classes só levaria à emancipação se fosse combatida juntamente com a luta contra a opressão feminina (SAFFIOTI, 2013).

Em relação ao “trabalho das mulheres”,<sup>18</sup> é preciso considerar o assalariamento das mulheres em sua historicidade (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986). Nesse sentido, a novidade na década de 1970 não seria a ida das mulheres ao trabalho assalariado, mas “uma relação diferente das mulheres com o trabalho em geral e com o seu trabalho: o trabalho passa a ser um lugar de tomada de consciência mais ampla de uma opressão que não depende apenas de sua vida privada” (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986, p. 15). Em outras palavras, as questões de ordem privada da vida cotidiana, como a articulação entre a vida familiar e a vida profissional, passam a tornar-se questões públicas e coletivas que devem ser tratadas na arena da política e sindical (creches, remuneração, condições de trabalho). Assim, a modificação que as mulheres fazem em seu local de trabalho quando se inserem vai depender da intensidade das suas próprias lutas.

Sobre a história dos bancários e bancárias encontrei pesquisas acadêmicas feitas por sociólogos, sociólogas, historiadores e historiadoras. Destaco que no caso dos trabalhadores bancários, a análise confunde-se com sua atuação sindical, como na dissertação e tese de

---

patriarcado na história (tradicional, clássico e moderno) mostra a autora que é o patriarcado moderno, fraternal e contratual, que estrutura a sociedade civil capitalista (PATEMAN, 1993, p. 45).

<sup>18</sup> Para kartchevsky-Bulport, existe uma diferença entre os termos, “trabalho feminino” e “trabalho das mulheres”. O primeiro carrega os estereótipos de marginal, periférico e inferior, enquanto o segundo pode melhor representar a reivindicação do papel público e político do trabalho na vida das mulheres (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986, p. 20).

Letícia Bicalho Canedo, intituladas, respectivamente, “*O sindicalismo bancário em São Paulo 1923-1944*” e “*Bancários: movimento sindical e participação política*”, que se constituem em importantes manuais de referência na história da categoria bancária - ou dos bancários – já que a tese de Canedo não faz nenhuma referência à participação das bancárias nas lutas sindicais a partir do Novo Sindicalismo (CANEDO, 1978, 1986). Já o livro de Dainis Karepovs, *A história dos bancários: lutas e conquistas*, embora tenha como foco apenas a história do sindicato dos bancários de São Paulo, fornece bom quadro de análise da organização da categoria no Brasil entre 1923 e 1993 (KAREPOVS, 1994).

Da mesma forma, historiadoras e sociólogas dedicaram-se ao estudo das bancárias. No entanto, concernente às bancárias como objeto de estudo na área da História, identifiquei apenas uma tese, de autoria de Aurea Tomates Petersen, intitulada *Trabalhando no banco*, que tratou sobre o ingresso e a carreira das mulheres nos bancos do Estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1920 (PETERSEN, 1999). Na área da sociologia, a pesquisa mais conhecida sobre as bancárias é a da socióloga Liliana Segnini, *Mulheres no Trabalho Bancário*, desenvolvida sob a forma de livre docência, que teve como estudo de caso o extinto Banco do Estado de São Paulo (Banespa) (SEGNINI, 1998). Também na Sociologia, localizei a tese de Eliana Maria dos Santos, *A Construção de relações igualitárias no Trabalho: A experiência sindical bancária*, que buscou mostrar o debate da igualdade de oportunidades no sindicalismo bancário na década de 1990 (SANTOS, 2010). Já no âmbito internacional, destaco a tese de Patrícia Baker, *Banking Transformed: Woman Work and technological change in a Canadian Bank*, defendida na Universidade de Toronto em 1987, que investigou a feminização dos bancos canadenses (BAKER, 1987). Na Argentina, pesquisa também realizada na década de 1980, intitulada “*El empleo de ‘Cuello rosa’ en La Argentina: El caso de um banco estatal*”, mostrou como as mulheres representavam a maioria dos funcionários nos bancos públicos daquele país, apelidado de “emprego de terninho rosa” (FANELLI; GOGNI; JELIN, 1989).

No que se refere ao tema dos movimentos de mulheres e feminismos, fiz uso de dissertações e teses defendidas em vários Programas de Pós-Graduação, bem como de livros. A dissertação de Anette Goldberg, *Feminismo e Autoritarismo*, defendida no final da década de 1980, é referência importante para compreender o surgimento e o contexto brasileiro do feminismo nas décadas de 1960 e 1970 (GOLDBERG, 1987). A tese de Maria Lygia Quartim de Moraes, *Família e Feminismo*, foi de suma importância para entender o contexto do feminismo especificamente na cidade de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980 (MORAES, 1981). Além disso, o livro organizado por Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz

Leite, *Da Guerrilha à Imprensa Feminista*, (TELES; LEITE, 2013), juntamente com a dissertação de Elizabeth P. Cardoso, *Imprensa Alternativa Feminista pós-1974* (CARDOSO, 2004), contribuíram para compreender a produção de jornais feministas de 1975 em diante. Já as obras de Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve História do Feminismo* (TELES, 1993), de Celi Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil*, (PINTO, 2003) e de Maria Lygia Quartim de Moraes, *Mulheres em Movimento* (MORAES, 1985) destacam-se como excelentes “manuais” da história feminista e foram utilizadas em diversas discussões.

Sobre o Novo Sindicalismo no Brasil, algumas obras clássicas foram utilizadas: *O Novo Sindicalismo no Brasil* de Ricardo Antunes (ANTUNES, 1995); a dissertação de Laís Abramo, *O Resgate da Dignidade* (ABRAMO, 1999), o clássico *Quando Novos Personagens entram em cena* de Eder Sader (SADER, 1988) e a pesquisa do historiador Marcelo Bardaró Mattos, *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil* (MATTOS, 2002). Sobre o feminismo e o sindicalismo a partir do Novo Sindicalismo, utilizei como referência a pesquisa de Elizabeth Souza-Lobo sobre as operárias metalúrgicas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SOUZA-LOBO, 1991). Se pudéssemos definir em uma frase este livro, esta seria: no final da década de 1970, o sindicato ainda era visto como palco da “luta dos homens” (SOUZA-LOBO, 1991). Vários outros estudos mostraram as imbricações e influências do feminismo sobre o sindicalismo. Dentre estes, destaco Paola Cappellin em seu artigo *Viver o sindicalismo no feminino* (CAPPELLIN; 1994); o artigo de Maria Berenice Delgado e Vera Soares *O movimento de mulheres na transição democrática brasileira* (DELGADO; SOARES, 1995); a dissertação de Maria Berenice Godinho Delgado sobre *A organização das mulheres na Central Única de Trabalhadores* (DELGADO, 1996), além da já citada tese de Maria Lygia Quartim de Moraes.

Dessa forma, a tese que apresento está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “**Elas vêm aí: o retorno das mulheres ao Banco do Brasil**”, discuto o retorno das mulheres ao Banco do Brasil após 35 anos de proibição. Na primeira parte, discorro sobre o desenvolvimentismo e a questão bancária na década de 1960. No Banco do Brasil, os reflexos da Reforma Bancária e do governo militar deram-se através da modernização e da produtividade, num momento em que o banco ainda não admitia mulheres através de concursos. Em seguida, trato do retorno das mulheres ao banco após a Lei 5473 de 1968, que não se deu sem conflitos, a começar pela carreira em que elas foram enquadradas: Auxiliares de Escrita. Através da *Revista Desed* e do *BIP*, observei que o primeiro concurso que voltava a admitir mulheres teve bastante modificações - inclusive de escolaridade - em relação aos anteriores, mas ainda assim manteve-se como Auxiliar. Por fim, através de

entrevistas orais, discorro sobre as primeiras mulheres que ingressaram no banco a partir deste primeiro concurso.

No segundo capítulo, intitulado “**A carreira das mulheres e a Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil (AMUBB): discussões feministas na década de 1980**”, a questão central é como as ideias feministas, que já circulavam na década de 1980, estiveram presentes entre as bancárias do Banco do Brasil. Esta questão foi levantada quando da análise do *BIP* e da documentação da AMUBB pois percebi que tanto no primeiro, quanto na segunda, as posturas e falas das mulheres representavam ideias feministas, apesar de não se assumirem com tal. Na primeira parte do capítulo trato da carreira das mulheres no banco, quando, pelo *BIP*, percebi que as demandas das mulheres, como creches, comissionamento e discriminação tiveram eco no banco. Na segunda parte do capítulo, trato da AMUBB, que teve atuação breve, porém, intensa. Como se verá, a AMUBB, criada em 1986 e atuante entre os anos 1987 e 1989, mesmo período da mobilização das mulheres em torno da Mulher e Constituinte, tinha objetivos e princípios feministas, embora sempre se colocasse como “feminina”. Na parte final, são analisadas as memórias de Sandra Maria Martins, que, como citado anteriormente, cedeu os documentos da AMUBB para esta pesquisa, bem como concedeu uma instigante entrevista.

O terceiro capítulo, “**Moça Bradesco, Moça Besc e Miss Bancária: reforço de padrões conservadores femininos**”, pretende discutir o projeto das moças no atendimento dos bancos, como a Moça Bradesco e a Moça Besc e, especialmente, o uso da imagem feminina. Na primeira parte do capítulo, trato dos bancos Bradesco e Besc, como esses criaram as moças para o atendimento. Em seguida, através de anúncios publicitários e entrevistas orais, discuto a função de Moça Bradesco – criada a partir de uma campanha publicitária - e como sua imagem feminina era utilizada pelo Bradesco, além de sua dura rotina, cumprida em pé, ao mesmo tempo em que se exigia um sorriso no rosto. Por fim, destaco também a permanência do concurso miss bancária, em 1985, concurso que consagrou uma Moça Bradesco Miss Bancária.

O quarto e último capítulo, “**Lutas sindicais feministas: as bancárias e suas demandas adentram o espaço sindical a partir do Novo Sindicalismo**”, trata da participação das bancárias nas lutas sindicais a partir do Novo Sindicalismo. Nele, através do jornal *Folha Bancária*, analiso a imbricação entre feminismo e sindicalismo, destacando como o feminismo era uma questão atual na cidade de São Paulo na década de 1980. Inicialmente, discorro sobre o Novo Sindicalismo e a organização sindical bancária. Em seguida, analiso a atuação do Departamento Feminino deste Sindicato desde 1979, discutindo

sua ação feminista - e não feminina – que atuou conjuntamente aos movimentos de mulheres e militantes feministas da cidade de São Paulo. Nesse contexto, discuto as inúmeras denúncias trazidas pela *Folha Bancária*: desde a demissão de gestantes, discriminação até denúncias de assédio sexual. Por fim, destaco também como a atuação militante e feminista das bancárias geraram conquistas na década de 1990, como o debate da igualdade de gênero e a conquista pioneira da cláusula Igualdade de Oportunidades na Convenção Coletiva de Trabalho no ano 2000.

Esta tese, ao analisar a profissionalização das mulheres nos bancos, as funções generificadas a que foram submetidas, juntamente com as lutas travadas no local de trabalho ou no sindicato, com as possibilidades e os meios de que dispunham, é um exercício de reflexão sobre como as mulheres construíram seus direitos, transformaram suas vidas e a de outras mulheres ao longo da segunda metade do século XX.

## 2 CAPÍTULO 1 ELAS VÊM AÍ: O RETORNO DAS MULHERES AO BANCO DO BRASIL

Eles e Elas vêm aí  
Nossa família vai aumentar.  
O Banco do Brasil está preparado para receber os novos funcionários,  
selecionados num concurso que reuniu mais de 90.000 candidatos. E a  
grande novidade é que ganhamos também **muitas** colegas. Depois de 35  
anos elas voltam ao banco  
(DESED, 1970, nº 22, contracapa, grifo do autor).

Quatro meses antes da publicação do Ato Institucional Número Cinco (AI- 5),<sup>19</sup> que intensificou a repressão implantada pelo golpe civil-militar de 1964, foi promulgada a Lei 5.473, de 10 de julho de 1968 (BRASIL, 1968). Tal lei proibiu empresas públicas e privadas de continuar recusando a inscrição de mulheres em seus concursos e processos de admissão. O trecho acima, publicado na Revista do Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal (DESED) do Banco do Brasil, anunciava o retorno das mulheres a este banco após a vigência da Lei.

Neste capítulo discorro sobre o retorno das mulheres ao Banco do Brasil, desde 1935 proibidas de participarem dos concursos deste banco. Num primeiro momento, enfoco o processo histórico do desenvolvimentismo e da questão bancária no Brasil na década de 1960, passando pelo golpe civil-militar de 1964, que agilizou a reforma bancária e a modernização tecnológica do Banco do Brasil no período. Em seguida, discorro sobre a carreira do banco e o concurso de 1969. Por fim, trago, como objeto de análise, as memórias das primeiras mulheres que ingressaram neste banco a partir de 1969.

---

<sup>19</sup> O AI-5, o quinto dos dezessete decretos emitidos pelo governo militar, foi baixado em 13 de dezembro de 1968 pelo general Costa e Silva, considerado o mais duro dos decretos. Através dele, o governo militar adquiriu poder de exceção que o autorizou a decretar a intervenção nos estados e municípios, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, cassar mandatos eletivos nas três esferas, em suma, deu poder de exceção para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou considerados como tal (DHBB, 2010).

## 1.1 DO DESENVOLVIMENTISMO À REFORMA BANCÁRIA

Na década de 1930, o desenvolvimentismo deu os primeiros passos para o crescimento dos bancos no Brasil. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, estudioso das ideias de Getúlio Vargas no período anterior a 1930, a primeira experiência histórica de desenvolvimentismo no Brasil foi o governo de Vargas no Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1928. Este governo conseguiu articular as quatro correntes de ideias que permitiram o fenômeno histórico do desenvolvimentismo: nacionalistas, defensores da industrialização, intervencionistas pró-crescimento e o positivismo (FONSECA, 2012). A partir da década de 1930, quando Vargas chegou ao governo federal, o desenvolvimento virou estratégia central, transformado em sinônimo de industrialização e condição para o país se desenvolver.

O governo de Getúlio Vargas também aplicou a política de criar órgãos estatais voltados a setores específicos da economia e de regulação do mercado de trabalho, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado um mês após sua posse. Visando à criação de novas indústrias e expansão das existentes, o crédito foi estimulado com a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). A partir do golpe do Estado Novo, a política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se, como a criação do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) em 1938, do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) em 1942 e em fevereiro de 1945 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), responsável por regular a moeda e a política monetária (FONSECA, 2012). Quando Vargas voltou ao poder em 1951, o Brasil já vivia sob intensos debates desenvolvimentistas, oriundos de influências internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) criada em 1948 pela ONU. Em seu segundo governo, Vargas criou organismos de crédito e financiamento de projetos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Conforme assinalaram Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, a Era Vargas foi marcada por um projeto de país, o nacional-estatismo (DELGADO; FERREIRA, 2007). Segundo Jorge Ferreira, o nacional-estatismo fazia parte de um movimento mundial, que no Brasil adquiriu o nome de trabalhismo. Vários governos posteriores buscaram implantar o desenvolvimentismo, inclusive os militares. Tratava-se, pois, de um conjunto de políticas públicas que surgiu nos anos 1930 e se definiu com maior densidade na década de 1950 e início de 1960 (FERREIRA, 2012).

Após o suicídio de Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek, também marcado pela visão desenvolvimentista, teve como maior realização seu Programa de Metas. Conforme

Maria José Trevisan, o empresariado, através da classe industrial, atuou como sujeito político no governo de JK, cujo projeto político estava centrado na industrialização (TREVISAN, 1986). Mas o esforço desenvolvimentista, aliada à alta participação do capital estrangeiro e à inflação, colocava seu preço sobre a classe operária (TREVISAN, 1986).

O governo de João Goulart foi envolto pelas demandas das esquerdas através das reformas de base, como a reforma fiscal, administrativa, urbana, agrária, universitária, além da Reforma Bancária (FERREIRA, 2008). Mesmo com dificuldades financeiras e difíceis negociações políticas, Goulart deu continuidade ao projeto desenvolvimentista. Tendo apoio das esquerdas, que pediam radicalização, e com dificuldades no campo conservador, a conciliação das diversas forças políticas mostrou-se tarefa cada vez mais difícil. Entre o comício na Central do Brasil em 13 de março de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 31 de março, os conflitos se ampliaram e os conservadores tentariam a todo custo impedir alterações econômicas e sociais, a ponto de, com Goulart ainda em território brasileiro, o presidente da Câmara declarar vago o cargo de Presidente da República (FERREIRA, 2008).

Dentre as reformas de base de João Goulart interessa aqui a Reforma Bancária, que não seria realizada por Jango, mas pelo governo que assumiu o poder após o golpe. Segundo a tese defendida pelo sociólogo Ary Minella, uma reforma bancária já vinha sendo discutida desde meados da década de 1940 e vários projetos antecederam o projeto final da reforma aprovada e sancionada em 31 de dezembro de 1964 através da Lei 4.595 (MINELLA, 1988). Esta lei criou o Conselho Monetário Nacional (CMN),<sup>20</sup> órgão máximo do sistema financeiro e extinguiu a SUMOC, transformando-a em Banco Central, órgão fiscalizador, responsável pela centralização e regulamentação da competição entre os bancos (MINELLA, 1988).<sup>21</sup>

Vários autores afirmam que o golpe civil-militar de 1964 influenciou a aprovação da Reforma Bancária e a modernização do sistema financeiro brasileiro (ACCORSI, 1990;

---

<sup>20</sup>Ao longo de sua existência, a composição do CMN foi alterada. Em 1967, seu colegiado era composto pelo Ministro da Fazenda (presidente), Ministro do Planejamento, Ministro da Indústria e Comércio, Presidente e três Diretores do Banco Central, presidente do Banco do Brasil, presidente do BNDE e dois representantes do setor privado nomeados pelo Presidente da República (GUIMARÃES; RIBEIRO, 1967). Entre 1987 e 1994, passou a contar com um representante da classe trabalhadora e, atualmente, integram o CMN, o Ministro da Fazenda (presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d).

<sup>21</sup> Sobre a criação do Banco Central e sua relação com os governos entre as décadas de 1960 e 1990, ver José Marcos Nayme Novelli, *Instituições, política e ideias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil* (NOVELLI, 2001). Destaco que o Banco Central segue, de sua criação até os dias atuais, sem contar com uma mulher em sua presidência, tendo tido apenas três mulheres diretoras (ano 2000, 2008 e 2018) em sua história (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

CANEDO, 1986; CAVICCHINI, 2007; MINELLA, 1988). Minella mostrou que a reforma bancária aprovada no governo de Castelo Branco teve a participação de parlamentares e banqueiros que apoiaram o golpe de 1964, sendo que o projeto final da reforma aprovado não contemplou emendas ou forças sociais anteriormente engajadas, como os representantes dos trabalhadores, já eliminados do cenário da discussão (MINELLA, 1988).

A Reforma Bancária aprovada expressava os anseios dos bancos, que já haviam iniciado sua organização de classe desde o início da década de 1960, mas ainda eram organizações de caráter estadual ou regional. Minella analisou os Congressos Nacionais dos Bancos ocorridos entre 1960 e 1981 que deram origem à Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) em 1966 e à Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) em 1967. Para o autor, essas duas organizações foram uma resposta à crescente organização da categoria bancária, cuja primeira confederação nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), fora criada em 1959.<sup>22</sup>

A Declaração Final do terceiro congresso dos bancos, realizado em 1962 na cidade de Belo Horizonte, mostra a influência dos bancos no texto final da Reforma Bancária. Neste documento, constavam os princípios de consenso entre os bancos: a criação de um Conselho Monetário Nacional, cuja composição ficaria entre o Estado e os bancos; criação de um Banco Central, com modelo a ser discutido e a manutenção do Banco do Brasil como instituição oficial de crédito. Questão muito discutida durante a reforma bancária, seja nos congressos dos bancos, seja nos projetos de reforma bancária dos parlamentares e entidades, a transformação do Banco do Brasil em Banco Central foi descartada neste terceiro congresso (MINELLA, 1988).<sup>23</sup>

Conforme Minella (1988), os impactos da Reforma Bancária na organização do setor bancário foram a centralização e a concentração bancária. Em 1967, dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda mostravam a distribuição dos bancos, matrizes e agências, nacionais e estrangeiros, no país entre 1962 e 1966, reproduzidas por Guimarães e Ribeiro (1967).<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup>A organização sindical da categoria bancária será discutida no quarto capítulo.

<sup>23</sup>Apesar de descartada, o quadro de funcionários do Banco Central iniciou com funcionários cedidos pelo Banco do Brasil. Tal fato, aliado ao papel similar que o Banco Central veio a assumir, ensejou longa tentativa de equiparação de salários por parte dos funcionários do Banco do Brasil aos do Banco Central, que teve decisão favorável à equiparação pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) no dissídio dos bancários de 1987 (BIP, 24/05/1989, n. especial). No entanto, ainda nos dias atuais, arrastam-se ações diversas em torno do tema.

<sup>24</sup>Publicação desenvolvida pelas autoridades monetárias brasileiras especificamente para a XXI Reunião Anual Conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) realizada em 1967, nos Estados Unidos.

Tabela 1 - Números de estabelecimentos bancários Matrizes (M) e agências (AG) por região 1962-1966

REGIÕES	1962		1964		1965		1966	
	M	AG	M	AG	M	AG	M	AG
Norte	6	67	6	87	7	96	7	106
Nordeste	37	245	38	339	139	382	39	405
Leste	153	1008	144	2140	135	2259	122	2348
Sul	128	3120	131	3529	131	3724	121	3034
Centro-Oeste	8	221	9	294	8	328	8	322
BRASIL	332	5561	328	6389	320	6789	297	7110

Fonte: S.E.E.F. – M.F

Tabela 2 - Números de estabelecimentos bancários por região e banco em 31/11/66

REGIÕES	Total		Bancos Estrang.		Bancos Nacionais							
					Total		Banco do Brasil		Outros		Casas Bancárias	
	M	AG	M	AG	M	AG	M	AG	M	AG	M	AG
Norte	7	106	—	2	7	104	—	18	7	86	—	—
Nordeste	39	405	—	5	39	400	—	92	39	308	—	—
Leste	122	2343	—	13	122	2330	—	209	122	2121	—	—
Sul	121	3934	—	24	121	3910	—	268	116	3642	5	—
Centro-Oeste	8	322	—	2	8	320	1	52	7	268	—	—
BRASIL	297	7110	—	46	297	7064	1	639	45	6425	5	—

Fonte: S.E.E.F. – M.F.

As tabelas mostram um panorama da distribuição dos bancos no Brasil na década de 1960. Analisadas por região, vê-se que as duas regiões mais atendidas por agências e matrizes bancárias eram as regiões Sul e Leste, tendo a região Leste a liderança em número de matrizes de bancos nacionais e estrangeiros e a região Sul a liderança em número de agências desses mesmos bancos.

O número de bancos reduziu no período 1962-1966, passando de 332 bancos para 297. Já o número de agências aumentou, de 5.561 para 7110. O que significa que alguns bancos cresceram em número de agências, enquanto outros foram extintos. Dentre estes bancos, nota-se que o Banco do Brasil possuía 639 agências no país em 1966, número que representa 10% das agências bancárias em atividade no país no período.

A Tabela abaixo mostra a expansão do Banco do Brasil desde a década de 1930.

Tabela 3 - Expansão do Banco do Brasil entre 1937-1967<sup>25</sup>

Ano	Agências	Funcionários
1937	85	3 446
1947	279	10 536
1957	375	21 614
1967	651	42 000

Fonte: Guimarães e Ribeiro (1967)

Analisando a Tabela 3, percebemos que das 1549 novas agências do período 1962-1966 (tabela 1), 276 eram do Banco do Brasil. A expansão do Banco do Brasil tem início com a criação da carteira de crédito agrícola e industrial (1937), duplicando-se entre 1957 e 1967, mais em número de funcionários do que em agências. Em 1965, com a promulgação da Lei do Crédito Rural no país, o Banco do Brasil continuou a ocupar papel de destaque, sendo em muitas regiões o único estabelecimento a conceder crédito a este setor (GUIMARÃES; RIBEIRO, 1967). A visão desenvolvimentista, aliada a esse aumento de serviços, pode explicar o aumento do número de agências e funcionários do Banco do Brasil.

Nas décadas seguintes, o setor bancário passaria por muitas mudanças, chegando a princípios da década de 1980 já com uma estrutura oligopólica.<sup>26</sup> As maiores mudanças

<sup>25</sup> No arquivo histórico do Banco do Brasil, encontrei quatro Almanques do Pessoal (anos de 1973, 1975, 1985, 1996), cujos dados mostram uma ligeira diferença no número de funcionários em comparação aos números da tabela acima: 1937- 3.338; 1947- 9.834; 1957- 20.143 e em 1967 – 41.650 (BANCO DO BRASIL, 1973). Atribuo essa diferença às movimentações de pessoal, como admissões, aposentadorias e exonerações, dados atualizados que somente o banco teria acesso.

<sup>26</sup> Escrevendo em meados da década de 1980, Minella já se referia ao setor bancário como oligopólio, forma evoluída de monopólio, no qual um pequeno grupo de empresas detém o controle do mercado.

aconteceram com a modernização tecnológica, na qual o Banco do Brasil teve grande participação.

## 1.2 BANCO DO BRASIL: MODERNIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1960

Primeira instituição bancária criada no Brasil, em 1808, com a vinda da família real, o Banco do Brasil teve como sede a cidade do Rio de Janeiro, transferindo-se em 1960 para Brasília junto com a nova capital.<sup>27</sup> No entanto, não existiu apenas um único Banco do Brasil, pois foi criado e extinto por cinco vezes, sendo o atual criado pelo decreto 1.455 de 30 de dezembro de 1905 (GUIMARÃES; RIBEIRO, 1967).<sup>28</sup>

Até a criação do Banco Central, o Banco do Brasil, sociedade anônima de economia mista, cujo acionista majoritário é o governo federal, fazia o papel de autoridade monetária juntamente com a SUMOC, sendo um misto de banco comercial e banco dos bancos. Após a Reforma Bancária, permaneceu exercendo duas funções de grande importância. A primeira como agente financeiro do Tesouro Nacional - atuando na arrecadação de tributos, pagamentos e suprimentos relativos ao orçamento, na política de preços mínimos dos produtos agropecuários, na execução serviços dos serviços da dívida pública - a segunda como principal executor dos serviços bancários de interesse do governo federal - recebimento de depósitos das instituições financeiras, na compensação de cheques e outros papéis, nas operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e por conta do Banco Central, na execução da política de comércio exterior e na suplementação da ação da rede bancária no tocante ao crédito rural, industrial, importação e exportação (GUIMARÃES; RIBEIRO, 1967).

A partir de 1965, o Banco do Brasil pode ser acompanhado por uma publicação interna. Em maio desse ano o banco criou o Departamento de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal (DESED), responsável pelo treinamento de pessoal. No quarto trimestre de 1965, o

---

Como analisar a complexidade dos bancos no Brasil foge aos objetivos desta tese, destaco a leitura de Ary Minella (1988; 2005) sobre os banqueiros e os grupos financeiros entre as décadas de 1960 e 1980 e a tese de Carlos Augusto Vidotto (2002) sobre as mudanças no sistema financeiro na década de 1990.

<sup>27</sup> Em 1907 o Banco do Brasil instalou sua sede no histórico prédio da Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Desde 1989, o referido prédio abriga o Centro Cultural Banco do Brasil, instituição cultural que conta com diversas salas de teatro, exposições internacionais, além do arquivo histórico do banco.

<sup>28</sup> A história institucional do Banco do Brasil pode ser conferida nas obras de Afonso Arinos de Melo Franco (1973), volume I, e Cláudio Pacheco (1973), volume II ao IV.

DESED criou a *Revista Desed*, publicação que teve setenta edições trimestrais entre 1965 e 1980, de circulação interna ao banco e distribuída gratuitamente via malote<sup>29</sup> para todos os funcionários.

O tom editorial inaugural da *Revista Desed* mostra um momento de renovação pelo qual passava o Banco do Brasil:

O banco está se renovando, num movimento que tem empolgado o funcionalismo. É uma tarefa necessária para a qual todos os servidores estão convocados, pois qualquer colaboração será útil. Como um dos primeiros reflexos desta nova mentalidade, aqui está a Revista DESED, trazendo assuntos de interesse de forma simples e objetiva, sem a natural frieza de que se revestem as instruções circulares. Ela pretende ligar a Alta Administração aos seus milhares de funcionários espalhados pelas quase 700 agências que possuímos. Com isso adota uma das modernas técnicas da ciência administrativa: a de estabelecer, pelo intercâmbio das ideias, melhores índices de produtividade e de organização do trabalho (DESED, 1965, nº 1, contracapa).

A *Revista*<sup>30</sup> *Desed* foi criada pelo banco para os cerca de 42 mil funcionários com a intenção de ligar a Alta Administração<sup>31</sup> ao seu corpo funcional, e, certamente, contribuiu para a disseminação de visões sobre o banco que, segundo informava, estava se renovando.

Ao longo de sua história bicentenária e conforme a troca de governo, o Banco do Brasil e seus funcionários vivenciaram diferentes momentos de renovação. No entanto, tal momento coincide com o contexto do golpe de Estado de 1964,<sup>32</sup> com o primeiro ano de

<sup>29</sup> O malote – saco de lona lacrado – é o serviço de transporte físico de documentos mais antigo entre as agências e departamentos dos bancos.

<sup>30</sup> As revistas fizeram sucesso no mercado editorial brasileiro desde o início do século XX com as revistas ilustradas ou de variedades, destacando-se na década de 1950 e 1960 a revista *O Cruzeiro*, *Manchete*, as revistas femininas como *Cláudia* e *Querida*, além das recém-criadas *Realidade* e *Veja* (LUCA, 2008). A opção do banco por criar em 1965 uma Revista - e não um jornal ou boletim como criaria em 1978 através do Boletim de Informação ao Pessoal – pode estar relacionada ao sucesso que este tipo de publicação detinha e, certamente, já circulava entre os funcionários.

<sup>31</sup> Entre maio de 1964 e 1967, o Banco do Brasil teve como presidente Luís de Moraes Barros, banqueiro paulista, nomeado pelo ministro da fazenda Otávio Bulhões (DHBB, 2010). Foi substituído por Nestor Jost em março de 1967, que permaneceu como presidente do banco até 1974. Nestor Jost era político do PSD oriundo do RS, diretor de crédito rural do banco desde 1961, que com implantação do bipartidarismo havia se filiado à Arena. Em 1984 foi ministro da agricultura do governo Figueiredo (DHBB, 2010). O quarto número da *Revista Desed* divulgou a biografia dos 12 integrantes da administração do banco a partir de março de 1967: dentre os 11 diretores, 5 não eram da carreira do banco, como Paulo Konder Bornhausen, político de Santa Catarina, e Ivan Macedo Melo, o mais jovem diretor, com 39 anos, político de Pernambuco (DESED, 1967, nº 4).

<sup>32</sup> O golpe de 1964 teve reflexo direto entre os funcionários do Banco do Brasil através do Ato Institucional Número Um (AI-1), baixado em 09 de abril de 1964, uma das primeiras medidas adotadas pela ditadura. Tal decreto deu poderes ao governo militar para cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que

vigência da reforma bancária e véspera do retorno das mulheres ao banco. Conforme mostraram os primeiros quatro números da *Revista Desed*, a renovação se expressou na busca pela modernização tecnológica e pela produtividade dos seus funcionários, ambas traduzidas na “urgência” da mecanização dos serviços do banco.

No primeiro número da revista, nota-se a preocupação do banco em tornar-se uma empresa de crédito moderna. Segundo a reportagem “A mecanização do banco”:

O Banco do Brasil, compreendendo que a mecanização é fator indispensável ao progresso de uma empresa moderna, trata de atualizar seus métodos de trabalho realizando cursos de mecanização para administradores. [...] A partir de outubro de 1965 a responsabilidade de treinamento de pessoal passou para o DESED, que já realizou outros quatro cursos diplomando mais noventa e um administradores que voltam as suas agências com a missão de implantar imediatamente a técnica adquirida. Há uma programação que levará o banco a mecanizar o mais rapidamente possível a execução das tarefas em todos os seus departamentos e agências, visando a colocá-lo entre os mais modernos estabelecimentos de crédito do país. [...] Contando com o pessoal da casa, os cursos de mecanização tem sido programados [...]. Apenas numa oportunidade [...] foi convidado um expositor estranho aos quadros do banco (DESED, 1965, nº 1, p.31).

Conforme o excerto acima, o progresso de uma empresa moderna passava pela mecanização dos seus serviços e por isso a mecanização se constituía em prioridade total para o banco. A informação de que já existia um calendário e uma programação para a implantação da mecanização em todas as tarefas de todos os departamentos do banco mostra a grandeza do projeto de mecanização.<sup>33</sup>

Conforme o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, mecanizar significa prover de máquinas e meios mecânicos (FERREIRA, 2004). Já a palavra mecanização, como fenômeno histórico, remete à Revolução Industrial, em que os serviços manuais e artesanais foram substituídos pela produção das máquinas nas indústrias em larga escala.<sup>34</sup>

---

tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a administração pública (DHBB, 2010). Segundo Dainis Karepovs, esse decreto cassou os direitos políticos de 376 funcionários do Banco do Brasil, além de promover as intervenções nos sindicatos, federações e na própria CONTEC (KAREPOVS, 1994).

<sup>33</sup>A mecanização nas agências, inicialmente feitas pelos administradores, passou a ser feita pela equipe implantadores de automação do Departamento de Mecanização e Telecomunicações (DEMET). Foi atividade ocupada por homens até 1978, já que somente nesta data o *BIP* anunciava três primeiras mulheres implantadoras, noticiada como as três Marias (BIP, 1978, nº 2).

<sup>34</sup>Sobre os protestos e a introdução das máquinas no trabalho no início do século XIX ver George Rudé (RUDÉ, 1991) e E. P. Thompson (THOMPSON, 1987, 1998).

Os bancos, seguindo o rumo das grandes indústrias da primeira metade do século XX, adotaram a mecanização, a automação<sup>35</sup> e a racionalização do trabalho<sup>36</sup> como princípios. Pesquisando a organização do trabalho nos bancos, Salerno e Zamberlan (1983) mostram que os bancos procuraram, inicialmente, padronizar suas rotinas, mecanizando-as, para poderem, em seguida, automatizá-las, ou seja, não depender da mão de obra humana. Conforme mostraram as pesquisas de Liliana Segnini e André Accorsi, a mecanização de alguns serviços nos bancos teve início na década de 1930, intensificando-se na década de 1950, mas seu impacto foi pequeno comparado à difusão do computador que se iniciou na década 1960 (ACCORSI, 1990; SEGNINI, 1998).

Os bancos passaram a disseminar a automação bancária, nome dado à sua própria indústria de tecnologia a partir da década de 1960 (ACCORSI, 1990).<sup>37</sup> O Banco do Brasil participou ativamente do início desse processo, como se observa na nota abaixo:

Nosso diretor superintendente [...] após viagem de estudo à Europa, participou, nos Estados Unidos, do Congresso de Automação dos Serviços Bancários, realizado em Chicago sob o patrocínio da *American Bankers Association*. Ao certame, compareceram também os srs [...] Assistente-técnico da Super e chefe do DEMET, que anteriormente estagiaram, durante seis semanas, no *Chase Manhattan Bank* e no *Banker's Trust*, de Nova Iorque, onde também cumpriram um programa de visitas a firmas norte-americanas dotadas de equipamento moderno (DESED, 1965, nº 1, p.31).<sup>38</sup>

Como se constata, a inspiração para a automação dos serviços no Banco do Brasil, na década de 1960, veio dos Estados Unidos. País símbolo da corrida armamentista e espacial no período, sede da Internacional Business Machines (IBM), maior empresa de automação e fabricação de *software* do mundo, os Estados Unidos já haviam servido de inspiração para a Reforma Bancária brasileira (MINELLA, 1988).

<sup>35</sup> Automação é o termo genérico que se dá a um sistema automático, que controla seu próprio funcionamento, sem a interferência humana (FERREIRA, 2004).

<sup>36</sup> Criada por Frederic Taylor, engenheiro americano, no início do século XX e aperfeiçoada por Henry Ford, a chamada "organização científica" ou "racionalização do trabalho" modificou a relação do operário com o trabalho da fábrica. Sobre a crítica da racionalização do trabalho ver a análise de Simone Weil (BOSI, 1979).

<sup>37</sup> Em 1971, a FEBRABAN criou o Central Nacional de Automação Bancária (CNAB) visando o desenvolvimento do avanço tecnológico no setor bancário (BRANDÃO; VIDIGAL, 2017).

<sup>38</sup> O DEMET foi criado em agosto de 1964 para ser o setor responsável pela mecanização no banco, em substituição ao Setor de Mecanização Geral (SEMEG). O DEMET seguiria em duas etapas o cronograma de mecanização: na etapa A foram mecanizados os depósitos, ordens de pagamento, cobrança e balancetes; na etapa B estavam as agências que, devido ao maior volume de serviços, recebiam mecanização mais completa (DESED, 1966, nº 2).

Mostrando a influência da tecnologia bancária americana no Banco do Brasil, o segundo número da *Revista Desed* anunciava a implantação de um novo sistema de serviços de caixa:

Dando prosseguimento à sua política de modernização, o Banco do Brasil, utilizando a experiência da rede bancária dos Estados Unidos, prepara-se para implantar nos serviços de caixa o Sistema de Atendimento Direto e Integrado - SADI. Inicialmente, para efeito de amostragem, o novo sistema será implantado em três agências metropolitanas do Estado da Guanabara [...]. [...] O Sistema de Atendimento Direto e Integrado será realizado por funcionários especializados, os Caixas-Executivos, que exercerão, ao mesmo tempo, funções de Caixa, Conferente e Grafotécnico (DESED, 1966, nº 2, p. 10).

Este sistema criou a função de caixa-executivo no Banco do Brasil. O SADI era um sistema de serviços de caixa que usava um computador eletrônico, reunia as funções de caixa, conferente e grafotécnico, eliminando assim várias etapas antes feitas por vários funcionários. Sua implantação previa a alteração de *layout* das agências, onde os guichês tradicionais deram lugar a bateria de Caixas e ao seu lado ficaria a plataforma responsável por depósitos judiciais, cheques, abertura e encerramento de contas (DESED, 1966, nº 2).

**Figura 1** – Charge do Caixa Executivo na *Folha Bancária*



**Fonte:** Folha Bancária (out 1978, nº 345)

A charge acima, produzida pelo jornal sindical *Folha Bancária*,<sup>39</sup> denuncia a unificação das funções de caixa (até então responsável pelos pagamentos após a consulta aos saldos), do conferente (responsável pela veracidade do cheque/título) e do grafotécnico (conferente das assinaturas) em uma só, consequência da corrida pela mecanização e símbolo da produtividade nos bancos. “Produtividade” foi termo que apareceu com frequência nas primeiras edições da *Revista Desed*. Assim, o segundo número destacava “a produtividade no Banco do Brasil”, explicando as etapas da mecanização em curso no banco, mas principalmente alertando aos funcionários a serem produtivos, pois o banco era muito importante para o progresso do país (DESED, 1966, nº 2).

A urgência da mecanização fez o banco inaugurar um Centro de Treinamento:

Vinte e três subgerentes participaram, no período de 18-07 a 20-08-66, no IX Curso de Mecanização para Administradores, promovido pelo DESED. Com esse curso, o DESED inaugurou seu Centro de Treinamento, aparelhado para a utilização das mais modernas técnicas de ensino. Compõe-se de cinco salas de aulas, com a capacidade total de 150 alunos, e um auditório para conferência e projeções cinematográficas, com 70 poltronas (DESED, n. 2, 1966, p. 12).

Como se observa, a mecanização passou a direcionar os investimentos e esforços do banco, que resultou na criação da função de caixa-executivo. Embora ainda representada na charge acima pela figura masculina, a criação da função de caixa executivo – que se transformara em um trabalho repetitivo com o auxílio do sistema eletrônico - representou um momento de ruptura na organização do trabalho nos bancos, função que seria muito ocupada pelas mulheres nas décadas seguintes.

Conforme destacam as pesquisas que tratam do trabalho das mulheres nos bancos, um dos fatores que mais contribuiu para o aumento do número de mulheres no setor bancário foram as mudanças tecnológicas (BAKER, 1987; FANELLI, GOGNA, JELIN, 1989; SEGNINI, 1998). Pesquisa realizada no Canadá, em 1987, por Patricia Louise Baker, teve como objetivo analisar o impacto que a implementação da tecnologia causou em mulheres e homens empregados em um banco canadense (BAKER, 1987, p.67). Utilizou como estudo de

---

<sup>39</sup> A *Folha Bancária* é o principal e mais antigo veículo de informação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região. Nasceu em 1924 como *Vida Bancária*, em 1939 passou a chamar-se *Folha Bancária*. Circula até os dias atuais. As edições antigas - desde o primeiro número - estão disponíveis para consulta no CEDOC Digital - Centro de Documentação e Memória dos Bancários através do site <http://spbancarios.com.br/cedoc>.

caso o *Toronto Dominion Bank*<sup>40</sup> entre os anos de 1982 e 1984, realizando entrevistas com homens e mulheres que ocupavam as mais variadas posições no banco, como caixas, gerentes gerais, pessoal do treinamento até um vice-presidente aposentado - tendo ela própria se empregado neste banco na função de caixa por seis meses. A autora verificou que equipamentos automatizados foram introduzidos no banco canadense a partir do final da década de 1950, mas foi durante a década de 1960 que os computadores foram modificando o dia a dia do trabalho bancário, automatizando departamentos inteiros. A partir deste período, cresceu exponencialmente o número de funcionárias nos bancos canadenses: de 37.184 em 1961 para 88.671 em 1975, enquanto o número de homens manteve-se estável, de 30.000 para 34.806 (BAKER, 1987, p. 152). Observou a autora um fenômeno de gênero: na indústria bancária canadense mais de 80% das funções gerenciais eram ocupadas por homens – cargos responsáveis por implementar as novas formas tecnológicas - enquanto mais de 70% das mulheres estavam nos cargos administrativos e de caixa, responsáveis por operar a tecnologia nas agências bancárias (BAKER, 1987).

Na Argentina, pesquisa de Elizabeth Jelin, Mónica Gogna e Ana García de Fanelli constatou que o ingresso das mulheres nos bancos públicos daquele país acontece na década de 1970 por influência de três fatores (FANELLI; GOGNA; JELIN, 1989). O primeiro deles, o salário, quando os bancos privados passaram a remunerar melhor que os bancos públicos dada a concorrência de mercado naquele contexto; o segundo, as mudanças tecnológicas, quando destaca o crescimento o setor de sistemas – automação – de dados; o terceiro pela própria participação das mulheres no mercado de trabalho, que crescia naquele momento (FANELLI; GOGNA; JELIN, 1989).

No Brasil, Segnini (1998) também destacou o papel das mudanças tecnológicas no aumento do número de trabalhadoras no setor bancário, ocasionadas pela gradual introdução da automatização dos serviços (SEGNINI, 1998). Pesquisando o extinto Banco do Estado de São Paulo (Banespa), a autora observou que se em 1968 elas apenas ingressavam no banco - mesmo ano em que este banco iniciou sua informatização - em 1993 já representavam 46% dos empregados (SEGNINI, 1998, p.111). Destaca a autora que o setor bancário brasileiro se modernizou tecnologicamente a partir da 1960, no contexto em que inicia a automação de vários serviços bancários. Se até então, as mulheres exerciam nos bancos as funções auxiliares, como telefonistas, datilógrafas, ascensoristas, entre outras, a partir de então

---

<sup>40</sup>Fundado em 1955, através da fusão do *Bank of Toronto* e do *The Dominion Bank*, o *Toronto Dominion Bank* é conhecido como *TD Bank Group*. É atualmente o maior banco do Canadá e um dos maiores do mundo, possuindo mais de 80 mil funcionários vinculados ao grupo, conforme informações disponíveis em: <https://jobs.td.com/en/>.

concentram-se também nas novas funções modificadas pela informatização, como a função de caixa (SEGNINI, 1998).

Mas a relação entre a mudança tecnológica e a mão de obra das mulheres, além de ser um fenômeno em escala global, não se aplica apenas aos bancos, representando um fenômeno histórico que modificou o próprio trabalho ao longo do século XX. Conforme o sociólogo Charles Mills (1969), foram os bancos e as companhias de seguros os grandes responsáveis por introduzirem as chamadas “máquinas de escritório”, principalmente a máquina de escrever, no final do século XIX, que passaram a ser amplamente utilizadas a partir da década de 1920. Ainda segundo o autor, foi a Segunda Guerra Mundial que deu impulso a essa tecnologia, pois devido ao aumento das exigências governamentais em relação aos serviços, reduziu-se o mercado de trabalho e tornou-se difícil conseguir pessoal para o arquivamento; logo, a solução encontrada foi a mecanização dos serviços (MILLS, 1969).

Conforme Alice Rangel de Paiva Abreu, se na década de 1960 prevalecia a ideia de que as novas tecnologias, por eliminarem os trabalhos pesados e sujos, possibilitariam a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, esta ideia ruiu nas décadas seguintes (ABREU, 1993). Segundo a autora, com o passar das duas décadas seguintes, quando, apesar dos setores automatizarem-se, seja na indústria – com a siderurgia, o vidro e o químico – seja no automobilístico ou metal-mecânico, a mão de obra feminina continuou concentrada nos serviços de menor importância, não retirando a exclusivamente masculina. Por outro lado, na indústria gráfica, que a tecnologia criou postos de trabalho menos qualificados, estes foram ocupados por mulheres (ABREU, 1993).

Já na Europa, segundo Rose-Marie Lagrave (1991), as mulheres pouco escolarizadas serviram à lógica racionalizada do trabalho, introduzida pelo taylorismo, que distinguia cada vez mais os empregos qualificados dos empregos não qualificados. Segundo a mesma autora, tratava-se de rentabilizar as qualidades femininas “naturais”, como a habilidade com as mãos, gestos técnicos espontâneos que não necessitassem de aprendizagem. As duras condições de trabalho das fábricas faziam com que as mães das classes trabalhadoras desejassem que suas filhas se tornassem trabalhadoras de “colarinho branco”, sonho de ascensão, tanto das jovens filhas de operários quanto das jovens da pequena e média burguesia, as quais desejavam melhorar sua posição social. A estratégia utilizada pelas jovens para atingir tal ascensão foi a escolarização, as quais, segundo Lagrave (1991), seriam estimuladas e orientadas a formar-se nas carreiras ditas femininas, como professoras primárias e enfermeiras. Já a maioria daquelas que encerravam os estudos no nível secundário, devido à nova burocracia criada pelo Estado, destinaram-se ao setor de serviços, como os bancos, as companhias de seguros e o

funcionalismo público. Neste setor, eram os bancos e as seguradoras que mais empregavam a mão de obra das mulheres, que chegavam a ocupar 50% das vagas. Entre as décadas de 1920 e 1940, os homens seriam convidados a se retirar de alguns empregos, como os de escritórios e o trabalho de bibliotecário. Era a noção de emprego reservado às mulheres que começava a se impor (LAGRAVE, 1991). Começava, assim, na Europa, a longa marcha das mulheres rumo ao trabalho em escritórios, função que mais abarcou a mão de obra feminina ao longo do século XX.

Charles Mills explica em detalhes as funções e a hierarquia do trabalho das mulheres nos escritórios americanos nas primeiras décadas do século XX:

A hierarquia-padrão da mulher no escritório formou-se em torno da máquina de escrever da seguinte maneira: 1) a secretária particular, assistente confidencial de alguém [...] ela cuida de seus compromissos, de seu programa de trabalho diário, e de seu talão de cheques; em suma, pode ser chamada de esposa do escritório. Se a função do chefe permite, ela pode ter estenógrafas e datilógrafas sob suas ordens. 2) A estenógrafa é uma datilógrafa que também toma ditados. 3) A datilógrafa trabalha apenas com a máquina: como sua tarefa é apenas copiar, suas características importantes são a rapidez e a perfeição (MILLS, 1969, p.225).

Pela descrição do autor, pode-se perceber que exercer a função de secretária representava ocupar o topo da hierarquia nos escritórios, já as demais funções, como estenógrafas e datilógrafas, segundo Mills (1969):

Estas moças da horda comum deviam chamar as Secretárias de “Senhorita”, não obstante as insolências triviais que usavam entre si. Estavam divididas por disputas de facção. Deviam ser limpas e rápidas, além disso, tinham tanta importância nas grandes decisões das políticas dos escritórios quanto rãs no lago de um hotel de veraneio. Entre os diversos tipos de empregadas deste gênero estavam a mulher de 50 ou 60 anos, de cabelos brancos e mãos finas... solteironas ou viúvas, para quem a vida se resumia numa escrivania. E também as jovens de 22 anos começando a mostrar um ar de cansaço; as mulheres de 28 começando a apresentar uma aparência ressequida e magra; as mulheres de 35 anos numa sólida imagem de solteironas e viúvas de busto forte... É desse gênero de escritório que surgiu o estereótipo do mundo do escritório e seus habitantes, particularmente da moça de colarinho branco (MILLS, 1969, p. 217).

Segundo Perrot (2005, p. 195), foi a profissão de secretária, juntamente com o trabalho em escritório, o setor que mais absorveu a mão de obra feminina a partir da década de 1960 em várias partes do mundo pois foi sob a aparência feminina da “graciosa datilógrafa” que avançou o proletariado dos tempos modernos. O desejo de ascensão das

mães, ao ver suas filhas como funcionárias de colarinho branco estaria realizado? Conforme Perrot (2005), a “graciosidade” da datilógrafa estava em trabalhar sem perder sua feminilidade, já que o trabalho como operária não resistia a ela.

Após a mecanização em larga escala, o trabalho bancário virou, necessariamente, um trabalho de escritório. Se até a década de 1950, caracterizou-se pela tramitação de papéis, serviços contábeis ou de contas correntes, passando pela digitação à máquina, após a “revolução tecnológica” da década de 1960 as mudanças acentuaram-se. Dessa forma, o trabalho das mulheres nos bancos insere-se na vasta gama de ocupações criadas a partir da primeira metade do século XX que seriam ocupadas por mulheres, tais como secretárias, datilógrafas, telefonistas – no Banco do Brasil, estas representavam funções da carreira de apoio, conforme será visto no próximo tópico. Todas essas atividades caracterizavam-se pela escolarização – ao menos em nível de ginásio ou secundário – boa aparência, bom atendimento ao público, afora outras virtudes ditas “femininas”, como a habilidade com as mãos, e que fossem ao menos “limpas e rápidas”, virtudes que se relacionam à qualificação.

Alice Rangel de Paiva Abreu destaca a qualificação como outro fator importante na análise da mudança tecnológica e gênero (ABREU, 1993). Para ela, a qualificação é uma construção social e histórica que perpassa a relação profunda das mulheres e dos homens com a tecnologia.<sup>41</sup> No que toca ao trabalho bancário, Segnini (1998) também afirma que há uma relação direta entre qualificação e feminização, quando as qualificações que passaram a ser exigidas dos trabalhadores bancários, o trabalho ligado à digitação de dados, contribuiu para tornar os bancos um tipo adequado de trabalho às mulheres. Conforme Segnini (1998), a qualificação está ligada ao domínio do ofício, isto é, a combinação de conhecimentos materiais e de processos com as habilidades manuais exigidas por determinado ramo de produção. No trabalho bancário, o “ofício” era uma combinação de conhecimento contábil com o domínio de rotinas e serviços. Com a substituição dos serviços e registros manuais pela mecanização, o *métier* da profissão foi desaparecendo. Diante disso, Segnini (1998) concluiu que o ofício de bancário foi um saber e um privilégio masculinos, pois no período em que a profissão era considerada prestigiosa e valorizada socialmente, somente os homens, com raras exceções, a exerceram. Por isso, conclui a autora que as mulheres só se inserem de maneira

---

<sup>41</sup> Para ver mais sobre a relação entre gênero e a introdução das tecnologias no trabalho, destaco o livro de Cinthia Cockburn, *Brothers. Dominance and Technological Change*, publicado em 1983, cujo capítulo oito foi traduzido e publicado no Brasil no n. 10 dos *Cadernos Pagu*. Neste capítulo, a autora mostra como a partir da introdução da tecnologia na indústria de jornais da Inglaterra, até então um trabalho qualificado e dominado pelos homens, estes passaram a retirar-se pois não consideravam mais um trabalho de homem, sendo absorvido pelas mulheres (COCKBURN, 1998).

expressiva nos bancos quando estes passam a requerer uma qualificação tradicionalmente vista como feminina, o trabalho repetitivo ligado à digitação de dados (SEGNINI, 1998).

Se a mecanização dos serviços no Banco do Brasil ia “de vento em popa”, o segundo número da *Revista Desed* também noticiava a renovação do sistema financeiro pelo governo daquele momento:

Desde que se iniciaram no país os debates acerca de reformulação do sistema financeiro atual [...] Superada aquela fase, restou como ponto central institucionalizar a posição do Banco do Brasil como Banco Central de tipo misto ou criar um organismo novo, independente, em moldes ortodoxos [...] Quando o atual governo resolveu, dentro da linha de renovação que se traçou, enfrentar decisivamente o problema, esses aspectos foram devidamente considerados, recaindo a preferência das autoridades pela segunda opção (DESED, 1966, nº 2, p. 13).

Elogiando a linha de renovação do atual governo e, mais ainda, destacando sua atuação decisiva na aprovação da Reforma Bancária, observa-se como o banco, através da *Revista Desed*, estava alinhado ao governo. Conforme Carlos Fico, os pilares básicos da ditadura militar brasileira foram a espionagem, a polícia política, a censura e a propaganda (FICO, 2013). Estudioso da censura, Fico destaca como as diversas censuras estiveram presentes em diferentes momentos da história do Brasil. Desde os primeiros anos da ditadura, embora intensificada após o AI-5, a censura se estabeleceu, não apenas na imprensa, mas também nas atividades artísticas, culturais, cinema, teatro, televisão, entre outros (FICO, 2004). Maria Lygia Quartim de Moraes, estudante da Universidade de São Paulo no contexto do golpe de 1964, recorda como a grande imprensa aderiu imediatamente ao governo. Segundo ela, as marcas do governo militar foram a violência, moralismo, intimidação e a subserviência (MORAES, 2004). Esta última marca parece ter surtido efeito rapidamente no banco. Ao destacar que sua aprovação dependeu da “valentia” do governo recém instalado, a *Revista Desed* reforça o entendimento de como se dava a relação do banco - de alinhamento - com o governo militar.

O quarto número da *Revista Desed* informa aos funcionários a criação de uma diretoria do pessoal, deixando claro como a Alta Administração do banco estava empenhada em implementar os planos governamentais:

A política do Governo Federal está orientada para uma filosofia humanista da política econômica, que permita utilizar todos os meios e recursos no sentido de promover maior produção de riqueza e sua maior distribuição. A posição particular do Banco do Brasil como agente financeiro do Governo exige que a Superior Administração dirija os destinos da casa de sorte a apoiar, dentro de seu campo de atuação, a implementação dos planos

governamentais. Uma das maneiras pelas quais pode o Banco do Brasil colaborar na aceleração do processo econômico do País é, sem dúvida, buscando meios de melhorar a produtividade, seja pelo aumento puro e simples das aplicações, seja pela redução dos custos operacionais, seja com as duas providências simultaneamente. [...]. Ao criar uma Diretoria do Pessoal, a Superior Administração procura atribuir a devida importância aos problemas do funcionalismo, evidentemente dos mais complexos, ante a existência de um quadro de 42 mil servidores, com uma inquietante taxa de crescimento vegetativo. [...] Todo esse conjunto de efeitos [...] consubstanciará a política de pessoal, genérica e duradoura, como convém, e que só começa a ter forma definida, quando o grupo passa a contar, como doravante, com alguém especializado [...] um Diretor do Pessoal (DESED, 1967, nº 4, p.13).

A demonstração de preocupação com o problema do funcionalismo, ressaltando que é “dos mais complexos”, dado seu tamanho, expressaria também uma preocupação do governo. Já o novo chamado à produtividade dos funcionários reforça a ideia de que ser produtivo é contribuir com a aceleração do processo econômico do país.

Se até o momento a *Revista Desed* destacava a produtividade e a mecanização, o quarto número destacou como o banco entrou na “era dos computadores”:

Há pouco mais de dois anos, o Banco do Brasil entrou na era dos computadores. Tendo em vista a correção do trabalho mecânico [...] e a rapidez da computação eletrônica [...] pode-se avaliar o seu papel no aumento da produtividade no BB. O computador imprime 132 caracteres por linha e 600 linhas por minuto, num total de 79.200 caracteres por minuto. O Banco exige, na prova de datilografia de seus concursos, 900 toques em seis minutos (150 por minuto). Logo, em números redondos seriam necessários 528 funcionários – excelentes datilógrafos – para fazer um serviço que o computador faz, no mesmo tempo. [...] No Rio de Janeiro, o banco tem três computadores [...]. Em São Paulo, está instalado um computador francês [...]. No momento, os quatro computadores do banco têm ampla atividade. A cada dia, novas tarefas lhes são entregues (DESED, 1967, nº 4, p. 4).

Como se observa, a mecanização, a produtividade e a racionalização do trabalho adentraram no Banco do Brasil de forma rápida e irreversível na década de 1960, intensificada pela difusão dos computadores. A pesquisa de Accorsi (1990) mostrou que a década de 1960 marcou o início da difusão dos computadores no Brasil através de importação de sistemas produzidos por empresas americanas, o que vem de encontro à situação do Banco do Brasil, no qual, dos quatro computadores do banco citados, apenas um era francês, os outros três eram IBM.

A análise dos primeiros números da *Revista Desed* mostrou que o Banco do Brasil, entre 1965 e 1967, teve papel importante no impulso de modernização tecnológica do setor bancário brasileiro. Como também concluiu a pesquisa de Accorsi, o sucesso da “era dos

computadores” nos bancos não foi um processo natural, mas esteve acompanhada de uma política governamental para viabilizá-la através dos bancos públicos (ACCORSI, 1990). Como se vê, o Banco do Brasil, principal banco do governo federal, esteve à frente desse processo.

### 1.3 A CARREIRA DO BANCO DO BRASIL: UMA QUESTÃO DE CLASSE E GÊNERO

Através da *Revista Desed* e do Boletim de Informação ao Pessoal (BIP),<sup>42</sup> verifica-se que, entre fins da década de 1960 até meados da década de 1980, o banco possuía três carreiras: administrativa, técnico-científica e apoio. A carreira técnico-científica restringia-se aos profissionais de nível superior, como médicos e engenheiros. A carreira administrativa era a carreira principal, composta pelos níveis básico, médio e superior, sendo o nível básico o cargo de escriturário e o nível médio aquele exigido para cargos em comissão. Já a carreira de apoio era composta por telefonistas, auxiliar de mecanografia, ascensoristas, sonografistas, entre outras atividades de apoio.<sup>43</sup>

Nas páginas da *Revista Desed*, até 1969, observo que as mulheres aparecem apenas nas funções da carreira de apoio: sonografistas, telefonistas, secretárias. O número onze destacou o treinamento das sonografistas (DESED, 1969, nº 11). O número seguinte mostrou o curso de atualização das telefonistas (DESED, 1969, nº 12) e o próximo número destacou as secretárias (DESED, 1969, nº 13). Os homens, por sua vez, são destaque no curso de caixa-executivo e no curso de mecanização para administradores. Na reportagem “Os onze mil do Desed” (DESED, 1970, nº 17) a lista com os nomes dos funcionários dos treinados não deixa dúvidas do lugar das mulheres no banco neste período.

Mas este lugar das mulheres no banco havia sido diferente nas décadas de 1920 e 1930. Publicação oficial do Banco do Brasil mostra que nas décadas de 1920 e 1930 as mulheres eram admitidas na carreira principal do banco (PROFI, 2010). Nesta publicação,

---

<sup>42</sup>O BIP foi criado em abril de 1978, também editado pelo Desed, visando “ser mais um canal de comunicação para dinamizar ainda mais o relacionamento da Administração com o funcionalismo” (BIP nº 1º, abril de 1978, 1ª quinzenal). Por dois anos a *Revista Desed* e o BIP conviveram, sendo a Revista interrompida após a edição nº 70, em 1980. O BIP possuía distribuição interna e quinzenal, passando a ser semanal a partir do nº 183 de 04/10/1985. Teve 445 edições entre abril de 1978 e julho de 1992.

<sup>43</sup>Em 1971 o banco iniciou a contratação de jovens-aprendizes. Tudo indica relacionar o ingresso destes ao retorno das mulheres. Sobre esta relação, a *Revista Desed* não deixa dúvidas ao afirmar que “após a polêmica admissão de elementos do sexo feminino em seus quadros, o banco cria agora oportunidades para jovens estudantes” (DESED, 1971, nº 27, p. 32). Os jovens estudantes em pouco tempo tornar-se-iam uma referência no banco, apelidados de “menores”. Em 1978, totalizavam 6.515 jovens-aprendizes (BIP, 1979, nº 36).

Emma Berg Medeiros, admitida em 1924, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, é considerada, pelo banco, a primeira escriturária. No entanto, encontrei indícios de que a primeira funcionária do Banco do Brasil pode ter sido Odette Braga Furtado,<sup>44</sup> admitida em 1923 no Espírito Santo, conhecida como ilustre cidadã capixaba, como indica a nota no jornal *O Paiz*:<sup>45</sup>

A intellectualidade feminina no Espírito Santo  
É totalmente errônea a noção de que somente nas capitais e grandes cidades se encontram expoentes femininos de valor intelectual. [...] Em nosso meio vive a senhorita Odette Furtado, outra capixaba, que além de cursar com maior distinção a Faculdade de Direito desta capital e de ter sido o primeiro elemento feminino que ingressou para o Banco do Brasil, pode reivindicar o direito de ter sido a primeira mulher brasileira que ocupou o cargo de oficial de gabinete de um presidência estadual. [...] (O PAIZ, ano XLIV, n. 15.804, 27 jan. 1928, p.5, grifo nosso).

Em 1933, Vênus Caldeira de Andrada e Stella Varela também ingressaram no banco como escriturárias, após serem aprovadas em concurso realizado no ano de 1933.<sup>46</sup> Em consulta ao Almanaque do Pessoal do banco, outros nomes de funcionárias aparecerem nos anos de 1930 até 1934 (BANCO DO BRASIL, 1973). Ressalta-se que este contexto das três primeiras décadas do século XX foi um período de grande movimentação das mulheres brasileiras. Como destacou Celi Pinto, neste período, as mulheres mantiveram o que chamou de “uma movimentação feminista”, seja através do feminismo “bem-comportado” – expresso pelas representantes e membras da elite e classes altas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)<sup>47</sup> e sua líder Bertha Lutz – pelo feminismo “malcomportado” das

<sup>44</sup>Tive contato com a história de Odette Braga Furtado através da apresentação de Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz e Fernando Rodrigo Santos no simpósio *Profesiones de Mujeres* das *XIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres* realizado em Buenos Aires em julho de 2017, na qual os apresentadores tratavam da história de mulheres nas primeiras décadas do século XX. Os apresentadores pesquisaram nos jornais, disponibilizando-me alguns números. A data de ingresso no banco, 1923, foi sugerida por ambos, conforme indicavam suas pesquisas até então. Odette Braga Furtado (1899- ?) nasceu em Vitória/ES, formou-se no curso normal e atuou como professora primária em Vitória até 1921. Naquele ano pediu licença da função de professora (DIÁRIO DA MANHÃ, ano XV, n. 304, 16 ag. 1921), em 1923 teria ingressado no Banco do Brasil e em 1924 ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1928 (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 abr. 1929). Em 1956 atingiu o máximo posto da carreira do BB (CORREIO DA MANHÃ, 03 ag. 1956).

<sup>45</sup> O jornal *O Paiz* foi criado no Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1884 por João José dos Reis Júnior e durou até 18 de novembro de 1934. Jornal conservador, foi um dos maiores formadores de opinião na política e sociedade brasileira, sendo seu primeiro redator-chefe Rui Barbosa. O jornal está digitalizado no acervo digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>.

<sup>46</sup> Disserto sobre a trajetória de Dona Vênus como funcionária do Banco do Brasil em minha Dissertação de Mestrado, na qual a considero “uma bancária de classe” (GEROLETI, 2013).

<sup>47</sup>A FBPF foi criada por Bertha Lutz em 1922, após sua visita aos Estados Unidos, como filial da Aliança Sufragista Feminina Internacional. A FBPF transformara-se numa organização nacional de

anarquistas, operárias, intelectuais de esquerda, escritoras e jornalistas que também reivindicavam direitos para as mulheres (PINTO, 2003).

Tal movimentação, certamente, foi uma das razões para a maior participação das mulheres nas funções públicas e no mercado de trabalho no período. As pesquisas das historiadoras brasilianistas June H. Hahner e Susan K. Besse mostram o quanto as mulheres de classes altas estavam se destacando nas funções públicas desde a primeira década do século XX (BESSE, 1999; HAHNER, 2003). Além das mulheres das classes médias e altas que se empregavam nas repartições do governo ou nas empresas particulares, Hahner destacou o feito de Maria José de Castro Rebelo Mendes, que em 1917 havia conquistado o primeiro lugar em concurso do Ministério das Relações Exteriores. Embora o concurso fosse para candidatos do sexo masculino, ela obteve uma autorização legal para concorrer, havendo o juiz proferido decisão favorável “porque nem a Constituição, nem o Código Civil continham qualquer dispositivo que impedisse as mulheres de participar de concursos públicos (HAHNER, 2003, p. 282-283).

Mas, se por um lado as mulheres trilhavam os caminhos no serviço público e nas demais ocupações e estavam se mobilizando para obter os direitos políticos através da luta pelo sufrágio e por direitos trabalhistas,<sup>48</sup> Susan K. Besse mostrou que, após a Primeira Guerra Mundial até a década de 1930 houve um intenso debate na imprensa, entre escritores, políticos e médicos especialistas sobre a redefinição do que a autora chamou de “papéis de gênero” na sociedade brasileira (BESSE, 1999). Segundo a autora, a preocupação central era com a crise da família, justificada pela maior participação das mulheres, principalmente das camadas médias e altas, na esfera pública, como consumidoras, nas escolas, nas profissões antes restritas a elas e nas organizações feministas. Durante as décadas de 1920 e 1930, os intelectuais e profissionais urbanos lutaram por regenerar a família e elevá-la à instituição primordial e essencial da sociedade, promotora da modernização econômica, preservando a ordem social. Esse era o caminho do progresso segundo os reformistas urbanos, e nesse processo as mulheres ocupavam o centro, cujos papéis essenciais eram o de esposa e mãe. Desse modo, o governo de Getúlio Vargas, que assume em 1930, acaba juntando sua

---

intensa atividade pelo direito ao voto especialmente nas décadas de 1920 e 1930, extinguindo-se em 1986. Sobre a FBPF ver Hahner (2003) e Soihet (2006).

<sup>48</sup> Importante destacar que a proibição da diferença de salário para um mesmo trabalho em função do sexo foi incluída pela primeira vez na Constituição de 1934, conforme Art. 121, § 1º, a, “proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil” (BRASIL, 1934). Sobre como a movimentação das mulheres nas três primeiras décadas do século XX influenciaram na conquista dos direitos trabalhistas da década de 1930 ver a tese de Gláucia Fraccaro (FRACCARO, 2016).

estratégia de centralização política e seu programa de modernização com o interesse público em abarcar esferas, antes consideradas privadas, como a família, ajudando a exercer o controle do governo sobre as massas urbanas. Assim, os profissionais e autoridades políticas insistiam na família como a base da sociedade e da organização política (BESSE, 1999).

Neste contexto de discussão pública e política sobre as mulheres, em 1935, o Banco do Brasil proibiu a participação das mulheres em seus concursos para escriturário.<sup>49</sup> Nem as fontes consultadas, nem a publicação oficial do banco indicaram o motivo, nem se esta proibição partiu diretamente do banco, o que faz relacionar tal proibição com o contexto de discussão pública sobre o “lugar” das mulheres, bem como com o golpe do Estado Novo. Hahner destacou uma nítida diferença entre as Constituições de 1934 - promulgada - e a Constituição de 1937 – outorgada<sup>50</sup> - no que se refere aos direitos das mulheres: enquanto a primeira colocou a expressão “todos são iguais perante a lei sem distinção de sexo”, a segunda, outorgada por Getúlio Vargas em 1937, retirou a referência ao sexo (HAHNER, 2003). A autora mostra que depois de 1937 o governo “retirou as mulheres do serviço consular e as excluiu de vários postos do serviço público” (HAHNER, 2003, p. 362). Entre estes postos, destacou que o Ministério das Relações Exteriores excluiu a participação das mulheres a partir de 1938 (HAHNER, 2003). Em 1942 destacou proibição semelhante no Ministério das Finanças, quando foi proibido às mulheres ocupar postos de fiscalização. Em outros setores, como a polícia, algumas mulheres ousaram ingressar alegando a Constituição, que ainda mantinha a cláusula que abria os cargos públicos a todos os brasileiros (HAHNER, 2003).<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Também discorro sobre esta proibição na Dissertação (GEROLETI, 2013).

<sup>50</sup> Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, no Brasil, existem as constituições promulgadas e as outorgadas. As promulgadas, nomeadas por ele de populares ou democráticas, “originam-se de um órgão constituinte composto de representantes do povo, eleitos para o fim de as elaborar e estabelecer, como são exemplos as Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946 e 1988. Outorgadas são as elaboradas e estabelecidas sem a participação do povo, aquelas que o governante por si ou por interposta pessoa ou instituição, outorga, impõe, concede ao povo, como foram as Constituições brasileiras de 1824, 1937, 1967 e 1969.” (SILVA, 2012 p. 41).

<sup>51</sup> Embora a Constituição de 1937 tenha mantido a cláusula, o acesso aos cargos públicos também perdeu a referência a “sexo” nesta Constituição. Enquanto o art. 168 da Constituição de 1934 trouxe “os cargos *publicos* são *accessíveis* a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, observadas as condições que a lei estatuir” (BRASIL, 1934), na Constituição de 1937 o artigo ficou assim escrito “Art. 122 [...] 3) os cargos *publicos* são igualmente *accessíveis* a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade *prescriptas* nas leis e regulamentos” (BRASIL, 1937). A Constituição de 1937 também retirou o artigo da proibição da diferença de salário para um mesmo trabalho (BRASIL, 1937). Aliás, a palavra “sexo” só aparece uma vez na Constituição de 1937, no artigo que trata do voto: “Art. 117. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito annos, que se alistarem na fôrma da lei” (BRASIL, 1937).

Maria Candida Delgado Reis pesquisou a educação e as mulheres na cidade de São Paulo nas três primeiras décadas da República. Analisando, entre outras fontes, os discursos do então ministro da educação Gustavo Capanema, observou como o Estado Novo projetava as mulheres de volta à família e ao lar (REIS, 1993). A pesquisa de Susan K. Besse também relacionou o contexto político repressivo vivido pelo Brasil às vésperas do golpe do Estado Novo com o momento de proibição de mulheres de participarem de concursos nos Ministérios da Guerra, da Marinha, das Relações Exteriores e do Banco do Brasil (BESSE, 1999).<sup>52</sup> Ressalte-se que esses órgãos em que estava sendo proibido o ingresso das mulheres representavam, à época, a alta burocracia do Estado brasileiro, o que leva a compreender que se tratava de uma barreira imposta às mulheres, as quais, quando dadas as condições de participarem e concorrerem em igualdade com os homens por melhores empregos, assim o fizeram. Dessa forma, as proibições, supõe a autora, teriam sido a tentativa de barrar esse processo, garantindo mais oportunidades aos homens (BESSE, 1999). Com a proibição, a carreira do banco tornava-se um “lugar proibido” para as mulheres. Neste contexto, o Banco do Brasil, como representante do Estado, certamente pretendia colocar as mulheres nos lugares historicamente reservados a elas. Como bem assinalou Michelle Perrot em *Mulheres Públicas*, os “lugares de mulheres” são proibidos e reservados. Na Paris do século XIX, os lugares proibidos para elas eram o político, o mundo das leis e o intelectual, já os reservados eram as lavanderias, o comércio, os salões de chá (PERROT, 1998).

No seu sexto número, a *Revista Desed* destacou a história dos concursos do banco através da reportagem “Com os olhos no futuro da seleção”. Com base nessa reportagem, analiso a trajetória dos concursos públicos deste banco, bem como a criação do concurso de Auxiliar de Escrita. A reportagem inicia destacando o pioneirismo dos concursos do banco:

No Banco do Brasil, muito antes da obrigatoriedade, já era norma escolher os melhores. [...] Há cinquenta anos, em 1917, o banco realizava seu primeiro concurso público para selecionar dentre os 596 inscritos, os 237 que foram aprovados. [...] Entre os concursos tradicionais, o Banco do Brasil é dos mais conceituados, seja pela lisura com que é conduzido, seja pelo que exige dos candidatos (DESED, 1967, nº 6, p.31).

Experiência, lisura e exigência justificavam a tradição dos concursos. Em relação à exigência, a reportagem diz que a obrigatoriedade da realização de concurso público no Brasil

---

<sup>52</sup> Susan K. Besse cita a proibição das mulheres no Banco do Brasil com base na pesquisa de Mary M. Cannon, *Woman In Brazil Today*, publicada em 1943 e a de June E Hahner, *Emancipating the Female Sex*, publicada em 1990. Mas na pesquisa de Hahner, cujo livro foi traduzido no Brasil, não consta a informação da proibição no Banco do Brasil, já a pesquisa de Cannon não obtive acesso.

veio com Constituição Federal de 1946. No entanto, como visto anteriormente, o concurso público, como forma de ingresso no serviço público, esteve presente no ordenamento jurídico brasileiro desde a Constituição de 1934 (BRASIL, 1934). Mas a Constituição de 1946, trouxe no título VIII que, além dos cargos públicos serem acessíveis a todos os brasileiros, a primeira investidura no cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-ia mediante concurso (BRASIL, 1946). Por isso, muitos juristas consideram que a Constituição de 1946 constitui-se num marco, pois permitiu que a lei estabelecesse exigência de concurso tanto para o poder público federal quanto para Estados e Municípios (TOURINHO, 2008).

A reportagem segue destacando que o banco tinha conhecimento das queixas dos candidatos quanto ao excesso de matérias em seus concursos:

Queixam-se às vezes os recrutados do excesso de matéria. Que diriam eles se o BB voltasse ao tempo em que as provas eram escritas e orais? Até 1941, fazia-se provas de Noções de Direito Civil e Comercial e de Noções de Estatística. Sem falar na Datilografia, que exigia 1200 toques em cinco minutos (DESED, 1967, nº 6, p. 31).

Já como fatores positivos dos concursos, a reportagem destacava o caráter democrático e sua amplitude social:

Outros aspectos – estes os mais positivos – são o caráter democrático e amplitude social dos concursos do BB. Para candidatar-se até o presente não precisou de diploma; o critério de seleção é verdadeiramente o do mérito. No campo social, em algumas áreas do país, o Banco representa uma das únicas possibilidades de bom salário para a juventude que estuda, dada a precariedade do mercado profissional da região (DESED, 1967, nº 6, p.31-32).

A reportagem não informa se o concurso de 1917 foi aberto às mulheres, também não encontrei indícios de que tenha sido aberto a candidatos de ambos os sexos. Quanto à democracia dos concursos, esta deve ser lida com muitas ressalvas, pois, na prática, a democracia do concurso esbarrava numa clara questão de gênero, já que seu público-alvo na data da reportagem – e desde a proibição das mulheres em 1935 discutida anteriormente – eram homens ou homens jovens que estudassem, excluindo, assim, a maioria da população.<sup>53</sup> Quanto à amplitude social esbarrava numa questão de classe. Passar no concurso requeria não só muito preparo e estudo, ter cursado uma boa escola, bem como dispor de recursos

---

<sup>53</sup> Conforme mostra o anuário estatístico de 1973, o Brasil possuía 93 milhões de habitantes, sendo metade, 46 milhões, mulheres (IBGE, 1973).

financeiros para a preparação. Embora a reportagem destacasse sua regionalização, realmente, como um atrativo do banco dada a escassez de empregos de algumas regiões do país, as vagas abertas nestas regiões não atingiriam certas classes da população brasileira.

Estudos já mostraram que a distribuição de renda no país piorou nas décadas de 1960 e 1970, crescendo a desigualdade. Conforme os economistas Luiz Carlos Delorme e Fábio Earp, entre os fatores geradores da desigualdade de renda no período destaca-se a educação, ou seja, o nível de escolaridade ocupou um destaque especial, já que com o estrondoso crescimento econômico entre os anos do chamado “milagre” econômico - 1967 e 1973 - a demanda por mão de obra qualificada e escolarizada crescia acima das demais. Assim, os “tecnocratas” do governo beneficiaram as classes alta e média da sociedade quem tinham acesso à educação superior, melhoraram seu nível de vida, bem como lhes concederam cargos públicos criados com a modernização econômica do Estado (EARP; PRADO, 2013). Segundo Mello e Novais (1998), a industrialização e a urbanização crescentes da sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 fizeram com que o funcionário público das carreiras médias tivesse seu salário achatado. Com a modernização da sociedade brasileira no período, chamado de “capitalismo tardio” pelos autores, cresceu a demanda por profissões especializadas para atender as empresas públicas e privadas, bem como a alta administração do Estado. Dessa forma, ocupações que não exigiam qualificação ou formação no ensino superior passaram por defasagens salariais (MELLO; NOVAIS, 1998).

A reportagem da *Revista Desed* destacou ainda o grande número de candidatos inscritos nos concursos externos do banco. O recorde, até então, pertencia ao concurso realizado em 1965 nos três Estados do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais: 52.500 inscritos e 4.170 selecionados (DESED, nº 6, 1967). Conforme alerta Antoine Prost aos historiadores e historiadoras, uma informação exata é frequentemente falsa (PROST, 2014). No entanto, não encontrei registro de concurso semelhante no período, o que torna difícil a crítica, por comparação, dos dados trazidos pela reportagem.

Apesar do sucesso de público, a reportagem afirma que o banco estava insatisfeito com o resultado pois:

O que sempre acontecia era a seleção jamais corresponder às necessidades reais do banco. Isto levou a instituir o quadro de auxiliares. As exigências são menores para o ingresso nele. Constitui em verdade uma escala onde o jovem que quer fazer carreira adquire maior experiência. A quase totalidade habilita-se, depois, nos concursos para o cargo de escriturário (DESED, 1967, nº 6, p.32, grifo nosso).

A reportagem não informa a data exata em que foi instituído o quadro de auxiliares. Porém, supõe-se, pela expressão “a quase totalidade habilita-se, depois”, que no ano de 1967 o quadro de auxiliares já havia sido criado. Também não diz se o concurso de 1965 foi para o cargo de escriturário ou para o quadro de auxiliar de escrita. Cabe ressaltar especificamente o tipo de candidato que o concurso do quadro de auxiliares visava atrair: o jovem sem experiência que queria fazer carreira no banco.

Quanto à mudança na forma da prova e no conteúdo exigido, a reportagem destacou que reformular os meios seletivos era importante porque

[...] Não há mais justificativa para os que vinham sendo utilizados. Quando uma empresa que não possui treinamento precisa de pessoal, procura o já habilitado, pois tem de buscar o homem pronto para lançá-lo em ação imediatamente. Esta seleção nem sempre é a melhor porque o profissional já feito já chega adaptado a outras funções em outras empresas. Por outro lado, no caso do banco [...] o profissional não é selecionado para o desempenho de uma única tarefa, ele está diante de uma carreira que poderá levá-lo aos altos escalões. Com a criação do Desed, o banco destinou-se à resolução de treinar seu funcionalismo. Com isso assumiu a responsabilidade de, ao recrutar e selecionar os futuros funcionários, encontrar aqueles que estejam não só em condições de entrar imediatamente em atividade, e no ponto de receber o treinamento que os vai adequar às funções iniciais da carreira, mas possuem também potencialidade para galgar os postos mais importantes, em perfeita harmonia com suas aptidões. Adotando o treinamento formal, o banco mostra-se consciente dos processos dinâmicos da empresa moderna. Por isso mesmo recorre a maneiras novas de encontrar o trabalhador ideal para os atuais objetivos. O treinamento ideal não é o que pretende apenas corrigir deficiências profissionais, ele tem de começar antes da seleção, no momento em que se pensa em recrutar. O tipo de concurso que se tornou tradicional caducou: O Banco tem hoje uma filosofia de treinamento que se volta para o futuro (DESED, 1967, nº 6, p.32, grifo nosso).

Como se lê no trecho acima, a mudança na forma de seleção dos concursos ocorreu porque estes deveriam selecionar o “homem pronto”, pois no banco não se era selecionando para uma única tarefa, mas para uma carreira, e nesta havia aqueles que precisavam estar prontos para assumir postos mais importantes. Nota-se que a reportagem acima não informa se os concursos do quadro de auxiliar modificaram também a exigência de escolaridade. Assim, neste período em que apenas “homens jovens sem experiência” eram o público alvo do concurso do quadro de auxiliares, este em nada modificou sua exigência de escolaridade. Já a partir do concurso de Auxiliar de Escrita nº 111, realizado em 27/04/1969, primeiro concurso que voltava a permitir a inscrição de mulheres, como se verá, houve modificação na exigência de escolaridade e no conteúdo das provas do concurso.

#### 1.4 O CONCURSO DE 1969: AS MULHERES RETORNAM AO BANCO

O concurso de 1969, após a Lei 5.473 de 1968, deve ser analisado sob a ótica do ressurgimento das ideias feministas na década de 1960, marco da chamada Segunda Onda feminista, período em que, no Brasil, o feminismo ainda era inexistente como movimento, mas a atuação das mulheres pressionava por mudanças. Nesse contexto de ditadura militar, a abertura dos concursos às mulheres também pode ser lida sob a ótica da “aliança” entre classe média e o Estado brasileiro, uma das marcas do governo militar.

Conforme Anette Goldberg, a particularidade da sociedade brasileira que vivia sob a égide da ditadura militar limitou as possibilidades de surgimento de um movimento de liberação das mulheres<sup>54</sup> aos moldes do que vinha acontecendo na Europa e nos Estados Unidos (GOLDBERG, 1987). Mas foi durante a década de 1960 que foram aprovadas importantes mudanças na legislação no tocante às mulheres. Uma destas mudanças foi o Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962 através da Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, após longo trâmite legislativo. O anteprojeto fora encaminhado 12 anos antes pela advogada Romy Medeiros da Fonseca.<sup>55</sup> Em 1952, o então deputado Nelson Carneiro<sup>56</sup> apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1804, de 1952, que seria aprovado somente dez anos mais tarde (BRASIL, 1952). A Lei alterou o Código Civil de 1916<sup>57</sup> em mais de 10 artigos, entre eles o Artigo 6º, que tratava da incapacidade civil da mulher casada, e o Artigo 242, que

---

<sup>54</sup>A autora usa o termo “movimento de liberação das mulheres” para diferenciar do termo “movimentos feministas”, os quais denominou “velhos feminismos do passado” que buscavam igualdade e emancipação. Segundo ela, o que havia de novo neste movimento de liberação das mulheres eram as noções de gênero, patriarcado e autonomia, as quais levariam à liberação: término de todas as relações autoritárias e as práticas opressoras na vida pública e privada das mulheres (GOLDBERG, 1987, p.19).

<sup>55</sup>Membra da alta sociedade, Romy Medeiros, tinha trânsito entre os governos, incluindo o governo militar, sendo uma das advogadas mais atuantes por reformas na condição jurídica das mulheres, reforma que já vinha sendo pensada desde a década de 1930 com a então Deputada Federal Bertha Lutz. A este respeito ver Marques e Melo (2008).

<sup>56</sup>Advogado nascido na Bahia, Nelson Carneiro (1910-1996) iniciou sua longa trajetória política em 1947 com seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Embora seja lembrado como autor da Lei do Divórcio, aprovado em 1977, sua iniciativa em favor da reforma dos direitos civis vem desde a década de 1950 (DHBB, 2010).

<sup>57</sup> O Código Civil brasileiro de 1916, inspirado no código napoleônico, deixou a mulher claramente limitada na esfera da atuação jurídica, pois não podia exercer uma série de atos sem a autorização marital (BRASIL, 1916). No capítulo “Das pessoas naturais”, o artigo 6º previa que a mulher casada não possuía capacidade jurídica, considerada relativamente incapaz, comparada aos menores de idade, aos pródigos e aos silvícolas. O artigo 233 do capítulo “dos direitos e deveres do marido” deixava claro que “o marido é o chefe da sociedade conjugal”. Já no capítulo “dos direitos e deveres da mulher”, o artigo 242 evidenciava a submissão da esposa ao marido ao enunciar oito atos que “a mulher não pode, sem autorização do marido”, entre eles “exercer a profissão” (BRASIL, 1916).

proibia a mulher de exercer profissão sem autorização do marido. No entanto, ainda manteve o homem como chefe da sociedade conjugal e responsável pela administração dos bens comuns, motivo pelos quais esta lei pode ser considerada uma modernização conservadora no que toca aos direitos das mulheres (MARQUES; MELO, 2008).<sup>58</sup>

Em 1968, outra lei de fundamental importância no que se refere à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres foi certamente a Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968, sancionada pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, que estabelecia em seu Artigo 1º:

São nulas as disposições e providências que, direta ou indiretamente, criem discriminações entre brasileiros de ambos os sexos, para o provimento de cargos sujeitos a seleção, assim nas empresas privadas, como nos quadros de funcionalismo público federal, estadual ou municipal, do serviço autárquico, de sociedade de economia mista e de empresas concessionárias de serviço público (BRASIL, 1968).

A referida lei é oriunda do Projeto de Lei nº 3.232, de 1965, apresentado também pelo deputado Nelson Carneiro ao Congresso Nacional em agosto de 1965 (BRASIL, 1965). A justificativa do autor do projeto baseava-se na ideia de igualdade e do direito de acesso ao trabalho digno, previstos na Constituição. Carneiro argumentava que não poderia continuar existindo no Brasil, à sombra da Carta Magna, “restrições aos brasileiros por motivo de sexo”. Ressaltava também a posição das mulheres já alcançada no período, as quais, com seu esforço e capacidade, conquistaram o direito de competir com o homem em busca de independência econômica, cultural e social, direitos esses que os povos mais civilizados não lhes negavam. Por fim, questionava como pôde o Brasil, primeiro país sul-americano a conceder direito de voto às mulheres, além de não permitir que se pagasse salário inferior à mulher pelo mesmo serviço prestado, ainda consentir que fossem feitas restrições ao trabalho das mulheres e seu projeto poria fim a esta odiosa e injusta discriminação (BRASIL, 1965).

Importante considerar nesse contexto de aprovação da Lei 5.473 a Constituição de 1967 e as legislações internacionais. Elaborada pelo Congresso Nacional, cujo poder constituinte foi instituído por meio do Ato Institucional Número Quatro,<sup>59</sup> a Constituição de 1967 trouxe, além da proibição da diferença de salários por sexo, pela primeira vez a

---

<sup>58</sup>Sobre esta análise, bem como o trâmite legislativo das inúmeras propostas que viriam a se tornar a Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, ver o texto das autoras Teresa Cristina de Novaes Marques e Hildete Pereira de Melo (MARQUES; MELO, 2008).

<sup>59</sup>O AI-4 foi baixado por Castelo Branco em 07 de dezembro de 1966, convocando o Congresso em sessão extraordinária de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para discutir, votar e promulgar uma nova Constituição. Mas, sem que fosse considerada a maior parte das emendas propostas pelo Congresso, foi promulgada a nova Constituição em 24 de janeiro de 1967 (DHBB, 2010).

expressão “critérios de admissões” por motivo de sexo e também incluiu a “cor” ficando assim descrito o Art. 168, inciso III: “proibição de diferença de salários e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil” (BRASIL, 1967).<sup>60</sup> O Brasil também havia acatado legislações internacionais - que conforme estabelecia a Constituição de 1946 só tinham validade no Brasil se aprovadas pelo legislativo (BRASIL, 1946) - sobre a discriminação das mulheres trazidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>61</sup> e pela Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>62</sup> Em 1963, o Brasil havia ratificado a Convenção da ONU de 1953 sobre os direitos políticos da mulher, que trouxe em seu art. 3: “as mulheres terão, em condições de igualdade, o mesmo direito que os homens de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas em virtude da legislação nacional, sem nenhuma restrição” (BRASIL, 1953). Em janeiro de 1968, através do Decreto 62.150, o governo brasileiro promulgou a Convenção nº 111 da OIT sobre “Discriminação em matéria de emprego e ocupação”, que impedia discriminação “fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social” (BRASIL, 1968).<sup>63</sup>

A reivindicação por participar dos concursos do Banco do Brasil também era uma das reivindicações das mulheres organizadas no movimento sindical.<sup>64</sup> Em 1963 foi realizada a I Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora na cidade de São Paulo. A *Folha Bancária* noticiou a conferência destacando a atuação das bancárias representadas pela sindicalista Maria Andrade, então diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que também fez

---

<sup>60</sup> Como visto anteriormente, a proibição da diferença de salário para um mesmo trabalho em função do sexo esteve presente desde a Constituição de 1934 e foi retirada na Constituição de 1937. Voltou na Constituição de 1946, no Art. 157, II, com o mesmo texto da Constituição de 1934 (BRASIL, 1946). Já a Constituição de 1988, vigente, ampliou o texto do artigo, incluindo a expressão “de exercício de funções”: “Art. 7, XXX “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (BRASIL, 1988).

<sup>61</sup> A Organização Internacional do Trabalho foi criada em 1919 através do Tratado de Versalhes - tratado de paz armistício assinado em 1919 pelas potências europeias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial - como resultado dos avanços no debate dos direitos humanos promovido pelos movimentos socialistas, anarquistas e comunistas desde a segunda metade do século XIX. O Brasil é membro fundador e signatário do tratado que originou a OIT.

<sup>62</sup> A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional criada em 1945, cujas tratativas iniciaram em 1942 e se completaram em 1945 após o término da Segunda Guerra Mundial. Formada por países-membros, tem sua estrutura central em Nova York/EUA e sedes espalhadas por vários países do mundo.

<sup>63</sup> No quarto capítulo da tese, será discutida a convenção n.º 111, a qual serviu de referência para a discussão e conquista da cláusula Igualdade de Oportunidades no movimento sindical bancário no ano 2000.

<sup>64</sup> Sobre a participação de mulheres nos sindicatos neste período, ver a pesquisa de Maria do Socorro Abreu e Lima, que mostrou o protagonismo das mulheres por direitos nestas organizações na década de 1950 (ABREU E LIMA, 2007).

parte da comissão organizadora da conferência (FOLHA BANCÁRIA, 1963, n. 267, p. 9).<sup>65</sup> Segundo trazia a reportagem, estiveram presentes 415 delegadas sindicais de oito estados brasileiros, que tinham o objetivo de aprofundar a discussão sobre os maiores problemas enfrentados pelas trabalhadoras dos mais variados setores. Entre os itens em debate, foi destacada a luta pela aplicação efetiva da legislação social e trabalhista de defesa da mulher, incluindo as empregadas domésticas e menores de idade, a aprovação da lei da jornada de seis horas e a mobilização e participação das mulheres na esfera sindical. Como pauta de reivindicação final, as mulheres presentes na Conferência deliberaram pela jornada de seis horas de trabalho, a aposentadoria especial para a mulher não inferior ao salário mínimo, salário-família, creches e a igualdade de oportunidades para as mulheres participarem dos concursos do Banco do Brasil (FOLHA BANCÁRIA, 1963, n. 267).<sup>66</sup>

Entre os bancos públicos que até 1969 não admitiam mulheres, destaca-se, além do Banco do Brasil, o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), banco pesquisado por Segnini (1998) e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) pesquisado por Petersen (1999). Segnini mostra que as mulheres só foram admitidas como funcionárias do Banespa após a lei 5.473, embora antes da lei muitas mulheres tivessem sido admitidas nos setores de despacho de correspondências, telefonistas e recepcionistas (SEGNINI, 1998). No Banrisul, a pesquisa da historiadora Aurea Tomatis Petersen (1999) analisou a trajetória de mulheres que trabalharam em quatro bancos do Estado do Rio Grande do Sul, mostrando que a mão de obra feminina foi utilizada por casas bancárias daquele estado desde a década de 1920, principalmente nos bancos de capital privado. Segundo a mesma autora, a contratação se intensificou a partir da década de 1940, ligada a contexto da Segunda Guerra Mundial, que tornou o mercado de trabalho mais favorável ao trabalho das mulheres, entretanto, foram admitidas em quadro de carreira auxiliar, não como escriturárias. A decisão do Banrisul em contratar “moças” foi comunicada através da resolução nº 406, que justificava a medida devido “ao confronto mundial e à convocação de homens para a Força Expedicionária

---

<sup>65</sup> No quarto capítulo da tese, destaco as duas primeiras mulheres integrantes da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo na década de 1950.

<sup>66</sup> Ressalto que não destaquei a participação efetiva das mulheres na aprovação da Lei 5.473 devido aos poucos indícios encontrados, embora, evidentemente, esta participação tenha ocorrido. Um desses indícios está na edição número um do jornal feminista *Mulherio*, que publicou a carta da leitora Zéia Pinho Rezende (MULHERIO, ano 1, n. 1, maio/jun. 1981, p. 2). Na carta intitulada “desde Getúlio Vargas”, Zéia destacou sua participação nas audiências com Getúlio Vargas sobre o voto feminino e, enquanto presidente da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, participou na luta pela reforma no código civil - que resultaria no Estatuto da Mulher Casada- e “posteriormente a luta pela revogação da discriminação contra a mulher no serviço público, resultando na Lei n. 5.473, de 1968”. Zéia foi advogada, publicou diversos artigos e livros sobre a situação da mulher, também propôs diversos projetos legislativos relativos às mulheres.

Brasileira (FEB) e ao esvaziamento que se verificava no quadro funcional do banco”. Diante disso, fora decidido “admitir moças como funcionárias, a título precário” através de Edital de Seleção (PETERSEN, 1999, p. 189). A ênfase no caráter “precário” destacava o quanto era provisório o emprego, desobrigando o banco de mantê-las ao final do conflito ou mesmo de continuar admitindo mulheres após a crise. Segundo o Edital, os requisitos exigidos eram possuir idade entre 18 e 26 anos; dessem prova de condição de solteira e apresentassem duas “cartas-atestado”, firmadas por pessoas idôneas, não parentes, conhecidas da gerência do banco, sendo este um indício das relações de compadrio no serviço público. Diante dos requisitos, concluiu Petersen como as vagas eram para um público feminino restrito: jovens, solteiras, escolarizadas, presume-se de boas famílias das camadas médias e altas e que atestassem sua idoneidade. Após a guerra, as mulheres continuaram no banco, mas a carreira das mulheres neste banco só foi igualada a dos homens no final da década de 1960 (PETERSEN, 1999).

Nas Caixas Econômicas,<sup>67</sup> embora existam poucas publicações sobre o primeiro concurso que ocorreu em 1944, a maioria dos aprovados foram mulheres e por este motivo, no concurso seguinte, elas não puderam mais participar, só retornando após as unificações das caixas econômicas no país, em 1969 (RIBEIRO, 1997).<sup>68</sup> Em outros setores de profissões tradicionalmente exercidas por homens, como a engenharia, destaca-se a empresa de economia mista Petróleo Brasileira S/A (PETROBRÁS), estatal petrolífera criada na década de 1950, na qual primeiras mulheres foram admitidas na década de 1970 (ALMEIDA, 2011).

O impacto da Lei 5.473, certamente, foi sentido de diferentes modos nas várias instituições públicas que à época não admitiam mulheres. No Banco do Brasil, o gerente

---

<sup>67</sup>O banco que se conhece atualmente por “Caixa Econômica Federal” é o resultado da unificação das caixas econômicas estaduais existentes no Brasil. A primeira Caixa Econômica do Brasil foi criada em 1831, por iniciativa particular, no Rio de Janeiro. Mas foi com a Lei 1.083 de 1860 – lei que disciplinou as atividades bancárias no período - que as Caixas Econômicas foram oficializadas no Brasil, sendo a maior delas, a Caixa Econômica Federal de São Paulo, criada em 1875. Em 1969, mesmo após a unificação das caixas econômicas, os funcionários das caixas continuaram a ser reconhecidos como economistas, vindo a serem reconhecidos como bancários e bancárias somente após a greve bancária de 1985 (RIBEIRO, 1997).

<sup>68</sup> Observo que não havia um padrão de aceitação das mulheres nos bancos públicos, visto que em alguns bancos criados na década de 1960, como o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), as mulheres foram admitidas desde seu primeiro concurso, em 1962. Sobre a história das mulheres no BESC ver Geroleti (2010).

adjunto administrativo da Agência Central de São Paulo assim manifestou sua opinião no *Jornal do Brasil*,<sup>69</sup> dois dias após a publicação da lei:

As experiências com mulheres não foram satisfatórias nos serviços especializados do banco, que mantém, entretanto, funcionárias admitidas durante a II Guerra Mundial: o governo encampara bancos alemães e italianos e determinara o aproveitamento dos desempregados nos serviços públicos similares. Dependendo da classificação que obtenha no concurso, o funcionário pode ser mandado para lugares bem distantes. Nem é preciso lembrar os transtornos que isso pode causar às mulheres e ao próprio banco. Além disso, embora o expediente normal seja de seis horas, as mulheres, quando amamentam, trabalham apenas cinco horas, por determinação legal. Todos os problemas inerentes à mulher no serviço do banco foram evitados até agora, proibindo-se que ela participasse dos concursos (JORNAL DO BRASIL, 12 jul. 1968, p.15, grifo nosso).

A fala do gerente demarca uma diferença entre o que chamou de “serviços especializados do banco”, exercidos pelos homens, e os “serviços públicos similares”, nos quais as mulheres foram aproveitadas, tais como os serviços da carreira de apoio, como telefonistas, sonografistas ou secretárias. Para ele, as mulheres deveriam permanecer na carreira de apoio - lugares reservados às mulheres - pois o fato de serem aprovadas no concurso as obrigaria a deslocar-se para lugares longínquos.<sup>70</sup> A questão da amamentação também seria um impeditivo, pois, para o gerente, isso causaria enormes transtornos ao banco.

Carregada de preconceitos, a postura do gerente não impediu a realização dos concursos abertos às mulheres. Assim, o número 22 da *Revista Desed* trouxe os três primeiros concursos que voltavam a admitir mulheres no Banco do Brasil: dois realizados em 1969 e um em 1970. Denominado de “Auxiliar de Escrita”, sob o número 111, foi realizado em 27 de abril de 1969 para os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda em 1969, foi realizado o concurso para Auxiliar de Escrita de número 112, também nos moldes novos, para os Estados de Brasília e São Paulo. Em novembro de 1970 foi realizado o concurso de número 113. A reportagem “Uma seleção de verdade” mostra as mudanças implementadas a partir destes três concursos de Auxiliar de Escrita:

Os que já haviam feito concurso para o banco se surpreenderam com as mudanças, lamentando que de nada valeram os estudos efetuados nos cursinhos que há muito preparam candidatos. Houve uma mudança radical.

<sup>69</sup> O *Jornal do Brasil* foi criado em 1891 e mantém-se ainda nos dias atuais, embora apenas em sua versão digital. Para uma análise do jornal e sua relação com o governo militar ver Eduardo Zayat Chammas (2012).

<sup>70</sup> No segundo capítulo da tese destaco funcionárias do Banco do Brasil que desbravaram lugares distantes do país.

A Divisão de Recrutamento e Seleção (Resel) do Desed adota métodos mais aperfeiçoados do que os utilizados em outras grandes empresas. Não é a primeira vez, contudo, que as novas provas foram aplicadas. Em abril de 1969, os candidatos a auxiliar de escrita do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram de superá-los para se tornarem funcionários do banco [...]. Também em São Paulo e Brasília, depois, houve provas semelhantes. [...] O concurso atualmente em vigor apresenta várias inovações em relação ao anterior. Todas as questões são objetivas, de múltipla escolha, de modo que a apuração dos resultados é feita pelo computador. Isso permite apuração rápida e eliminação da correção subjetiva. O número de questões varia, e em consequência, o tempo não é fixo. [...] Antigamente, por exemplo, os problemas de matemática eram cinco ou dez e tinham de ser resolvidos em duas horas. Agora não: o candidato só conhecerá o número de questões, na hora do exame. Há duas novas provas: a psicológica e a de conhecimentos gerais, sendo que nesta são incluídas perguntas a respeito de Contabilidade Geral, Geografia econômica do Brasil e Direito Comercial. (A de conhecimentos gerais não faz parte do concurso para Auxiliar de Escrita). Na de português, inclui-se a interpretação de texto. [...] As questões não tem valor pré-estabelecido. Quem atribui a nota correspondente a cada questão são os próprios candidatos. Assim, uma questão acertada por muitos vale menos do que uma que poucos acertam. A Resel destaca que medir o grau de conhecimento do candidato não é o único objetivo, preocupa-se também com o seu nível mental e suas potencialidades [...] A Resel confiou a seus próprios técnicos a preparação dos testes. Neste trabalho teve papel destacado o professor Jacyr Maia,<sup>71</sup> psicólogo contratado pelo banco, que possui grande experiência em pesquisas sobre psicologia aplicada (DESED, 1970, nº 22, s/p, grifo nosso).

Como se pode concluir do trecho acima, o primeiro concurso aplicado neste novo modelo foi o concurso de Auxiliar de Escrita de número 111, o primeiro que voltava a admitir a inscrição de mulheres. A reportagem não destaca se houve mudança de escolaridade a partir deste concurso. Mais do que o conteúdo, cuja inovação foi a prova psicológica, o método de seleção também foi inovado: o número de questões e o tempo da prova não eram conhecidos pelos candidatos e candidatas antes da prova. Se a instituição do quadro de auxiliares, como discutido no tópico anterior, tinha como público alvo o jovem inexperiente que tinha dificuldades de aprovação nos concursos para escriturário, o que dizer de suas dificuldades nesse tipo de concurso, que parece ter iniciado as famosas “pegadinhas” nos concursos?

Os números do Concurso de Auxiliar de Escrita de número 113 só foram disponibilizados no número 27 da *Revista Desed*, um ano mais tarde, na reportagem “Uma seleção nota dez”. Os números novamente impressionam: 92.274 inscritos, 71.376 candidatos

---

<sup>71</sup> Jacyr Maia (1914-1995) nasceu no Rio de Janeiro, formou-se pela Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, em 1935, especializando-se em estatísticas da educação. Trabalhou no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) entre as décadas de 1930 e 1940, lecionando sobre Estatística aplicada à Educação, conforme informações disponíveis no sítio do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo, disponível em: [http://www.crp.org.br/linha/janela.aspx?id\\_val=204](http://www.crp.org.br/linha/janela.aspx?id_val=204).

compareceram às provas e 6.720 foram aprovados (DESED, 1971, nº 27). Não trouxe a quantidade de aprovados por sexo. Sobre o método da seleção, diz:

[...] o primeiro aspecto de uma vida funcional do banco, que é a seleção, vem sofrendo, como os demais, toda uma alteração de conceitos. O enfoque dos novos métodos de seleção está mais voltado para as potencialidades do candidato. É claro que o nível de escolaridade importa muito, mas a confecção das provas (psicologia, português e matemática) é de tal maneira elaborada que bastam essas provas para medi-lo. [...] Pode-se assim compreender como a Resel, na seleção de novos funcionários e futuros administradores do banco [...] retira de uma infinidade de candidatos o plantel mais adequado (DESED, 1971, n. 27, p.11).

Apesar de considerar a escolaridade muito importante, a reportagem novamente não diz se a mudança nos concursos realizados a partir de abril de 1969, apesar de permanecerem como Auxiliares de Escrita, também modificaram a exigência de escolaridade. Mas em 1979, o número 33 do *BIP* permite inferir que houve mudança de escolaridade. Numa pequena nota, observa-se que a seleção de Auxiliar de Escrita de número 111, realizada em 27 de abril de 1969, constituiu-se, de fato, numa data de corte:

Entre 13 e 17 de agosto, as agências estarão acolhendo inscrições de candidatos à seleção interna para o Nível Médio 002. Excepcionalmente, a DIREC dispensou a comprovação de escolaridade mínima exigida (2º grau completo). Para os antigos auxiliares e auxiliares de escrita, concursados antes de 27.04.1969, é obrigatória a apresentação de prova de conclusão de primeiro grau ou equivalente (BIP, 1979, nº 33, p.1, grifo nosso).

Na nota acima fica implícito que, para os dois cargos - antigos auxiliares e auxiliares de escrita concursados antes de 27 de abril de 1969 -, o banco não exigiu segundo grau completo dos funcionários que à época prestaram tais concursos. Caso contrário, por que a dispensa de comprovação de segundo grau completo para estes dois cargos, nessa data de corte que coincide com a data do concurso de Auxiliar de Escrita de retorno das mulheres? Logo, por uma questão de interpretação, entendo que, a partir da data de 27 de abril de 1969, os concursos de Auxiliar de Escrita passaram a exigir segundo grau completo, mesma exigência de um concurso para escriturário. Como ressaltado no tópico anterior, o quadro de auxiliares foi instituído por ter uma exigência menor que o concurso para Escriturário, logo, não haveria motivo para aumentar seu grau de escolaridade. A questão que se coloca é por que a informação sobre a mudança na exigência de escolaridade nos três primeiros concursos de Auxiliar de Escrita que voltavam a aceitar mulheres, realizados em 1969 e 1970, é omissa nas duas reportagens da *Revista Desed*.

Uma pergunta ronda as fontes: o aumento da exigência a partir do concurso de Auxiliar de Escrita de número 111, o primeiro que voltava a admitir mulheres, e ainda assim sua manutenção como quadro auxiliar, estaria relacionado à imposição legal trazida pela Lei 5.473 em julho de 1968? Como o banco não poderia proibir a inscrição de mulheres a partir dos concursos realizados em 1969, a alternativa encontrada, então, parece ter sido a de reformular o concurso do quadro de auxiliares com o objetivo de barrar que eventuais candidatos despreparados - leia-se mulheres - ingressassem diretamente na carreira principal do banco.

### 1.5 “ELES MANDAVAM NA GENTE”: MEMÓRIAS DO INGRESSO NO BANCO

“...Eu fiquei o dia inteiro em pé num arquivo rasgando cartões. Eu achei aquilo horrível, mas isso foi só no primeiro dia”, disse Marta<sup>72</sup> sobre seu primeiro dia de trabalho no banco. “Eu fui a primeira mulher a trabalhar em banco na cidade de Videira”, recordou Sandra.<sup>73</sup> Já Leonora<sup>74</sup> ressaltou que “o pai ficou preocupado pois o banco era um ambiente só de homens”. As experiências de Marta, Sandra e Leonora<sup>75</sup> quando do ingresso no banco - Marta e Sandra foram aprovadas no concurso de Auxiliar de Escrita realizado em 27 abril de 1969, Leonora no concurso de novembro de 1970 - serão aqui historicizadas.

Marta e Sandra prestaram o concurso para o banco em abril de 1969, em cidades diferentes de Santa Catarina: Marta na cidade de Tubarão, sul de Santa Catarina; Sandra, em Blumenau, região do Vale do Itajaí. Conforme Sandra, “naquela época só fazia inscrição onde tivesse vaga”. Ambas foram admitidas nas cidades vinculadas à sua região de inscrição: Marta na cidade de Laguna, sul de SC; Sandra na cidade de Videira, oeste catarinense.

Questionadas sobre como ficaram sabendo do concurso do banco, suas respostas remetem à própria família e ao círculo de amigos na cidade. Esse fato revela a dificuldade para aquelas e aqueles que não detinham parentes ou conhecidos no banco, facilitando para aqueles e aquelas que já possuíam familiares ou conhecidos no banco. Marta recordou que o

---

<sup>72</sup> Marta (pseudônimo). Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 14/08/2012, em Florianópolis.

<sup>73</sup>Sandra (pseudônimo). Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 27/08/2012, em Florianópolis.

<sup>74</sup>Leonora (pseudônimo). Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 07/08/2012, em Florianópolis.

<sup>75</sup>A opção por não usar o nome próprio foi solicitada pelas entrevistadas.

irmão de uma amiga, funcionário do banco, convidou ambas a prestarem o concurso. Já Sandra soube pelo próprio irmão, à época funcionário do banco.

Em relação à prova do concurso, a lembrança imediata de ambas foi a nota obtida na prova de datilografia: a mínima exigida. Marta, professora primária até então, conta que não tinha experiência prática em datilografar e o que a “salvou” foi a ajuda do irmão da amiga, que havia conseguido uma máquina antiga para que elas pudessem treinar em casa. Mesmo para Sandra, que se preparava para concursos do banco com o irmão, a prova de datilografia foi difícil, só passou porque, apesar de não ter experiência prática, tinha feito um curso de datilografia, porque “naquele tempo todo mundo fazia”. Sobre as matérias exigidas pelo concurso, Sandra recordou que:

A prova da datilografia era a última, feita à tarde [...] porque era muito demorado, era feito no próprio banco, tinha que ter máquinas disponíveis para todos os candidatos [...]. [...] Até um certo tempo depois disso mudou, eles passaram a não incluir mais datilografia no concurso, só fazia datilografia quem passasse nas demais. No meu tempo não, eram todas as matérias e eram eliminatórias. Eu lembro que fui muito bem em matemática, português, tinha contabilidade bancária. Sabe que as outras matérias eu não lembro mais, era mais ou menos isso: português, matemática, contabilidade bancária e datilografia. Se tinha mais alguma coisa, eu não lembro. Era provável que tivesse conhecimentos gerais naquela época (SANDRA, entrevista citada).<sup>76</sup>

A lembrança de Sandra, de que naquele tempo “todo mundo” fazia datilografia, mostra o quanto este requisito era comum, especialmente para as mulheres. Como discutido anteriormente, a exigência da habilidade com as mãos impulsionou o trabalho das mulheres nos escritórios, conseqüentemente, nos bancos. June E. Hahner mostrou que, em 1930, as datilógrafas representavam um dos maiores grupos de trabalhadoras, seja das repartições do governo, seja nas demais empresas particulares e nas companhias telefônicas (HAHNER, 2003). Susan K Besse mostrou que até 1940 a datilografia ocupava um lugar especial na qualificação para as moças das camadas médias urbanas (BESSE, 1999). Pesquisando em jornais da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Aurea Tomatis Petersen mostrou que partir da década de 1940 houve um grande número de escolas de datilografia, bem como a solicitação da mão de obra feminina (PETERSEN, 1999). Na década de 1970, a cidade de Florianópolis possuía a Escola de Datilografia de Florianópolis que anunciava cursos e ofertas

<sup>76</sup> Como visto no número 22 da *Revista Desed*, a prova de conhecimentos gerais não fazia parte do concurso de Auxiliar de Escrita. No entanto, a lembrança de Sandra pode estar associada ao concurso interno que prestaria dois anos mais tarde para ingresso no nível básico da carreira administrativa.

de emprego para secretárias-datilógrafas, cujo curso de datilografia era pré-requisito para a função (O ESTADO, 03 ag., 1979). Assim, embora a datilografia fosse considerada um facilitador do ingresso das mulheres nos bancos desde o início da mecanização dos serviços nos bancos, os testes de datilografia de Marta e Sandra negam que essa fosse uma propensão natural para elas.

Marta narrou seu primeiro dia de trabalho no banco. Como contou, ficou horrorizada porque:

Eu me apresentei para o gerente, ele disse que o horário era rigoroso [...] Eu sentia que eles gostavam de mim, só que no primeiro dia minha experiência foi muito ruim, porque eles me entregaram para um senhor [...] um senhor muito sisudo e ele me pôs o dia inteiro em pé a rasgar papel. Eu me senti horrorizada, até que ele me mandou fazer expurgo. Eu não sabia o que era expurgo, entende, expurgo era uma limpeza de papéis. Eu teria que conferir os cartões e rasgar. Então, eu fiquei o dia inteiro em pé num arquivo rasgando cartões. Eu achei aquilo horrível, mas isso foi só no primeiro dia. Eu senti que ele não gostava... Esse senhor nunca demonstrou que estava contente por entrarem mulheres (MARTA, entrevista citada, grifo nosso).

A entrevista de Marta remete à discussão de Luisa Passerini sobre gênero e emoção. Conforme Passerini, a memória, como uma forma de subjetividade, está permeada de emoções (PASSERINI, 2011). A “denúncia” de Marta revela preconceitos e constrangimentos que as mulheres enfrentaram ao ingressarem no banco. Ficar o dia inteiro em pé rasgando papéis certamente causaria horror a qualquer funcionário. A pergunta é por que Marta, a única mulher que ingressara por concurso naquela agência – e foi a única mulher na agência pelos quatro anos que lá trabalhou - foi colocada a fazer expurgo de papéis no primeiro dia. Os homens teriam o mesmo tratamento quando ingressavam no banco? Marta não soube responder. Se como afirmara Eclea Bosi (1994, p. 466) na memória “só fica o que significa”, do aguardado primeiro dia de trabalho, Marta lembrava, com emoção, os significados do primeiro dia de trabalho no banco, que a constrangeu e a marcou.

Ingressando na cidade de Videira, Sandra conta como foram seus primeiros dias no banco:

Foi bastante curiosa a minha chegada, porque a cidade tinha cinco agências bancárias e todas trabalhavam homens. Além de ter sido a primeira mulher a assumir no banco [a prestar o concurso de 1969], eu fui a primeira mulher a trabalhar em banco na cidade de Videira. Era uma novidade, ia gente no banco só para me ver. Nunca tinham visto mulher trabalhar em banco. Eu fui trabalhar justamente na abertura de contas. Era balcão. Agência antiga, sabe. Logo em seguida, bem no mesmo ano, a agência nova estava sendo construída e foi inaugurada, já mais moderna [...] banheiro feminino,

banheiro masculino, essas coisas assim. Mas foi uma experiência boa, porque também assumiram outras meninas (SANDRA, entrevista citada).

A narrativa de Sandra sobre seu ingresso no banco sugere que este não foi tão traumático quanto o de Marta. No entanto, é possível supor que a “novidade” que representava na cidade certamente lhe causou transtornos e embaraços, pois, como destacou “ia gente no banco só para me ver”. O “balcão” destacado por Sandra era o tradicional balcão de atendimento que servia como recepção em agências bancárias, substituído após a implantação do SADI – visto anteriormente. O setor de conta corrente utilizava tal balcão, o que deixava a atendente um pouco exposta ao público, como afirmou Sandra era o “setor que mais tinha contato com o público”. Quando questionada se sofreu constrangimentos de clientes no balcão, destacou que sofreu um tipo de “assédio curioso” de um cliente:

Eu tive muito assédio, mas assédio muito curioso, próprio de cidade pequena. Chegou à cidade um moço, de lá mesmo, tinha se formado em Medicina e estava voltando para a cidade pra trabalhar num hospital, o único da cidade [...] Uma dentistas que também era bem conhecida na cidade era casada com um funcionário do banco, a qual eu fiz amizade, e ela disse: “o Costenaro quer muito te conhecer, mas ele queria casar.” Eu achei aquilo muito estranho. E o meu temperamento sempre foi muito assim, não estava preocupada com casamento [...] E eu lembro que eu fui bem clara com ele: ‘Casar’, veio um susto e ele, ‘mas é que eu não tenho tempo de estar namorando muito’ (SANDRA, entrevista citada).

Sandra, assim como Marta, eram solteiras quando ingressaram no banco. Sandra deixou claro que casar não era uma prioridade para ela naquele momento. Devido ao fato de ser solteira, Marta disse que teve problemas com esposas de funcionários do banco quando se transferiu de Laguna para a cidade de Joinville. Segundo contou,

Eu senti uma diferença muito grande que era da cultura da cidade, as pessoas não se abriam, nunca me convidavam para nada [...] Laguna todo mundo me conhecia, sabia que eu era uma filha de família, que eu era uma pessoa, uma moça do bem. E em Joinville não, eu sentia assim, eles me viam, eu tive problemas lá com mulher de funcionário que trabalhava comigo, [...] ela me fez um telefonema anônimo, me distrau no telefone, ciúme do marido dela. [...] Lá em Laguna também, as mulheres de funcionário iam para espiar o que que eu estava fazendo, eu fingia que não via (MARTA, entrevista citada, grifo nosso).

Pela narrativa de Marta, é possível perceber como as esposas de funcionários a olhavam com desconfiança. Embora na cidade de Laguna todos a conhecessem e sabiam que ela era, como frisou, “uma filha de família” e uma “moça do bem”, tanto em Laguna, quanto em Joinville ela despertava olhares e preocupações das esposas com os maridos funcionários do banco. Expressões que remetem às moças dos anos dourados na década de 1950 - “moça do bem” e “filha de família”, em suma, moça de família - compreendi que o reforço de tais expressões em sua fala procurava justificar o preconceito que sofrera por parte das esposas dos funcionários posto que ela entendia-se distanciada de outro tipo de moça, a “moça leviana”, aquela que os rapazes namoram, mas não casam, de que falara Bassanezi (1997). Logo, como se pode perceber, para Marta, o preconceito ao ingressar no banco, veio desde o “senhor sisudo” que não estava contente com o ingresso das mulheres até as esposas dos funcionários.

Ao ingressarem no banco, Sandra e Marta, não tiveram uma função pré-determinada, o que se observa é que dependia da agência e do gerente. Quando Marta pediu transferência de Laguna para a cidade de Joinville foi designada para outra função. Contou que “trabalhava no telex<sup>77</sup> em Joinville, eles me trancafiaram no décimo andar, na sala das comunicações”. A fala de Marta deixou compreender que, mesmo concursada, colocaram-na a exercer a função semelhante às mulheres do “outro quadro”. Segundo ela, em Joinville, “tinha outras duas mulheres que trabalhavam, mas elas não eram funcionárias do banco, eram do quadro de telecomunicações”.

Em novembro de 1970, Leonora, que assim como Marta também exercia a profissão de professora primária, prestou o concurso para o banco. Residia com seus pais na cidade de Rio do Sul, norte de Santa Catarina, ingressando no banco em sua própria cidade. Leonora soube do concurso por uma amiga aprovada no concurso de 1969. No entanto, seu pai, ao ficar sabendo do seu interesse pelo concurso do banco, “ficou preocupado, pois o banco era um ambiente só de homens, só que tinha amigos dele, cidade pequena, todo mundo conhecia”.

Quanto à prova do concurso, Leonora confirma as mudanças promovidas pelo banco a partir do concurso de 1969 ao dizer que “tinha português, matemática, datilografia e tinha vários testes psicológicos e psicotécnicos.” Se comparada às funções de Sandra e Marta, nota-se que Leonora, desde o ingresso no banco, exerceu funções mais relevantes, como conta:

A princípio assumi na carteira agrícola de Rio do Sul [...]. Primeira mulher na carteira, depois tinha essa moça. Aí eu fui convidada a fazer uma

---

<sup>77</sup> Máquina de transmissão e recebimento de documentos com garantia de entrega imediata e com autenticação, por extensão, denominava o setor onde ficavam os operadores e operadoras.

substituição do chefe de serviço. Nesse meio tempo, fiz um concurso interno, para ser caixa, isso em 1973. Fiquei vinte e três dias em Londrina para depois assumir no caixa (LEONORA, entrevista citada).

Leonora também ingressou solteira no banco. Casou em 1978 e, após seu casamento, pediu transferência para a agência da cidade de Florianópolis. Nesta agência, conta que já havia algumas mulheres, no entanto, diz que foi a primeira a exercer a função de caixa-executivo na agência.

Sandra e Marta também pediram transferência para Florianópolis, onde já estava Leonora. Sandra acabou não concluindo o curso de Direito que fazia em Itajaí, cidade para onde foi transferida após mudança de Videira. Já para Marta, o motivo da transferência foi o ingresso na Universidade, como disse:

Todo mundo queria vir para Florianópolis, que só tinha uma agência, a da praça XV. Gente do Brasil inteiro queria vir. Eu vim fazer universidade. Eu já tinha feito vestibular e passado, tranquei a matrícula e deixei trancado por um ano. Eu vim para Florianópolis e fui fazer universidade que era meu sonho (MARTA, entrevista citada).

Além de já estarem no banco, Sandra e Marta tinham como planos o ingresso no ensino superior. Desde a reforma do ensino superior brasileiro no final da década de 1960, ingressar na universidade era um projeto de futuro das camadas médias, que viam no diploma de ensino superior um meio de ascensão social. No início da década de 1970 as matrículas no ensino superior aumentaram em torno de 152% (ROSEMBERG; PAHIM, 1985). Dentre esse público, destacaram-se as mulheres. Dados do estudo de Carmen Barroso e Guiomar de Mello mostram que em 1956 elas representavam 26% das alunas no ensino superior, pulando para 40% em 1971, embora tenham se concentrado em cursos das carreiras consideradas femininas, como as ciências humanas e sociais (BARROSO; MELLO, 1975, p. 52).

Como capital do Estado e com Universidade pública recém-criada, Florianópolis virou destino dos jovens que desejavam ingressar no ensino superior. Conforme Mello e Novais (1998) na década de 1970 uma ampla gama de profissionais formados na universidade, como jornalistas, engenheiros, professores universitários e administradores passaram a ser recrutados pelo Estado e a ocupar os cargos na administração pública, bem como nas empresas públicas, entre elas os bancos públicos. Dentre estes bancos, o maior prestígio estava no Banco do Brasil. Como destacou Marta “na época um funcionário do Banco do Brasil era muito bem-conceituado dentro da sociedade porque não era qualquer um

que conseguia entrar”. Sandra disse que “ser funcionária do Banco do Brasil naquele tempo dava muita segurança”. Leonora ressaltou os motivos pelos quais saiu do emprego de professora primária e ingressou no banco:

Para lecionar a gente tinha que começar no interior e tinha que viajar, andar a pé, andar em estrada de barro, pegar dois ônibus, se quisesse lecionar para o Estado seria dessa forma. Era sofrido, eu trabalhava o dia inteiro, sábado eu também lecionava, ficava corrigindo prova e fazendo média, era puxado [...]. No banco eu não precisava viajar, estou no centro perto de casa. E também tinha uma carreira, era muito mais interessante que professor do Estado, um emprego que dava mais estabilidade, mais futuro (LEONORA, entrevista citada).

Além do ingresso no ensino superior, outro item que modificou o cotidiano brasileiro a partir da década de 1950 foi o modo de vida americano,<sup>78</sup> que já havia mudado alguns costumes na sociedade brasileira, como a moda e o uso da calça comprida. Conforme ressaltava Michelle Perrot (1989, p.14) "a memória das mulheres é trajada" e a vestimenta é a sua segunda pele. As entrevistadas lembraram da dificuldade inicial de não poder usar calça comprida no banco. Como disse Leonora:

No banco, sempre tivemos salário igual. A única coisa que nós tivemos uma dificuldade é que nós não podíamos usar calça comprida [...]. Na agência de Rio do Sul tinha um jardim interno, que era todo envidraçado. [...] Era um pouco difícil nos mantermos longe dessa parte de vidro, porque tinha que mexer em arquivo. Era difícil porque tinha que se abaixar, então, a calça comprida era uma facilidade para nós, um conforto, mas não podíamos. Certo dia, a gente conversou com o gerente sobre essa dificuldade, e ele disse que ia consultar as normas do banco. Ele deu a resposta que podíamos. [...] Então, ele permitiu, foi um avanço, mas necessário [...]. (LEONORA, entrevista citada).

A fala moderada de Leonora explicita dois extremos. Se por um lado o salário era igual para homens e mulheres, direito conquistado no Brasil ainda na década de 1930; por outro, o fato de não poder usar calça comprida no trabalho era percebido como uma desigualdade entre homens e mulheres no banco. Como se observa, quando do retorno das mulheres ao banco, foram elas que precisaram mostrar à instituição suas dificuldades no uso de saias no trabalho, nas idas e vindas aos arquivos. Leonora argumentou com o gerente que

---

<sup>78</sup> Vários autores discutem o *american way of life*, patrocinado pelos Estados Unidos da América a partir de meados da década de 1940 com o objetivo de divulgar a modernidade e as facilidades do modelo capitalista – destacando-se a cultura, a moda, os hábitos cotidianos e os produtos industrializados – na tentativa de barrar o modelo comunista. Sobre este tema, destaco a tese de Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes (ARRAES, 2015).

“a calça comprida seria uma facilidade e um conforto” no trabalho. De educação conservadora e católica, para Leonora, os espelhos as tornavam muito “expostas”, por isso seria mais “adequado” o uso de calças compridas ao invés de saias ou vestidos. Leonora demonstrou compreender a atitude do gerente, que lhe respondeu que “ia consultar as normas porque era um fato que nunca tinha acontecido no banco”. Lembrou ainda que “para lecionar também na época as professoras não podiam usar calça comprida, só saia e vestido. Então, no banco ninguém nem cogitava”. Recorda que foi no ano de 1973, depois do pedido ao gerente, que ela e as duas colegas começaram a usar calças compridas no banco.

As roupas são um fenômeno social e, como tal, os trajes femininos e masculinos têm história.<sup>79</sup> Foi no contexto da Segunda Guerra Mundial, em sintonia com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida econômica e social, que a indumentária feminina se aproximou das roupas masculinas, em particular o terno e o uniforme militar (SIMILI, 2012). A calça comprida se firmou no guarda-roupa feminino na década de 1960, período de transformação de valores e comportamentos. Na maioria das profissões a passagem da década de 1960 para 1970 representou um período de transição para o uso de calça pelas mulheres, inclusive pela professora, que Leonora afirmara que até então não a usava.

A modernização dos costumes não ocorreu de forma linear; o litoral e os centros urbanos foram os primeiros afetados pela modernização. Aqueles gerentes que se deslocavam das capitais ou centros urbanos, inclusive Florianópolis, que já estava acostumada com os modelos dos grandes centros, tinham uma pré-disposição para a permissão de uso de calça comprida. Marta, Sandra e Leonora percebiam que os “costumes” das cidades do interior eram ainda muito conservadores em relação às moças do que para com as jovens dos centros urbanos. Marta lembrou que, quando saiu de Laguna em 1973 e foi trabalhar na cidade de Joinville, cidade maior, pôde usar calças compridas. Sandra conta que, quando se mudou de Videira em 1973, onde usava uniforme de saia e blusa, para agência de Itajaí, a qual “tinha só outra funcionária, as coisas já começam a ficar mais fáceis, porque cidade do interior já é bem diferente.”

Por outro lado, a proibição por parte dos gerentes - todos homens - de as funcionárias usarem calças no trabalho significava uma cobrança da conduta das mulheres, principalmente de não perder sua feminilidade. Como homens, esses gerentes tinham sido educados dentro de

---

<sup>79</sup> Sobre a história das roupas ver as obras de Lipovestky (1989); Hollander (1996); Gilda de Mello e Souza (1987).

rígidos padrões de masculinidade<sup>80</sup> e feminilidade e os praticavam no trabalho. O gerente de Marta e Sandra não permitiu que elas usassem calças, mesmo após seu pedido. O de Leonora consentiu, após seu pedido. Marta julgou seu gerente muito “rígido” por não permitir o uso de calça comprida durante os quatro anos em que trabalhou na agência de Laguna. Ela mesma se sentia desconfortável com a proibição, pois “era obrigada a usar meia fina, as cadeiras sempre rasgavam minhas meias”. Sandra diz que, apesar do frio que fazia na cidade, “era saia e era frio”. Já Leonora gostaria de aliar o conforto com a roupa mais adequada àquele ambiente de trabalho, por sua vez, “espelhado demais”. Todas percebiam que usar calça comprida seria sim um conforto no trabalho, como também representava um avanço necessário.

O questionamento do uso da calça comprida pelas mulheres foi assunto durante a década de 1970, como consta na seção de cartas do *BIP*. Em julho de 1978, um funcionário da agência de Capanema, estado do Paraná, questionou se “o banco ainda encara com reservas o uso de calça comprida do tipo americana<sup>81</sup> pelas funcionárias” (*BIP*, 1978, nº 8, p. 2). Bem possível que este funcionário fosse algum gerente consultando as normas, a pedido de suas funcionárias, como fez o gerente de Leonora. Na mesma seção, o *BIP* respondeu que a posição do banco sobre o uso de calças compridas continuava a mesma, mas que pretendia reexaminar oportunamente.<sup>82</sup>

Marta, Sandra e Leonora ingressaram no banco no quadro auxiliar de carreira. Após o ingresso no banco, ser aprovada no concurso interno para ingresso no nível básico era a primeira possibilidade de carreira no banco. O número 24 da *Revista Desed* informava que em 1970 foi realizado o primeiro concurso interno para escriturário, com mais de 8.000 inscritos e 3.747 aprovados (DESED, 1971, nº 24). Destes, não há informação sobre o percentual de participação ou aprovação por sexo.

Marta e Sandra prestaram o referido concurso interno, mas não foram aprovadas na primeira tentativa. Depois de transferida para Florianópolis, Marta foi aprovada, como narrou:

---

<sup>80</sup>O termo “masculinidade” deve ser compreendido dentro do campo dos estudos de gênero, um processo construído e não natural, ou seja, a exemplo da teoria feminista, os homens também se tornam “masculinos”.

<sup>81</sup>Conforme observação da banca de qualificação desta tese, o termo “calça comprida do tipo americana” mostra o quanto o modo de vida americano projetou-se no Brasil. A este respeito, destaco a pesquisa de Anna Cristina Figueiredo, *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*, que se utilizando dos anúncios publicitários, observou como os desejos de consumo, os valores e concepções do modo de vida americano estiveram presentes entre as camadas médias brasileiras nos dez anos que antecederam o golpe de 1964 (FIGUEIREDO, 1998).

<sup>82</sup>Isso aconteceria dois anos mais tarde, quando o banco aboliu a proibição de uso de calças pelas funcionárias: “para o pessoal do sexo feminino a norma não padroniza nem específica vestuário, exige apenas trajes condizentes com o ambiente de trabalho” (*BIP*, n. 58, 1980, p. 2).

Fiquei dois anos ali e logo em seguida saiu concurso interno para escriturário. Eu tinha feito esse concurso em Joinville, mas não tinha passado. Eu não tinha estudado, pois trabalhava o dia inteiro e fazia faculdade. Não fui aprovada. Aqui uma colega me ajudou bastante [...] e eu passei nesse concurso interno para escriturária. Mas assim, não é porque você passou que você ia exercer logo outra função. Você ia para onde gerente mandasse. Na verdade, a gente não tinha muita escolha, eles mandavam na gente (MARTA, entrevista citada, grifo nosso).

Conforme sublinha Marina Maluf, "as experiências concretas das mulheres [...] estão imbricadas em relações sociais e de poder historicamente determinadas (MALUF, 1995, p. 85). A narrativa de Marta evidencia as relações de poder entre homens e mulheres. É enfática ao dizer que mesmo passando no concurso interno, nada garantia que fosse ocupar outra função pois eles, os homens, "mandavam na gente." Sandra, a exemplo de Marta, conta que também não foi aprovada na primeira tentativa do concurso interno para escriturária, fato que a deixou chateada:

Primeiro eu não fui aprovada, fiquei bem chateada, mas quando chegou o próximo concurso eu já estava casada. Aí meu marido falou: "não, senhora, vai fazer, como não?" E eu disse: "eu já rodei no outro". Imagina nunca ter rodado, viver esta experiência... Eu passei no primeiro concurso, então, e eu ter vivido uma experiência de rodar internamente. Aquilo me abalou um pouco emocionalmente. Mas depois, o meu marido disse: "eu vou pagar para ti a tua inscrição". Aí fui fazer e passei (SANDRA, entrevista citada).

Sandra casou-se com funcionário do banco, após transferir-se para Florianópolis. Segundo contou, foi o apoio - ou a pressão - do marido que a ajudou na aprovação e fez com que ela também ingressasse na carreira principal do banco. Já para Leonora o caminho foi um pouco mais rápido, pois como visto, foi aprovada no primeiro concurso interno que prestou e em seguida assumiu a função de caixa-executivo. Assim, em menos de quatro anos, todas as três já haviam sido aprovadas em concurso interno e ingressado na carreira principal do banco.

As experiências narradas por Sandra, Marta e Leonora nos anos iniciais de trabalho no banco apontam que o retorno das mulheres ao banco não se deu sem conflitos. Considero que elas transpuseram o "filtro" da carreira auxiliar colocado às mulheres para ingresso na carreira principal do banco. Mas se este ingresso não chegou a perturbar a estrutura da desigualdade no banco até então - "eles mandavam na gente" - provocou reações e mudanças. Na sequência, analiso, através do *BIP*, como as mulheres foram evoluindo na carreira do Banco do Brasil e como conseguiram colocar suas demandas para o banco: das creches,

passando pelo comissionamento até a criação de um movimento feminino – que continha reivindicações feministas - dentro do banco. Como se verá estas demandas estavam conectadas às transformações que as mulheres vinham empreendendo na sociedade brasileira, que no banco se expressou em meados da década de 1980 através da Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil (AMUBB).

### **3 CAPÍTULO 2 A CARREIRA DAS MULHERES E A ASSOCIAÇÃO DA MULHER FUNCIONÁRIA DO BANCO DO BRASIL (AMUBB): DISCUSSÕES FEMINISTAS NA DÉCADA DE 1980**

De fato, inúmeras histórias contadas por outras mulheres parecem reforçar a ideia de que seu ingresso no banco foi visto, por muitos homens, como uma espécie de invasão temporária. ‘Elas vêm, ficam um pouco e acabam indo embora’, pensavam. Entretanto, estatísticas contrariam essa expectativa (BIP, 1982, nº 95, encarte).

#### Mulheres do BB criam associação

As mulheres, no mundo inteiro, estão cada vez mais organizadas na defesa dos seus direitos e na luta por causas [...]. O Banco do Brasil, um micro-universo no qual a mulher tem importante participação (32.000 mulheres entre seus 117.000 funcionários) não poderia estar fora desse processo. Acaba de ser criada a Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil – AMUBB [...] (BIP, 1987, nº 249, p. 2).

A década de 1980 pode ser lida como a década das mulheres no Banco do Brasil. No Brasil, também ao longo desta década o feminismo e a discussão sobre as mulheres ganharam o espaço público, passando a fazer parte dos programas político-partidários e das políticas do Estado brasileiro através da criação dos Conselhos da Mulher. Os trechos reproduzidos acima, publicados no *BIP*, são uma mostra de como o retorno das mulheres ao Banco do Brasil em 1969, apostada pelos colegas homens como temporária, foi se tornando uma carreira. Mais do que isso, além de estarem na carreira, organizaram-se através da Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil (AMUBB) em dezembro de 1986.

Assim, neste capítulo, através do *BIP*, analiso como a carreira das mulheres no banco e a criação da AMUBB estava em consonância com a discussão dos feminismos no Brasil a partir do final da década de 1970 e durante a década de 1980. Utilizando documentos da AMUBB, procuro compreender a criação e atuação desta Associação, que embora se apresentasse como “feminina e não feminista” – cujas razões para tal são discutidas ao longo do capítulo - sua atuação demonstrou princípios feministas sólidos atuando com o objetivo de promover mudanças nas relações de poder, questionando o lugar “natural” dos homens e das mulheres no Banco do Brasil.

## 2.1 A CARREIRA NO BANCO: HOMENS E MULHERES DE CORAGEM

A partir de abril de 1978 passamos a acompanhar o Banco do Brasil através do *BIP*.<sup>83</sup> No primeiro número, o *BIP* assim se apresentava:

Estamos iniciando nova fase no sistema de comunicação interna. A partir de agora, você receberá mais **informação** sobre assuntos de seu interesse imediato. Mas não é só. Através de linguagem simples e objetiva, o funcionário vai ter condição de aprimorar sua **formação**. Com este espírito nasceu o **Boletim de Informação ao Pessoal – BIP**. Condensando matérias comuns ao repertório empresa/funcionário, ele chegará a todas as agências, quinzenalmente. Levando a informação atual, dinâmica, quente, o **BIP** vai colocá-lo em dia com o que acontece no Banco, no país, no mundo. E estabelecer mais um canal de comunicação. A proposta é dinamizar ainda mais o relacionamento da Administração com o funcionalismo. Esta primeira amostra não será, necessariamente, a definitiva. Mas isso vai depender, em boa parte, da sua colaboração. Leia e mande sugestões (*BIP*, 1978, nº 1, 1ª quinz., p.1, grifo do autor).

A visível diferença entre a *Revista Desed* e o *BIP*, além do tipo de publicação e sua frequência, foi a maior interatividade com os funcionários e funcionárias,<sup>84</sup> seja por meio da seção de cartas, com a bem-sucedida seção “História não escrita do Banco do Brasil”<sup>85</sup> seja pela divulgação da posição oficial do banco sobre assuntos diversos: de pessoal, novos produtos, serviços, bem como as mudanças políticas e econômicas pelas quais passou o país.

O *BIP* também destacou a participação dos funcionários em campanha publicitária do banco. Assim, o terceiro número destacou campanha baseada em depoimentos de funcionários e aposentados, os quais contavam suas histórias de pioneirismo na chegada do banco em cidades pelo interior do Brasil. Uma das peças da campanha teve como título “Decidi hospedar o novo contador. Quando ele desceu do trem, atrás vinha mulher e onze filhos”, reproduzida abaixo:

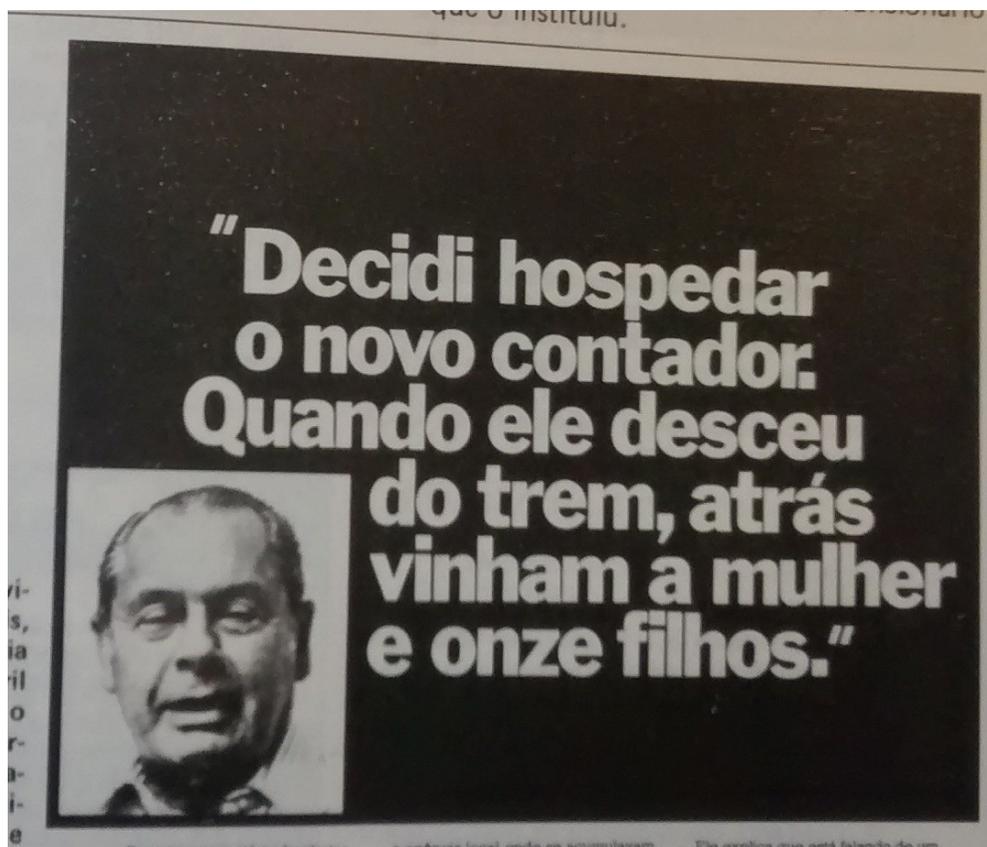
---

<sup>83</sup> Por dois anos a *Revista Desed* e o *BIP* conviveram, sendo a Revista interrompida após o número nº 70, em 1980. Neste ano, a responsabilidade pelo *BIP* foi transferida para a Coordenadoria de Análise Mercadológica da Diretoria Planejamento e passou a ser semanal a partir do nº 183, de 04/10/1985. Teve 445 edições entre abril de 1978 e julho de 1992.

<sup>84</sup> A participação não se observava apenas pela seção de cartas, pois a *Revista Desed* já permitia participação através da seção “Cartas à Redação”. O que observo é que o *BIP* foi uma espécie de rede de comunicação interna -informava, divulgava normas/produtos, pedia participação - papel que caberia hoje à chamada *intranet* – rede de computadores exclusiva de um determinado local/empresa.

<sup>85</sup> Seção criada desde o primeiro número do *BIP*, que publicava carta de funcionários sobre suas histórias no banco. A seção durou cerca de 10 anos – última aparição foi no n. 288, de dezembro 1987 - teve sucesso no *BIP*, a ponto de fazer-se concurso anual da melhor “História não escrita”.

**Figura 2** – Campanha Publicitária do Banco do Brasil



**Fonte:** BIP (1978, nº 3, p.2).

No texto da campanha acima, o gerente aposentado Augusto Magalhães contou a história da inauguração da agência do município de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo. Como faltavam moradias na cidade, ofereceu hospedagem ao novo contador<sup>86</sup> da agência. Devido à família numerosa do contador, foi preciso dormir gente até no banheiro. Contou ainda que, como a maioria das casas na cidade eram de madeira, precisou instalar a agência na igreja protestante da cidade. A campanha finalizava com o slogan: “Moral da História: onde o Banco do Brasil vai, o desenvolvimento vai atrás” (BIP, 1978, nº 3).

A campanha tinha como objetivo vincular o desenvolvimento do país à participação do banco. Foi veiculada na televisão e revistas nacionais entre abril e junho de 1978. O

<sup>86</sup> Função reconhecida como o maior conhecedor das rotinas diárias das agências e com nível hierárquico igual ao do gerente, o contador detinha mais poder que o gerente em certos aspectos, como na administração de pessoal (ACCORSI, 1990).

jornalista Artur da Távola,<sup>87</sup> em sua coluna no Jornal *O Globo*,<sup>88</sup> desdobrou-se em elogios para a campanha. O sétimo número do *BIP* reproduziu a matéria do jornalista, intitulada “aqueles filmetes<sup>89</sup> do Banco do Brasil”:

[...] Raras vezes a publicidade institucional atingiu a um resultado ao mesmo tempo tão penetrante e revelador como nessa série que o Banco do Brasil está veiculando. Propaganda? Não é, nem o banco precisa. Partindo do fato de ser o banco oficial, não teria o menor sentido incentivar a sua concorrência com os da iniciativa privada. Trata-se, portanto, de associar a imagem do Banco do Brasil ao desenvolvimento do país e à formação de um funcionalismo cuja obra, tão importante e integradora, diluiu-se na corrente sanguínea do progresso, tornando-se anônima e por isso grandiosa. Nas cidades do interior, além dos grandes fazendeiros, comerciantes, do Prefeito, do Padre, do Juiz, do Médico, do Delegado e do inevitável desordeiro, a outra figura importante é do Gerente do Banco do Brasil. Já hoje gerentes de outros bancos privados importantes ombreiam-se em importância ao do Banco do Brasil. Mas ao longo dos últimos sessenta anos era mesmo o Gerente do Banco do Brasil a autoridade financeira da cidade [...] (BIP, 1978, nº 7, 1ª quinz., p.7).

O desenvolvimento de que se fala na campanha está atrelado ao processo de interiorização dos bancos no Brasil. No início da década de 1970, estimulados pelo “milagre econômico”, os grandes bancos irão se fortalecer (ACCORSI, 1990; MINELLA, 1988). No Banco do Brasil, o maior crescimento de número de agências se deu a partir de 1978, quando foram inauguradas 117 agências no Brasil e 5 no exterior (BIP, set 1979, n. 36). No ano anterior, 1977, o banco havia feito o maior número de admissões de funcionários desde 1916: 11.142 funcionários (BANCO DO BRASIL, 1985).

Um dos pré-requisitos de ascensão na carreira bancária é a mudança constante de endereço, especialmente nos cargos de administração de agência, no qual, em cidades menores, o gerente do banco tem “autoridade financeira”. A constante mudança de uma cidade à outra, do litoral ao interior, em um país de dimensões continentais como o Brasil, certamente, constituía-se numa missão desafiadora e de difícil adaptação para os funcionários e suas famílias. O curioso nome dado à peça da campanha suscita várias destas dificuldades - sem local para dormir ou acomodar a família - até questões de gênero. Ao mesmo tempo em

<sup>87</sup> Artur da Távola, pseudônimo de Paulo Alberto Moretzsonh Monteiro de Barros (1936-2008) foi jornalista, escritor e Deputado cassado pelo golpe de 1964. Escreveu no Jornal *O Globo* entre 1976 e 1987 (DHBB, 2010).

<sup>88</sup> O jornal *O Globo* foi criado em julho de 1925, no Rio de Janeiro, por Irineu Marinho. Na década de 1930, seu filho, Roberto Marinho assumiu a direção do jornal, permanecendo na função de redator-chefe até sua morte, em 2003.

<sup>89</sup> Filme de propaganda curto, com duração entre 15 e 20 segundos.

que divulga como seus funcionários - homens - ajudaram a levar o desenvolvimento ao país, a campanha demarca o lugar das mulheres naquele contexto: ir, com os filhos, atrás do marido.

Questionei-me como as funcionárias, que completariam no ano de 1979 dez anos desde seu retorno ao banco, teriam percebido esta campanha. Conforme Roselane Neckel, a partir da década de 1970, no contexto do debate sobre a aceitação ou não do divórcio no Brasil - aprovado em 1977 - as mulheres da classe média, que ampliavam significativamente sua participação no mercado de trabalho, começaram a colocar em questão modelos de casamento baseados apenas na felicidade da família (NECKEL, 2004). Analisando as revistas de comportamento femininas e masculinas da década de 1970, percebeu a autora que estas passaram a mostrar novos caminhos para as “mulheres modernas” na esfera das relações de gênero, destacando-se a liberdade sexual feminina, embora mantivesse o casamento como destino das mulheres (NECKEL, 2004).<sup>90</sup>

Encontrei um indício no *BIP* de como as funcionárias do banco podem ter se posicionado em relação à campanha. Na seção “História não Escrita” havia o texto da funcionária Neusa Maria Gaspar,<sup>91</sup> no qual narra sua adição<sup>92</sup> em agência do banco no agreste pernambucano.

Água fresca, praia de rio, sol de quarenta graus. Dormi na rede os dois meses de adição. Obriguei-me a enfrentar morcegos, miséria, contrastes econômicos e culturais. Para conhecer o agreste pernambucano, os ‘severinos-retirantes’, os ‘Raimundos-nonatos’, as ‘marias-da-conceição’, os nordestinos todos e suas ‘vidas-secas’, peguei um ‘pinga-pinga’ em Petrolina, padeci duas horas de suor na caatinga, rumo ao sertão. A cidadezinha chamava-se Santa Maria, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição Da Boa Vista, o São Francisco justifica o nome. Cheguei em dia de festa e novena. A missa, naquela quarta-feira, era por conta do Banco do Brasil. Quando fui apresentada ao pessoal, estavam todos com a arrumação do altar: flores amarelas, o logotipo do banco, coral de música sacra. Lá fora, muito foguetório. Àquela noite, às margens do São Francisco, compreendi o quanto significa ser gerente do Banco do Brasil. Gerente de agência em cidade pequena carrega andor e o peso de muita responsabilidade. Da casa do prefeito até a igreja, da igreja à casa do prefeito, o colega Procópio levava nas mãos a imagem de Nossa Senhora. Ao lado dele, esposa e filhos; atrás, os moradores seguiam cantando. Muitos fogos e orações

<sup>90</sup> Ressalto que a pílula anticoncepcional começou a ser comercializada no Brasil em 1962, embora a divulgação e comercialização tenha ocorrido no Brasil e em outros países do terceiro mundo como parte da estratégia de controle da população. Sobre este assunto, ver Joana Maria Pedro (2003).

<sup>91</sup> Neusa é descrita como a autora do texto e que tomou posse na Agência Centro de Curitiba (PR) em 17.09.75, atualmente - 1982 - atuava no Centro de Processamento de Serviços e Comunicações (CESEC) de Londrina (PR). Procurei por Neusa, mas não obtive êxito. Encontrei apenas um livro de poemas publicado em Londrina (PR), em 1983, cuja autora é Neusa Maria Gaspar (GASPAR, 1983) que tudo indica ser Neusa aqui referida.

<sup>92</sup> Adição é a transferência temporária de funcionário, a seu pedido, para regiões de difícil acesso e provimento.

iluminando o São Francisco. Como sempre acontece, a cidadezinha evoluiu muito com a chegada do banco. Antes não se via tamanha animação, num clima permanente de festa e progresso.

Em Santa Maria da Boa Vista, os jornais chegam com atraso, a rede telefônica nem sempre funciona, a televisão molda a vontade das pessoas. As notícias caminham pelas ruas. Os sertanejos, nem sempre ‘antes de tudo, um forte,’ têm o Velho Chico como bênção dos céus. Colhem-se uvas, de janeiro a janeiro, além de melões, tomates e mangas enormes. O que seria desse povo, se não fosse a natureza tropical do País? Trabalho não falta em Santa Maria, aí entra o Banco do Brasil, com o engenheiro agrônomo ensinando a trabalhar a terra. Os colegas incentivando o pequeno agricultor para que aprenda a ler e a escrever. Crescem as filas para novas propostas, a Rural torna-se pequena para atender a todos. Em breve sairá o novo prédio da agência. Para se chegar ao Pavan, em Curaçá (BA), basta atravessar o São Francisco, moradia de 300 espécies diferentes de peixes – do surubim a piranhas. Às seis da tarde, esgueirando-se pelo telhado sem forro, um morcego fazia *looping* na sala. Pela manhã, acordava com os passarinhos voando sobre a minha rede. Na casa da Tia Dedé, a mãe de todos nós, hospedam-se os funcionários do banco. Lá, sempre havia uma palavra amiga e alguém para nos ouvir, se necessário. No agreste pernambucano, as funcionárias do Banco do Brasil não hesitam em modificar hábitos e implantar novos usos e costumes. Lutam contra os preconceitos, enfrentam a vidinha ‘aperreada’ do lugarejo e desafiam o sertão em busca de sua valorização profissional. Vale a pena saber que não estamos sozinhas nesta luta. A cada dia, em cada Pavan ou agência, gente como a gente empenha-se em construir neste País um mundo melhor. E tenham certeza, o diabo não é tão forte como se pinta. A adição em terras longínquas e estranhas é perfeitamente suportável e enriquece nossa experiência como pessoa e como profissional. Mesmo para as mulheres. Afinal, uma grande empresa se faz com homens E mulheres de coragem (BIP, 1982, nº 97, 1ª quin., grifo nosso).

O texto de Neusa traz uma visão de igualdade entre homens e mulheres, na sociedade e no banco. Publicado no *BIP* quatro anos após a campanha publicitária, intencional ou não, entendo que o texto parecia ter alvo certo: contrapor a mensagem de gênero transmitida pela campanha publicitária do contador. Ao iniciar, destacando que dormiu na rede durante dois meses da adição, obrigou-se a enfrentar morcegos, miséria, contrastes econômicos e culturais no agreste pernambucano,<sup>93</sup> Neusa vai prendendo o leitor em sua narrativa. O ponto alto do texto revela sua percepção sobre a posição das mulheres em relação aos seus maridos: o colega Procópio levava a mulher e filhos ao seu lado e não atrás! Por fim, deixa um recado aos colegas e ao próprio banco: as funcionárias do Banco do Brasil lutam contra os preconceitos e desafiam o sertão em busca de valorização profissional! Conclui o texto com

<sup>93</sup> O agreste - nome dado entre a zona da mata e o sertão - pernambucano compreende 71 municípios. A cidade de adição de Neusa, município de Santa Maria da Boa Vista, ficava 611 km de distância da capital Recife, banhado pelo Rio São Francisco, na divisa com o Estado da Bahia. Informações disponíveis no site <https://www.santamariadaboavista.pe.gov.br>.

uma fina ironia: “mesmo para as mulheres” a adição em terras era suportável e enriquecedora pois “uma empresa se faz com homens E mulheres de coragem.”

Questiono se Neusa teria contato com as discussões feministas do período. O que é possível dizer é que as discussões feministas já circulavam. O ano em que Neusa ingressou no banco, 1975, é considerado o momento inaugural do feminismo brasileiro, pois até então esteve restrito a grupos específicos, fechados e intelectualizados através de grupos de reflexão ou grupos de consciência (MORAES, 1985; PINTO, 2003; TELES, 1993).<sup>94</sup> Também era o ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) havia declarado Ano Internacional da Mulher.<sup>95</sup> Maria Lygia Quartim de Moraes, ao fazer um balanço da década da mulher, 1975-1985, concluiu que a iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras por ter propiciado um momento de organização e debate quando ainda se vivia sob a ditadura militar (MORAES, 1985).

Em 1975 também iniciava a imprensa alternativa feminista. No mesmo estado de Neusa – ela ingressara no banco na agência de Curitiba – Joana Lopes, de Londrina, editava o primeiro número do *Jornal Brasil Mulher*, um ano depois viria o *Nós Mulheres* e em 1981 iniciava o *Mulherio* (TELES, 1993).<sup>96</sup> Segundo Maria Lygia, os anos posteriores a 1975 ampliaram o espaço de discussão sobre as mulheres, período em que os grupos feministas, ao

---

<sup>94</sup>Metodologia adotada a partir do feminismo chamado de segunda onda, especialmente nos Estados Unidos e Europa. Tais grupos eram compostos exclusivamente por mulheres, que se reuniam para conversar sobre suas experiências e problemas específicos, levando-as a perceber como seus problemas pessoais eram comuns às demais mulheres, portanto, eram questões coletivas e políticas. Para ver mais sobre a constituição e organização de tais grupos ver Joana Maria Pedro (PEDRO, 2006, 2012).

<sup>95</sup>Por iniciativa da ONU, 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher e a partir deste o período 1975-1985 foi instituído como a Década da Mulher na tentativa de que os países envidassem esforços para superar os problemas que limitavam a plena cidadania feminina. Goldberg destacou as respostas dadas pelo governo brasileiro, entre 1975 e 1978, ao questionário da ONU sobre a implantação no Brasil do Plano Mundial de Ação da Década da Mulher: “as estratégias globais e os mecanismos de ação não tem sido considerados necessários, uma vez que a posição da mulher na sociedade brasileira vem evoluindo naturalmente, dentro do processo global de desenvolvimento. Com o processar do desenvolvimento econômico e com conseqüente desenvolvimento intelectual vão-se atenuando e diminuindo as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher na consideração das funções sociais. Esta é a evolução natural que derrubará os preconceitos existentes ainda em quase todo o mundo...” (BARROSO, 1982, p.114 apud GOLDBERG, 1987, p. 97).

<sup>96</sup>Os três jornais fazem parte da história do feminismo brasileiro. O jornal *Brasil Mulher* circulou entre 1975 e 1979 e *Nós Mulheres* entre 1976 e 1978. Sobre os dois jornais ver a análise de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite no livro *Da guerrilha à imprensa feminista* (TELES; LEITE, 2013) e também a tese de Maria Lygia Quartim de Moraes (1981), uma das editoras do *Nós Mulheres*. Já o jornal *Mulherio* foi lançado em maio de 1981 e circulou até 1988, importante jornal que se assumiu feminista desde seu primeiro número, editado a partir da Fundação Carlos Chagas por jornalistas e pesquisadoras feministas. Teve 39 números, as quais estão disponíveis no site [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br). Uma análise da imprensa feminista a partir de *Mulherio* pode ser vista nas pesquisas de Cardoso (2004) e Nichnig (2013).

atuarem junto a organizações femininas ligadas à igreja, às trabalhadoras sindicalizadas - como as metalúrgicas, as bancárias<sup>97</sup> e as jornalistas - e também junto às associações das donas de casa, fortaleceu os laços entre as mulheres dos grupos feministas e as associações comunitárias (MORAES, 1985).

O contexto vivido e narrado por Neusa na história acima - entre 1975 e 1982 - já era um momento em que a discussão sobre as mulheres estava colocada na sociedade brasileira. Assim, sua história representa uma dentre tantas outras desconhecidas na história do banco. Mas, embora as mulheres não estivessem nas campanhas publicitárias do banco, já começavam a aparecer nas estatísticas. Em 1978, o número 14 do *BIP* divulgou a nota “A mulher e o trabalho”, mostrando que:

A mulher continua ingressando firme no mercado de trabalho brasileiro e sua participação nas atividades econômicas já não constitui novidade. Em São Paulo, por exemplo, onde se encontra o maior contingente de mão-de-obra empregada no país, grande parte das carteiras profissionais expedidas pelo Ministério do Trabalho tem sido obtida pelo sexo feminino. No cômputo geral, no entanto, os homens representam a maioria, o que leva a crer que muitas mulheres ainda preferem exercer a função de dona-de-casa. Até o dia 31 de julho, o banco possuía em seu quadro 17.912 funcionárias, que exerciam as mais diversas funções (BIP, 1978, nº 14, p. 2).

Embora a fonte das informações estatísticas esteja ausente na nota cima, os dados sobre a taxa de atividade feminina – relação entre as mulheres que trabalham com a população feminina de mais de 10 anos - informavam que as mulheres brasileiras ingressavam firmes no mercado de trabalho no período. Conforme Cristina Bruschini, a taxa de atividade feminina no Brasil passou de 14,6% em 1950 para 18,2 em 1970 e quase 36% em 1983 (BRUSCHINI, 1985, p. 12). A tabela abaixo permite uma melhor visualização da taxa de atividade de homens e mulheres, nos domicílios urbanos e rurais, no período 1970 - 1983:

---

<sup>97</sup> A atuação sindical das bancárias será discutida no quarto capítulo da tese.

Tabela 4 – Taxas de Atividade de homens e mulheres no Brasil e em São Paulo - 1970 a 1983

ANO	CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO	BRASIL		SÃO PAULO	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1970	Total	71,9	18,2	72,3	23,0
	Urbano	65,5	22,3	70,3	25,5
	Rural	80,1	12,2	80,0	11,3
1976	Total	73,6	28,8	73,9	30,4
	Urbano	68,6	28,9	72,9	31,2
	Rural	82,9	28,4	79,4	24,7
1980	Total	72,4	26,6	75,3	32,6
	Urbano	70,0	30,5	74,7	34,0
	Rural	77,6	17,1	79,5	20,2
1983	Total	74,8	35,6	75,6	37,4
	Urbano	71,6	35,6	74,8	37,5
	Rural	83,0	35,4	83,2	37,0

Fonte: 1970 - Perfil Estatístico/UNICEF-IBGE; 1976 a 1983 - PNAD/IBGE; 1980 - Censo Demográfico/IBGE, elaborada por BRUSCHINI (1985, p. 97)

Como se observa na tabela, a partir da década de 1970 ocorre um crescimento substancial na taxa de atividade laboral das mulheres no Brasil, e mais ainda, no Estado de São Paulo. É, de fato, a partir da década de 1970, que ocorre o maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho formal e assalariado (AGUIAR, 1984; BLAY, 1978; SOUZA-LOBO, 1991). Andréé Kartchevsky-Bulport destacou que, desde o final da primeira guerra, as mulheres começaram a integrarem-se como assalariadas, mas fixaram-se de vez na década de 1970 (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986). Mas como alertava Bruschini, os marcos teóricos e critérios de captação de dados consideravam “atividade” apenas o trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formal, seguindo as regras da economia de mercado dos países capitalistas mais avançados, critérios que se mostravam inadequados para medição do

trabalho em países cuja estrutura econômica assenta-se em atividades agrícolas e informais, descontínuas e sazonais, como o Brasil (BRUSCHINI, 1985, p. 1). Assim, apesar do continuado aumento das mulheres no mercado de trabalho, observava-se um descontentamento por parte das pesquisadoras com a forma como os censos eram realizados. Conforme sugeriram as participantes do seminário “A mulher na força de trabalho na América Latina”, realizado em 1978, era preciso compreender qualitativamente o trabalho feminino, modificando as perspectivas teóricas e os dados classificatórios, uma vez que a quantidade de atividades femininas exercidas por mulheres iam além daquelas propostas pelo marco teórico tradicional, logo era precisa valorizar outras formas de participação das mulheres, como o trabalho doméstico não remunerado, que pode abarcar uma série de atividades desde o serviço de limpeza, compra e produção de alimentos, de cuidados com as crianças e idosos, pagamentos de contas, entre diversos outros (AGUIAR, 1984).

Considerando as ocupações exercidas pelas mulheres, Bruschini mostra que o setor terciário da economia (prestação de serviços, funções burocráticas de escritório, comércio, assistência médica, educacional, entre outros) são “redutos tipicamente femininos” que concentravam 71,3% das mulheres economicamente ativas em 1980 (BRUSCHINI, 1985, p. 122). No que se refere às trabalhadoras bancárias, a mesma pesquisa de Bruschini citada acima informava - mas não trazia dados estatísticos - que “ainda no terciário, outro ramo que também absorveu muitas trabalhadoras foi o bancário-financeiro, refletindo tanto as novas necessidades criadas pela expansão econômica [...] quanto a preferência por mulheres em serviços burocráticos” (BRUSCHINI, 1985, p. 41). A primeira estatística oficial da presença das mulheres no setor bancário veio com a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (DIEESE) realizada em 1979, encomendada pela Federação dos bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (DIEESE, 1980). Divulgada em 1980, a pesquisa mostrou que 64% dos bancários lotados no Estado de São Paulo eram do sexo masculino, ante 36% de mulheres. Contando com uma amostra de 1.353 bancários, mostrou que a média de idade era de 26 anos, 66% solteiros e 25% possuem filhos e, dentre os que têm filho, a média é de dois por bancário” (DIEESE, 1980). Na pesquisa não consta o percentual de mulheres que possuem filhos, se são casadas ou não, se chefes de família ou não (DIEESE, 1980).

Voltando à nota “mulher e trabalho”, o *BIP* não detalhou o nível da carreira administrativa em que estavam as 17.912 funcionárias: se no quadro auxiliar, no nível básico, nível médio ou até no nível superior. Mas, no final do mesmo ano, o número 17 trouxe os números do funcionalismo por nível da carreira e por Estado:

Até 31 de julho passado, o banco possuía 79.001 funcionários. Quase metade (39.405) não contava ainda com cinco anos de serviço; e apenas 309 já haviam adquirido mais de cinco quinquênios. A Carreira Administrativa absorvia mais de 80% do total. No Nível Básico encontravam-se 25.550, correspondendo a 30,9% do funcionalismo. O Nível Médio estava integrado por 15.081 (19,09 %) e o Nível Superior por 24.411 (32,34 %). Em relação à Carreira Administrativa, essa distribuição representava respectivamente 39%, 23% e 38%. Sem contar os órgãos da Direção Geral, São Paulo era o estado que mais concentrava o número de funcionários, com 16.518, seguido pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 8.065 e 8.011. Do total existente nas diversas carreiras, 17.912 são do sexo feminino (22,67%). O maior número de funcionárias também se localiza nas agências paulistas enquanto no Estado do Acre (57 homens e 24 mulheres) ficou com o maior percentual de participação feminina: 29,63% (BIP, 1978, nº 17, p.2).

A falta de estatísticas por gênero nas diversas carreiras e no quadro de carreira auxiliar deixa uma lacuna. Se quase metade dos funcionários do banco - 39.405 - não contava ainda com cinco anos de serviço, estes foram admitidos, então, a partir de 1974. Logo, percebe-se que o banco foi renovando e ampliando seu quadro de funcionários neste período. Ressaltando que o ingresso no banco até 1979 ainda se dava via concurso de Auxiliar de Escrita. A diferença entre os que não possuíam cinco anos de banco e os já localizados no nível básico totalizava 13.855. Tudo indica que eram funcionários e funcionárias que ainda estariam no quadro de carreira auxiliar.<sup>98</sup>

No número 34 do *BIP*, a nota “Funcionalismo em números” mostrou um outro panorama da distribuição por carreiras. Em abril de 1979, o total de funcionários do banco era 80.171, incluídos 6.934 na Carreira de Apoio, além de 6.515 menores-aprendizes (BIP, 1979, nº 34). Semanas antes, o número 32 havia anunciado o sistema de pré-inscrições para os concursos externos do nível básico:

A partir deste semestre, a RESEL inicia o sistema de pré-inscrição para os concursos externos do Nível Básico. Trata-se de levantamento semestral prévio de candidatos de todo o país, sem qualquer despesa para os interessados ou compromisso para o banco. A posse desse dado permitirá melhor programação das seleções e a realização de pelo menos um concurso mensal. Se tudo correr bem, em pouco tempo todas as agências terão

---

<sup>98</sup> Uma nota no *BIP* informa que foram suspensas as seleções para a carreira de serviços auxiliares, sendo a última seleção realizada em 1985 (BIP, 1986, nº 201). A nota deixa dúvidas se esta carreira se referia ao concurso de auxiliar de escrita ou aos cargos da carreira de apoio, como telefonistas, ascensoristas, etc.

resolvido seus problemas de preenchimento de quadros (BIP, 1979, nº 32, p. 1).<sup>99</sup>

A justificativa da pré-inscrição era proporcionar uma melhor programação dos concursos e permitir um concurso por mês. Os concursos externos do nível básico eram a volta do concurso externo para escriturário após dez anos do retorno das mulheres ao banco. Considero que a pré-inscrição sinalizava - assim como no concurso de Auxiliar de Escrita de número 111 discutido no primeiro capítulo - filtragem de eventuais candidatos despreparados.

O ritmo das seleções externas passou a ser mais intenso. Segundo o *BIP*, esta rapidez seria fruto das pré-inscrições que possibilitariam a realização de um concurso por mês (BIP, 1979, nº 32). No entanto, os números de aprovados permitem observar que o índice de aprovação destas seleções externas ao nível básico, a exemplo dos concursos de Auxiliar de Escrita, permaneceu baixo. Talvez, por este motivo, o banco resolveu retirar a datilografia da etapa inicial dos concursos, informando que “[...] apenas aos habilitados em Português, Matemática, Contabilidade Geral e Técnicas Bancárias e Comerciais será aplicada a prova de Datilografia, quando da qualificação para posse” (BIP, 1981, nº 76, p.4).

Ainda no ano de 1979, o *BIP* anunciava a primeira mulher a ocupar cargo de administração em agência:

Em 1969, o banco realizava o primeiro concurso aberto às mulheres. No início, a presença feminina causou estranheza, depois virou novidade. Até que o pessoal se acostumou. Agora, dez anos depois, uma gaúcha de 29 anos, natural de Erechim, com fé-de-ofício exemplar, é dispensada da comissão de Supervisor de agência em Boa Vista (RR) para ocupar a gerência adjunta em Formosa do Rio Preto (BA). Érica Moser Pereira (casada, mãe de três filhos), que em abril completa oito anos de banco, entra no quadro de “movimentação de administradores, publicado na página 4 desta edição, como a primeira mulher nomeada para ocupar cargo de administração em agência (BIP, 1979, nº 36, p.9).

Dez anos após o retorno das mulheres no banco, a notícia acima colocava as mulheres definitivamente nas estatísticas e na carreira do banco. Destacando que o retorno das mulheres foi “da estranheza até que o pessoal se acostumou”, o *BIP* informava a façanha de

---

<sup>99</sup> A pré-inscrição teve vida curta. Em abril de 1980, o *BIP* informava que o banco suspendeu, por tempo indeterminado, o acolhimento de pré-inscrições para as seleções externas do nível básico, mas não informou o motivo da suspensão (BIP, 1980, nº 50).

Érica: casada e mãe de três filhos. Como fariam as mulheres para cuidar dos filhos e da carreira do banco? As creches eram o assunto em pauta neste período.

## 2.2 CRECHES: PAUTA DAS FUNCIONÁRIAS E DO FEMINISMO

A criação de programas de assistência materno-infantil revela-se atualmente como uma das metas prioritárias das autoridades governamentais de grande parte dos países do mundo. No Banco do Brasil não se pensa de maneira diferente. O GT chegou a posições conclusivas. Mas, um projeto de tamanha envergadura, revestido de tantas peculiaridades e abrangendo agências de várias regiões, precisa ser apreciado com muito carinho. [...] É isso que se está fazendo. E é por isso que o assunto continua em pauta (DESED, 1979, nº 67, p.7).

O trecho acima, publicado num dos últimos números da *Revista Desed*, mostra como a demanda por creches foi tratada no Banco do Brasil. As creches, direito fundamental das crianças reconhecido a partir da Constituição Federal de 1988,<sup>100</sup> apareceu mais fortemente no *BIP* entre 1978 e 1982.

Na seção de cartas do *BIP* número 8 foi publicado o questionamento de Miriam: “Espero, na condição de futura mamãe, que o plano do banco de estudar a viabilidade da implantação de creches se concretize. Eu e meu marido, que é funcionário, aguardamos ansiosos a divulgação dos resultados destes estudos. Mirian Sonia, RJ” (*BIP*, 1978, nº 8, p. 2).

Miriam estava se referindo ao Programa de Assistência Materno-Infantil. O *BIP* número 12 informou como estava o andamento dos estudos para a implantação do programa no banco:

O grupo de trabalho instituído para formular o Programa de Assistência Materno-Infantil encerrou, no mês passado, série de viagens a diversas cidades brasileiras. As visitas possibilitaram a realização de pesquisa, coleta e análise de informações necessárias à elaboração de um conjunto de alternativas para implementação do programa. Quando encerrar suas atividades, o grupo reunirá esses dados em relatório conclusivo sobre a matéria, que será posteriormente submetido à Diretoria. Além dos levantamentos nas agências, os integrantes do GT mantiveram contato e entrevistas com entidades assistenciais, creches já existentes e órgãos públicos ligados ao assunto (*BIP*, 1978, nº 12, 2ª quinz., p. 1).

<sup>100</sup> No art. 7º, dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, o inciso XXV trouxe: “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 1988). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reconheceu a creche como parte do sistema educacional, ao inseri-la na Educação Básica, etapa inicial – 0 a 6 anos (BRASIL, 1996). Em 2006, a Emenda Constitucional n. 53 alterou a redação do artigo 7º para “até cinco anos de idade” (BRASIL, 2006).

Cabe destacar inicialmente o nome dado ao programa: Assistência Materno-Infantil. O nome remete ao contexto histórico em que fora pensado pelo banco. Conforme Zilma Oliveira, a trajetória das creches no Brasil mostra que sua concepção sofreu modificação ao longo do tempo: de política de assistência para uma política e dever do Estado e das empresas para com o direito de educação das crianças (OLIVEIRA, 1988). As creches nascem no século XIX, nos Estados Unidos e Europa, com o avanço da industrialização e do capitalismo, que absorveu a mão de obra, mais barata, de mulheres. Neste período, a creche tinha apenas o caráter assistencialista: as crianças deveriam receber os cuidados básicos, como alimentação e higiene, enquanto a mãe não podia cuidar delas (OLIVEIRA, 1988).

No Brasil, as creches aparecem na primeira metade do século XX com o desenvolvimento da indústria. A CLT de 1943 reconheceu a creche como um direito trabalhista das trabalhadoras mães que estivessem em período de amamentação.<sup>101</sup> Mas foi na década de 1960 que a demanda por creches nos grandes centros urbanos aumentou consideravelmente. Um dos principais motivos foi a inclusão das mulheres das camadas médias no mercado de trabalho, aliada à urbanização que diminuiu o espaço público destinado ao lazer e trouxe a questão da segurança pública (OLIVEIRA, 1988).

A luta por creches foi encampada pelos novos personagens que entraram em cena na década de 1970 e 1980. Eder Sader mapeou estes personagens, um deles eram as mulheres organizadas inicialmente pela igreja católica através dos clubes de mães, das associações de bairros e das comunidades eclesiais de base (SADER, 1988). Conforme Maria Amélia de Almeida Teles, embora 1975 tivesse sido um marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil, o movimento por creches só se intensifica a partir do final da década de 1970 (TELES, 2010). Tal movimento surge nas classes populares de São Paulo, nos primeiros anos da década de 1970, quando o movimento de mulheres, especialmente as mulheres da periferia de São Paulo, mobilizaram-se junto aos clubes de mães, associações de bairro, articulados à igreja católica, padres e freiras das comunidades. Do outro lado da cidade, na zona sul, mulheres também começaram a se reunir e reivindicar escolas para os seus filhos. Estes movimentos começaram a ter contato com grupos feministas, os quais se uniram na reivindicação (TELES, 1993). Em 1979, no 1º Congresso da Mulher Paulista, foram tiradas

---

<sup>101</sup> No texto original da CLT publicado em 1943, o artigo 339, capítulo III “Da proteção do trabalho da mulher”, trouxe no parágrafo único: “Quando não houver creches que atendam convenientemente à proteção da maternidade, a juízo da autoridade competente, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação (BRASIL, 1943).

como resoluções unânimes o estímulo à luta por creches e uma coordenação composta por entidades femininas e feministas dispostas a fazerem um trabalho unitário. Naquele momento, foi criado o Movimento por Creches, uma tentativa de ligar as várias iniciativas locais. Ainda em 1979, o 1º Encontro Nacional de Mulheres, realizado no Rio de Janeiro, ratificou a luta por creches (MORAES, 1985).

As creches geraram debates junto ao poder público e à sociedade em geral. De um lado, a creche ainda era vista como uma política de países socialistas para mães pobres e crianças. De outro lado, estavam as feministas e o movimento de mulheres que reivindicavam a creche como um espaço de socialização das crianças, trazendo as palavras de ordem: “creche não é caridade, é um direito” (TELES, 2010, p.25).

Já no Banco do Brasil, o *BIP* mostrava que a pauta da creche ainda seguia a visão de assistência. No ano seguinte, em 1979, a *Revista Desed* trouxe uma ampla reportagem sobre o histórico das assistências que o banco já prestava às mulheres:

[...] E a mulher, agora, está em todas. Inclusive no Banco do Brasil, onde trabalham 18 mil servidoras, das quais, 45% casadas. A expressividade das cifras fez com que o banco acionasse dispositivos que pudessem definir uma política dirigida à proteção da funcionária-mãe. Assim, pensou-se de imediato na formulação de um programa de assistência materno-infantil capaz de assegurar à funcionária condições ideais de tranquilidade no ambiente de trabalho. [...] A CLT destaca em seu artigo 389, 1º e 2º [...]. O Banco nunca se omitiu do amparo ao seu funcionalismo. Já em 1938 foram emitidas as primeiras medidas para implantar as diretrizes de apoio assistencial à maternidade da funcionária e, por extensão, aos seus filhos. Neste mesmo ano instituiu-se o horário especial para a funcionária mãe. Despachos presidenciais posteriores facultaram às mulheres que tivessem filhos menores de seis anos o trabalho em horário corrido de cinco horas. Mais recentemente a Diretoria aprovou parecer que reformulava a concessão desse horário especial, assegurando-o durante os seis meses após o parto. O texto legal formulado na década de 1930 - quando a realidade socioeconômica era inteiramente outra - perdeu bastante em atualidade. [...] Agora, tentando ampliar ainda mais a assistência já prestada à mulher, assim constatou-se que as creches poderiam entrar na pauta. E entraram (DESED, 1979, nº 67, p.4-5-6).

Antes mesmo da obrigatoriedade da CLT, o *BIP* informava que o banco já realizava programas de assistências às mulheres. Cita o horário especial - redução de jornada - para a funcionária mãe desde 1938, posteriormente alterado para a jornada de 5 horas corridas para

as mulheres com filhos até seis anos de idade e recentemente, 1979, o banco havia passado a conceder o horário especial apenas durante os seis meses após o parto.<sup>102</sup>

Embora as creches já constassem na CLT desde 1943, foi o decreto 229, de 28 de fevereiro de 1967, que desmembrou o parágrafo único do texto original da CLT, instituindo a possibilidade de que a instalação das creches se desse “por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC), da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>103</sup> ou de entidades sindicais” (BRASIL, 1967). Tal decreto veio corroborar o caráter assistencialista das creches.

Em 1980 mais três funcionárias enviaram cartas ao banco pedindo esclarecimento sobre as creches. O *BIP* as publicou em sequência, juntamente com a resposta dada pelo banco:

Gostaria de saber se o Programa de Assistência Materno-Infantil do Banco continua em estudo na direção geral – Maria da Silveira – Ponta Grossa (PR).

Há algum tempo a direção geral promoveu, na agência Centro-Belo Horizonte, reunião com as funcionárias casadas, para estudar a possibilidade de implantar creche nesta filial ou firmar convênio com estabelecimentos especializados. Que pode nos dizer o BIP a respeito? – Scheila Mendes - Agência Centro – Belo Horizonte (MG).

O Banco ainda está estudando a possibilidade de construir creches ou firmar convênios com creches particulares? - Vânia Botelho -Agência Central - Brasília (DF).

O ‘Programa de Assistência Materno-Infantil’ continua sendo examinado pela Direção Geral (BIP, 1980, nº 61, 1ª quin., p. 3).

Lotadas em diferentes regiões do país, as cartas acima mostram que havia uma súplica geral das funcionárias por creches, quer fossem implantadas nos locais de trabalho ou firmados convênios com creches particulares. Mas o Programa de Assistência Materno-Infantil parece nunca ter sido colocado em prática pelo banco. No início do ano de 1982, o

<sup>102</sup> A redução de jornada das mulheres para a amamentação esteve prevista na CLT de 1943, no Art. 396: “Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um” e no parágrafo único: “Quando o exigir a saúde do filho, o período de seis (6) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente” (BRASIL, 1943).

<sup>103</sup> A LBA, primeira instituição pública de assistência social, foi criada em 1942 pela primeira-dama Darcy Vargas com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tinha, inicialmente, como estratégia envolver as mulheres, através da assistência social, no contexto da guerra (SIMILI, 2008). Foi extinta em 1995.

*BIP* anunciava, na contramão do entendimento dos movimentos de mulheres e feministas sobre creches, que, juntamente com os demais bancos e o governo federal, o Banco do Brasil adotaria um dos programas maternos-infantis da LBA:

O banco irá apoiar, juntamente com outras instituições financeiras, o programa materno-infantil mantido pela Legião Brasileira de Assistência. Protocolo de intenções foi assinado pelo presidente Oswaldo Colin. Assinaram ainda os documentos os ministros da Previdência [...] e da Fazenda [...]; a presidente da LBA, Lea Leal; [...] e o presidente da Federação Nacional dos Bancos [...]. De acordo com o documento, as instituições financeiras comprometem-se a adotar creches-casulo da LBA em todo o país mediante o pagamento mensal de valor equivalente de uma ORTN (CR\$ 1.453) por criança assistida. As creches oferecem à população infantil de até seis anos (das classes menos favorecidas) duas refeições, assistência médica e dentária e recreação, oito horas por dia. Cada unidade poderá receber até 35 crianças. Parte das vagas será reservada para filho de bancários – desde que haja compatibilidade de nível sócio-econômico (*BIP*, 1982, nº 91, 1ª quin., p. 1).

Com base no texto acima, nota-se que a opção pela adoção de creches da LBA, órgão federal de assistência social, não foi apenas do Banco do Brasil, mas dos bancos e do governo federal, assinado, inclusive, pela Federação Nacional dos Bancos.

Conforme Fúlvia Rosemberg, a LBA na década de 1980 tinha articulação em nível nacional, estadual e municipal (ROSEMBERG, 1997). Em 1976 havia criado seu primeiro grande projeto, o Projeto Casulo. Para ela, esse projeto inseria-se na estratégia da Doutrina da Segurança Nacional do governo militar para atingir três frentes: atuar com base na prevenção aos pobres, chegando diretamente aos governos municipais e nas comunidades; mostrar o lema do investimento da criança como investimento na segurança nacional e apresentar a retórica nacionalista (ROSEMBERG, 1997).

Mas a adoção das creches da LBA não tinha o intuito de resolver a demanda por creches das funcionárias do banco,<sup>104</sup> visto que o piso salarial dos bancários não os enquadrava no nível sócio-econômico dos programas da LBA.<sup>105</sup> Assim, nos números seguintes do *BIP*, as demandas das mulheres continuaram.

---

<sup>104</sup> Como será visto no quarto capítulo, a concessão de creches pelos bancos foi uma batalha travada pelas mulheres bancárias e pelo movimento sindical. O primeiro Acordo Coletivo que instituiu o auxílio-creche, substituto à instalação de creches previsto no art. 389 da CLT, foi assinado em 1982 pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo (FOLHA BANCÁRIA, n. 1292, 1986).

<sup>105</sup> Em 1981 o piso salarial da categoria bancária (escriturário e tesouraria) era Cr\$ 11.688,00, já o salário mínimo era Cr\$ 8.464,80 (FOLHA BANCÁRIA, n. 204, 1981).

### 2.3 ASCENSÃO NO BANCO: PALAVRA DE MULHER!

Além das creches, as demais pautas das mulheres continuavam firmes no *BIP* com o tema do comissionamento das mulheres na carreira do banco. A nota “A mulher no banco” finalmente trouxe estatísticas de gênero por nível da carreira. Elas estavam assim distribuídas:

Cresce a participação da mulher no banco. Hoje, para um total de quase 100 mil funcionários, 23 mil são do sexo feminino, num percentual de aproximadamente 25%. Elas estão assim distribuídas pelo quadro funcional: 21.427 no posto efetivo, 3 gerentes-adjuntos e 2458 em outras comissões. Ocupam a gerência-adjunta de agência as funcionárias Érica [...] (Formosa do Rio Preto - BA); Mabel [...] (Caracaraí- RR); e Rita [...] (Tanhaçu- BA) (*BIP*, 1981, nº 85, p.1).

Nota-se que de 17.912 funcionárias existentes em 1978, o número saltou para 23 mil em 1981. Nota-se também que em 1981 o banco possuía apenas três mulheres exercendo a função de administração em agência, 2458 mulheres estavam em outras comissões e 21.427 estavam no posto efetivo, ou seja, escriturárias no nível básico da carreira. Ficou ausente a informação sobre quantas mulheres ainda estariam no quadro auxiliar de carreira ou se simplesmente não havia mais nenhuma.

No ano seguinte, em março de 1982, o *BIP* publicava o encarte<sup>106</sup> denominado “Palavra de Mulher”, uma espécie de ampla entrevista com funcionárias comissionadas do banco (*BIP*, 1982, nº 95, 1ª quinz.). As funcionárias entrevistadas reuniram-se em Brasília, por mais de cinco horas, com duas repórteres que conduziram e assinaram a reportagem do encarte.<sup>107</sup> A preparação durou dois meses, definindo-se estrategicamente o mês de março como data de publicação. A ideia de realizar a entrevista surgiu após a publicação da nota “A mulher no banco” citada anteriormente e após os comentários que ela suscitou:

Semanas depois [...] o chefe-adjunto do Cesec de Presidente Prudente (SP) lembrava a não inclusão do nome de Maria Aparecida [...] chefe do Cesec, na relação das funcionárias citadas. Sem dúvida, o assunto era quente. Começava a amadurecer a ideia de se produzir um artigo que fugisse ao lugar-comum das citações estatísticas e das discussões puramente teóricas. Algo vivo, depoimentos talvez (*BIP*, 1982, nº 95, 1ª quinz., encarte).

<sup>106</sup> Encarte é um caderno diferenciado por tamanho ou assunto dentro de um jornal ou revista.

<sup>107</sup>As repórteres eram Maria José Pinto Lopes da Trindade e Jussara Silveira de Andrade Guedes. Maria José é conhecida por Maizé Trindade, jornalista, filósofa e educadora, atua ainda nos dias atuais. Jussara era funcionária do banco.

Segundo a reportagem, os nomes das entrevistadas foram definidos através de listas de funcionárias que ocupavam cargos em comissão. As escolhidas foram: Maria Aparecida, única chefe do Cesec até então; Conceição Portela, implantadora de automação; Ana Maria, caixa-executiva; Aracy Neide, chefe de gabinete na Superintendência de São Paulo e Érica, como já citada, a primeira gerente-adjunta do banco. Destaque para a escolha de Ana Maria, única caixa-executiva a participar da entrevista. Explica a reportagem que Ana Maria foi escolhida devido a representatividade das mulheres na função de caixa-executivo. Segundo dados do banco de dezembro 1981, das 2653 mulheres comissionadas, 46% estavam na função de caixa-executivo (BIP, 1982, nº 95).<sup>108</sup>

Depois de um breve panorama sobre as mudanças promovidas a partir da década de 1960, incluindo a Lei 5.473, de 10 de julho de 1968 discutida no primeiro capítulo, a reportagem trouxe um perfil de cada entrevistada. Importante destacar que, como se verá no perfil das entrevistadas, a exceção de Érica, todas as demais já cursavam o ensino superior, dado que vem corroborar o caráter de classe da carreira do banco no período, discutido no primeiro capítulo.

Conceição Portela e Maria Aparecida Bertolino haviam prestado o primeiro concurso que voltou a admitir mulheres, como já visto, o concurso de Auxiliar de Escrita de número 111 realizado em 27 de abril de 1969. Maria Aparecida era professora de inglês e português e seus pais apoiaram seu ingresso no banco. Já Conceição Portela, nascida em Pelotas/RS, teve um começo de carreira mais difícil, pois sua família foi resistente ao seu ingresso no banco, fazendo com que escolhesse uma cidade longe de sua residência, o que surpreendeu a todos. Casada e mãe de uma menina de quatro meses, Conceição Portela foi a primeira mulher no banco a exercer o cargo de implantadora “A”.<sup>109</sup>

Em 1970, Érica prestou concurso para o banco. Segundo a reportagem:

Erica era professora primária e desde os 15 anos ajudava o pai em sua pequena oficina de conserto de rádios: ‘Meu sonho era ser engenheira eletrônica, mas não tinha condição de estudar. Senti que para mim a oficina não tinha futuro e, em 1970, fiz o concurso do banco. Achei que seria uma boa opção, principalmente em termos financeiros’ (BIP, 1982, nº 95, encarte).

<sup>108</sup> A função de caixa é considerada uma função comissionada nos bancos.

<sup>109</sup> Conforme discutido no primeiro capítulo, o cargo de implantadora tinha como atribuição implementar a mecanização nas agências do banco (DESED, 1966, nº 2). Em 1978, o *BIP* noticiou “As três Marias”, ressaltando as três primeiras funcionárias Maria Aparecida, Maria Auxiliadora e Maria da Conceição que foram aprovadas em seleção nacional no curso e no estágio e que passariam a integrar o quadro de implantadores do banco (BIP, 1978, nº 2).

Érica considerou a melhor condição financeira que o banco lhe proporcionaria. A troca da profissão de professora primária pelo trabalho no banco foi um caminho comum percorrido por muitas jovens entre as décadas de 1960 e 1980, cujo argumento central era a condição financeira ou o “futuro” que um banco público proporcionava.<sup>110</sup>

Em outubro de 1982, o *BIP* voltou a destacar Érica, quando ela voltava à Santa Catarina, na função de gerente geral de agência:

Pela primeira vez o banco [...] tem uma mulher à frente de uma agência: Érica Moser Pereira, gerente-adjunto de Formosa do Rio Preto (BA), foi nomeada para a agência de Campo-Erê (SC). Na entrevista, publicada no *BIP/95*, a primeira gerente do banco [...] já mostrava sua disposição em fazer carreira no banco, mesmo que isso significasse ‘ter de pôr os pés no mundo’. Em 1977, saiu de Concórdia, onde tomou posse, e foi assumir o cargo de supervisor em Boa Vista (RR). De lá partiu para Formosa do Rio Preto (BA), após ter concorrido a 840 agências. Agora, depois de candidatar-se a 304 agências, Érica afirma estar disposta a continuar suas andanças. [...] ‘Meu desejo é trabalhar para o bem da comunidade, seja no norte ou no Sul. Os bancários são os ciganos do desenvolvimento brasileiro’ (*BIP*, 1982, nº 110, p.1).

Érica demonstrava que conhecia bem os pré-requisitos para o sucesso na carreira do banco: continuar suas andanças, seja no norte seja no sul, pois para ela “os bancários eram os ciganos do desenvolvimento brasileiro.” A compreensão plena do seu papel como funcionária de um banco público - trabalhar para o bem da comunidade – certamente teria contribuído com as histórias da campanha publicitária de 1978 discutida no início deste capítulo.

O número de agências a que Érica teve que concorrer até a promoção impressiona. Até ser nomeada em Formosa do Rio Preto, foram 840 agências e para voltar à Santa Catarina, foram mais 304.<sup>111</sup> No quesito persistência, Érica, era, sem dúvida, exemplo, demonstrando que, após muita persistência, as mulheres conseguiram assumir funções de destaque no banco.

Em 1975, Ana Maria por influência da mãe e também pensando em uma melhor condição financeira, prestou o concurso para o banco, enquanto estudava Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Após a conclusão do curso permaneceu no banco. O mesmo caminho foi seguido por Aracy Neide, recém-formada em Direito, abandonou o

<sup>110</sup> Conforme mostrou minha Dissertação, o argumento central para a troca da profissão de professora primária pelo trabalho no banco foi a “profissão de futuro” que um banco público proporcionava no período (GEROLETI, 2013).

<sup>111</sup> O município de Formosa de Rio Preto é o mais distante município da capital Salvador, localizado a 1.026Km de distância. No censo de 2010, possuía cerca de 22 mil habitantes (IBGE, 2010).

estágio que realizava, optando apenas pelo emprego no banco, segundo conta não era possível conciliar os empregos com as tarefas domésticas.

A exemplo de Neusa Maria Gaspar discutida no início do capítulo, as funcionárias entrevistadas pelo *BIP* também demonstraram possuir clara noção de sua situação no banco, bem como de seus direitos. O título escolhido para o Encarte, “Palavra de Mulher”, dito por Conceição, demarca a postura forte das funcionárias entrevistadas. Isso ficou evidenciado quando as repórteres fizeram uma afirmação de lugar-comum sobre os efeitos da dupla jornada no rendimento do trabalho das mulheres:

Para a maioria, ainda está longe o dia em que os filhos deixarão de ser considerados ‘um problema a mais para a realização pessoal da mulher [...] Enquanto esse tempo não chega, reclamam solução capaz de permitir à mulher com filhos maior tranquilidade no desempenho de suas funções. Argumentam que o rendimento cai, a assiduidade diminui [...] Nesse contexto torna-se compreensível a resistência que a maior parte dos homens tem em aceitar o trabalho feminino. ‘Resistência não, é preconceito mesmo!’ - reclamam em coro [...]. (BIP, 1982, nº 95, encarte).

O “coro” das entrevistadas deu o tom da entrevista e daí em diante esta se tornou um momento único de divulgação dos preconceitos sofridos pelas mulheres no banco:

Escudado na justificativa de que ‘mulher fala muito’, um administrador não hesitou em separar Cida de sua amiga Tereza: ‘Uma no primeiro, outra no segundo pavimento’ – decretou. Conceição e duas colegas não tiveram melhor sorte quando tomaram posse: ‘Fomos sorteadas entre os funcionários solteiros como se rifa uma máquina ou outro objeto qualquer, para ver primeiro quem ia namorar conosco. Éramos como animais raros no zoológico.’ De fato, inúmeras histórias contadas por outras mulheres parecem reforçar a ideia de que seu ingresso no banco foi visto, por muitos homens, como uma espécie de invasão temporária. ‘Elas vêm, ficam um pouco e acabam indo embora’, pensavam. Entretanto, estatísticas contrariam essa expectativa. [...] ‘Mas a impressão que se tem é a de que continuamos aqui provisoriamente’ - afirmam (BIP, 1982, nº 95, encarte).

Como se observa, da separação das colegas pelo chefe apenas por julgar que “juntas falavam muito” à “rifa das funcionárias solteiras”, nota-se o quanto as funcionárias do banco sofreram com o preconceito. A sensação de “provisórias” decorria do fato de perceberem que, embora concursadas, a elas não eram dadas as mesmas condições que aos homens, pois o banco não levava em conta suas especificidades como informou a reportagem:

Para elas, tudo parece indicar que as dificuldades enfrentadas com a nova situação decorrem da inexistência de um planejamento abrangente que leve

em conta o dado *mulher*. Exemplos? Citam pelos menos dois. O primeiro diz respeito aos ‘claros’ [ausências] criados na dotação das agências, em consequência do número de mulheres em licença maternidade. Uma forma de resolver o problema – dizem - seria a criação de um quadro suplementar, à semelhança dos existentes nos Cesec, destinado a socorrer as agências que ultrapasse um limite de ‘claros’ capaz de comprometer o funcionamento da dependência. Outro exemplo é o caso dos banheiros. ‘Quando ingressamos no banco não existiam sanitários femininos. Improvisaram soluções. Mas continuam a construir agências com banheiros masculinos mais amplos e numerosos’. Por quê? Perguntam. ‘Edifícios são feitos para durar muito tempo e ninguém garante que dentro de alguns anos o número de mulheres não iguale ou, até mesmo, supere o quadro masculino’ (BIP, 1982, nº 95, encarte).

Conforme se depreende do trecho acima, o que elas estavam reivindicando ao banco, chamado de “planejamento abrangente”, eram políticas de promoção do trabalho das mulheres. Inclusive, explicitaram a sugestão: criar um quadro suplementar que pudesse cobrir ausências de mulheres em licença maternidade.<sup>112</sup> A sugestão de criação de um quadro suplementar que pudesse socorrer as agências com falta de funcionários devido à licença maternidade, sem dúvida, auxiliaria na promoção do trabalho e na carreira das mulheres. De modo mais abrangente o que estavam pedindo eram políticas de ações afirmativas para o trabalho das mulheres.<sup>113</sup>

A indignação demonstrada quanto à ausência de banheiros femininos desde a chegada das mulheres no banco até aquele momento – quando o banco continuava a construir agências com banheiros masculinos amplos - sinaliza que, ainda na década de 1980, o banco mantinha o padrão masculino em seus locais de trabalho e o quanto o espaço também é um demarcador de gênero.

Em seguida, as perguntas destacam a relação com os homens. As entrevistadas ressaltam que embora não se queixem de situações constrangedoras – leia-se assédio sexual – as relações se conflitam quando o assunto é disputa profissional:

---

<sup>112</sup>A sugestão também podia estar se referindo à concessão de substituição para todos os cargos em comissão ocupados por mulheres enquanto estas estivessem em licença maternidade. No entanto, neste banco, ainda nos dias atuais, somente as mulheres que ocupam cargos de gerência possuem direito à substituição (PROFI, 2010).

<sup>113</sup> Na década de 1980, políticas afirmativas para o trabalho das mulheres no Brasil ainda não estavam colocadas na sociedade brasileira. Em meados da década de 1990, seminário organizado em parceria com Universidades, entidades feministas e sindicais discutiu várias experiências internacionais, especialmente na Europa e EUA e suas possibilidades de aplicação no Brasil (CAPPELIN; DELGADO; SOARES, 2000).

Há um consenso de que um homem se conforma de perder uma concorrência para outro homem, mas não admite perder para uma mulher. Aracy, por exemplo, deixou de ser cumprimentada por companheiros, enciumados com sua nomeação para a chefia de gabinete da Superintendência. [...] Já Érica percebeu a discriminação quando concorreu ao cargo de gerente-adjunto. Concorreu a 840 agências. Como a nomeação estivesse demorando muito pediu a opinião de um colega. A resposta foi curta e grossa: “Menina, se você fosse homem, já seria gerente-adjunto” (BIP, 1982, n. 95, encarte).

Como se observa, as relações entre homens e mulheres se apresentavam conflituosas quando as mulheres passaram a disputar cargos com eles. As situações descritas por Aracy e Érica revelam como os homens reagiram à ascensão das mulheres na carreira do banco. Vão desde o ciúme até a constatação comum de que “se fosse homem já teria conseguido”.

A forma como viam as relações entre homens e mulheres no banco, no entanto, não era indício de que se reconheciam como feministas. Logo, não causa estranhamento a resposta negativa quando as repórteres fazem a tradicional pergunta:

Feminismo? ‘Não’, asseguram. Tendo em conta o sentido pejorativo que pesa sobre a palavra, a expressão feminista chega a lhes causar arrepios. ‘Eu não sou feminista de rasgar o sutiã, de dizer que homem não presta, mesmo porque acho homem uma coisa linda’, diz Conceição, bem-humorada. Segundo afirmaram, é preciso ter em mente que a luta da mulher para ocupação do espaço que lhe pertence na sociedade não é só das mulheres, mas de todas as pessoas conscientes. ‘Apenas a mulher encampou essa briga porque é a maior interessada’ (BIP, 1982, nº 95, encarte).

Na opinião de Conceição, estavam presentes várias representações e estereótipos sobre o feminismo: a feminista como queimadora de sutiãs e que não gosta de homem. Em seguida, afirma, de forma bem-humorada que “acha os homens uma coisa linda”. Apesar dos conceitos de feminismo que expressaram e de não se reconhecerem como feministas, nota-se como as funcionárias expressavam visões feministas: reconheciam na pele os preconceitos sofridos no banco, como a sensação de provisórias, o problema da dupla jornada, a discriminação na carreira, bem como a falta de políticas de promoção do trabalho das mulheres.

É possível inferir que a edição da reportagem - ao iniciar afirmando que a palavra feminista carrega um tom pejorativo - tentou afastar o termo do conteúdo de fala das entrevistadas, de modo que feminismo fosse compreendido com algo distante do que elas estavam - justamente- discutindo. Por outro lado, é preciso considerar que a negação do feminismo é uma questão histórica. June E. Hahner diz que os termos feminismo e feminista

apareceram no Brasil pela primeira vez na primeira década do século XX, mas poucas defensoras dos direitos das mulheres o adotaram até a década de 1920 (HAHNER, 2003). A autora destacou o quanto as sufragistas brasileiras vinculadas à FBPF e Bertha Lutz – movimento de posição conservadora, que não buscava mudanças nas relações de gênero e no tradicional lugar da mulher como esposa e mãe - queriam desvincular sua imagem das sufragistas feministas britânicas – que adotaram a radicalização como estratégia<sup>114</sup> - taxadas de “agressivas e intolerantes combatentes sufragistas inglesas” (HAHNER, 2003, p. 286). Hahner destacou a fala da sufragista e magistrada Maria Rita Soares de Andrade,<sup>115</sup> em entrevista em 1984: “muito homem tinha medo da palavra ‘feminista’ por causa das sufragistas inglesas” (HAHNER, 2003, p. 320).

Acusadas de radicais em suas formas de organização e atuação, um dos protestos que marcou a história da atuação feminista ocorreu no final da década de 1960, naturalizado no senso comum como “queima dos sutiãs”. Em 1968, o protesto contra o concurso de beleza Miss América na cidade americana de *Atlantic City*, promovido pelo grupo *New York Radical Women*, pretendia queimar simbolicamente objetos que representavam a imposição dos padrões de beleza às mulheres, como espartilhos, sutiãs, maquiagens, sapatos de salto alto, cílios postiços, entre outros. No entanto, embora muito divulgado pela mídia americana, nenhum sutiã foi queimado nesse protesto.<sup>116</sup>

Anette Goldberg destacou os adjetivos pejorativos dados pela imprensa e por intelectuais de esquerda às feministas após a visita de Betty Friedan<sup>117</sup> ao Brasil em 1971: “mulheres feias e lésbicas incontidas queimando sutiãs em praça pública e liderando

---

<sup>114</sup> As sufragistas na Inglaterra vinculadas a *Women’s Social and Political Union* (WSPU) - entidade criada em 1903 pela líder do movimento, Emmeline Pankhurst - adotaram como lema “*Deeds, not word*” (“atos, não palavras”) e uma de suas estratégias foi a radicalização das formas de luta. Sobre as sufragistas britânicas, cujo voto foi conquistado em 1918, ver artigo que discute sua historiografia (GONZÁLEZ, 2007).

<sup>115</sup> Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998) nasceu em Aracaju, participou na década de 1920 do movimento sufragista brasileiro, criando uma seção da FBPF em Sergipe. Em 1929, formou-se advogada, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Em 1967 foi aprovada juíza, considerada a primeira juíza federal do Brasil. Sua atuação na década de 1920 e 1930 pode ser vista em Hahner (2003).

<sup>116</sup> Sobre o protesto e como a imprensa americana o divulgou, ver a reportagem: <https://www.newyorker.com/magazine/2009/11/16/lift-and-separate>.

<sup>117</sup> Autora do livro *Mística Feminina*, publicado nos Estados Unidos em 1963, Betty Friedan (1921-2006) veio ao Brasil em 1971 para publicação da edição brasileira do livro a convite da Editora Vozes, dirigida à época por Rose Marie Muraro. O livro, que destacava o “problema sem nome” das mulheres americanas que estavam insatisfeitas com a vida doméstica, vivida em função do marido e dos filhos (FRIEDAN, 1971) espalhou-se por vários países, bem como repercutiu entre jornalistas e colonistas que escreviam em revistas da grande imprensa como Carmen da Silva, que inclusive teceu críticas a forma como a imprensa brasileira tratou Friedan. A este respeito ver o livro de Ana Rita Fonteles Duarte (2005).

campanhas em defesa do aborto” (GOLDBERG, 1987, p. 54).<sup>118</sup> Rose Marie Muraro, responsável por trazer Friedan ao Brasil, mostra em sua autobiografia como setores da grande imprensa ridicularizaram o feminismo na visita de Betty e que “não era fácil ser feminista” naquela época (MURARO, 2000, p. 166). Considerando o período repressivo vivido no Brasil no momento em que se desenvolveu a chamada segunda onda feminista no plano internacional, o depoimento de Maria Luiza Heilborn à Anette sobre os bastidores do famoso evento do Dia Internacional da Mulher do ano de 1975 – evento que marcou o recomeço do feminismo organizado no Brasil - realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro é esclarecedor:

[...]Na época havia repressão terrível, tínhamos muito medo: fazer o quê, como? Aventamos então a possibilidade de aproveitar o patrocínio da ONU para fazer alguma coisa, não como fechada, mas para divulgar mesmo o feminismo no Brasil. [...] muita gente não quis participar por medo da repressão, apesar de termos conseguido um verdadeiro documento assinado pela ONU. Também pusemos um monte de homem na programação, porque era impensável naquela época fazer alguma coisa pública não mista e inventamos o nome pomposo de ‘Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira’ para não usar o termo ‘feminista’, que assustava as pessoas (HEILBORN, Maria Luiza apud GOLDBERG, Anette, 1987, p. 102).

Joana Maria Pedro, em artigo sobre os feminismos de segunda onda no Brasil, mostrou que nos periódicos que publicavam sobre feminismo e continham ideias feministas, a palavra feminismo frequentemente era substituída por “mulher” ou “mulheres”. Isto acontecia por diferentes motivos, como o medo da repressão, bem como o próprio preconceito que existia na sociedade brasileira sobre o feminismo, concluindo que o antifeminismo era muito forte na sociedade brasileira dos anos 1970 e 1980 (PEDRO, 2012). Conforme sintetizou Cintia Sarti:

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo *versus* feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos

---

<sup>118</sup> Sobre a forma como os feminismos foram abordados pela imprensa brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente a revista *Veja*, ver Cíntia Lima Crescêncio (2012).

apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2004, p. 40).

Na sequência, a reportagem do *BIP* questiona se essa “disposição para a luta” estaria em todas as funcionárias, já que apenas dez por cento delas “estavam dispostas” a assumir cargos comissionados no banco:

Mas será que essa disposição para a luta é comum a todas as funcionárias? Como explicar, por exemplo, que das quase 25 mil funcionárias, apenas 10% se dispõem a assumir cargos comissionados? Para Cida e Ana Maria há o problema do nível: ‘muita gente quer comissão, mas ainda está no Nível Básico’. ‘Comodismo’ –sentencia Érica. ‘No banco, as mulheres não se animam a enfrentar situações difíceis no interior, quando podem ficar nos grandes centros’. Aracy, acostumada com o trato com as leis vai mais longe: ‘Enquanto o homem for considerado o ‘cabeça do casal’ fica muito difícil para a mulher transferir-se para outra cidade, carregando toda a família. De qualquer maneira, antes de tudo, a mulher precisa vestir a camisa do banco’ (BIP, 1982, nº 95, encarte).

Cida e Ana Maria responderam à pergunta - ou provocação - tocando no problema do enquadramento da carreira: tentar uma comissão só era possível após a aprovação em dois concursos internos. Como as mulheres ingressaram no banco em 1969 no quadro auxiliar de carreira, era preciso fazer primeiramente o concurso para o nível básico para ingresso na carreira. Depois novo concurso interno para acessar o nível médio da carreira, para somente a partir daí concorrer a algum cargo em comissão. Enquanto Érica destacava que o problema poderia ser o comodismo das mulheres em ficar nos grandes centros, Aracy colocava o problema da legislação, que ainda considerava o homem como cabeça do casal.<sup>119</sup> Em ambas as respostas, a mobilidade era o entrave ao comissionamento das mulheres.<sup>120</sup>

As repórteres finalizam mostrando que, apesar das dificuldades encontradas e das constantes provas de seu valor, as cinco entrevistadas demonstram vontade de seguir em frente, pedindo que as demais funcionárias as acompanhassem:

<sup>119</sup> O conceito de cabeça do casal só foi extinto do Código Civil em 2002 no art. 1.567 “a direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos” (BRASIL, 2002). Mas a Constituição Federal de 1988 em seu art. 226, parágrafo 5, já trazia que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 1988).

<sup>120</sup> Pesquisas atuais do banco também mostram a mobilidade como o maior entrave da carreira das mulheres (PROFI, 2010).

“A mulher está sempre sob observação”, lembra Cida. Sobre este aspecto a romancista Simone de Beauvoir escreveu: A mulher precisa incessantemente dar provas de seu valor. Mas o valor não é uma essência dada, é a culminação de um desenvolvimento feliz (...). Sentir pesar sobre si um preconceito desfavorável, só muito raramente ajuda a vencê-lo”. Esse sentimento de “liberdade vigiada” para muitas é prejudicial, pois termina interferindo no seu próprio desempenho. Outras, entretanto, encaram com serenidade o desafio. É o que se pode dizer de Ana, Aracy, Conceição, Érica e Cida. [...]. Ser comissionada e trabalhar oito horas por dia exige muito todas elas, mas não o suficiente para deixar de lado a preocupação para aquelas que, com menos força, brigam por seu lugar ao sol. “Senão seremos um batalhão de choque sem retaguarda. Se outras funcionárias não nos acompanharem, todo o nosso esforço terá sido em vão. Palavra de mulher”, conclui Conceição. (BIP, 1982, n. 95, encarte).

A referência das repórteres à romancista<sup>121</sup> Simone de Beauvoir indica possíveis aproximações dessas com as ideias de Beauvoir.<sup>122</sup> Por outro lado, tal fato dá sinais também da ressonância do feminismo entre as bancárias e da sua aceitação pelo banco. Afinal, o *BIP* constituía-se no veículo oficial de informações do banco.

O chamado para que as demais funcionárias do banco as acompanhassem, formando uma retaguarda, parecia já estar se formando, visto que no concurso de 1982 houve recorde de mulheres aprovadas.<sup>123</sup> Mas ele seria atendido em 1986, com a criação da AMUBB.

#### 2.4 A ABERTURA DEMOCRÁTICA E A CRIAÇÃO DA AMUBB

Depois de cerca de onze anos de uma transição lenta e gradual, o Brasil caminhava para a retomada da democracia. Desde 1974, o processo de abertura política fora influenciado pela vitória eleitoral do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo avanço das mobilizações populares, das mulheres e dos trabalhadores tendo no fim do bipartidarismo a base legal da redemocratização brasileira. Entre 1983 e 1984, as mobilizações das Diretas Já por eleições diretas para a Presidência da República deram o termo final à ditadura.

Em março de 1985 os ares democráticos apareceram no *BIP*. O Especial “O país desperta a plenitude democrática” anunciava mudanças no banco:

<sup>121</sup>Lembro aqui que Simone de Beauvoir admitiu que, quando escreveu o *Segundo Sexo*, não se considerava feminista, só foi reconhecer-se como feminista no início da década de 1970: “Me tornei feminista sobretudo depois que o livro *O Segundo Sexo* passou a existir para outras mulheres” (LOBO, 1999, p. 56 -57).

<sup>122</sup>Joana Vieira Borges mostrou as ressonâncias da obra de Beauvoir no Brasil. Segundo sua pesquisa, a obra impactou toda uma geração de leitoras, principalmente as mulheres com acesso à Universidade, constituindo-se em referência para os feminismos das décadas de 1960 e 1970 na França, assim como nos Estados Unidos e no Brasil (BORGES, 2007).

<sup>123</sup>No final do ano de 1982, o concurso externo para o nível básico bateu recorde de inscritos: 1.491.661 inscritos, 15.496 aprovados, sendo 38% mulheres (BIP, 1983, nº 118).

Iluminado de esperanças, o País desperta inteiro para a plenitude democrática, reinaugurada com a Nova República. Nova era, dirigentes novos. [...] Sob os signos da confiança nos destinos da pátria e de nossa casa, toda a estrutura administrativa inicia processo de reciclagem e reorientação [...]. Na presidência, temos novamente um ex-funcionário da casa [...] nas Diretorias técnicos de irrefutável capacidade – entre os quais se encontram alguns dos funcionários do banco. [...] Nesta edição, o BIP mostra ‘quem é quem’ na nova estrutura do BB. [...] (BIP, 1985, nº 170).<sup>124</sup>

O tom de mudança na reportagem acima remete ao editorial da *Revista Desed* de 1965 discutido no primeiro capítulo. Vinte e um anos após o início do governo ditatorial, o banco colocava-se novamente em processo de mudança, quando este governo chegara ao fim. Entre os nomes anunciados, estava o do novo presidente, Camilo Calazans de Magalhães. Este representou o banco em vários congressos e eventos internacionais durante o governo militar, bem como exerceu diversos cargos, como a presidência do Banco do Nordeste, a convite de Figueiredo, entre 1979 e 1985 (DHBB, 2010). A biografia do novo presidente mostra que, de fato, ele não representava um rompimento com as ideias do governo até então no poder.

Também em 1985, era a primeira vez que informações sobre negociação salarial apareciam no *BIP*. Neste ano, a categoria bancária organizara-se nacionalmente realizando uma das maiores greves de sua história (BLASS, 1992).<sup>125</sup> Em agosto, o *BIP* divulgava uma contraproposta do banco para o Acordo Coletivo de 1985-1986. Dentre as propostas, destaco o item creches, que previa auxílio mensal para as funcionárias com filhos até 12 meses pudessem colocar seus filhos em qualquer creche, iniciando o pagamento após o período de retorno da licença-maternidade (BIP, 1985, nº 178, 2 quinz.). Sem acordo, neste ano o dissídio dos bancários do Banco do Brasil seguiu para decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Em outubro, o *BIP* informava a homologação do acordo, que trouxe, além do reajuste salarial de reposição de perdas salariais, a ampliação da idade do auxílio-creche, que passaria ser pago para funcionárias com filhos até três anos de idade (BIP, 1985, nº 181, 1 quinz.).

Em 1987, a demanda das mulheres no banco apareceu no *BIP* na forma de um “movimento feminino”. Assim, em fevereiro de 1987, o *BIP* anunciava a criação de uma Associação de Funcionárias:

<sup>124</sup> Em 1980, o *BIP* havia anunciado os funcionários readmitidos após a Lei da Anistia de 1979 (BIP, 1980, nº 51, 1ª quinz.).

<sup>125</sup> A greve nacional da categoria bancária do ano de 1985 será discutida no quarto capítulo da tese.

As mulheres, no mundo inteiro, estão cada vez mais organizadas na defesa de seus direitos e na luta por causas que, em última análise, dizem respeito à qualidade de vida e até mesmo à própria sobrevivência da espécie humana. O Banco do Brasil, um micro-universo no qual a mulher tem importante participação (32.000 mulheres entre seus 117.000 funcionários), não poderia estar fora desse processo. Acaba de ser criada a Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil – AMUBB, que tem Raquel Florentina Silveira da Luz como primeira diretora-presidente eleita. Raquel, funcionária do BB há 24 anos, S-9, é assessora na Direm. Segundo ela, a AMUBB não é um movimento feminista, mas feminino. A Associação tem por finalidade, entre outras, o incentivo à educação da mulher para formação em nível superior; formação profissional permanente, patrocínio de seminários, encontros, congressos regionais e nacionais, com vistas a modificar padrões sócio-culturais; desenvolvimento do espírito associativo e comunitário; valorização do trabalho da mulher, em qualquer lugar e em qualquer função; e promoção de cursos para formação intelectual. A posse da primeira diretoria da AMUBB, dia 29 de janeiro, em Brasília, contou com a presença de Margarete Papandreou, presidente da União das Mulheres da Grécia e esposa do primeiro-ministro daquele país. Dia 30, Margaret pronunciou palestra sobre o tema “A mulher e a paz” e manteve contatos com as mulheres eleitas para a Constituinte. Oportunamente, a AMUBB encaminhará carta-circular a todas as colegas funcionárias do BB, comunicando oficialmente a criação da entidade, seu funcionamento e condições para que as interessadas possam associar-se (BIP, 1987, nº 249, p. 2).

A notícia de criação e a posse da primeira diretoria informam preliminarmente o contexto de criação da AMUBB: Brasília, contexto das discussões da Constituinte e da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Mostra também que a AMUBB, por ser associação de funcionárias do banco, era um movimento que nasceu vinculado ao banco. Mas a notícia do *BIP* não dimensionou por completo a finalidade da Associação. A AMUBB teria intensa atuação, apesar de curta, nos dois anos seguintes: publicou três números informativos, realizou dois grandes encontros nacionais em Brasília - o primeiro em outubro de 1987, o segundo em abril de 1989 - além de realizar uma série de atividades.

A AMUBB foi fundada oficialmente em 03 de dezembro de 1986 em Assembleia Geral realizada no auditório do Edifício Sede I do Banco do Brasil em Brasília, como mostram seus relatórios e documentos.<sup>126</sup> O relatório “Sumário das ações preparatórias à Instalação da AMUBB” mostra que as atividades oficiais de criação iniciaram em julho de

---

<sup>126</sup> Os documentos referidos são o Estatuto, os três Informativos *Expressão Mulher*, os adesivos, os dois relatórios de atividades aqui citados como Relatório I e Relatório II e os materiais do 1º e 2º Encontro.

1986 (AMUBB, RELATÓRIO I). A segunda reunião de organização teve participação de mulheres de vários setores do banco, majoritariamente lotadas em Brasília e, como convidada especial, Maria Inês Fontenele Mourão,<sup>127</sup> presidente da Associação da Mulher Profissional e de Negócios (AMPN) de Brasília.<sup>128</sup> No mesmo relatório, consta o agradecimento de Raquel à Maria Inês, por seu incentivo e ajuda, seja fornecendo dados, informes ou documentos para a formação da Associação. Nessa mesma reunião, foi encaminhado pedido ao banco solicitando o uso do seu nome na denominação da Associação.

No registro da reunião de outubro de 1986, consta o despacho favorável do presidente do banco ao uso do nome: “a AMUBB, centrada no papel da mulher na sociedade de hoje, não invade espaço de nenhuma outra associação de funcionários, das quais em geral a mulher participa na condição de dependente” (AMUBB, RELATÓRIO I, p.2). O despacho favorável do presidente mostra que uma associação de mulheres tinha respaldo no banco e na sociedade naquele momento. Após o despacho, as organizadoras providenciaram a convocação da Assembleia de fundação. A lista de participantes da Assembleia Geral mostra um total de 22 mulheres, sendo 16 funcionárias do banco, lotadas em Brasília, 1 esposa de funcionário e 4 integrantes da AMPN (AMUBB, RELATÓRIO I).

O discurso de Raquel na Assembleia de fundação da AMUBB também ficou registrado no relatório:

Estamos aqui, nós, mulheres, reunidas com o intuito de nos congregarmos em associação para fundarmos a Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil. A ideia inicial torna-se na concretização deste momento em

---

<sup>127</sup> Maria Inês Fontenele Mourão, atualmente com 79 anos, aparece em matéria do *Jornal de Brasília* de 08 de março de 2011 sobre mulheres pioneiras e vitoriosas em Brasília. A matéria conta sua trajetória e do marido, Antônio Lisboa Mourão, desde que chegaram à Brasília vindos do Ceará - ele veio em 1957 para trabalhar nos Correios, ela em 1960. Inicialmente trabalhou como professora, destacando-se em seguida no comércio da cidade, em seguida na direção da associação comercial, depois nas demais associações comerciais até a criação em 1980 da filial da Associação das Mulheres Profissionais e de Negócios (JORNAL DO BRASIL, 2011). Maria Inês aparece também no filme “Poeira e Batom no Planalto Central”, lançado em 2010, pelas cineastas Mônica Gaspar e Tania Fontenele Mourão – filha de Maria Inês – que destaca a história de 50 mulheres que chegaram à Brasília na época de sua construção. O filme está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9rxJUc8kbSk>

<sup>128</sup> Conhecida internacionalmente como *Business Professional Women* (BPW), foi fundada em 1919 nos Estados Unidos por Lena Madésin Phillips, que em 1930 a fundou internacionalmente. Em março de 1975 foi fundada a primeira unidade em São Paulo. Em agosto de 1987, foi fundada a BPW Brasil, aqui conhecida como Federação das Associações das Mulheres Profissionais e de Negócios (AMPN), sigla utilizada nos documentos da AMUBB. Maria Inês é reconhecida como a fundadora da AMPN Brasília em 1980. Presente em mais de cem países, a BPW atualmente apresenta-se como uma Organização Não-Governamental (ONG) e mantém representação na ONU, entre outros organismos internacionais. A biografia de Lena Madésin Phillips, publicada em 1972 por Lisa Sérgio, está traduzida no Brasil (SERGIO, 2008).

um ideal, qual seja o desejo e a vontade de reunidas em associação buscarmos realiar as palavras de nossa mensagem: expressão, movimento, revelação, espaço. O movimento feminino é sabido universal, do assunto ocupando-se organizações e nacionais, na procura de melhores condições para o trabalho da mulher, ainda não reconhecido nem remunerado em sua plenitude. O propósito de nossa associação está reunido em nossos objetivos estatutários e, principalmente, na tentativa de valorizar o trabalho da mulher em qualquer que seja o espaço ocupado. O movimento feminino não é restrito às mulheres, temos que contar com a participação, ainda que pequena, de alguns homens mais esclarecidos no assunto em questão. Temos que estar cientes do preconceito que nós mulheres sofremos de outras mulheres; temos que aprender a conviver com opiniões contrárias; [...] Nosso primeiro agradecimento, neste momento, é para Maria Inês Fontenele Mourão [...]. É da associação de Maria Inês, como carinhosamente denominamos a AMPN, que tiramos a ideia de fazer a nossa AMUBB. É na associação de Maria Inês que nos espelhamos para elaborarmos o nosso Estatuto [...] Dela ouvimos por várias vezes: - desanima, mas não desiste. E aqui estamos juntas. Sejamos bem-vindas, nós mulheres, cheias de graça, por que não?... (AMUBB, RELATÓRIO I, grifo nosso).

O discurso de Raquel trazia os objetivos e mensagem da AMUBB sintetizado nas palavras “expressão, movimento, revelação e espaço”, apresentando-se como um “movimento feminino”. Mostra também que a inspiração da AMUBB foi a AMPN, na figura de Maria Inês, que participou das reuniões de instalação da AMUBB. Compreendo que Raquel e Maria Inês eram amigas no plano pessoal e se conheceram em Brasília. A AMPN, assim como a BPW, atua no estímulo às atividades comerciais e empresariais exercidas por mulheres, na criação de mulheres empreendedoras – no seu sentido individual e meritocrático - não se relacionando com as questões políticas e bandeiras de lutas coletivas das mulheres como a violência contra as mulheres, direito ao corpo ou aborto legal e seguro. Se inicialmente, pode-se interpretar que devido à inspiração da AMUBB ter sido a AMPN, essa não se relacionaria com as ideias mais coletivas, a atuação da AMUBB mostrou estar afinada com as discussões públicas e políticas sobre as mulheres. Composto de trinta artigos, o estatuto da AMUBB deixava claro suas finalidades, que iam além das colocadas na notícia do *BIP*:

Art. 1º - A Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil, para todos os efeitos, doravante denominada AMUBB, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural, social e assistencial, com patrimônio e personalidade própria e constituída de mulheres funcionárias do Banco do Brasil S.A, em atividade ou aposentadas. [...]

Art. 3º - A AMUBB tem por finalidade: a) o incentivo à educação da mulher para a formação em nível superior; b) a formação profissional permanente; c) o patrocínio de seminário, encontros e congressos; d) o desenvolvimento do espírito associativo e comunitário; e) a valorização do trabalho da mulher, em qualquer lugar e em qualquer função; f) a maternidade como função

social relevante, a responsabilidade comum na educação e desenvolvimento da criança; g) a promoção de cursos de formação intelectual; h) a igualdade de mulheres e homens fundamentada nos direitos humanos e liberdades fundamentais; i) a comemoração do Dia Nacional da Mulher - 30 de abril <sup>129</sup> - e do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. [...]

Art. 6º - A AMUBB poderá filiar-se à Federação Internacional de Mulheres com idênticos objetivos, bem assim, inscrever-se junto a organismos e Organizações internacionais que visem os mesmos ideais. [...]

Art. 10º - A AMUBB – por maioria absoluta de votos e em resolução de sua Diretoria – poderá examinar o ingresso [...] do seu quadro social, de mulheres que, embora não pertencentes aos quadros de funcionárias do Banco do Brasil S.A., tenham destaque na vida pública, financeira, social, econômica, científica e cultural do Brasil. [...]

Art. 11 Haverá três categorias de sócias: I- Fundadoras; II – Efetivas; III- Contribuintes. Fundadoras serão as sócias que participaram da fundação da associação e assinaram a Ata de sua constituição. Efetivas serão as sócias funcionárias do Banco do Brasil S.A, em atividade ou aposentadas. Contribuintes serão as sócias mulheres de funcionários do Banco do Brasil S.A., em atividade ou aposentados e as mulheres viúvas de funcionários do Banco do Brasil S.A. [...] (AMUBB, ESTATUTO, 1986, grifo nosso).

Analisando o Estatuto com base em suas finalidades, a AMUBB pode ser considerada uma associação feminina com princípios feministas. Considero que os itens f e h - suprimidos da notícia do *BIP*- mostram seu caráter de busca pela igualdade entre mulheres e homens, e por este motivo, considero feminista.

O “Relatório de Atuação e Atividades da AMUBB”, denominado Relatório II, trouxe também os registros da posse da diretoria da AMUBB, realizada em janeiro de 1987, que contou com a presença de cerca de 300 mulheres, representantes de importantes entidades feministas, jornalistas e do cenário de política brasileira no período. Embora o *BIP* só tenha destacado a presença de Margarete Papandreou, estiveram presentes as deputadas constituintes Anna Maria Rattes, Bethé Mendes, Maria de Lourdes Abadia e Raquel Cândido; <sup>130</sup>Jacqueline Pitanguy, <sup>131</sup> então presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

<sup>129</sup> O Dia Nacional da Mulher, 30 de abril, foi instituído pela Lei n. 6.791, de 09 de junho de 1980 (BRASIL, 1980).

<sup>130</sup>As biografias das deputadas podem ser consultadas no site da câmara dos deputados: <http://www2.camara.leg.br/>

<sup>131</sup> Socióloga de formação, Jacqueline Pitanguy estudou ciências sociais na Europa e no Chile. Em seu retorno ao Brasil na década de 1970, criou o grupo de reflexão Ceres juntamente com Branca Moreira Alves e Leila Linhares, entre outras feministas, quando iniciou sua militância feminista (PEDRO, 2006). Assumiu a presidência do CNDM em 1986 - após Ruth Escobar, primeira presidente, licenciarse do cargo em face de sua candidatura à câmara federal - permanecendo na função até 1989. Em 1990, criou a CEPIA - Cidadania, Estudos, Informação e Ação, uma organização não governamental com sede no Rio de Janeiro, com foco de ação nos direitos humanos e minorias, onde atua desde então.

(CNDM); as jornalistas Célia Câmara, Silvia Seabra e Carmen Silvia Costa, além de mulheres representantes de entidades diversas como o PMDB Mulher, LBA, associação de juizes de paz, entre outras. Maria Inês Fontenelle Mourão foi homenageada por Raquel devido ao apoio que prestou às organizadoras da AMUBB (AMUBB, RELATÓRIO II).

Raquel Florentina Silveira da Luz, a primeira presidente, foi a idealizadora da AMUBB. Em conversa pessoal que mantive com ela em 2012,<sup>132</sup> a conclusão a que cheguei foi de que o lugar o privilegiado que ocupava e seu olhar em matéria de direitos das mulheres, permitiu-lhe observar os movimentos feministas e de mulheres da década de 1980 a partir de Brasília, no contexto da redemocratização brasileira, bem como o contexto de criação do CNDM.

Raquel ingressou no Banco do Brasil em 1962, trabalhou na direção geral no Rio de Janeiro e em Brasília. Exerceu as funções comissionadas de Auxiliar de Gabinete e Parecerista, permanecendo 25 anos no banco.<sup>133</sup> Formada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, contou que participou de mais de uma dezena de movimentos em defesa das mulheres (LUZ, 2012). Entre eles, foi conselheira do CNDM entre agosto de 1989 a junho de 1990.<sup>134</sup>

Em uma das conversas que tive com Raquel em 2012, ela informou que a ideia de criação de uma Associação para as mulheres no banco surgiu por oposição à criação de outra associação, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) em fevereiro de 1986 (RAQUEL, 2012).<sup>135</sup> Segundo Raquel, para a fundação da ANABB foram chamados inicialmente cerca de trezentos funcionários do banco, todos homens. Sentindo-se excluída do grupo, ocorreu-lhe, então, que o melhor seria criar uma associação de e para as mulheres no banco. Como se vê pelos documentos acima, de fato, em dezembro desse mesmo

---

<sup>132</sup> Conforme registrado em minha Dissertação (GEROLETI, 2013) tive dois encontros com Raquel em junho de 2012, com conversa não gravada (a pedido) e uma carta recebida. Procurei por Raquel novamente, mas não obtive sucesso.

<sup>133</sup> Conforme carta pessoal dirigida a mim, Raquel informou que seu ingresso no banco se deu por nomeação direta do presidente do banco, por indicação da diretoria (LUZ, 2012).

<sup>134</sup> A lista completa com o nome de todas conselheiras do CNDM desde 1985 está disponível no site [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br).

<sup>135</sup> Segundo informa a própria ANABB, o momento de sua criação deu-se quando “o funcionalismo do banco chegava ao auge das discussões sobre as mudanças propostas pela Reforma Bancária de 1986 que extinguiu a conta movimento – suprimento de recursos do Bacen ao BB – excluindo assim a única função de Banco Central que ainda restava ao BB. Estimulados pelo clima de insatisfação, um grupo de funcionários em Brasília concretizam a fundação de uma instituição que visava a atender os anseios de cada um dos colegas em todo o País.” Histórico da associação disponível no site <http://www.anabb.org.br>.

ano, onze meses após a criação da ANABB, estavam concluídos os trâmites legais para a criação da AMUBB.

Sabe-se que disputas de poder são comuns nas várias entidades representativas de classe, seja em órgãos públicos, empresas, partidos seja em agremiações. O caso da AMUBB versus ANABB mostra-se uma narrativa instigante das disputas e poder entre homens e mulheres. Caso não raro na História, recorro a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada no limiar da Revolução Francesa, em 1789, teve sua “similar” destinada às mulheres. A francesa Olympe de Gouges lançava, em 1791, a sua “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”,<sup>136</sup> na qual argumentava que todos os direitos dos homens enumerados pelos revolucionários em 1789 também pertenciam às mulheres (SCOTT, 2005). Gouges escreveu, também, a sua versão do Contrato Social, que para ela se igualava ou era melhor que o de Rousseau. Seus escritos inspiravam reflexões e inimizades políticas, não à toa foi condenada à guilhotina em 1793 (SCOTT, 2005).

Além da contraposição à ANABB, a criação da AMUBB certamente fora influenciada pelo contexto bastante promissor dos movimentos feministas brasileiros, já consolidados na década de 1980, que, favorecidos pela conjuntura da redemocratização, passaram a se organizar junto ao Estado brasileiro através de conselhos, como o Conselho Estadual da Condição Feminina criado em São Paulo em 1983 e o CNDM em 1985.

Como expressão da organização e luta dos movimentos de mulheres e feministas durante mais de uma década, o CNDM foi criado pelo então presidente José Sarney, por força de lei, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de “promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País” (BRASIL, 1985). Conforme a historiadora Fabrícia Faleiros Pimenta, a lei previa que o CNDM seria composto por uma Secretaria Executiva, uma Assessoria Técnica e um Conselho Deliberativo. Este último composto por 17 integrantes e 3 suplentes designadas pelo Presidente da República, para um mandato de 4 anos, além da presidência do Conselho (PIMENTA, 2010). Destaca a autora ainda que um terço dos membros do Conselho Deliberativo deveria ser escolhido dentre pessoas indicadas por movimentos de mulheres, seguindo o critério de contribuição, de forma significativa, em prol dos direitos das mulheres.

---

<sup>136</sup> A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã foi publicada no Brasil no livro *O Dilema da Cidadania. Direitos e deveres das mulheres* (BONACCHI; GROPPPI, 1994).

Conforme destaca Leila de Andrade Linhares Barsted, “a criação do CNDM só foi possível graças ao momento histórico-político especial em que surgiu, de grande mobilização social e graças à existência de um movimento de mulheres forte e participante do processo de redemocratização (BARSTED, 1994, p. 46). Destaca a autora que, entre os anos de 1985 e 1989, o CNDM foi o órgão de articulação nacional das mulheres brasileiras, um órgão *sui generis*, já que pertencia ao governo, mas era dirigido por representantes do movimento social. Nesse período, o Conselho promoveu inúmeros encontros, jornadas e seminários feministas entre mulheres das mais variadas profissões, como secretárias, delegadas de polícia, advogadas, além de mulheres negras, indígenas, bandeirantes, entre outros grupos marginalizados (BARSTED, 1994). Para Celi Pinto (2003), a maior atuação do CNDM aconteceu na mobilização das mulheres em torno da Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988. Em 1989 o CNDM perdeu sua autonomia, seus recursos humanos e técnicos, o que o inviabilizou e levou à renúncia de sua Presidente e de todas as suas conselheiras e equipe técnica (BARSTED, 1994).

## 2.5 A AMUBB: EM BUSCA DE NOVOS TEMPOS PARA AS MULHERES NO BANCO DO BRASIL

A atuação da AMUBB se deu entre os anos de 1987 e 1989, intensa, embora breve. Intensa porque tentou organizar as mulheres, e, no seu limite, questionar o poder estabelecido entre homens e mulheres no banco através dos espaços e da política de recursos humanos e comissionamentos do banco. Breve porque todas as fontes a que tive acesso indicam ter durado três anos e em dois deles realizou dois encontros nacionais, publicou informativos e participou do debate em torno da mulher e constituinte.

Desde sua criação, a AMUBB desenvolveu e registrou sua identidade visual – a palavra mulher, com a letra “m” estilizada - e produziu materiais de divulgação, como o adesivo abaixo:

**Figura 3** - Adesivo da AMUBB



**Fonte:** arquivo pessoal de Sandra Maria Martins

Em outubro de 1987 a AMUBB realizava seu I Encontro Nacional. Em agosto de 1987, o *BIP* publicou o chamado:

**Figura 4** – Convite do I Encontro da AMUBB no *BIP*



**Fonte:** BIP (1987, nº 274)

O *BIP* informou o dia, local, objetivo e programação do I Encontro Nacional da AMUBB:

A Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil – AMUBB estará promovendo, de 9 a 12 de outubro, em Brasília, um encontro que vai reunir as mulheres para o debate e levantamento de suas habilidades na área artesanal, com vistas à organização de catálogo voltado à exportação. A idéia é que, em cada agência uma funcionária, ou mulher de funcionário, canalize as informações que serão levadas ao Encontro. Os dados comporão o catálogo “As mulheres do Banco do Brasil que fazem com as mãos”. Os produtos selecionados poderão ser mostrados nas agências do BB no

exterior. O 1º Encontro da Mulher Funcionária do Banco do Brasil servirá também de canal para influir no debate das leis complementares que o Congresso Nacional vai começar a elaborar após o término da nova Constituição. Assim, como parte da programação do Encontro, será montado painel de debate com deputadas constituintes, a quem deverão ser encaminhadas sugestões e reivindicações. As interessas em participar do Encontro devem contatar a BBtur, promotora do evento – que está montando pacotes de viagem para facilitar a participação do elenco feminino do BB [...] O convite para o Encontro está sendo expedido a todas as dependências do Banco [...] (BIP, 1987, nº 277, p. 3, grifo nosso).

Certamente não se deve esperar do *BIP* - canal de informação oficial do banco - um chamado de mobilização feminista, no entanto, o destaque de que o I Encontro visava “reunir as mulheres para o debate e levantamento de suas habilidades na área artesanal”, não representava o objetivo deste, como pode ser visto pelo panfleto da programação:

**Figura 5** - Folheto de programação do I Encontro Nacional da Mulher Funcionária do Banco do Brasil – 09 a 12 de outubro de 1987



# I ENCONTRO NACIONAL DA MULHER FUNCIONÁRIA DO BANCO DO BRASIL

## PROGRAMA

Data: 9 a 12 de outubro  
Local: AABB BRASÍLIA, DF

**09.10.87 – Sexta-feira**

14:00h – tour pela cidade  
17:00h – visita Câmara dos Deputados – saudação por deputada  
22:00h – grande baile comemorativo aniversário BB – AABB

**10.10.87 – Sábado**

a partir das 9h – distribuição pastas e crachás na AABB  
11:00h – ABERTURA DO ENCONTRO – salão de festas da AABB  
– Hino Nacional (Banda Corpo de Bombeiros e Coral AABB)  
– saudação participantes presidente AMUBB  
– depoimento representante AABB Teresina sobre importância da atuação da mulher na comunidade  
– convidado de honra: DR. CAMILLO CALAZANS DE MAGALHÃES, DD, Presidente do Banco do Brasil S.A.  
ENCERRAMENTO SESSÃO ABERTURA: Coral da AABB

13:00h – almoço  
15:00h – Palestra: A IMPORTÂNCIA DE UMA ASSOCIAÇÃO  
a) explanação pela diretoria da AMUBB (cada diretora fala sobre sua área);  
b) depoimentos: presidentes de associações dirigidas por mulheres: Cruz Vermelha, Ass. Mulher Prof. e Negócios, Clube Soroptimista, Ação Comunitária, etc.

16:00h – Palestra: AS MULHERES DO BANCO DO BRASIL QUE FAZEM O BRASIL COM AS MÃOS  
– Raquel Luz – presidente da AMUBB.

16:30h – Palestra: A FORMAÇÃO DE CONSORCIOS DE EXPORTAÇÃO POR PEQUENOS EMPRESÁRIOS E COOPERATIVAS DE TRABALHO  
Convidado: CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR – CACEX

20:00h – jantar  
21:00h – OS COLIBRIS DO PLANALTO – show de patinação AABB BSB.

**11.10.87 – Domingo**

09:30h – Palestra: A POLÍTICA DE PESSOAL DO BANCO DO BRASIL  
– Síntese histórica e perspectivas.  
Convidado: Dr. Eduardo Moraes Oliveira DD, Diretor de Recursos Humanos BB

10:30h – Palestra: A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – O.I.T.  
– finalidade, atuação, objetivos e realizações  
Convidado: Representante OIT em BSB, DF.

11:00h – Palestra: A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA PRONAV  
– programas, assistência prestada, mulher/criança  
Convidado: Dr. Marcos Vinicius Vilaça DD, Presidente LBA

11:30h – Palestra: FUNDO NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF  
Programas específicos: MULHER/CRIANÇA.  
Convidado: Representante UNICEF em BSB, DF

13:00h – almoço.  
14:30h – A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA PREVENÇÃO DA AIDS E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS  
Convidados: Dr. Luiz Carlos Viola da Silveira (ex-chefe serviço DST da Cruz Vermelha Brasileira RJ, atual médico adjunto Gabinete Presidência República); e  
Dr. Adip Nagin Alexim (ex-chefe CEASP BSB e atual presidente da CASSI).

15:30h – Palestra: A ORGANIZAÇÃO DE CRECHES – funcionamento, administração:  
Convidada: Dra. Márcia Mendes Mamede

16:00h – PAINEL DE DEBATES COM DEPUTADAS CONSTITUINTES  
20:00h – Jantar com desfile de modas e sorteio de brindes.

**12.10.87 – Segunda-feira**

– dia do aniversário do Banco do Brasil – 179 anos  
09:30h – Palestra: ASPECTOS INTERNACIONAIS DO MOVIMENTO DE AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER  
Convidada: Dra. Theresa Maria Machado Quintela  
Diretora do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores e Representante do Brasil no Conselho Interamericano de Mulheres (OEA).

10:00h – Palestra: O MINISTÉRIO DA CULTURA – COORDENADORIA DA MULHER  
Convidada: Dra. Maria Elisa de Moraes Leonel

10:30h – Palestra: O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER  
– atuação, realizações, etc.  
Convidada: Dra. Jaqueline Pitanguy DD, Presidente do CNDM

11:00h – Palestra: O MACHISMO E O FEMINISMO  
Convidada: HELENEIDA STUDART – deputada estadual RJ.

12:00h – Encerramento dos trabalhos do Encontro  
– Tarde livre  
21:00h – Concerto Sinfônico – Sala Villa Lobos, Teatro Nacional BSB, patrocinado pelo Banco do Brasil (convites).

**Durante o Encontro:**

1ª exibição de 6 vídeos (cedidos pelo CNDM)  
1) Mulher Índia – 2) A Dama do Pacaembu – 3) Princesa Cadê Você – 4) Mulheres no Canavial – 5) Feminino Plural – 6) Mulheres Negras.  
2ª) haverá uma FEIRA DE ARTESANATO DA AABB BSB – promovida pela Vice Presidência Cultural da AABB.

Fonte: AMUBB (1987)

Considerando a programação, observo que se tratava de um evento institucional do banco. Coincidência ou não, o dia final do encontro era o dia do aniversário do Banco do Brasil. A sessão de abertura teve, além do hino nacional, a presença do presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans de Magalhães. À tarde, as palestras giraram em torno da importância de uma associação, tendo como convidadas outras associações de mulheres, como a AMPN, Cruz Vermelha, Ação Comunitária, entre outras. Na sequência da tarde, as palestras abordaram sobre a questão artesanal, como informou o *BIP*, tendo como palestrantes a própria Raquel e funcionários da carteira de comércio exterior do banco. Como Raquel informou em uma de nossas conversas, a ideia era juntar as mulheres que faziam artesanato e, possivelmente, criar uma espécie de catálogo de produtos artesanais, e com incentivo do banco, levar à exportação (RAQUEL, 2012). Embora soe totalmente convencional aliar mulher e artesanato, o I Encontro da AMUBB não pode ser julgado apenas sob este aspecto.

No segundo dia, a palestra sobre a política de pessoal do banco abriu o encontro, com a presença do Diretor de Recursos Humanos. O tempo curto reservado à palestra, das 09h30 às 10h30, indica que o tema não esteve aberto ao debate e sim apenas a uma explanação sobre o assunto. Mesmo assim, considero que a presença do diretor de recursos humanos neste Primeiro Encontro Nacional da AMUBB revela, ao menos formalmente, que o problema das mulheres na política de pessoal do banco existia. As demais palestras do dia juntaram OIT, LBA, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Já no final da programação da tarde, as palestras foram sobre organização das creches e o painel com as deputadas constituintes.

O último dia do encontro foi reservado às palestras sobre a organização do movimento de mulheres no Brasil e no mundo. Iniciou com a palestra da então diretora do Instituto Rio Branco, Theresa Maria Machado Quintela,<sup>137</sup> sobre os “aspectos internacionais do movimento de afirmação dos direitos da mulher”. Em seguida, falou a Coordenadora da Mulher do Ministério da Cultura, Maria Elisa de Moraes Leonel.<sup>138</sup> Na sequência, a palestra foi da presidente do CNDM, Jacqueline Pitanguy, com o tema da atuação e realizações do

---

<sup>137</sup> Theresa Maria Machado Quintela ingressou no Itamaraty em 1961, exerceu diversos cargos, até ser diretora do Instituto Rio Branco em 1987, ano em que foi promovida a ministra de primeira classe, primeira mulher a atingir o posto no Itamaraty. Entre 1992 e 2005, foi embaixadora na Áustria, na Rússia e em 2005 foi nomeada cônsul-geral em Londres (DHBB, 2010). A trajetória de Theresa e outras mulheres na diplomacia brasileira podem ser conferidas na *Revista Sapientia* (SAPIENTIA, 2018).

<sup>138</sup> Não identifiquei a biografia de Maria Elisa de Moraes Leonel.

CNDM, seguida por Heloneida Studart,<sup>139</sup> jornalista e então deputada estadual pelo estado do Rio Janeiro, com o tema “machismo e feminismo”.

Destaco os temas das palestras, pois embora se constituísse um evento institucional do banco, a importância política que carrega a discussão sobre a organização das mulheres revela o quanto este contexto histórico esteve favorável à discussão sobre as mulheres. Da mesma forma é importante considerar as palestrantes, que não eram sindicalistas ou mulheres das classes trabalhadoras e sim mulheres que haviam se destacado em altos cargos do Ministério das Relações Exteriores, como Theresa Quintela, ou na atuação feminista, como a socióloga Jacqueline Pitanguy, e aqueles que já haviam ingressado na política e cumpriam seus mandatos, como Heloneida Studart.

Como se observa, o I Encontro da AMUBB foi um evento de grandes proporções, que, certamente, usou da influência do nome “Banco do Brasil”. Se não revelou enfrentamentos com o banco ou com os homens, os quais, ao contrário, fizeram parte do encontro, foi capaz de mobilizar e dar visibilidade à discussão sobre mulheres dentro do banco, pois pautar a discussão de organização das mulheres em uma empresa centenária e com forte tradição masculina - como discutido no primeiro capítulo - certamente é um feito importante.

A última notícia da AMUBB no *BIP* foi em janeiro de 1988 quando informou que o desconto da mensalidade de sócia já poderia ser feito pelo contracheque:

Já está autorizada a averbação das contribuições a favor da Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil – AMUBB. O valor da mensalidade é calculado na base um por cento do menor VP da carreira administrativa [...] desprezadas as frações de cruzado. Podem inscrever-se as funcionárias da ativa e aposentadas, viúvas, esposas e companheiras de funcionários e aposentados, devidamente registradas no Cadastro de Dependentes Econômicos. Nas duas últimas situações a consignação somente poderá ser efetuada com o prévio consentimento do servidor (BIP, 1988, n. 295, 29/01/1988).

O desconto da mensalidade de sócia passou a transitar pela folha de pagamento das funcionárias, trazendo, assim, mais comodidade às sócias e também mais tranquilidade ao caixa da AMUBB. A partir de março de 1988, a AMUBB passou a publicar o *Expressão*

---

<sup>139</sup> Heloneida Studart (1932-2007) foi jornalista, militante feminista e deputada estadual pelo Rio de Janeiro por seis mandatos. Também foi redatora da Revista *Manchete* entre 1970 e 1978, quando participou da I Conferência Mundial da Mulher em 1975, realizada no México. Publicou diversos romances e livros. Sobre a trajetória feminista de Heloneida, destaco a entrevista realizada por Roselane Neckel em 2005 (NECKEL, 2008) e o artigo de Marlene de Fáveri, *Heloneida Studart e o feminismo na Revista Manchete* (FÁVERI, 2014).

*Mulher*, informativo em formato pequeno de quatro páginas, cuja editora responsável era Raquel.

**Figura 6 -** Primeiro número do Informativo *Expressão Mulher*



**Fonte:** AMUBB (1988, n. 1).

As fontes indicam que o *Expressão Mulher* teve apenas três números. O primeiro número trouxe na capa o discurso de Raquel quando da fundação da AMUBB. Estranhamente, este primeiro número não divulgou a realização do Primeiro Encontro Nacional da AMUBB - talvez pelo pouco espaço do Informativo - realizado em outubro do

ano anterior. Destacou a Assembleia de criação da AMUBB, trouxe o relatório “Sumário das ações preparatórias à Instalação da AMUBB” e duas entrevistas: uma com Benedita da Silva, deputada constituinte que iniciava seu primeiro mandato como deputada pelo Partido dos Trabalhadores; outra com a funcionária Vênus Caldeira de Andrada, já citada no primeiro capítulo da tese.

Apesar da organização das mulheres na década de 1980, na legislatura 1986-1990 foram eleitas apenas 26 mulheres, sendo um número significativo delas composto por partidos à direita do espectro político: nove do Partido da Frente Liberal (PFL) e duas do Partido Democrático Social (PDS) (PINTO, 2003). Em 1986, Benedita da Silva chegava à Câmara dos Deputados para seu primeiro mandato. Benedita, nascida em favela da cidade do Rio de Janeiro, foi destacada no primeiro número do *Expressão Mulher* também por ser a única mulher negra deputada no Congresso Nacional naquela legislatura.

Desde sua criação, a AMUBB acompanhou de perto os debates da mulher e constituinte. “Mulher e Constituinte” foi tema da campanha criada pelo CNDM em novembro 1985, que mobilizou as mulheres de todo país gerando a *Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes*.<sup>140</sup> Símbolo da articulação nacional das mulheres, a Carta foi entregue ao presidente do Congresso Nacional e todos os deputados em março de 1987, num ato público com grande número de mulheres, gesto que se repetiu nas Assembleias Legislativas de vários estados brasileiros (SILVA, 2011).

Em fevereiro de 1989, o segundo número do *Expressão Mulher* chamava as funcionárias do banco para o Segundo Encontro da AMUBB, a ser realizado entre 20 e 22 de abril daquele ano, em Brasília.

---

<sup>140</sup> Entre os documentos da AMUBB entregues a mim por Sandra Maria Martins, estava um exemplar desta carta e do folheto da campanha Mulher e Constituinte, distribuídos à época pelo CNDM. Uma análise do contexto da Carta, da Campanha e das mulheres constituintes pode ser conferida na tese de Salete Maria da Silva, “A carta que elas escreveram” (SILVA, 2011).

Figura 7 - Segundo número do Informativo *Expressão Mulher*



Fonte: AMUBB (1989, n.2)

Destaque para o conteúdo do texto da capa, abertamente mais combativo que o número anterior. O texto envolvia desde uma crítica moderada à ditadura militar - "finalmente um ano de eleições presidenciais" - chamando as funcionárias "a eleger candidato cujos projetos não só deem continuidade ao processo de crescimento da mulher dentro do Banco do Brasil como o estimulem" até questionamentos sobre o comissionamento das mulheres no banco, provocando a reflexão: "a mulher é que tem se negado às melhores comissões ou é falta de oportunidades pela empresa?".

Já o terceiro número do Informativo *Expressão Mulher* trouxe perguntas e respostas para quatro prováveis presidenciáveis, informando que nos próximos números trariam as perguntas e respostas de outros prováveis candidatos, a maioria de partidos conservadores.<sup>141</sup> Isso mostra que a AMUBB não tinha relações com sindicatos ou com movimentos organizados de esquerda, nos quais os bancários, desde o final da década de 1970, vinham destacando-se, seja através do sindicalismo, seja através dos partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores.<sup>142</sup> O destaque do terceiro número do *Expressão Mulher* foi a programação do Segundo Encontro Nacional da AMUBB:

---

<sup>141</sup> Destaque para os considerados presidenciáveis: Jarbas Passarinho, Partido Democrático Social (PDS), Ronaldo Caiado, União Democrática Ruralista (UDR), Afif Domingos, Partido Liberal (PL) e Roberto Freire, Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, apenas Afif Domingos acabou sendo candidato nas eleições presidenciais daquele ano. Como tudo indica que a AMUBB não teve um quarto informativo, os demais candidatos não chegaram a ser entrevistados.

<sup>142</sup> O movimento sindical bancário participou ativamente do processo da Constituinte, divulgando e coletando assinaturas para as emendas populares, bem como elegeu Luiz Guschiken, então presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, deputado federal em 1986 (SINDICATO, 2013).

**Figura 8** - Terceiro número do Informativo *Expressão Mulher*.

**expressão** **mulher**<sup>®</sup>  
 ANO 2 – Nº 03 – MARÇO/89 Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil

## AMUBB apresenta o programa do 2º Encontro Nacional

Conheça o programa do evento que está mobilizando todas as funcionárias do Banco, bem como, pelo que representa para o movimento feminino do Brasil, todas as pessoas comprometidas com o avanço da conquista das mulheres brasileiras, trabalhadoras de todas as atividades produtivas.

**A MULHER BRASILEIRA**  
Conquista de espaços e novos desafios

Data: 20 a 22 de abril de 1989  
Local: Auditório Petrônio Portella – Senado Federal, Brasília

Dia 20 – 18h – Abertura pela presidente da AMUBB  
 – Homenagem especial ao paraninfo do 2º Encontro Dr. Paulo Mandarino – Presidente da CEF  
 – Palestra da Ministra do Trabalho Dorothea Werneck: “A Mulher trabalhadora”  
 – Saudação aos convencionais: Senador Nelson Carneiro – Presidente do Senado  
 20h – MOSTRA DE ARTE – Salão de Pintura da FENAB e fotografias.  
 Inauguração  
 – Coquetel.

Dia 21 – 9h – FORUM DOS PRESIDENCIÁVEIS:  
 “A Mulher brasileira Programa de Governo”.  
 14h – FORUM DAS DEPUTADAS FEDERAIS:  
 “As conquistas sociais – legislação ordinária”  
 19h – Concerto Sinfônico.

Dia 22 – 9h – O ESPAÇO DA MULHER NO BANCO DO BRASIL  
 Palestras: Deputados Federais funcis do BB  
 Debates.  
 14h – Grupos de Trabalho – Carta das Mulheres  
 16h – PLENÁRIA das funcionárias do BB  
 17h – Encerramento.

**O PACOTE DO 2º ENCONTRO**

Os contatos para a compra do Pacote da viagem, que incluirá passagens aéreas e hospedagem (a critério das participantes, evidentemente levando em conta o meio de transporte através da qual desejarão chegar a Brasília), deverão ser feitos diretamente com a BBTUR – Brasília, pelos seguintes telefones: (061) 212-1660, 212-1661, 212-1678, 212-1679, 223-9482, 224-6889 ou 224-6668.

*Régina*

1986: EXPRESSÃO 1987: MOVIMENTO 1988: REVELAÇÃO 1989: ESPAÇO

**Fonte:** AMUBB (1989, n. 3)

Se o Primeiro Encontro da AMUBB teve como local a AABB de Brasília, o segundo realizou-se no auditório do Senado Federal. Esta mudança pode revelar uma estratégia das organizadoras do II Encontro Nacional da AMUBB. A estratégia teria sido a de ampliar a visibilidade da discussão sobre as mulheres no Banco do Brasil junto aos representantes políticos ou a AMUBB estava sendo “cooptada” pela política institucional, já que naquele ano aconteceriam as eleições diretas para Presidente da República? Minha análise recai sobre primeira alternativa.

A programação do II Encontro da AMUBB também mostra diferenças em relação ao Primeiro. Na abertura, chama a atenção a participação do presidente da Caixa Econômica

Federal, como paraninfo,<sup>143</sup> ao invés do presidente do Banco do Brasil. Mas o fato se explica porque Paulo Mandarino, funcionário do Banco do Brasil desde 1962 e vice-presidente deste banco em 1988, em 1989 assumiu presidência da Caixa Econômica Federal em Brasília (DHBB, 2010). Em seguida a palestra da então Ministra do Trabalho, Dorotheia Werneck,<sup>144</sup> e a saudação feita pelo então presidente do Senado, Nelson Carneiro.<sup>145</sup> O segundo dia contou ainda com fórum dos presidenciáveis e fórum das deputadas federais.

Já no último dia, assim como no I Encontro da AMUBB, o espaço previa discussão sobre as mulheres, embora, como se vê pela programação, esta foi feita com os “deputados federais funcionários do BB”.<sup>146</sup> Na sequência, a programação trouxe outra novidade em relação ao I Encontro: a “plenária<sup>147</sup> das funcionárias do BB”. Foi dessa plenária que foram tirados onze encaminhamentos, enviados pela diretoria da AMUBB à presidência do Banco do Brasil em 10 de julho de 1989 (AMUBB Diretoria, 1989). Composta de oito páginas, na primeira parte, as diretoras da AMUBB tratam da situação das mulheres no banco, denunciam a falta de creches e o episódio do atraso do banco em conceder a licença-maternidade de 120 dias.<sup>148</sup> Segue abaixo a primeira parte da carta:

---

<sup>143</sup> Entendo que o paraninfo ali significava alguém que apoiava a causa das mulheres no banco. Em março de 1988, em evento organizado pela AMUBB no auditório da presidência do banco, Paulo Mandarino proferiu uma palestra sobre a conquista de espaços e novos desafios das mulheres no Banco do Brasil, discurso publicado pelo banco em uma Cartilha e distribuída no Segundo Encontro da AMUBB (MANDARINO, 1988). A partir de 1989, Paulo Mandarino ingressou na política, elegendose deputado federal pelo Partido Democrático Cristão, mas seu mandato envolveu atuações polêmicas, não concorrendo a reeleição (DHBB, 2010).

<sup>144</sup> Dorothea foi a primeira mulher a assumir a pasta do Ministério do Trabalho entre 1989 e 1990. Entre 1995 e 1996 também foi Ministra da Indústria, Comércio e Turismo, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Economista, professora na Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Brasília, era reconhecida por sua capacidade técnica e boas relações sindicais. No segundo turno das eleições presidenciais de 1989 declarou apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (DHBB, 2010). Em 1989, a frase que o então presidente da FIESC, Mário Amato, lhe preferiu “é inteligente, apesar de ser mulher” virou título de seu livro “...*Apesar de ser mulher*”, publicado em 1990, no qual reflete sobre o período em que esteve no Ministério do Trabalho e no governo de José Sarney (WERNECK, 1990).

<sup>145</sup> Sobre Nelson Carneiro, ver o primeiro capítulo.

<sup>146</sup> Não foi possível localizar quais eram funcionários do Banco do Brasil, dentre os 487 deputados federais eleitos na legislatura 1986-1990.

<sup>147</sup> Assembleia que tem o objetivo de reunir seus membros durante um encontro, geralmente, para deliberações ou encaminhamentos.

<sup>148</sup> Diante das denúncias das bancárias, o BIP divulgou esclarecimentos sobre a posição do banco que entendia que, depois da aprovação da nova Constituição em 1988, seria necessário aguardar lei complementar que definiria quem iria custear a licença maternidade de 120 dias (BIP ESPECIAL, 25 maio 1989).

Senhor Presidente,

Realizamos, nesta capital, entre 20 e 22 de abril de 1989, o II Encontro Nacional das Funcionárias do Banco do Brasil. Falar das 42 mil funcionárias do banco é falar na AMUBB, em vista que antes de sua existência o Banco do Brasil não havia tomado consciência do elevado número de funcionárias na empresa nem também houve, no decorrer desses 20 anos de presença feminina na Casa, nenhuma preocupação em distinguir o trabalho da mulher. [...] A AMUBB – suprindo papel essencial que à própria empresa caberia ressaltar – vem tentando, contra todos os obstáculos possíveis, destacar o espaço da funcionária na empresa. [...] Temos ouvido – sempre que indagamos se à mulher deveria ser dado maior espaço – que sim, desde que o critério da “competência” lhe seja aplicado, vale dizer, ou somos 42 mil incompetentes ou o critério adotado não corresponde à escolha dos atuais postos de chefia, basta corresponder um funcionário/uma funcionária com o mesmo tempo de Casa para se chegar à conclusão que demonstramos. [...] Com relação à licença-maternidade cabe, no particular, em relação ao decidido pela Diretoria do Banco, dizer que em se tratando de um dispositivo constitucional auto - aplicável não cabe interpretação que não aquela dada pela Lei Magna e sua vigência também corresponde à data de sua promulgação; [...] Muitos países admitem licença-maternidade de até 2 e até 3 anos [...] O assunto traz-nos à exigência do Banco do Brasil para com as funcionárias que moram em cidades pequenas, no interior do país, que nem possuem creches e muito menos legalizadas, dando a impressão que ao Banco do Brasil falta a visão do Brasil, sabido por todos que o país não tem rede de creches, e que nem o Banco do Brasil, o maior empregador da mão-de-obra feminina se preocupa com fato de tal magnitude – há que se indagar, como poderá a funcionária trabalhar e competir em igualdade de condições se o Banco nega o auxílio para que ela possa pagar uma pessoa para cuidar de suas crianças. [...] A criança - cidadão de direitos, não é somente responsabilidade da mãe, mas também do pai, e da empresa, e do país. [...] Há o Banco do Brasil aprender a administrar 42 mil mulheres. Há que se reeducar. Há que se renovar. Há que se adequar aos novos tempos. [...] (AMUBB Diretoria, 1989, grifo nosso).

Quais seriam os novos tempos vividos no final da década de 1980? Considero que se referia às mudanças na posição das mulheres na sociedade, na nova Constituição e da própria democracia. Embora, durante sua atuação, a AMUBB sempre se referisse como um movimento feminino, o teor da correspondência vista cima reforça que era uma associação feminina com princípios feministas. Isso fica explicitado na visão sobre as creches - direito da criança, portanto, dever do Estado - e também na visão da competência individual e meritocrática para assumir cargos no banco: para as diretoras da AMUBB estava bem claro que as 42 mil mulheres no banco só não assumiam os cargos por causa dos critérios adotados e para comprovar isso “bastava corresponder um funcionário/uma funcionária com o mesmo tempo de casa”.

Na segunda parte da correspondência, a diretoria da AMUBB informou ao banco os onze encaminhamentos tirados no II Encontro, os quais questionavam o lugar natural de homens e mulheres no banco:

Nós, funcionárias do Banco do Brasil, reunidas no II Encontro Nacional das Funcionárias do BB, em Brasília, Distrito Federal, no período de 20 a 22 de abril de 1989, em RESOLUÇÃO, decidimos encaminhar ao Banco do Brasil S/A as seguintes propostas: 1) que os cursos da área comportamental do Banco contemplem abordagem específica à situação de trabalho da mulher e à sua ascensão funcional; 2) que a política de recursos humanos do Banco seja revista de modo a: I – contemplar item especificamente voltado para uma participação da funcionária nos cargos comissionados do Banco, crescente em número e ascendente em relevância; II - estabelecer que esta participação ocorra de forma que, dentro de prazo previamente estipulado, em cada nível de comissão, sejam nomeadas tantas funcionárias quanto o necessário para que se observe no mínimo a mesma proporcionalidade em relação à participação percentual da mulher no quadro total da Casa. 3) que, no Plano de Cargos e Salários do Banco as denominações de cargos e comissões possuam também a variação feminina, quando pertinente; 4) que a licença-maternidade de 120 dias seja concedida a quem de direito, independentemente de pedido específico ou ação formal da interessada, com efeito a partir da Constituição da República; 5) que, para discutir e apresentar soluções para problemas específicos, o Banco assegure a representação de uma funcionária por dependência em encontro nacional, ou regional, com abono de ausências por 2 dias, despesas (locomoção, hospedagem e alimentação); 6) que seja assegurada, nos próximos processos de seleção do representante do corpo funcional no Conselho de Administração, a oportunidade, em igualdade de condições e proporcionalidade, de participação de mulheres funcionárias; 7) que seja adequadamente solucionada a situação de casais que, por força de trabalho, encontram-se sediados em locais diferentes, ou tenham que fazê-lo para fins de ascensão funcional; 8) que os esforços de funcionários e funcionárias, individuais ou coletivos, referentes à implantação de creches, escolas em período integral ou outras que visem ao benefício da criança, recebam apoio financeiro e legal da instituição; 9) que seja elaborado plano de concessão de bolsas de estudos para o 2º e 3º grau a filhos de funcionários e funcionárias, prioritariamente àqueles residentes em localidades carentes de instituição de ensino; 10) que seja destinado a uma mulher o cargo de Chefia de pelo menos um dos Departamentos da área de Recursos Humanos – DEASP, DESED ou FUNCI; 11) que os estatutos do Banco sejam alterados de modo a incluir cláusula fixando obrigatoriedade de que pelo menos uma das Diretorias do Banco seja ocupada por mulher. Isto posto, senhor presidente, solicitamos que a nossa proposição seja objeto de estudos para breve aplicação, e que tais estudos sejam examinados sob a ótica da moderna administração de recursos humanos, despida de conceitos e colocações estapafúrdias, sem propósito e fora de época, ainda vigentes na grande parte das manifestações dos atuais ocupantes de cargos de chefia do Banco [...]. [...]. Temos a certeza de que V. Exa., caso aceite nossa ponderação, há de marcar sua gestão frente ao Banco do Brasil S.A como administrador do futuro do Banco, dando à empresa a dinâmica da moderna administração de pessoal, fazendo e promovendo a igualdade, em verdadeira ação de

humanismo, pois o futuro do Banco do Brasil – é mulher. [...] (AMUBB Diretoria, 1989, grifo nosso).

É preciso ressaltar os enfrentamentos trazidos pelas propostas. As propostas 2, 3, 6, 10 e 11 tocavam diretamente no cerne da questão do poder no banco: o estatuto, as diretorias, a política de recursos humanos e a representação funcional no Conselho de Administração. Entretanto, não localizei a resposta do presidente do banco ou mesmo registro de que este recebeu a correspondência da AMUBB. O fato é que, justamente no período posterior a esta correspondência, segundo semestre de 1989, não há mais nenhum documento que registre a atuação da AMUBB.

Sandra Maria Martins participou do I e II Encontros da AMUBB. Sandra Maria<sup>149</sup> prestou concurso para o Banco do Brasil em abril de 1972, com 23 anos. Aprovada, em maio do ano seguinte tomou posse no banco na agência de Pato Branco, município do sudoeste do Paraná, cidade onde morava. Iniciou no banco no atendimento da carteira agrícola, passou por vários setores e em 1980 assumiu a função de caixa.

Sandra Maria soube da criação da AMUBB pelo *BIP*. Segundo narrou “primeiro vieram os avisos nos *BIP* ‘vai haver um encontro, foi criada a AMUBB’, daí a gente começou, quando veio o convite, pensou em participar do encontro”. Para ela, Raquel foi a grande idealizadora da AMUBB. Perguntada sobre quais foram suas primeiras impressões sobre a AMUBB, disse que:

Eu acho que sim, porque justamente por essa posição que a gente tinha, meio de segundo nível, digamos assim. Essa é a forma que eu vejo, pode ser que haja quem discorde da minha opinião. Você como mulher não era vista como o homem dentro do banco. Na hora de uma concorrência, não era, não era! Não adiantava! Por mais que você se esborrachasse de trabalhar. Você podia ser até mais inteligente que o homem, mas não adiantava. [...] Então, eu acho que a proposta dela [Raquel] era de mobilizar, eu acho que num primeiro momento ela queria conhecer; saber como que era, em nível de Brasil, como que as mulheres do banco estavam. Então, por isso, que ela deve ter feito essa proposta do encontro e foi isso que eu vi acontecer no primeiro (SANDRA MARIA, entrevista citada, grifo nosso).

Pela narrativa de Sandra Maria, observo que sua percepção sobre a AMUBB era de que esta vinha para dar visibilidade à carreira das mulheres e seu comissionamento no banco.

---

<sup>149</sup>Sandra Maria Martins. 69 anos, casada, dois filhos, trabalhou 23 anos no Banco do Brasil. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 20/01/2018, em Curitiba/PR. Durante o texto, utilizo o nome de Sandra Maria, para diferenciar de Sandra, pseudônimo da entrevistada no primeiro capítulo da tese.

Parafrazeando a conhecida expressão “Segundo Sexo” de Simone Beauvoir ou o “Segundo Eleitorado” de Lúcia Avelar (AVELAR, 1989), para Sandra Maria, as mulheres no Banco do Brasil representavam o “Segundo Nível”. Sobre a intenção de mobilizar e conhecer os problemas das mulheres no banco, a percepção Sandra Maria aproxima-se do que, de fato, a AMUBB, conseguiu realizar em um curto espaço de tempo.

Questionada se chegou a participar de alguma organização feminista no período, disse que “não necessariamente neste sentido, sempre existe a vontade de que se tenha igualdade.” Segundo conta, sua participação ativa na cidade se deu com funcionários e funcionárias do banco através da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), da qual foi diretora.<sup>150</sup>

Para o I Encontro da AMUBB, Sandra Maria narrou que foram três funcionárias da agência e quatro da região. Contou ainda que o incentivo do gerente geral da agência para a participação das funcionárias foi muito importante. Como mostram os documentos a que tive acesso, Sandra Maria guardou tudo de sua participação no Primeiro Encontro: da lista das funcionárias de sua agência que ajudaram a custear as despesas do encontro - ressaltando que somente as funcionárias ajudaram - passando pelas anotações das palestras ouvidas, pelo Manifesto<sup>151</sup> crítico ao I Encontro lá distribuído até reunião que promoveu na agência e na AABB local para falar da experiência do I Encontro da AMUBB.

Sandra Maria guarda muitas fotografias de suas diversas atividades ao longo da vida. Guardou também a fotografia de sua participação nos debates de grupo do I Encontro:

---

<sup>150</sup>As Associações Atléticas Banco do Brasil, espécie de clube social para lazer, esporte e confraternização dos funcionários e familiares do banco, foram criadas a partir de 1928 no Rio de Janeiro e Belém. A AABB da cidade de Sandra Maria fora fundada em 1965, da qual ela foi assídua participante e diretora. As AABB detinham grande prestígio social nas cidades, sendo muitas vezes a única opção social na cidade, hoje abertas à comunidade. Sobre a história das AABB ver Rech (2000).

<sup>151</sup>O Manifesto, assinado como “nós, funcionárias e esposas de funcionários”, trazia como principal crítica “não nos ter sido permitido um ENCONTRO no *strictu sensu* da palavra pois o evento se reduziu a reuniões abertas das quais não se tirou nenhuma conclusão sobre o papel da mulher ligada ao BB” (MANIFESTO, 1987).

**Figura 9** - Sandra Maria Martins no I Encontro da AMUBB



**Fonte:** arquivo pessoal de Sandra Maria Martins

Sobre a participação no Primeiro Encontro da AMUBB, Sandra Maria assim narrou sua experiência:

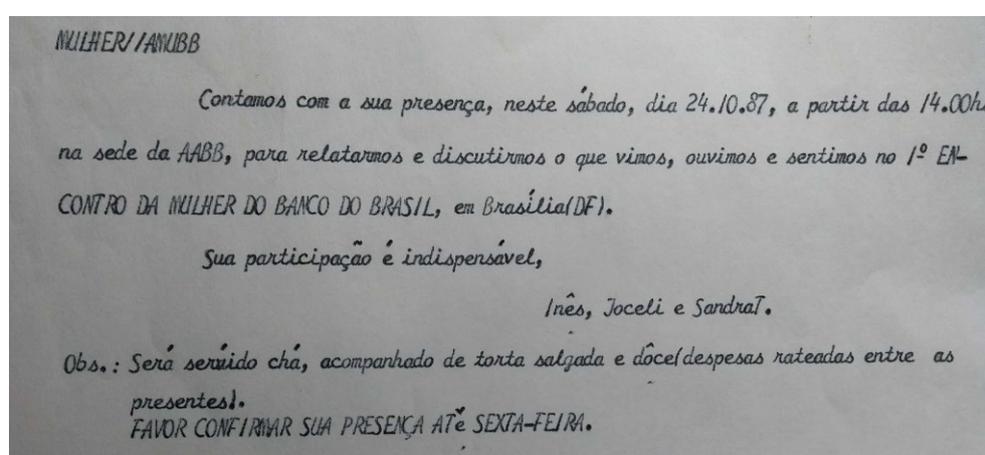
Ah, foi assim um evento grande. Eu achei bem organizado, apesar daquele protesto que apareceu ali não se sabia o que fazer. Como não se sabia? Tinha uma pauta, tudo que estava na pauta aconteceu. Veio um médico falou sobre AIDS, veio a outra falar sobre direito do índio, a outra falar sobre o direito da mulher, a outra... Você vai ver ali todas as minhas anotações do dia. Então, a proposta era essa, era nos colocar a par de, falar sobre política, sobre saúde, sobre a AIDS, que a gente pouco sabia naquela época. A AIDS era aquela coisa misteriosa, que ninguém sabia o que que era. E para mim, eu nunca esqueço, para mim, a palestra que mais me tocou foi a palestra do médico que falou sobre a AIDS (SANDRA MARIA, entrevista citada).

Em sua fala, Sandra coloca a amplitude do encontro, que reunia desde representantes da política brasileira, direitos das mulheres até palestra sobre a temida doença chamada AIDS.

Esta última, aliás, foi a que mais a tocou pois, segundo ela, sabia-se muito pouco no período sobre a doença.<sup>152</sup>

Sandra Maria e as colegas voltaram inspiradas do I Encontro da AMUBB. Ela e as duas colegas da agência, Inês Terezinha Pastro e Joceli Mara Jankoski, ainda no mês de outubro, organizaram uma reunião para falarem com a demais colegas sobre o que “viram, ouviram e sentiram” em Brasília.

**Figura 10** - Convite para reunião de socialização sobre o I Encontro da AMUBB



**Fonte:** Arquivo pessoal de Sandra Maria Martins

Desta reunião participaram 17 ou 18 pessoas. Segundo Sandra, “a maioria era esposas de funcionários, que foram para ouvir, relatar o que a gente viu, quais eram as propostas que a gente trouxe para fazer”. Como visto no Estatuto da AMUBB, as esposas de funcionárias podiam filiar-se à AMUBB na categoria de contribuintes. Segundo Sandra Maria, Raquel teria tido a ideia de colocar as esposas como participantes da AMUBB para desfazer certo mal-entendido de que havia conflitos entre as funcionárias e esposas de funcionários, como narrou:

Porque a esposa do funcionário, como é que eu vou te dizer. Vou te falar pela nossa agência. Na nossa agência, sempre as esposas de funcionários apoiaram tudo. Tudo que a gente inventava para fazer na AAB, se era uma festa para as crianças, as mães colaboravam, as esposas de funcionários

<sup>152</sup> Uma leitura da doença no Brasil neste período pode ser vista no livro *Aids e Sexualidade: O ponto de vista das ciências humanas*, organizado por Maria Andréa Loyola (LOYOLA et al, 1994).

colaboravam. Nunca nós tivemos problemas. Elas eram participativas, porque havia agência, estórias que a gente ouvia, de que as funcionárias do banco não se davam com esposas de funcionários ou a esposa tinha ciúmes ou porque sei lá. Nós não tínhamos isso. Então, lá nesse encontro, como eu te falei, nós ouvimos muitas estórias que, de certa forma, fizeram com que a nossa posição fosse, tivesse sido destacada como uma posição legal. “Nossa! O gerente apoiou vocês virem? Ele abonou vocês?”. Teve gerente que proibiu terminantemente: não vai ninguém! Contavam lá, não sei se é verdade (SANDRA MARIA, entrevista citada).

Lembro aqui a fala de Marta, discutida no primeiro capítulo, que contou sobre as desconfianças das esposas de funcionários para com ela. Considero que a atitude de incluir as esposas como participantes revela uma estratégia da AMUBB, fazendo com que as esposas dos funcionários entendessem de que se tratava o “movimento feminino” chamado AMUBB, e desta forma também o incentivassem. Logo, entendo que a grande participação das esposas na reunião acima mostra o interesse destas em saber de que se tratava a AMUBB. Em sua fala acima, Sandra também tocou numa questão crucial para o sucesso do I Encontro da AMUBB em Brasília: o gerente da agência precisava liberar as funcionárias para participarem do encontro, afinal eram dias úteis de trabalho. Segundo Sandra, na sua agência, o gerente abonou os dias, o que certamente não foi o que ocorreu com as diversas agências do banco país afora, como os rumores em sua fala indicam.

Ainda em 1987, Sandra Maria, Inês e Joceli fundaram a AMUBB da cidade de Pato Branco. No 08 de março de 1988, produziram um texto reflexivo e chamaram as demais funcionárias do banco para participar do Primeiro Encontro da Mulher Patobranquense organizado pela câmara local. O texto faz crítica às lutas individualistas, defendendo o pensar e agir em conjunto, com associações e criticando a falta de participação das mulheres na AMUBB que “teve o mínimo de adesões para seu quadro de sócias, levando-nos a crer que realmente a mulher está discriminando seu próprio grupo” (AMUBB Pato Branco, s/d).

Não fica claro se o texto citado acima foi produzido pela AMUBB “nacional” ou pela AMUBB “Pato Branco”. Mas Sandra Maria manteve contato com Raquel naquele período, como mostra uma correspondência endereçada à Sandra por Raquel, datada de 28 de novembro de 1987.

Querida Sandra,  
Saudades. A luta é dura, mas é não desistir como diria minha amiga Maria Inês. Já estive em três encontros depois do nosso. Aqui estamos indo devagar, sempre c/ falta de dinheiro, e muita preguiça por parte de algumas colegas da diretoria. Mas [illegível] faz. A Convenção dos “homens” foi

horrorosa, perto da nossa. Você faz ideia do susto quando me declarei candidato? Se uniram para me derrubar, sinal que se uniam, [ilegível] tanto medo...hein? Grata por tudo – seu, nosso, Pato Branco, está aqui na AMUBB [ilegível] assim ser unidos. Vou ver se tiro uma foto. Beijos, Raquel (LUZ, 1987).

No verso da carta, Raquel pede desculpas por não ter dado notícias antes, justificando que foi por absoluta falta de tempo. Sandra Maria conta que a carta de Raquel, enviada logo após o I Encontro da AMUBB, foi uma resposta ao que enviou para ela. Embora não se recordasse com segurança dos fatos, assim narrou:

Eu devo ter mandado alguma, porque ela falou: ‘o teu Pato Branco está aqui na AMUBB’. Eu acho que eu mandei alguma coisa para ela, alguma lembrança de Pato Branco, não me lembro o quê dei de presente para ela. E ela daí respondeu, porque a gente usava o próprio malote do banco para este trâmite de coisas da AMUBB, então circulava sem problema. [...] porque as coisas da AMUBB foram liberadas para circular no malote. Claro, não vinha solto, vinha dentro dos envelopes, vinha aos cuidados de alguém (SANDRA MARIA, entrevista citada).

Como se depreende, a carta mostra o contato que Raquel manteve com as funcionárias interessadas em fazer parte da AMUBB, que pode ser feita através do malote do banco. Ela desabafa sobre alguns assuntos, como a falta de interesse de colegas das diretorias e a “convenção dos homens” que teria tomado um susto quando ela se declarou candidata. Aqui Raquel poderia estar se referindo à sua candidatura ao cargo de representante dos funcionários no Conselho de Administração do banco, cuja lei que instituiu esta representação seria incluída na Constituição no ano seguinte.<sup>153</sup>

Sandra Maria guardava pouquíssimas recordações do II Encontro da AMUBB. Nas vezes que tentou lembrar, recorda que o “segundo encontro teve mais política”. Seu último contato com a Raquel foi neste II Encontro, pois depois dele nunca mais a viu ou teve contato. Também recorda que de 1990 em diante não se tinha mais notícias da AMUBB no banco. Apesar de não saber o fim da AMUBB, para Sandra:

---

<sup>153</sup> Previsto na Constituição de 1988 em seu art. 7, inciso XI, o direito de eleição de um empregado no Conselho de Administração iniciou no Banco do Brasil um ano antes, em 1987, perdurando até 2002, denominado Gabinete de Representação do Funcionalismo (GAREF). Nenhuma funcionária ocupou o cargo neste período. Uma lei sobre o assunto só foi aprovada em 2010, Lei 12.353, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determinou a participação de representante dos empregados nos conselhos de administração de todas empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas com no mínimo 200 empregados (BRASIL, 2010).

A AMUBB foi um sonho desta “criatura” chamada Raquel. Eu convivi com ela durante 3 ou 7 dias, que foram as duas vezes que eu fui nos encontros, total de 7 a 8 dias. Ela era uma idealista, uma sonhadora. Talvez tenha tentado botar esse sonho dela, transformar em realidade, mas é complicado, era muito complicado. Ao mesmo tempo era muito complicado porque o prazer era muito grande. Uma sensação de daquela forma não tinha como mesmo. E daí tinha o lance da grana, porque daí começou a vir a década de 90, com toda aquela movimentação,<sup>154</sup> que nós tivemos de mudança de planos econômicos e etc. Então, tudo isso, e outras coisas que possam ter ocorrido lá, não sei; porque o que também a gente sentiu é que não havia um consenso 100% favorável à associação, o que eu acho uma coisa saudável, porque não é necessário que haja concordância de tudo em todos os lugares [...] (SANDRA MARIA, entrevista citada).

Apesar de não ser possível precisar o fim da AMUBB, foi possível verificar que esta associação conseguiu organizar e estimular as demais funcionárias do banco a fazer parte de um “movimento feminino” que conseguiu dar visibilidade à situação das mulheres no banco e questionou o lugar delas no Banco do Brasil. Certamente ocorreram outras seções da AMUBB, em outras cidades, pelo Brasil afora, que ficaram de fora da análise aqui colocada. Considero que a criação e atuação da AMUBB mostra como a discussão sobre a condição das mulheres reverberava e tinha respaldo entre as funcionárias e no próprio Banco do Brasil na década de 1980.

Como tentei mostrar ao longo deste capítulo, desde o final da década de 1970 e durante a década de 1980, a discussão sobre as mulheres esteve presente no Banco do Brasil: carreira, creches, comissionamentos até um “movimento feminino” ou de mulheres. Mas, enquanto no Banco do Brasil as mulheres tomaram parte das discussões feministas, em outros bancos havia o reforço e permanências do modelo conservador de gênero com o projeto das moças no atendimento. Dentre estes, destaco a função generificada de Moça Bradesco, criada em 1976 pelo Banco Brasileiro de Descontos S.A (BRADESCO), a Moça Besc criada pelo Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) em 1984 e a realização de concursos de Miss Bancária ainda no ano de 1985, promovido pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis. Tais modelos representavam um reforço dos padrões conservadores femininos na década de

---

<sup>154</sup> A “movimentação da década de 1990” a que Sandra Maria faz referência é o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) lançado pelo Banco do Brasil em julho de 1995. Programa inédito entre as empresas estatais, causou o maior impacto na história do funcionalismo do banco: dos 107 mil funcionários à época existentes, 55 mil foram considerados aptos a participarem do programa, registrando ao final 13.500 adesões (RODRIGUES, 2004). Um destas adesões foi da própria Sandra Maria, que se desligou do banco em 1995, através deste PDV. Sobre os graves conflitos que o PDV causou no funcionalismo do banco ver Lea Carvalho Rodrigues, “*Metáforas do Brasil*” (RODRIGUES, 2004).

1980, no momento em que as discussões feministas tentavam desconstruir tais padrões? Esta e outras perguntas são as questões discutidas no próximo capítulo.

#### 4 CAPÍTULO 3 MOÇA BRADESCO, MOÇA BESC E MISS BANCÁRIA: REFORÇO DOS PADRÕES CONSERVADORES FEMININOS

Hoje não falaremos das conquistas. [...] É o momento de falarmos da mulher bancária, que enfrenta em seu dia-a-dia as mais violentas pressões e desrespeitos. [...] Os banqueiros usam as mulheres como mercadorias especiais para oferecer aos seus clientes. Estamos nos out-doors [sic] com um sorriso convidativo: ‘venha falar com a Moça Bradesco’: as linhas de frente dos bancos vêm sendo engrossadas por meninas bonitas, das quais é exigido o sorriso, a doçura e a simpatia. Temos que repudiar esse uso indevido do atributo feminino (FOLHA BANCÁRIA, 08/03/1983, nº 664).<sup>155</sup>

As pessoas que viveram a década de 1980, possivelmente, lembram do sorriso da Moça Bradesco, moça que, a partir de uma campanha publicitária foi transformada em uma função neste banco, responsável por recepcionar os clientes nas agências Bradesco. As catarinenses e os catarinenses possivelmente lembram da Moça Besc, criada para recepcionar os clientes neste banco no ano de 1984. Nesta mesma década, também aconteciam os famosos concursos de Miss Bancária ou Rainha dos Bancários, que reuniam bancárias e bancários de vários bancos, num evento de sociabilidade e confraternização.

A partir de entrevistas – realizadas por meio da metodologia da História Oral – anúncios publicitários, fotografias, relatórios e jornais sindicais busco explicações para a criação da função de Moça Bradesco, Moça Besc e o concurso de Miss Bancária. As mulheres que exerceram a função de Moça Bradesco ressaltaram que suas rotinas eram exaustivas, cumpridas em pé. Nesse mesmo contexto, a imprensa sindical ressurgida no Novo Sindicalismo a partir de 1978, através de suas dirigentes, denunciavam na *Folha Bancária* “o uso indevido do atributo feminino” pelos bancos. Assim, a discussão do capítulo tem início contextualizando o Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) e o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e seus projetos das moças no atendimento. Em seguida, trato da Moça Bradesco, primeiramente enquanto campanha publicitária e depois como uma função no banco, destacando o uso de sua imagem, suas representações de gênero, bem como sua dura rotina. Por fim, discuto a permanência dos concursos Miss Bancária ainda na década de 1980

---

<sup>155</sup> Este texto foi escrito por Maria Cristina Dias relativo ao 08 de março de 1983. Conhecida por Tita Dias, foi bancária do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo entre 1979 e 1988 e responsável pela recriação do Departamento Feminino neste sindicato em 1979. Filiada e militante do Partido dos Trabalhadores (PT), foi vereadora da cidade de São Paulo entre 1989 e 1992, no governo de Luiza Erundina, e entre 2003 e 2004.

promovido pelos sindicatos da categoria bancária, como o concurso do ano de 1985 promovido pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, que teve como vencedora uma Moça Bradesco.

### 3.1 O PROJETO DAS MOÇAS NO ATENDIMENTO DOS BANCOS

No cotidiano do seu trabalho, as bancárias que trabalham diretamente com o público estão sujeitas a uma série de constrangimentos. O contato direto com o público as torna alvos de possível assédio através de “cantadas” e “brincadeiras” dos clientes. O que dizer, então, se o cotidiano do seu trabalho, além do contato com o público, exigisse estar bem vestida e bem maquiada, utilizando um “discreto” uniforme - blusa branca e saia vermelha- e um intenso sorriso? Pois era esse o cotidiano de uma Moça Bradesco no atendimento das agências do Bradesco entre 1976 e 1987.

Para entender o contexto de criação da Moça Bradesco, em 1976, que perdura até final da década de 1980, é importante destacar o seu criador, o banco Bradesco. Criado em 1943 por Amador Aguiar, a partir de uma agência em Marília, interior de São Paulo, em 1985, o Bradesco consagrara-se como o maior banco privado nacional e o maior empregador privado do Brasil (SEGNINI, 1988). Segundo a pesquisa de Segnini sobre a organização Bradesco, objeto de sua tese,<sup>156</sup> este banco assumiu a liderança do crescimento do setor bancário após a reforma bancária de 1964, data em que empregava apenas quatro mil bancários. Em 1985, atingia o número de cento e cinquenta mil funcionários (SEGNINI, 1988).

Em Informe Publicitário comemorativo aos 50 anos do Bradesco, seu fundador-presidente, Amador Aguiar, informava que o Bradesco veio para popularizar os serviços bancários: enquanto todos os demais bancos trabalhavam com as elites, o Bradesco veio para atender as grandes massas, consagrando-se como o banco de povão. O Informe trouxe também a frase preferida de Amador Aguiar: “eu trabalho, realizo e não olho para trás” (INFORME PUBLICITÁRIO, 1993).

---

<sup>156</sup> O enfoque da tese de Segnini, intitulada *Bradesco: A Liturgia do poder*, publicada em 1988 com o título *A Liturgia do poder: trabalho e disciplina*, centrou-se na organização Bradesco sob o aspecto do poder disciplinar - conceito de Michel Foucault analisado pela autora - das organizações, tema atual da sociologia do trabalho naquele período (SEGNINI, 1988).

O Bradesco também se diferenciava dos demais bancos ao exigir que cada funcionário assinasse uma “Declaração de Princípios”,<sup>157</sup> pré-requisito para ingresso no banco.

#### Declaração de Princípios

Eu, fulano de tal, prometo, solene e fielmente, com otimismo e entusiasmo que seguirei e defenderei os princípios que a seguir declaro.

1 – Amar o Brasil, dedicando-me integralmente a ele e trabalhando sempre mais e melhor, até onde minhas forças permitirem;

2 – Colocar os interesses públicos, os do Banco e demais organizações Bradesco acima dos meus próprios interesses;

3- Dentro da convicção de que “só o trabalho pode produzir riquezas”, agir com plena dedicação ao mesmo, com todo meu amor, minha disciplina e justa humildade;

4- Respeitar e manter o princípio da hierarquia, condição essencial, quer no Estado, na Família e na Sociedade, para o aprimoramento do homem;

5- Com o mais sincero sentimento de amor à Pátria e inspirado sempre nos princípios cristãos, colaborar para a formação de um Brasil melhor, através das Fundações mantidas pelo Banco e associados, educando, alimentando, curando, vestindo, formando melhores técnicos e, dentro das possibilidades permitidas, promovendo oportunidades aos brasileiros desafortunados que, através dos tempos, pela inconsciência de alguns, ainda não puderam sair da miséria do analfabetismo;

6 – Dedicar-me a atividades construtivas e de bem coletivo, entrosadas com as que o Bradesco vem mantendo, ou a outras, com a aprovação do Conselho de Administração do Bradesco;

7- Responder, moral e materialmente, pelos eventuais e involuntários erros que venha cometer;

8 – Tratar a todos com urbanidade e respeito, principalmente os mais humildes e necessitados;

9 – Integração total à filosofia de vida e do trabalho do Banco, respeitando e fazendo respeitar seus estatutos e Regulamento Interno, bem como os de seus associados.

Local, data, ASSINATURA (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS BRADESCO apud SEGNINI, 1988, p. 115-116, grifo nosso).

A exigência de “amor à pátria e ao Brasil” por parte de seus funcionários e funcionárias evidencia o alinhamento do banco ao governo militar.<sup>158</sup> Analisando pela ótica do poder da organização, Segnini destaca que a declaração procurava incutir nos funcionários que, se seguissem tais princípios, demonstrando tais virtudes e comportamento, receberiam o conjunto de recompensas que organização poderia oferecer (SEGNINI, 1988). A Declaração

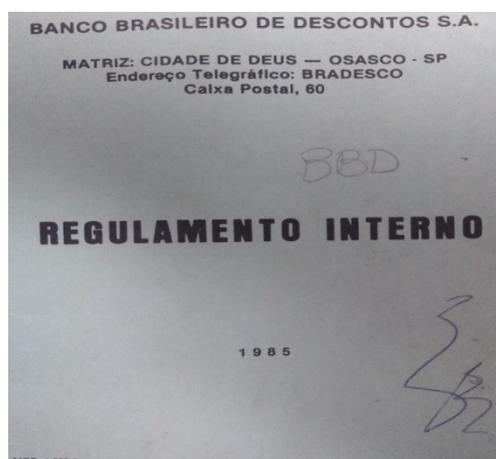
<sup>157</sup> Nas entrevistas que realizei, as funcionárias não se recordavam da assinatura da Declaração de Princípios quando do ingresso no banco. A pesquisa de Segnini (1988) e os documentos encontrados no acervo físico do CEDOC não trouxeram informação sobre a data de criação desta Declaração de Princípios, nem data em que o Bradesco deixou de exigí-la.

<sup>158</sup> Sobre o ufanismo alimentado pelo regime militar, especialmente na primeira metade da década de 1970, ver Almeida e Weis (1998).

acima foi, com razão, muito criticada. Em outubro de 1978, a *Folha Bancária* denunciou o teor da declaração chamando-a de “audaciosa e desumana” pois, de fato, feria a moral dos trabalhadores e princípios do Direito do Trabalho previstos na CLT (FOLHA BANCÁRIA, 1978, nº 345). Durante os anos que se seguiram, as denúncias aumentaram o tom, nominando-a declaração fascista (FOLHA BANCÁRIA, 23/08/82, nº 533).

Outro componente importante da política de pessoal do Bradesco era o Regulamento Interno,<sup>159</sup> responsável por traçar os comportamentos dos funcionários e funcionárias do banco:

**Figura 11** - Regulamento Interno Bradesco



**Fonte:** Regulamento Interno Bradesco (1985)

O Regulamento Interno trazia sete capítulos e trinta e um artigos. Destes, destaco o capítulo três, “Das relações com os empregados”, e o capítulo seis, “Dos deveres e obrigações”. No capítulo três, o Regulamento dispunha as normas de carreira do banco, chamado de “carreira fechada”, cuja “designação dos empregados para cargos superiores obedecia a escala hierárquica”. Considerando que a política de pessoal do Bradesco recrutava seus funcionários entre as famílias de baixa renda, as recomendações do regimento interno visavam criar os valores do trabalho e da disciplina para o crescimento na carreira do banco (SEGNINI, 1988).

O capítulo seis determinava o que o Bradesco esperava dos seus funcionários: disciplina dentro e fora do banco. Trazia o dever de “comportar-se corretamente em sua vida

<sup>159</sup> O Regulamento Interno e os relatórios anuais do Bradesco estão disponíveis no arquivo físico do Centro de Documentação e Memória dos Bancários (CEDOC), localizado no Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região.

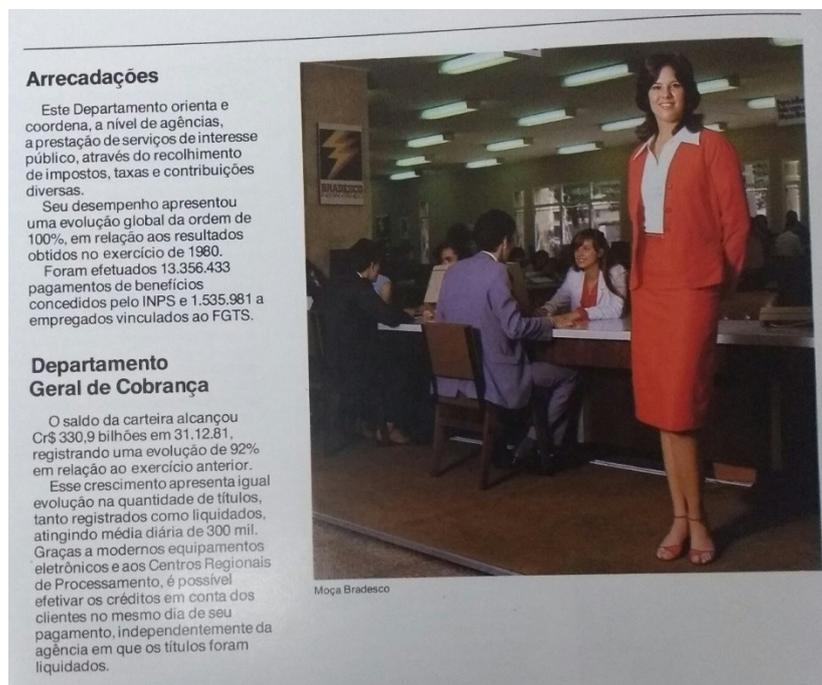
privada, evitando as más companhias”. É preciso considerar o que isto significaria para as mulheres funcionárias, afinal, o que seriam as más companhias na visão do Bradesco? Segundo Segnini, evitar as más companhias evitaria a contaminação daqueles que não possuem valores morais desejáveis, de modo que possa influir na disciplina deste para o trabalho (SEGNINI, 1988). Em relação à aparência, pedia “tratar-se de modo conveniente e asseado, mantendo sua aparência física sem exagero e extravagâncias” (REGULAMENTO INTERNO, 1985, p.8).

Para Segnini (1988), o Regulamento Interno era um instrumento que definia a “normalidade” em termos de comportamento e se aplicava na prática. Se, aparentemente, as normas assemelhavam-se a qualquer outra organização burocrática, Segnini constatou que a higienização do espaço físico e do próprio funcionário atingia elevado grau na organização Bradesco. Em uma das entrevistas que realizou com funcionários do banco, um destes contou que, ao ingressar no banco, teve que, a pedido do gerente do departamento pessoal, cortar o cabelo, caso quisesse mesmo começar a trabalhar (SEGNINI, 1988). Também contou que era comum o presidente do banco, Amador Aguiar, aparecer em fotografias limpando sua própria sala e demais locais de trabalho (SEGNINI, 1988). As imposições quanto ao corte de cabelo e vestuário visavam homogeneizar os funcionários, transmitindo mensagem de harmonia ao cliente, bem como ausência de conflitos entre o banco e seus funcionários. Ausência que também estava prevista no regulamento com a proibição de discussão com clientes ou colegas (REGULAMENTO, 1985).

A Declaração de Princípios e o Regulamento Interno mostram um panorama da política de pessoal do Bradesco entre as décadas de 1970 e 1980. Soma-se a eles o fato de que o recrutamento de funcionários do banco se dava entre candidatos de baixa renda e que pagava os menores salários do setor bancário (FOLHA BANCÁRIA, 23/01/85, n.1066). Segnini cruzou os dados do lucro do Bradesco entre 1982 e 1985 com os salários pagos neste mesmo período e também constatou: era o banco que tinha os maiores lucros e pagava os menores salários do setor bancário (SEGNINI, 1988).

Se pagava os menores salários, há fortes indícios que usava a mão de obra de mulheres. Aliás, não encontrei registros de que o Bradesco proibia mulheres na carreira do banco antes de 1969, a exemplo dos bancos públicos. Mas este banco destacou-se ao criar uma função exercida somente por mulheres: a Moça Bradesco. Em 1981, esta apareceu no Relatório Anual do banco:

**Figura 12 - Moça Bradesco no Relatório Anual do Bradesco 1981**



**Fonte:** Relatório Anual Bradesco (1981)

A Moça Bradesco apenas “ilustra” o relatório acima, já que no relatório inteiro não há informações sobre ela. Por esse motivo é possível analisar a função de Moça Bradesco do ponto de vista de uma função generificada e auxiliar ao serviço bancário, uma espécie de recepcionista. Essa recepcionista, segundo o Bradesco, era a responsável por uma preocupação central do banco, o atendimento ao cliente, como mostra o Informativo do Bradesco do ano de 1982:

A Moça Bradesco constitui o grande instrumento de personificação do bom atendimento que o Banco possui, para as boas vindas e encaminhamento do cliente que adentra na agência, cuja adoção o Bradesco foi pioneiro (BRADESCO, 1982, apud SEGNINI, 1988, p.83).

Como visto acima, o Bradesco se colocava como pioneiro na função de ter alguém para recepcionar seus clientes nas agências. No entanto, não se tratava de um funcionário ou funcionária e sim de uma moça, com todas as representações de gênero, de trabalho desqualificado e subordinado que o nome “moça” carrega ao ser colocado como uma função. Em 1984 vê-se uma tentativa de cópia da Moça Bradesco no Banco do Estado de Santa

Catarina (BESC)<sup>160</sup> com o projeto de recepcionistas das agências. Conforme publicou o *Mural*:<sup>161</sup>

[...] Dentre as inúmeras inovações visando um melhor atendimento ao cliente, encarregou-se à Diretoria Executiva do Banco o projeto de Recepcionistas de Agências (mais conhecido como MOÇA-BESC) realizado pelo Departamento de Recrutamento e Desenvolvimento de Pessoal - DERED [...]. Inicialmente foram mantidos contatos com os colégios objetivando a seleção de estudantes, a nível de segundo grau e superior, para suprir as diversas vagas existentes nas seguintes Agências da Grande Florianópolis”: Agência Central (14 vagas) [...]. Através de entrevistas pessoais e individuais, inicialmente, foi possível verificar, numa pré-seleção, as moças aptas a participarem do curso de Recepcionistas de Agências, que as habilitou para exercerem tão importante atividade (os critérios estabelecidos foram: boa aparência e desembaraço). O total das inscrições, na área das agências citadas, foi de aproximadamente, 85. Desse contingente foram aproveitadas 34 moças que, inclusive, já receberam parte do uniforme que as identificam como “MOÇAS-BESC” desde 15/10/84. As agências do interior do Estado que também irão se beneficiar do novo serviço são [...]. Assim, é que o BESC, apostando no jovem estudante, estende esta oportunidade a todos aqueles que querem, juntamente com o nosso quadro de colaboradores, somar esforços, no sentido de fazer da GRANDE ARRANCADA um GRANDE SUCESSO. Alcançado este objetivo, o serviço será estendido às demais filiais da rede de agências (MURAL, 1984/1985, n. 7, p.6, grifo nosso).

O BESC, banco público estadual de Santa Catarina, também criara a função da Moça Recepcionista, logo, tal função não se restringiu apenas aos bancos privados.<sup>162</sup> Da mesma forma que a Moça Bradesco foi criada para recepcionar o cliente nas agências Bradesco, a Moça-Besc foi criada como uma das estratégias do BESC para melhorar o atendimento ao cliente. A seleção das moças em colégios mostra que o BESC também procurava a jovem estudante, deixando claro que os critérios eram “boa aparência e desembaraço”.<sup>163</sup>

<sup>160</sup>O Banco do Estado de Santa Catarina foi criado em 1962 e extinto legalmente em outubro de 2008 por incorporação ao Banco do Brasil.

<sup>161</sup>O Informativo Mural era uma publicação das empresas componentes da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), criada em 1976, que congregava diversas empresas do estado catarinense: BESC (banco comercial), BADESC e BRDE (bancos de desenvolvimento), BESCREDI (financeira), BESCVAL (distribuidora títulos e valores mobiliários), BESCAM (corretora de câmbio), BESCOR (corretora de seguros), FUSESC (previdência) e REFLORESC (empresa de reflorestamento). O informativo era destinado aos funcionários destas empresas, circulou no período de nov. /1983 a fev. /1987 e está disponível no acervo do Museu Besc.

<sup>162</sup> Vários outros bancos podem ter criado a função da moça recepcionista, mas com o nome “moça”, só tive conhecimento destes dois bancos citados. Não localizei fotografias da Moça-Besc no acervo do Museu Besc.

<sup>163</sup> Em 1999, a Lei nº 9.799 alterou o artigo 373 da CLT proibindo anúncios de emprego em que haja referência “a sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir” (BRASIL, 1999). Em alguns Estados e municípios,

Como se observa, o projeto da “moça banco” não foi exclusividade do Bradesco, embora tudo indique ter partido dele. A noção de projeto é aqui colocada porque considero que as moças no atendimento dos bancos constituíram-se num planejamento intencional e institucional de médio e longo prazos - travestido de melhoria do atendimento – que visava explorar a imagem feminina, ao mesmo tempo em que pretendia colocá-las no lugar social e cultural atribuído a elas: subordinadas ao olhar e à hierarquia dos homens. Assim, o Bradesco e o BESC, como empregadores, através da função de Moça Bradesco e Moça Besc, reforçaram os padrões de gênero, numa função que representava o retorno das mulheres aos serviços auxiliares nos bancos, só que com um agravante: o uso da imagem feminina.

### 3.2 MOÇA BRADESCO: O USO DA IMAGEM FEMININA

Nome confundido com concurso de beleza, a Moça Bradesco nasceu como campanha publicitária<sup>164</sup> do Bradesco no ano de 1976 com o intuito de facilitar a entrega de declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.<sup>165</sup> Abaixo, um dos primeiros anúncios publicitários da “Moça do Bradesco” que circulou em março de 1976 na Revista *Manchete*:<sup>166</sup>

---

há leis específicas que proíbem explicitamente o termo “boa aparência” como Goiânia e Londrina. Uma lei federal sobre a proibição do termo se arrasta no Senado desde 2000 através do Projeto de Lei 3980/2000 (BRASIL, 2000).

<sup>164</sup> Embora “publicidade” possa ser considerada qualquer iniciativa de divulgação de produtos e locais de consumo, que podem ser datadas do século XVIII no Brasil (SANT’ANNA, 2012), as primeiras empresas de publicidade no Brasil foram criadas ainda no início do século XX. Em 1913 foi inaugurada a Eclética, primeira agência de publicidade brasileira e em 1933 nasceu a Standard Propaganda S.A., primeira agência brasileira que introduziu o modelo operacional com padrões americanos – campanhas publicitárias. Na década de 1950, com a chegada da televisão ao Brasil, é criada a Escola Superior de Propaganda, quando o mercado publicitário cresceu exponencialmente. Em consulta às agências de publicidade da década de 1970, encontrei indícios de que a agência de publicidade do Bradesco no período era a Mauro Salles publicidade, renomeada de Salles/Interamericana em 1976 (ABREU; PAULA, 2007). Sobre a publicidade e propaganda no Brasil ver *História da Propaganda no Brasil* de Branco, Martensen e Reis (1990).

<sup>165</sup> Esta informação foi repassada pelo representante do Museu Histórico Bradesco, via e-mail. Ressalto que ele não permitiu visita ao acervo, informando não possuir material escrito sobre a Moça Bradesco no acervo do Museu.

<sup>166</sup> A revista semanal *Manchete* foi criada por Adolpho Bloch em 1952 e circulou até o ano 2000. Foi uma revista de grande sucesso, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, mantendo em sua equipe nomes destacados como Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues e Manuel Bandeira. Sua coleção completa foi digitalizada pela Biblioteca Nacional e está disponível para consulta no site da Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 13 – Anúncio publicitário Bradesco 1976: É só falar com a Moça do Bradesco

# PARA ENTREGAR SUA DECLARAÇÃO DE RENDA É SÓ FALAR COM A MOÇA DO BRADESCO.

Em cada agência o Bradesco tem uma moça especialmente preparada para receber você e encaminhá-lo na entrega da sua declaração.

Chegando ao Bradesco, você logo identifica essa moça.

E é bem provável que, antes mesmo de se dirigir a ela, ela já tenha se dirigido a você.

Assim você não perde tempo procurando com quem falar.

Entregue sua declaração de renda em qualquer das 759 agências do Bradesco.

Depois de fazê-la, o Bradesco acha que você merece toda a atenção na hora de entregá-la.



**BRADESCO**  
garantia de bons serviços

76.12/2



O anúncio acima fez parte de uma campanha publicitária do Bradesco sobre a entrega de declarações de pessoas físicas, após mudança na legislação do Imposto de Renda.<sup>167</sup> Segundo informava, em cada agência do Bradesco havia moças preparadas para recepcionar os clientes que fossem entregar sua declaração.<sup>168</sup> Os anúncios da Moça Bradesco circularam na grande imprensa, em revistas e jornais de destaque nacional como *Manchete*, *Veja* e o *Jornal do Brasil* - além de *outdoors* como destacou o texto de Tita na *Folha Bancária*.

Conforme Nara Widholzer, antes da análise de anúncios publicitários é importante distinguir publicidade de propaganda: enquanto a primeira destina-se à venda de produtos e tem caráter estritamente comercial, a segunda reserva-se à divulgação de ideias, sejam ideológicas sejam políticas, embora, na contemporaneidade, a publicidade tenha apresentado formas diversas de propaganda como auxílio para venda de produtos (WIDHOLZER, 2005). A autora destaca que a publicidade ainda se baseia em velhos, mas ainda vigentes padrões da sociedade patriarcal, prevalecendo a imagem da mulher em sua domesticidade e como base do núcleo familiar. Para ela, os anúncios publicitários constituem-se numa pedagogia cultural a partir de marcas de gênero, pois “independente do momento histórico, a publicidade contribui para o adestramento dos corpos, operando como uma tecnologia de gênero” (WIDHOLZER, 2005, p. 48).

Para Édison Gastaldo, os anúncios publicitários podem ser lidos como “textos complexos”, uma vez que um anúncio é uma imagem construída, veiculado de modo a dizer algo com uma intenção persuasiva fazendo uso de imagens e palavras, numa complexa combinação de linguagens: imagética, verbal, gestual, narrativa, entre outras (GASTALDO, 2005). Discutindo a publicidade como objeto histórico, Mara Rúbia Sant’Anna destaca que os historiadores devem considerar a particularidade do anúncio publicitário: o uso, de forma consciente, pelo publicitário de ferramentas de persuasão e sedução através da linguagem verbal e visual (SANT’ANNA, 2012). Tais ferramentas constituem-se em recursos linguísticos que são submetidos ao poder da imagem “que não ilustra os anúncios, mas os

---

<sup>167</sup> O Imposto de Renda foi instituído no Brasil em 31/12/1922. Em novembro de 1975, o Decreto-lei 1.424 instituiu o modelo simplificado de Declaração de Imposto de Renda para Pessoas Físicas com o objetivo facilitar o preenchimento para contribuintes com rendimentos de trabalho assalariado até determinado limite (cento e oito mil cruzeiros), concedendo desconto de até 20%, além de abatimentos (NOBREGA, 2014). Esta mudança fez com que mais contribuintes tivessem imposto a restituir, o que, suponho, aumentou a demanda por entrega da declaração de pessoas físicas.

<sup>168</sup>A partir de 1965, a arrecadação de impostos federais passou a ser efetuada por meio dos estabelecimentos bancários, o que até então era efetuado nos órgãos arrecadadores como as Coletorias Federais (NOBREGA, 2014).

determina” (SANT’ANNA, 2012, p. 304).

No Brasil, a partir da década de 1950 não se pode desconsiderar a influência das novas mídias na vida das pessoas, especialmente a televisão. Inaugurada no Brasil em 1950, com a TV Tupi, desde então a publicidade tornou-se grande parceira da televisão (BRANCO; MARTENSEN; REIS, 1990).<sup>169</sup> Datam desse período as chamadas garotas-propaganda, nome dado às belas moças que nos intervalos das gravações – quando a TV ainda não possuía o *videotape* - ficavam em um pequeno cenário e, ao vivo, apresentavam produtos patrocinadores de tal programa. Conforme Maria Elisa Vercesi de Albuquerque, a primeira garota-propaganda, Rosa Maria, foi ao ar em 1951 para apresentar uma oferta de loja de artigos femininos e seu sucesso foi imediato (ALBUQUERQUE, 2013). A profissão de garota-propaganda foi se consolidando e com ela aumentaram as exigências para contratação pois, “além de bonita e elegante, era essencial ter boa dicção, um belo sorriso, ser fotogênica, desembaraçada diante das câmeras, boa capacidade de memorização, equilíbrio emocional e, principalmente, ser convincente (ALBUQUERQUE, 2013, p. 3). Logo, como se observa, a publicidade desde cedo utilizou-se da imagem de belas moças como forma de venda de seus produtos e encantamento do público.<sup>170</sup>

Pode-se dizer que a Moça Bradesco foi criada para ser uma espécie de garota-propaganda do Bradesco, embora, conforme indicaram as fontes, a campanha publicitária restringiu sua mídia aos jornais, revistas e *outdoors*, não incluindo comerciais de televisão.<sup>171</sup> O anúncio da Moça do Bradesco acima traz várias representações. Destaco, primeiramente, a ideia de menina-moça que a imagem transmite, deixando evidenciada sua feminilidade. Os cabelos, símbolo da feminilidade, são sedosos e avoaçados, condensando sensualidade e sedução e atizando o desejo (PERROT, 2013, p.51). A imagem de meio-corpo permite imaginar a vestimenta utilizada - uma espécie de jardineira<sup>172</sup> - e a posição das mãos que tocam o corpo e puxa uma das alças – que parece querer demonstrar seus encantos naturais - aliado ao sorriso doce e cativante são determinantes na tipificação dessa menina-moça.

---

<sup>169</sup> Sobre a influência da publicidade nas mídias, ver *uma história social da mídia. De Gutenberg à Internet* (BRIGGS; BURKE, 2004).

<sup>170</sup> Várias pesquisas já mostraram como são as imagens de mulheres que predominam na publicidade e propagandas brasileiras. A este respeito, destaco a tese de Iara Beleli (2005).

<sup>171</sup> Embora não tenha encontrado indícios de que a campanha tenha se utilizado da mídia televisiva, não descarto essa possibilidade, haja vista o sucesso dos anunciantes através de comerciais na televisão neste período. Lembro o famoso e popular Garoto Bombril, campanha publicitária feita para a TV pela agência de publicidade DPZ em 1978 que teve duração de 22 anos. Para uma análise da publicidade brasileira a partir do Garoto Bombril ver a dissertação de Maria Elisa Vercesi de Albuquerque (2000).

<sup>172</sup> A vestimenta deixa a imaginação trabalhar pois poderia ser tanto uma jardineira como um detalhe na roupa, como um suspensório, mas não é possível definir.

Quanto ao texto associado à imagem, “é só falar com a moça”, os dizeres utilizam-se de valores e comportamentos sociais conservadores, que para além de significar as facilidades na entrega da Declaração – sem pegar filas – produz, principalmente, representações sobre o trabalho das mulheres: trabalho subordinado e auxiliar ao trabalho dos homens. Pergunta-se, portanto, que produto a publicidade do Bradesco estava tentando vender. Considero que, ao mesmo tempo em que vendia as vantagens de confiar a Declaração de Imposto de Renda ao Bradesco, como a facilidade e a agilidade, pois “era só falar com a moça”, vendia, de forma indevida, o atributo feminino, carregando, assim, representações de gênero, etnia e geração.

No anúncio abaixo, de abril de 1976, o Bradesco destacava que “para alegria de todos, a Moça do Bradesco fica”.

**Figura 14** - Anúncio publicitário Bradesco 1976: Moça do Bradesco Fica



**Fonte:** Revista de domingo, n. 2 - suplemento do *Jornal do Brasil*, 18 abr. 1976

Anúncio de duas páginas que circulou na edição de domingo do *Jornal do Brasil*,<sup>173</sup> o “fico” da Moça do Bradesco indica o momento em que esta se tornou uma função permanente no banco. Os dizeres do anúncio, transcritos abaixo, justificam a permanência da

<sup>173</sup> Jornal apresentado no primeiro capítulo da tese.

Moça do Bradesco para além da campanha do Imposto de Renda, mostrando a função que iria desempenhar no banco:

O sucesso da moça do Bradesco durante a campanha do Imposto de Renda foi tão grande que ela vai continuar à sua disposição nas agências. Para abertura de conta corrente, caderneta de poupança, pedir empréstimo, informação sobre financiamento de casa própria, fazer seguro ou pagar suas contas, é só falar com ela. Além disso, ela pode sugerir como aplicar nos papéis Bradesco de Renda Fixa, obtendo rentabilidade certa e segura. Então você já sabe: resolver seus problemas no Bradesco ficou mais fácil. É só falar com a moça. Ela vai ajudar você encaminhando-o à pessoa certa (ANÚNCIO PÚBLICITARIO BRADESCO, suplemento Jornal do Brasil, 18 abr. 1976, grifo nosso).

Chamo a atenção para o “sucesso” da Moça do Bradesco. Tudo indica que se referia ao sucesso das Moças entre os clientes, que, certamente, tinha relação direta com a forma como sua imagem feminina foi apresentada pela campanha publicitária. Segundo informação do representante do Museu Histórico Bradesco, foi devido à receptividade dos clientes e à contribuição das moças para o atendimento das agências que elas permaneceram na função (MUSEU BRADESCO, 2017). Como as moças no atendimento era um projeto intencional do Bradesco, entendo que a permanência da Moça Bradesco esteve planejada desde o início da campanha publicitária, não sendo a opinião dos clientes o fator – decisivo – de sua permanência. Destaco também a ideia de que a moça iria “resolver seus problemas no banco”, quando, de fato, ela apenas encaminharia o cliente para a resolução ou não de seus problemas com qualquer outro funcionário. O que se percebe é o quanto o banco, nos dois anúncios acima, divulgava a necessidade de “falar com a moça” quando o cliente dirigia-se a alguma de suas agências, ou seja, divulgava a própria moça aos seus clientes.

O anúncio abaixo, que indica ser de 1978,<sup>174</sup> foi-me enviado pelo Museu Histórico Bradesco:

**Figura 15** - Anúncio publicitário Bradesco 1978: É só falar com a Moça

# Confie sua Declaração do Imposto de Renda ao Bradesco.



## Em 900 agências. É só falar com a moça.

O Bradesco está colocando suas 900 agências, em todo o Brasil, à sua disposição, para que o ato de entrega da Declaração do Imposto de Renda seja uma operação simples e rápida. É só chegar e falar com a moça. Foi esse mesmo tratamento que fez com que, somente no ano passado, mais de 3 milhões de pessoas confiassem suas declarações ao Bradesco.

Atenção para os prazos de entrega: de 20.02.78 até 07.04.78, para quem tem imposto a pagar ou a restituir; de 20.02.78 até 10.05.78, para quem é isento.

Não deixe para a última hora. O Bradesco está desde já à sua disposição, para oferecer as informações de que você precisa (saldo em conta-corrente, Fundo 157, posições de ações e outras). E antecipadamente agradece.



# BRADESCO

garantia de bons serviços

GRÁFICA BRADESCO S/A.

**Fonte:** Acervo do Museu Histórico Bradesco

<sup>174</sup> Em 1978, “o governo retirou das campanhas publicitárias o crivo do Departamento de Censura Federal, passando a publicidade a ser regida pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR)” (KLANOVICZ, 2008, p. 137).

No anúncio acima, a Moça Bradesco transmite uma imagem mais amadurecida. O foco é colocado no rosto, que mantém o tradicional sorriso e os cabelos sedosos complementam a imagem de uma mulher de padrão publicitário esteticamente perfeito. Em contraste a este anúncio, no próximo anúncio, ainda no mesmo ano, as moças aparecem em posições menos convencionais:

**Figura 16** - Anúncio Publicitário Bradesco 1978: várias Moças Bradesco



**Fonte:** Revista Manchete, n. 1353, 1978

A imagem acima é a mais comum quando se pesquisa os termos “Moça Bradesco” nos sites de busca da rede mundial de computadores. Iara Beleli destaca como o corpo faz parte do processo de identificação na publicidade e como a valorização - intencional- de determinados corpos, situações ou eventos cria estereótipos (BELELI, 2005). No anúncio acima, o primeiro aspecto que chama a atenção é a disposição e o meio-corpo das moças, sorridentes e tocando umas nas outras. Questionei-me porque tantas moças em um anúncio só. Certamente, a estratégia da identificação seria mais facilmente atingida, uma vez que a diferença de padrões estéticos das moças – loiras, morenas, castanhas, de cabelos cumpridos e curtos – indica a tentativa de diálogo do anúncio com uma clientela maior. Uma das análises possíveis é que o banco pretendia, com esse anúncio, divulgar a quantidade de moças à disposição do atendimento aos clientes, passando-lhe uma ideia de presteza. Por outro lado,

nesse anúncio o uso da imagem de mulheres é amplificado, uma tentativa de explorar a imagem de diferentes tipos de moças aos clientes, muito mais do que ressaltar a presteza do atendimento.

O próximo anúncio, que circulou na revista semanal *Veja*,<sup>175</sup> apresenta-se mais ousado:

**Figura 17** - Anúncio publicitário Bradesco 1982: “Você tem restituição? Multi-Poupança nela”

**Você tem restituição?**

**Multi-Poupança nela.**

A mesma moça que tratou tão bem da sua declaração de Imposto de Renda pode tratar ainda melhor da sua restituição. Você sabe que dinheiro bem tratado dá dinheiro. Aplicando a restituição na Multi-Poupança Bradesco, com renda fixa ou variável, seu dinheiro vai brotar e crescer.

**Multi-Poupança Bradesco. Restituição bem tratada dá dinheiro.**

**BRADESCO**

Fonte: Revista *Veja*, jun. 1982 - disponível em: [www.propagandaemrevista.com.br](http://www.propagandaemrevista.com.br)

<sup>175</sup> Lançada em 1968, a revista semanal de informação *Veja*, de circulação nacional, obteve grande sucesso de público no Brasil. Sobre a revista *Veja*, ver Luciana klanovicz (2008).

A imagem acima destoa das anteriores por trazer a imagem da moça em pose diferenciada. Destacando o corpo a partir do busto, a mão no cabelo, a maquiagem e a expressão do rosto passam uma ideia de apelo sexual, diferentemente das imagens anteriores. O sorriso, característico das Moças Bradesco, está ausente e os dizeres “multi-poupança nela” mostram um jogo retórico que parece confundir a referência do pronome “ela” – a restituição ou a moça? Assim, dá-se margem a outras interpretações.

No ano seguinte, 1983, a dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Tita Dias, denunciou na *Folha Bancária* o uso do atributo feminino pelos bancos (FOLHA BANCÁRIA, 08/03/1983, nº 664).<sup>176</sup> O movimento feminista denunciou a exposição e exploração da imagem de mulheres. Nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, as feministas questionaram de forma veemente os modelos de feminilidade que se baseavam na aparência e no aparato de produtos de beleza. No início da década de 1960, Betty Friedan denunciou em *Mística Feminina* como as mulheres americanas estavam expostas aos modelos de feminilidade dos anúncios publicitários trazidos pelas revistas femininas:

A figura de mulher que emerge dessas bonitas revistas é frívola, jovem, quase infantil; fofa e feminina; passiva, satisfeita num universo constituído de quarto, cozinha, sexo e bebês [...]. Está atulhada de receitas culinárias, modas, cosméticos, móveis e corpos de mulheres jovens, mas onde estaria o mundo do pensamento e das ideias, a vida da mente e do espírito? Na imagem da revista as mulheres só trabalham em casa e no sentido de manter o corpo belo para conquistar e conservar o homem (FRIEDAN, 1971, p. 34).

Em 1968, as feministas norte-americanas protestaram contra os modelos de feminilidade expostos nos concursos de *miss* e enterraram simbolicamente a feminilidade, depositando em um caixote sutiãs, cintas, cílios postiços, protesto que, como visto no segundo capítulo, foi tachado pela imprensa como a “queima dos sutiãs” (ERGAS, 1991). Apesar do movimento feminista ser incipiente na década de 1960 no Brasil, pois aqui se vivia sob a ditadura militar, importante demarcar a fala da bancária e dirigente sindical Tita como

---

<sup>176</sup> Na década de 1990, a *Folha Bancária* denunciou outras propagandas de bancos. A nota “machismo em ação”, denunciou a propaganda da “poupança Bradesco” de 1990, cujo filme se desenrola nos sonhos da família que fazem poupança pensando no futuro: o pai quer um carro, o filho a faculdade e a filha um casamento (FOLHA BANCÁRIA, 01/02/1990, nº 2.117). Já em 1996, devido à campanha “Experimente o Itaú”, a capa da *Folha Bancária* destacou a matéria, “Itaú: Experimenta respeitar a mulher”, assinada pela dirigente Rose Silva. Trazendo uma análise de um professor de comunicação da USP, a matéria repudiava a campanha que associava a imagem de mulher e sexo, destacando depoimento de funcionária do Itaú, identificada pelas iniciais de seu nome, que dizia: “[...] muitos estão tentando disfarçar e colocando o *botton* em locais pouco visíveis para se esquivar das cantadas” (FOLHA BANCÁRIA, nº 3714, 11/11/96). Certamente, diversas outras propagandas de bancos fizeram uso do machismo ou exploraram a imagem feminina, tema que ainda carece de pesquisas.

alinhada ao momento de reivindicação e questionamento no papel das mulheres que se vivia no Brasil desde o ressurgimento do movimento de mulheres e feminista em meados da década de 1970 – como já destacado no segundo capítulo.<sup>177</sup>

Mas, certamente, não era apenas o setor bancário que se utilizou deste tipo de publicidade. Frailda Brito Siqueira analisou a representação feminina na publicidade televisiva brasileira nas décadas de 1970 e 1980 (SIQUEIRA, 1995). A partir da análise de comerciais de margarina, a autora identificou os tipos de mulheres presentes no anúncios do período, os quais mantiveram o ideal da domesticidade, da mulher ingênua e explicitou a mulher como objeto sexual, concluindo que, apesar das mudanças ocorridas nestas duas décadas em relação a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a publicidade continuou a retratar as mulheres através de estereótipos femininos (SIQUEIRA, 1995).

As moças que apareciam nos anúncios vistos acima apresentavam um padrão estético: corpo magro, jovens, brancas - loiras e morenas - sorriso, pele e cabelos bem feitos, representando o modelo feminino publicitário, o que excluiria mulheres negras e quaisquer outras fora deste padrão.<sup>178</sup> Buscando discutir as mulheres que efetivamente exerceram a função Bradesco nas agências do Bradesco realizei entrevistas orais com duas Moças Bradesco e com uma funcionária e um funcionário da área de treinamento do referido banco. Uma dessas entrevistadas foi Márcia.<sup>179</sup> Recentemente aposentada do banco,<sup>180</sup> mas ainda funcionária quando concedeu a entrevista, ela ingressou no Bradesco em 1978 na cidade de Porto Alegre e em 1984 transferiu-se para a área de treinamento como instrutora. Foram trinta e três anos na área de treinamento do Bradesco.

Segundo Márcia, o Bradesco sempre admitiu mulheres:<sup>181</sup>

Eu não posso te falar a proporção, mas sempre teve mulheres no banco. Eu entrei em 1978, há 38 anos, mulher, negra [...] queria trabalhar. Meu marido tinha uma família conhecida que trabalhava no departamento jurídico. Eu fiz

<sup>177</sup>A atuação feminista de Tita no Sindicato dos Bancários de São Paulo será discutida no quarto capítulo da tese.

<sup>178</sup> Destaco aqui a histórica exclusão de homens e mulheres negros da publicidade, cuja branquitude dominou o setor. A discussão sobre a “inclusão” de corpos negros na publicidade pode ser vista no terceiro capítulo da tese de Iara Beleli (2005). Para uma análise da relação entre mídia e racismo no Brasil ver o livro organizado por Sílvia Ramos, *Mídia e Racismo* (RAMOS, 2002).

<sup>179</sup> Márcia Souza Silveira, 59 anos, trabalhou 39 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 08/05/2017, em Florianópolis.

<sup>180</sup> Márcia aposentou-se do Bradesco em dezembro de 2017 através de Programa de Demissão Incentivada.

<sup>181</sup> Não encontrei referências se o Bradesco admitiu mulheres na carreira desde sua fundação em 1943 ou se proibiu até 1969, a exemplo dos bancos públicos discutido no primeiro capítulo da tese.

teste em três agências e numa delas eu fui admitida (MÁRCIA, entrevista citada).

A longa entrevista com Márcia permitiu perceber que ela atribuiu as oportunidades que teve durante a carreira no Bradesco ao seu desempenho e profissionalismo, ciente de que “sou mulher, negra, que sempre teve um nicho de oportunidades menores, mas os diretores e o banco sabiam, convidavam pessoas que tinham trato para isso”.<sup>182</sup> O “trato” também foi a explicação dada por Márcia quando questionada sobre porque o banco escolheu moças para a função de recepcionar os clientes nas agências:

O critério eu não sei de onde surgiu e por que a moça. Eu acho que os homens não eram, a mulher sempre foi tida como a pessoa que tinha mais, como é que vou dizer, que tinha mais sutileza e educação. Ela tinha melhor manejo no trato, então, eu acho que diante disso a mulher ganha [...] Eu acho que pelo papel que a mulher realmente encarava na sociedade. [...] arraigado não só ao cuidado de ter alguém com educação, com simpatia para receber bem, para fidelizar e que soubesse fazer bem, era mulher. Talvez, por isso, o Bradesco escolheu mulher (MÁRCIA, entrevista citada, grifo nosso).

A explicação de Márcia sugere que moças foram escolhidas para a função porque, sendo mulheres, eram percebidas como possuidoras de sutileza e educação, manejo no trato, com simpatia para receber bem e fidelizar os clientes. Tais habilidades aproximam as mulheres da docilidade e submissão, parte integrante daquilo que se chama feminilidade – conjunto de características e qualidades atribuídas social e culturalmente às mulheres.

As Moças Bradesco, eram, de fato, jovens, como foi possível identificar pelo perfil descrito por Márcia:

A idade geralmente era em torno de 18, 19. [...] Poderia até ter [mais de 30 anos] mas a impressão que eu tinha é que acima de 30 as mulheres buscavam coisas diferentes no mercado. Geralmente quem busca vaga em banco são estudantes universitários, geralmente, formado em faculdades [...] (MÁRCIA, entrevista citada).

Moças jovens, estudantes, universitárias e, especialmente, bonitas. Este era o perfil das Moças Bradesco. Segundo Márcia, a seleção de pessoal do Bradesco era feita por cada agência do banco - e ainda é assim nos dias atuais - logo, cada gerente tinha a autonomia de escolher a Moça Bradesco de sua agência. Questionada sobre o porquê as Moças Bradesco

<sup>182</sup> Em 1980 a população autodeclarada preta e parda no Brasil totalizava 53 milhões, dentre o total de 119 milhões de brasileiros (IBGE, 2000). Cabe ressaltar que o Censo Demográfico classifica as pessoas segundo a cor e a raça autodeclaradas, mediante as opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

eram moças bonitas, Márcia foi taxativa:

Atribuo isso ao homem que tinha o cargo de gerente na grande maioria e que tem esse critério. [...] Uma certa ocasião uma agência mandou uma pessoa para mim e brincou comigo dizendo assim: “Ah, você seleciona aí uma bonita e boa, bonita e gostosa. Eu falei para ele assim: quantos tu queres de frente por quanto de fundos? Aí ele disse: Marcinha eu tô brincando. Eu também acreditei que tu estavas brincando.” Mas aí é uma característica masculina do homem brasileiro. Ele tinha autonomia para selecionar e eles gostavam de selecionar pessoas, a tendência que eu via na época, eram para essa função, mulheres bonitas porque chamam a atenção de quem entra no ambiente e hoje eu vejo que isso ainda é assim. E essa pessoa que chamou atenção por um visual ela teria que ser educada e a tratar essa pessoa de uma forma que talvez eu quero concluir que manteria um processo de encantamento (MÁRCIA, entrevista citada, grifo nosso).

A conversa com o gerente do Bradesco descrita por Márcia, narrada com certa naturalidade, explicita a machismo, assédio e a abuso de poder por parte do gerente, que, após a reação de Márcia, insinuou tratar-se, apenas, de uma brincadeira. Segundo Márcia, a postura do gerente revelava uma característica do “homem brasileiro”. Embora não dita explicitamente por ela, Márcia referia-se ao poder dos homens sobre suas funcionárias; por conseguinte do gerente Bradesco que, ao lhe ser dado poder de escolher a funcionária, optava por aquelas as quais mais se aproximavam das suas expectativas masculinas: “boas, bonitas e gostosas”.

Como se depreende da fala de Márcia, o gerente do Bradesco tinha total autonomia na seleção de funcionárias para a vaga de Moça Bradesco, bem como de qualquer novo funcionário da agência. Esta informação foi confirmada por Tadeu, também instrutor da área de treinamento do banco e entrevistado para esta pesquisa.<sup>183</sup> O abuso e assédio do gerente do Bradesco sobre as Moças Bradesco pode ser verificado no caso da seleção e contratação das Moças Bradesco Izabel<sup>184</sup> e Suzi.<sup>185</sup> Ambas foram Moças Bradesco na segunda metade da década de 1980, já na fase final da função. Izabel exerceu por dois anos a função de Moça Bradesco, entre novembro de 1984 e novembro de 1986. Suzi, por um ano e meio, entre fevereiro de 1986 e dezembro de 1987. Nas entrevistas contaram como foram admitidas. Izabel foi convidada - ou cantada - por um gerente do Bradesco para a vaga de Moça

<sup>183</sup> Tadeu Silva. 52 anos, trabalha há 32 anos no Bradesco, atualmente cedido em mandato sindical. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroletti no dia 03/05/2017, em Florianópolis

<sup>184</sup> Izabel Cristina Marques Silveira. 51 anos, trabalhou 11 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroletti no dia 17/05/2017, em Florianópolis.

<sup>185</sup> Suzi Maria de Freitas. 50 anos, trabalha há 31 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroletti no dia 18/04/2017, em Florianópolis.

Bradesco, como narrou:

Se eu contar como surgiu isso. Foi um acidente que teve em frente à Praça XV, um atropelamento de moto. Eu trabalhava com um dentista e esse cara, que eu acho que estava me cantando, me ofereceu a vaga. [...] Eu Trabalhava no centro, com um dentista, quase todos os dias ia ao Bradesco fazer depósito e aí acho que ele deu uma cantadinha, a cantadinha dele funcionou e eu agarrei o emprego. [...] Do nada, eu estava passando e ele estava observando o acidente. Ele chegou próximo e começou a me oferecer uma vaga de emprego na agência (IZABEL, entrevista citada, grifo nosso).

Conforme Izabel, a casualidade de um acidente de trânsito ocorrido em frente à agência do Bradesco, na praça XV do centro da cidade de Florianópolis, fez com que o gerente se aproximasse dela e ofertasse a vaga de Moça Bradesco em sua agência. Como mulher, percebeu que levava uma “cantada”. Izabel sugeriu ainda que o convite para fazer a seleção de Moça Bradesco talvez tenha surgido devido à sua estatura que chamava a atenção das pessoas. Perguntada se foi o salário<sup>186</sup> que a fez trocar o emprego de secretária de dentista pelo emprego no banco, disse que “na hora não passou isso ou eu achava legal trabalhar no banco, agarrei a oportunidade”.

Já Suzi decidiu ser bancária e, aos 18 anos, em fevereiro de 1986, ingressou no banco na função de Moça Bradesco. Para conseguir a vaga na agência do Bradesco também da Praça XV, assim narrou:

Eu fiquei procurando emprego desde os 16 anos. Eu ia atrás porque naquela época não tinha seleção. A gente procurava, deixava o currículo e eles chamavam. Deixei no Bradesco da Praça XV, porque eu queria trabalhar na agência de lá. Então, eu fiquei em cima do gerente da Praça XV por dois anos (risos) até o dia em que eu estive lá e tinha vaga para Moça Bradesco. Eu já tinha feito o teste e tinha tido uma boa colocação (SUZI, entrevista citada, grifo nosso).

A pressão “em cima do gerente da agência Praça XV” pareceu ter funcionado.<sup>187</sup> A busca de Suzi por emprego, especialmente pelo emprego no banco, revela como, para ela, exercer a função de Moça Bradesco representava a conquista de um emprego importante. Mais do que isso, embora não dito, foi possível perceber, nas entrelinhas, que ser Moça Bradesco foi importante para a autoestima dela, como mulher em plena juventude, já que a

<sup>186</sup> Em 1982, a *Folha Bancária* noticiou que o salário de Moça Bradesco era CR\$ 38.000,00, já o salário mínimo vigente era CR\$ 23.551, logo, a Moça Bradesco ganhava menos de dois salários mínimos (FOLHA BANCÁRIA, 22/12/82, nº 616).

<sup>187</sup> Pode ter sido o mesmo gerente que abordou Izabel, mas como Suzi não se recordava do nome, não pode ser confirmado.

imagem que preponderava socialmente da Moça Bradesco eram os anúncios publicitários vistos acima, os quais associavam a Moça Bradesco às imagens de belas jovens.<sup>188</sup>

Os exemplos de Izabel e Suzi mostram que o recrutamento para a função de Moça Bradesco era, de fato, feito pelo gerente de cada agência, podendo partir dele o convite para as moças fazerem a seleção. Márcia explica como funcionava o processo de seleção de funcionárias para essa vaga:

[...] Na época eu não selecionava. Eu só dava o treinamento. A seleção era feita por cada agência, como hoje ainda temos [...] A seleção é igual para todo funcionário [...] A diferença, quem fazia era a agência. [...] não existia nada por escrito. Era critério de cada gerente. Cada gerente do Bradesco tinha autonomia de escolher a Moça Bradesco da agência dele. [...] Luciana, Márcia, digamos, e Cleusa, fomos lá para buscar a oportunidade para trabalhar como Moça Bradesco: “Olha eu quero trabalhar, quais as oportunidades?” “Nós temos vagas aqui para escriturária ou para Moça Bradesco. Se tinha essa para Moça Bradesco, elas aceitavam e você vai participar de um processo seletivo. Para cada vaga tem que ter, no mínimo, duas pessoas. Quem determinava o critério era o gerente da agência. O gerente sempre teve essa autonomia. Então, ele selecionava três, as três se submetiam. Aplicava na própria agência. Isso depois passou para o meu departamento, mas sempre foi feito em cada agência por pessoas que não eram formadas, mas que sabiam. Sempre teve os manuais claros, sabiam que tinha que ser uma pessoa que gostasse de lidar principalmente com o público, com pessoas, que fosse educada, que tivesse simpatia e fosse cortês, que procurasse ter essa facilidade de se adaptar a linguagem de qualquer tipo de cliente. Do cliente mais simples ao cliente mais sofisticado. Até porque a origem do Bradesco é um banco do povão, como chamavam (MARCIA, entrevista citada).

Como se observa, a seleção de funcionários, incluindo a de Moça Bradesco, passava por um teste feito diretamente nas agências do Bradesco. Suzi conta que fez uma entrevista, um teste escrito e um teste de datilografia. Já Izabel conta que teve dificuldades no teste de datilografia, mas foi bem nos demais testes.

Após admitidas, as Moças Bradesco passavam por treinamento específico de duas semanas, que ocorria no Centro de Treinamento e Formação Profissional (CENTREFOR) localizado na matriz do Bradesco em Osasco, região metropolitana de São Paulo. Entre os conteúdos abordados no curso estavam “qualidade no atendimento, noções sobre o sistema

---

<sup>188</sup> Colocando-se o termo “Moça Bradesco” nas páginas de busca da rede mundial de computadores e redes sociais, aparecem comentários e até depoimentos de mulheres que foram Moça Bradesco. Como o depoimento de Edla Zim: “Em 1979, com apenas 15 anos, me inscrevi para a vaga de Moça Bradesco. Um must na época. Nas décadas de 70/80, a moça de vermelho e branco que atendia os clientes do banco tinha um quê de glamour [...]”, disponível no site [http://cliquerh.com/?page\\_id=12528](http://cliquerh.com/?page_id=12528).

financeiro, postura, imagem profissional e informações sobre a organização Bradesco, incluindo a estrutura de um banco comercial, departamentos e agências” (MUSEU BRADESCO, 2017, p.1).

Izabel conta que participou de um curso com duração de duas semanas na cidade de Itajaí, juntamente com todas as Moças Bradesco da região. Já Suzi disse que não houve um treinamento específico, pois segundo ela “quem ensinava a nova Moça Bradesco era a antiga Moça Bradesco, só orientava em como atender o cliente, era bem prático, não tinha dificuldade”. É bastante provável que Suzi não tenha participado de tal curso porque como havia sido uma das últimas Moças Bradesco admitidas, em 1986 o curso já não era mais realizado.

Márcia, instrutora do curso de Moça Bradesco, explicou como funcionava o treinamento:

Os cursos do Bradesco são criados por profissionais da empresa. [...] Cada área do banco disse o que era importante e a área de treinamento, com a Lucia Helena e a Hilda, montaram esse treinamento. [...] Ele foi criado internamente com profissionais do Bradesco, pelas áreas envolvidas. Falavam dos departamentos, da história do banco, falava-se da parte comportamental, que a Hilda fazia pesquisas em bibliografias. A gente levava até uma maquiadora para que elas soubessem o que não pode usar [...] Uma das últimas maquiadoras que participou do meu curso tinha um *stand* das Lojas Renner [...] Elas iam e explicavam o que era correto ou que não era: tudo para não estar com um batom indevido, com uma sombra, uma maquiagem inapropriada. [...] Nosso objetivo era termos uma pessoa que conhecesse produtos e serviços, a história do banco. Ela foi treinada sobre tudo isso; que soubesse como se comportar e como se apresentar (MÁRCIA, entrevista citada).

As informações de Márcia são corroboradas pela pesquisa de Segnini (SEGNINI, 1988). Segundo a autora, o curso de orientação para a Moça Bradesco tinha oitenta horas, dividido em duas áreas, técnica e comportamental, como descreveu:

A primeira tem por objetivo o conhecimento dos diferentes serviços prestados pelo banco aos clientes: conta corrente, ordens de pagamento, arrecadações, câmbio, cheque especial, crédito pessoal, crédito direto ao consumidor. A segunda área objetiva a formação de comportamentos determinados pela organização. Envolve temas como ‘integração, postura, maquiagem, comunicação e tipos de clientes’. É sobre esta área que recai a ênfase do curso (SEGNINI, 1988, p. 84).

Pelo exposto, conclui-se que o objetivo da parte comportamental do treinamento da moça Bradesco era que as moças soubessem se comportar e se apresentar. Enquanto a parte

conceitual visava situá-las sobre a história do banco, a parte comportamental visava cuidar da sua imagem. Tal imagem é representada pelo ideal feminino de beleza que a Moça deveria transmitir: moças jovens, maquiadas adequadamente e vestidas no padrão. A menção a “uma das últimas maquiadoras” demonstra que a figura da maquiadora teve lugar cativo durante os anos do curso com o intuito de educar as moças para o uso da “maquiagem apropriada, do batom e da sombra corretas.” Como se observa, a Moça Bradesco deveria seguir um padrão feminino.

Conforme Nucia Alexandra Silva de Oliveira, entre as décadas de 1950 e 1980 houve uma intensificação da ideia de que ser feminina era ser bela (OLIVEIRA, 2005). Analisando diversas revistas femininas e também masculinas, Nucia mostrou que a partir da década de 1950 o corpo e a beleza passaram a ser vistos como algo que poderiam ser transformados com o uso de produtos certos e cuidados específicos. Se até então, a beleza fora vista como um dom natural e a “confiança na natureza regia o sonho da beleza” (SANT’ANNA, 2012, p. 107), a beleza agora passava a ser perseguida, discurso que atingiu especialmente as mulheres. Nas décadas seguintes, o discurso sobre a beleza para homens e mulheres permaneceu, no entanto, homens e mulheres continuavam sendo alvos de discursos diferentes no que toca à beleza. Já na década de 1980, percebeu a autora que houve uma aceleração do culto ao corpo e uma supervalorização da beleza, incentivando homens e mulheres a conquistar e a manter a beleza, mas o investimento no corpo e na beleza reforçava o gênero, cabendo às mulheres a busca da beleza e aos homens apenas o cuidado com a aparência (OLIVEIRA, 2005).

A beleza constitui-se, historicamente, uma marca privilegiada das mulheres. Denise Bernuzzi de Sant’Ana faz um histórico dos modelos e padrões de beleza no Brasil desde o século XIX e mostra que em cada período histórico ela se adaptou e influenciou, ao mesmo tempo em que foi influenciada pelo contexto histórico, político e cultural (SANT’ANNA, 2012). Sinônima de distinção desde a famosa Paris, beleza era sinônimo de elegância e bom gosto que o resto do mundo tendia a copiar. No início do século XX, pelo discurso médico-higienista virou sinônimo de saúde, transformando-se na sociedade em modernização em sinônimo de progresso, prosperidade e distinção social. A autora destaca que na década de 1980 prevalece o modelo de beleza do corpo atlético. Assim, todos deveriam construir uma musculatura firme. Dançar nas discotecas e suar na academia representava o novo dever de ser bela (SANT’ANNA, 2012).

A Moça Bradesco destacava-se, além da beleza, pelo uniforme, maquiagem e acessórios. Em 1981, o Bradesco lançou o folheto “Uniformização das Moças Bradesco”:

Lembramos que o folheto ‘Uniformização das Moças Bradesco’, enviado anexo à Circular nº 39/649 de 08.12.81, estabeleceu o padrão visual das Moças Bradesco e capacitação obrigatória através de treinamento pelo Centrefor, complementando nessas funcionárias os padrões de procedimento e comportamento que elevam ainda mais o seu gabarito. [...] (BRADESCO, 1982, apud SEGNINI, 1988, p.83, grifo nosso).

O estabelecimento de um “padrão visual” das Moças Bradesco, certamente, ia além do uniforme, atingindo o corpo e rosto. Além disso, informava que as moças deveriam também receber uma capacitação obrigatória, o que elevaria “ainda mais” seu gabarito ou sua categoria. A expressão “ainda mais” deixa transparecer que o importante para as Moças Bradesco era sua imagem ou padrão visual perante o público. Visando discutir o padrão visual da Moça Bradesco, pedi fotografias a Izabel e Suzi do período em que foram Moça Bradesco, mas ambas informaram não possuir. As fotografias abaixo foram disponibilizadas pelo Museu Histórico Bradesco.

**Figura 18** - Moça Bradesco em atendimento em agência na década de 1980



**Fonte:** Museu Histórico Bradesco

Conforme Peter Burke (2004), as imagens oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam, constituindo-se em “testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e pensar o passado” (BURKE, 2004, p. 234). Relacionando a fotografia e a História, Kossoy (2001) destaca que as fotografias são resíduos do passado sempre abertas às múltiplas interpretações. O documento fotográfico não reconstitui os fatos passados, nem representa a prova do fato acontecido, pois a aparente fidedignidade é apenas do ponto de vista iconográfico (KOSSOY, 2001). As fotografias são “registros mecânicos de fragmentos do mundo visível”, selecionados e organizados esteticamente e ideologicamente, mostrando apenas um fragmento e um enfoque da realidade passada (KOSSOY, 2001, p.105).

Observando a imagem fotográfica acima, embora a Moça Bradesco não esteja identificada, chama a atenção o fato da moça estar auxiliando uma cliente - e não um cliente - já que os homens ainda eram a grande maioria dos clientes bancários na década de 1980.<sup>189</sup> Quanto ao uniforme e padrão estético da Moça, tratava-se do modelo clássico: saia vermelha justa e blusa branca. Com maquiagem discreta e sorriso no rosto, a Moça Bradesco exibia um ar perfeitamente jovial, saudável e de visível disposição perante os clientes. Pela disposição dos braços, observa-se a postura corporal pronta a orientar aos clientes. Já a posição dos pés mostra que os sapatos não eram dos mais confortáveis, mas conferiam ao visual um tom de elegância.

---

<sup>189</sup> A edição nº 16 de *Mulherio* publicou pesquisa de marketing feita em 1984 sobre as donas-de-casa da cidade de São Paulo, maior centro urbano do Brasil, mostrando que quase metade delas não possuíam conta bancária e apenas 16% possuíam conta corrente individual (MULHERIO, nº 16, ma./jun. 1984, p. 20). Um aspecto a considerar é que desde 1968, juntamente com a criação da Receita Federal do Brasil, houve a criação do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC), atual Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (NOBREGA, 2014). Criado inicialmente para a declaração de Imposto de Renda, a partir de 1970 a Receita passou a exigir dos bancos que estes exigissem o CIC de cada cliente. No entanto, era prática comum nos bancos as mulheres casadas usarem o CIC dos maridos até final da década de 1990, o que indica a dificuldade maior das mulheres em serem bancarizadas – possuir conta em banco - além, evidentemente, do fator renda. Sobre a bancarização por gênero no mundo ver recente relatório do Banco Mundial: nas economias desenvolvidas 72% dos homens possuem contas bancárias, antes 65% das mulheres, enquanto nas economias em desenvolvimento a diferença salta para 9% (HESS, 2018).

**Figura 19** - Moças Bradesco na década de 1980



**Fonte:** Museu Histórico Bradesco

As moças Bradesco acima, identificadas como Silvia Nascimento de Souza e Alice Goretti Caldato, ambas lotadas em agências da cidade de São Paulo, utilizam outro uniforme: terno vermelho com blusa branca e cinto vermelho. Ambas utilizam maquiagem um pouco mais carregada que a Moça Bradesco anterior: os olhos e os lábios estão bem marcados. O uso de brincos médios completa a produção do visual.

**Figura 20** - Moça Bradesco na década de 1980



**Fonte:** Museu Histórico Bradesco

A Moça Bradesco acima representa uma jovem com aparência mais natural. Esta impressão se dá, sobretudo, pelo uso da maquiagem discreta e a ausência de brincos ou de artefato nos cabelos. Esta ausência destoa das demais imagens de Moça Bradesco, no entanto,

destaca-se nela a beleza da juventude, cujo espírito e semblante jovem está mais presente que nas demais.

Como se observa, o uniforme da Moça Bradesco variava entre saia e terninho vermelho, roupa que a destacava dentre os demais funcionários da agência. Segundo Márcia, “a Moça Bradesco era caracterizada por uma saia vermelha com uma blusa branca ou uma pantalonilha vermelha. Era vermelho e branco”. Izabel definiu o uniforme como “uma saia com racho vermelho, saia bem justa, e uma camisa de manga e gola, escrito Bradesco, branca”. Izabel diz que ela mesma mandava fazer a saia, comprava a camisa e mandava fazer o terninho. Já segundo Suzi, “era saia vermelha e blusinha branca, escrito Bradesco”. Nota-se a diferença de percepção do uniforme entre Izabel e Suzi: enquanto para Izabel a saia tinha um racho vermelho e era bem justa, para Suzi a saia era, apenas, vermelha.

Cabe destacar também, nas imagens acima, a jovialidade e a maquiagem discreta, orientações descritas por Márcia no treinamento da Moça Bradesco. Quanto à cor da pele e cabelo, Márcia recordou que:

[...] Eu era instrutora do Rio do Grande do Sul [...] em termos de Brasil [...] A maioria eram morenas [...] morena é pela branca com cabelo escuro, só para deixar claro porque às vezes as pessoas confundem. Que eu visualizava era assim a grande maioria [...] (MÁRCIA, entrevista citada).

Questionada como o banco cobrava o uso da maquiagem, Márcia informou que a preocupação era que a Moça Bradesco não aparecesse com aspecto cansada diante do cliente:

Ela não tinha obrigação de comprar uma maquiagem cara, não. A gente pedia para ter cuidado, não pedia para botar uma base, não pedia passar um pó, era ter cuidados normais para uma pele sadia, essa era a preocupação. Tanto que a gente levava alguém para poder dizer, olha, se a pele da pessoa, ela achava que era boa assim, tranquilo. Não lembro de exigirmos, mas ao mesmo tempo falávamos assim: a gente tem que ter cuidado apenas porque daqui há pouco eu levanto e acho que a minha pele está boa e eu estou na frente de uma pessoa, estou passando uma imagem de uma pessoa cansada [...]. Por exemplo, eu não estou bem aquele dia, conversa com teu gerente administrativo, trabalha internamente. Por exemplo, está lá no teu período de regras, está com cólica, fala com teu gerente administrativo, vai trabalhar na parte interna para não ficar diante de um público lá com aspecto cansado. Por isso que o correto sempre era ter duas pessoas e revezar para não ficar cansada (MÁRCIA, entrevista citada, grifo nosso).

Conforme a narrativa de Márcia, é notável a preocupação do banco com a imagem que a Moça Bradesco iria transmitir ao público. Além de representar o padrão feminino e belo, jovem e sorridente diante do cliente - se a pele não estava boa, a maquiagem poderia

corrigir - qualquer indício de cansaço deveria ser rechaçado, como quando estivessem “no período de regras”. Neste caso, a orientação era que avisassem seus chefes de modo a não se apresentarem diante dos clientes se estivessem com aspecto cansado. Nota-se que a preocupação, de fato, não era com o estado de saúde ou cansaço físico que as moças poderiam sentir e sim com a imagem cansada que poderiam transmitir ao público. Para evitar o cansaço, segundo Márcia, o correto era sempre ter duas Moças Bradesco para que pudessem revezar. Mas, como destacaram Izabel e Suzi, o cansaço parecia inerente à função de Moça Bradesco.

### 3.3 MOÇA BRADESCO: SORRISO LEVE, ROTINA DURA

A jornada de trabalho da Moça Bradesco era cumprida em pé. Izabel diz que “ficava o dia inteiro em pé, só sentava antes e depois da abertura da agência”. Suzi reforça que “ficava o dia inteiro em pé para orientar os clientes”. Tadeu confirma que “elas ficavam sempre em pé”. Quando questionada se a Moça Bradesco trabalhava a jornada inteira em pé, Márcia respondeu que:

O ideal é que sempre tivessem duas para poder revezar. Elas não tinham, na época como hoje tem, um balcão para que elas pudessem sentar. Sapato não era para ser sapato de salto, eram sapatos confortáveis, medianos. Vou te dar um comparativo com as aeromoças do passado que usavam, ainda hoje, saltos confortáveis, pequenos. Elas escolhiam, fica a critério delas, mas eram orientadas como deveria ser e até pelo tempo que faziam. A agência em que eu trabalhava eram duas Moças Bradesco, não era uma só, para poder revezar. Agora, tinham agências que tinham uma só o dia inteiro, só que daí esta parte de acompanhamento nós não fazíamos. Nós treinávamos apenas (MÁRCIA, entrevista citada).

Márcia confirma que como não tinha balcão<sup>190</sup> ou outro local em que as Moças pudessem sentar durante a jornada de trabalho, a única saída era o revezamento. Ela também confirma que tinha conhecimento de que em determinadas - ou várias - agências havia apenas uma Moça Bradesco, logo, não havia com quem revezar.

---

<sup>190</sup> Como discutido no primeiro capítulo, o balcão servia como recepção nas agências bancárias.

Figura 21 - Charge sobre a Moça Bradesco



(F.B., número especial para os bancários Bradesco, 1982)

Fonte: Folha Bancária apud Segnini (1988, p. 171) <sup>191</sup>

A charge da *Folha Bancária* acima denuncia as normas e recomendações repassadas às Moças Bradesco, reproduzindo sua rotina. Nela, fica evidenciada a exploração do patrão sobre o corpo e a imagem feminina – expostas ao olhar dos clientes e do próprio chefe – e o abuso de poder em exigir, ao mesmo tempo, postura e sorriso no rosto ao final de um dia inteiro de trabalho em pé.

Mas, afinal, qual era a rotina de trabalho da Moça Bradesco? Segundo Izabel, a Moça Bradesco era como se fosse uma estagiária que recebia os clientes, inclusive, participava de eventos de lançamento de novos produtos do banco. Para Suzi, apesar do nome da função ser confundida pelas pessoas em geral como concurso de beleza, a Moça Bradesco era a “guardiã” da agência, como explicou:

<sup>191</sup> Não localizei, no arquivo físico ou digital, o número especial da *Folha Bancária* que publicou esta charge.

Buscava as informações todo dia de manhã. Antes de abrir a agência, tinha que saber todos os setores. A gente orientava os clientes para ir à fila, ao caixa, onde fazia pagamento, porque antes era dividido: embaixo, era pagamentos de cheques, saques com os cartões de crédito e, em cima, era cobrança. Ficávamos ali na frente, orientando os clientes. [...] A gente, Moça Bradesco, via-se como se fosse uma guardiã. Estávamos ali para orientar, mas também estávamos cuidando de tudo que acontecia na agência. Orientávamos os clientes e cuidava, ao mesmo tempo, da organização, de quem entrava e saía. (SUZI, entrevista citada).

A narrativa de Suzi que comparava a rotina da Moça Bradesco à de uma “guardiã” – pessoa que tem a incumbência de defender ou proteger – evidencia as relações entre a memória e sua dimensão simbólica.<sup>192</sup> Por outro lado, a “guardiã” podia estar relacionada à ideia maternal - cuidadora - imagem subjacente à moça. No entanto, além desses significados, destaco a rotina intensa de trabalho da Moça Bradesco: enquanto todos entravam e saíam, enquanto os demais funcionários prestavam os atendimentos, enquanto os clientes faziam seus serviços no banco, elas estavam ali, em pé, orientando a todos.

Izabel e Suzi narraram que suas rotinas como Moça Bradesco eram exaustivas, pois ficavam em pé durante o período de atendimento ao público da agência e no atendimento especial aos idosos. Segundo Izabel:

Muito cansativo, muito, muito, muito. Nós tínhamos que entrar às oito e sair às seis horas da tarde. Chegava quatro da tarde, fechava aquela agência, ficar ali com a cadeira, ali com o guarda até as seis horas, porque sempre tinha atendimento especial para os idosos. Depois que foram passando para a manhã o período de recebimento dos idosos, que era do dia 1º ao dia 10, não precisava ficar ali, com a cadeira (IZABEL, entrevista citada).

Questionada se poderiam sentar-se durante o período em que a agência estava aberta, Izabel diz que “não, só antes da agência abrir ou depois que a agência fechava a gente ficava com a cadeira ali. As outras Moças Bradesco, ficavam só duas ali, as outras duas iam fazer alguma coisa. Sempre tinha alguma coisa para arquivar”. Segundo Suzi, como Moça Bradesco trabalhava o dia inteiro “em pé, não podia sentar” e que “era muito movimento, era muita gente, muita fila, ficava quase pirada”.

Apesar da rotina exaustiva descrita por Izabel e Suzi, a visão de Márcia era de que “a Moça Bradesco era só para trabalhar como recepcionista”, destacando a semelhança entre a rotina da Moça Bradesco e a de uma recepcionista:

---

<sup>192</sup> Lembro aqui o instigante texto de Janáina Amado, *O grande mentiroso* [...], no qual alerta para os diversos significados que os sujeitos conferem às suas experiências (AMADO, 1995).

Na época da Moça Bradesco, ela tinha um papel. Ela não atuava no setor de abertura de contas. Na época, ela ficava como se fosse uma recepcionista. Era para receber o cliente, dar um bom dia, recebê-lo com um sorriso, com muita educação, ouvir perguntas que ele teria a fazer ou até se dirigir a ele e perguntar: “posso ajudar?” “O que o senhor deseja?” [...] Era só para trabalhar como recepcionista. Nós não queríamos, não gostaríamos que o cliente entrasse e ficasse perdido dentro da agência. Esse era um dos fatores: o cliente entrou, o cliente é a razão da nossa existência, você vai, tem que olhar no olho do cliente, tem que dar um bom dia (MÁRCIA, entrevista citada, grifo nosso).

Embora Márcia tenha afirmado que as Moças Bradesco eram somente recepcionistas, devendo estar com um sorriso no rosto quando o cliente adentrasse a agência, nota-se pelas entrevistas de Izabel e Suzi, que elas também exerciam outra função além de recepcionar o cliente. É o que Márcia reconhece em outro trecho da entrevista:

Vou te dar um exemplo: se, por ventura, nessa troca, que tinham duas, [...] ela não iria ficar parada. Eu poderia dar para ela, por exemplo, colocar em ordem alfabética os 473, que eram as fichas internas. Mas eram atividades, assim, quando ela não estava, jamais ela estaria fazendo alguma atividade fazendo o seu papel. A moça era para ser uma recepcionista do banco. [...] Agora, quando ela não estava como Moça Bradesco, aí sim, poderia atender o telefone, de repente, todo mundo atende o telefone (MÁRCIA, entrevistada citada).

Pela narrativa de Márcia acima, somente “quando não estavam como Moça Bradesco” elas exerciam outra atividade. No entanto, se o objetivo da Moça Bradesco era fazer a troca, ou seja, sair do ambiente de frente da agência para fazer o revezamento com o objetivo de descansar, o que acontecia, de fato, era que, enquanto revezavam elas desempenhavam outra tarefa, como o arquivo.

A rotina das Moças Bradesco constatada nas entrevistas de Márcia, Izabel, Suzi e Tadeu vai ao encontro da constatação de Segnini (1988) que, pesquisando na *Folha Bancária* de 1980 a 1985, observou que o Bradesco era a instituição mais denunciada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo no período. Denúncias que vão desde “o baixo salário, horas extras não remuneradas, demissões, descontos salariais, condições de trabalho, técnicas de intensificação do trabalho” (SEGNINI, 1988, p. 160). Mas, se no Sindicato dos Bancários de São Paulo as denúncias sobre a imagem e rotina das Moças eram comuns, no sindicato de Izabel e Suzi continuava-se promovendo concursos de Miss Bancária, e, num desses, Izabel foi consagrada *Miss*.

### 3.4 IZABEL: MOÇA BRADESCO E MISS BANCÁRIA

Durante a entrevista com Izabel, questionei-a se, enquanto Moça Bradesco, fora chamada para participar de alguma ação publicitária do Bradesco, ao que ela destacou sua participação no concurso de *Miss Bancária*:

Eu só participava, na época, de concurso, como a mais bela bancária de Florianópolis. [...] Foi em 85. Eu desfilava bastante para as lojas, fazia comerciais [...] quando eu trabalhava com o dentista eu já participava de concurso. Participaram todos os bancos de Florianópolis, bancos privados, Itaú, Bradesco e acho que Besc. Aí em ganhei em primeiro lugar (IZABEL, entrevista citada, grifo nosso).

Concursos de Rainha dos Bancários ou *Miss Bancária* eram muito comuns na categoria bancária desde a década de 1930 e estavam associados às lutas travadas pelo sindicato, como fundos para as greves da categoria e a sindicalização.<sup>193</sup> Também era uma forma de atrair as trabalhadoras e trabalhadores para o sindicato (REVISTA DOS BANCÁRIOS, 2009). A nota abaixo publicada na *Folha Bancária* indica o longo percurso dos concursos de rainha dos bancários no Sindicato dos Bancários de São Paulo:

#### O Bancário tem História

O concurso “Rainha dos Bancários” criado em 1934, existiu na categoria até o final dos anos 1960. Nos anos 50, concursos do gênero eram realizados em várias outras categorias, chegando a haver até mesmo concursos estaduais. A “Rainha” era aquela bancária que vendesse mais “votos”, não necessariamente só na categoria. Um detalhe interessante é que a venda de votos esteve, no caso dos bancários, associada às lutas travadas pelo sindicato. Até 1964, além dos prêmios conquistados pelas vencedoras, os concursos serviam para arrecadar fundos para as greves (com as de 1934, 1946 e 1961) ou campanhas de sindicalização. Em 1962, por exemplo, as 21 candidatas e seus apoiadores conseguiram vender mais de um milhão de votos e foram realizadas mais de 2 mil sindicalizações. Isto num universo de 40 mil bancários, dos quais 19 mil eram sindicalizados (FOLHA BANCÁRIA, 12/03/93, nº 2867).

Mas, certamente, os concursos de rainha dos bancários também estavam relacionados à valorização social da beleza, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Pesquisando as

<sup>193</sup> Arquivo de fotografias de várias Rainhas dos Bancários disponíveis no CEDOC do Sindicato dos Bancários de São Paulo mostra que os concursos de rainhas ou miss bancária eram comuns, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Mas ainda no início da década de 1990 tais concursos aconteciam, como mostra um registro de concurso de rainha dos bancários organizado pelo Sindicato dos Bancários do ABC paulista em 1992 (REVISTA DOS BANCÁRIOS, 2009).

transformações por que passou a cidade de Florianópolis entre as décadas de 1950 e 1970, Mara Rúbia Sant'Anna mostrou que a partir da década de 1950 a beleza alcançou grande visibilidade no Brasil, período em que a escolha da “Mais Bela” multiplicou-se por todos os locais, inclusive em Florianópolis (SANT'ANNA, 2005). Neste período foram eleitas as imortais *miss* do Brasil, como Martha Rocha e Vera Fischer. Em 1955, Martha Rocha chegava à Florianópolis para participar do Concurso *Miss* Catarinense, primeiro grande evento de beleza do Estado de Santa Catarina, sendo apresentada ao público em carro alegórico (SANT'ANNA, 2005). A realização deste evento contou com o empenho de políticos, empresários e cronistas sociais da cidade, demonstrando a relação dos concursos de beleza com a sociedade, com os políticos e a tentativa de inserção da cidade no espaço brasileiro da beleza (SANT'ANNA, 2005). Em 1969 uma representante do Miss Catarinense seria eleita a rainha dos brasileiros e de Santa Catarina. Vera Fischer voltava a Florianópolis recepcionada gloriosamente, desfilando no caminhão do corpo de bombeiros e sendo aplaudida pela população (SANT'ANNA, 2005). Segundo a autora, a “sociedade brasileira se descobria moderna e procurava experimentar a modernidade, pois o moderno era tido como belo e a riqueza estava subordinada ao adjetivo da beleza, sendo esta relação uma estratégia de poder em construção” (SANT' ANNA, 2005, p.485). A importância social e também política que adquiriu a beleza perpassava os mais diversos setores da sociedade. Ainda segundo Sant'Anna (2005), Florianópolis no período de 1950 a 1970 era uma cidade em “emersão”, a qual buscava associar-se às práticas modernas, utilizando-se de modelos de distinção vindos da capital francesa e divulgados através da imprensa dos grandes centros, reproduzindo nos jornais locais “modos de parecer”, aliados à constituição de uma distinção social em que a aparência era sinônima de poder.

Os concursos de *miss* propriamente ditos estavam associados a uma estratégia social de poder e normalmente aconteciam em clubes sociais das cidades. Marlene de Fáveri destacou a escolha das *miss* e rainhas do Bloco dos XX, clube de solteiros entre membros das elites da cidade de Itajaí, fundado em 1929, que perdurou até 1960 (FÁVERI, 1999). Marlene destacou que, além da beleza, estética e formosura, que estavam aliadas à distinção e construção das elites locais, a honra e os valores morais também eram critérios observados para que uma senhorita fosse eleita rainha ou *miss*.

Além dos concursos de destaque regional, nacional e internacional, Sant' Anna (2005) afirma que os concursos de beleza junto aos clubes sociais e de determinadas categorias profissionais como a “Rainha dos funcionários públicos do Estado de Santa Catarina” em 1950, a *Miss* Comércio de Florianópolis em 1957 e a Mais bela funcionária do

Hospital Caridade também eram parte da estratégia social de poder através da beleza. De acordo com a mesma autora, o primeiro atendia a uma exigência posta pelas atividades sociais realizadas entre os clubes, o segundo “servia como forma de promoção e autoestima profissionais do setor como também de pretexto para o incentivo à sociabilidade, que se pretendia manter mais amigável entre os diferentes colegas” (SANT ‘ANNA, 2005, p. 453).

No meio bancário de Florianópolis, também, foi marcante a presença da beleza e a escolha da “bela bancária” aconteceu em vários eventos organizados pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis.<sup>194</sup> Em 1979 aconteceu o concurso A Mais Bela bancária, em parceria com dois clubes sociais da cidade (GEROLETI, 2010). Doze candidatas, bancárias de vários bancos, desfilaram disputando o título de *Miss*, que contou com a presença de Moacyr Franco, famoso apresentador de televisão, e colunistas sociais famosos na cidade, cujo prêmio era um troféu, além de um ingresso para o show de Roberto Carlos e uma “belíssima joia”. Tal concurso estava inserido no contexto que prestigiava a beleza como forma de distinção social presente na sociedade de Florianópolis em meio à busca de modernização na década de 1970. Tratava-se, pois, de uma forma de sociabilidade entre bancários e bancárias, sendo o sindicato o veículo social promotor de tais sociabilidades (GEROLETI, 2010).

Já em 1985, o concurso Miss Bancária novamente foi uma promoção do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, realizado em agosto, em comemoração ao Dia do Bancário. O concurso teve duas etapas, em dois finais de semana.<sup>195</sup> Conforme conta Izabel, candidatas de vários bancos desfilaram, disputando o título de *Miss Bancária*. Das candidatas inscritas, Izabel era a única representando o Bradesco. Abaixo, foto de Izabel no desfile da primeira etapa:

---

<sup>194</sup> Criado em 1935, sobre a história deste sindicato ver Jacques Mick (1995).

<sup>195</sup> Não localizei no arquivo histórico do Sindicato dos Bancários de Florianópolis fotografias referentes ao concurso de Miss Bancária do ano de 1985.

**Figura 22** - Izabel desfila na primeira etapa do concurso Miss Bancária 1985



**Fonte:** arquivo pessoal de Izabel Cristina Marques Silveira

Izabel foi classificada para a segunda etapa. O traje do desfile dispensava o tradicional maiô, já muito usado na década de 1980.<sup>196</sup> Em relação ao local do desfile, também há um deslocamento dos tradicionais clubes sociais da cidade de Florianópolis para uma casa noturna. Conforme narrou Izabel:

O desfile foi na antiga boate Phoenix,<sup>197</sup> no Estreito. [...] Não sei se foi biquíni, teve biquíni? Não, não teve biquíni, foi roupa mesmo. Não, foi uma saia e uma blusinha bem justa, sabe, com barrinha embaixo. Como se fosse um tailher (IZABEL, entrevista citada).

A roupa e o local de um concurso de beleza são importantes para analisar o tipo de

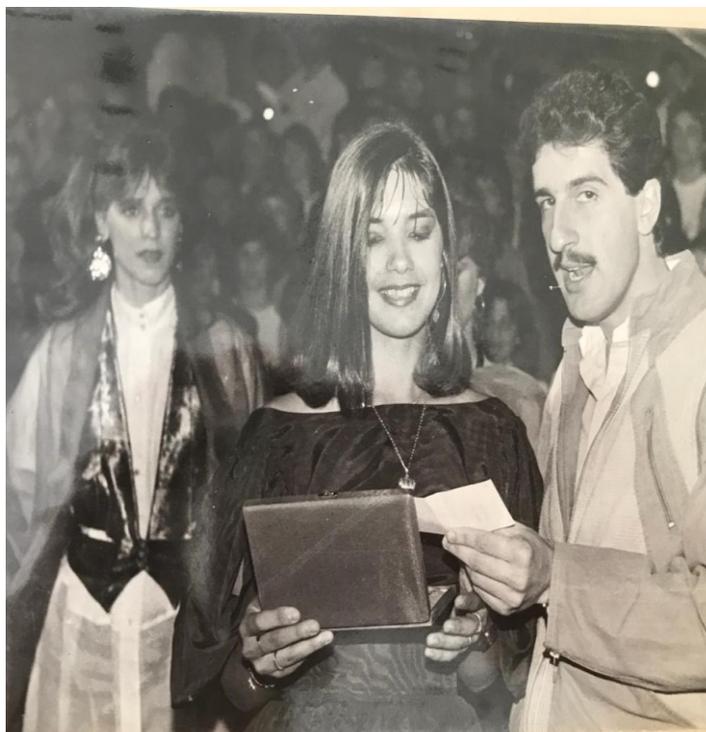
<sup>196</sup>Conforme Luciana Klanovicz, na década de 1980 a televisão e a publicidade expandiram a erotização e a sensualidade nos anúncios e personagens nas quais o maiô fez muito sucesso (KLANOVICZ, 2008).

<sup>197</sup>A boate Phoenix foi criada no final da década de 1970, destacando-se na vida noturna da cidade de Florianópolis na década de 1980.

beleza que o concurso pretende valorizar. Quanto à roupa, nota-se que os trajes dispensaram os maiôs, mantendo trajes sociais e de gala, o que conferia ao concurso Miss Bancária o *status* de um evento social. Quanto à mudança de local, esta pode estar relacionada ao sucesso dos divertimentos noturnos, como as boates e danceterias, na década de 1980. Conforme Gláucia Dias da Costa, a partir do final da década de 1960, as distinções sociais em relação aos divertimentos urbanos foram tornando-se menos acentuadas (COSTA, 2004). Pesquisando a vida noturna e a cultura urbana da cidade de Florianópolis, mostra que desde a década de 1970 viu-se a popularização das boates - aos moldes americanos - entre os jovens, quando os estabelecimentos noturnos deixaram de significar cabaré ou zona de prostituição. Conforme destacou a autora, “as boates da década de 70, com suas luzes piscando, suas músicas em volumes altíssimos e suas bebidas estimulantes, tornam-se atração na cidade e frequentá-las passou a ser visto como status social” (COSTA, 2004, p. 118).

Na segunda etapa, Izabel desfilou e venceu o concurso. Abaixo, o momento em que recebeu a premiação: um cheque de Cr\$ 1.000,00 e passagens aéreas para a cidade de Curitiba.

**Figura 23** – Izabel recebe o prêmio de Miss Bancária das mãos do jornalista Miro<sup>198</sup>



**Fonte:** arquivo pessoal de Izabel Cristina Marques Silveira

<sup>198</sup> Cláudio Silva, conhecido como Miro, foi colunista social do Jornal *O Estado* entre as décadas de 1970 e 1990. Sua coluna fez muito sucesso na cidade de Florianópolis por defender a ilha e suas tradições locais. Faleceu em 2004.

Questiono por que, ainda em 1985, realizava-se um concurso de Miss Bancária. Analisando as imagens, o local do desfile e a entrevista com Izabel, compreendo que o concurso Miss Bancária do ano de 1985 não fazia mais parte apenas da estratégia de ascensão social, nem do *glamour* que envolvia os concursos locais para a eleição representativa de uma beleza, fosse de um país, de um estado, de uma cidade ou de um clube. No entanto, mantinha resquícios de um evento social e de sociabilidade entre os bancários, com a participação de famosos colunistas sociais da cidade, o que leva a compreender sua realização como um evento de afirmação social da beleza.

Além do concurso de Miss Bancária, Izabel teve destaque em outros concursos de beleza da grande Florianópolis na década de 1980:

Fui a mais bela policial de Florianópolis. Particpei também do concurso Miss São José, tirei o segundo lugar. Aí eu já estava bem mais... Foi até um erro, assim, de cabeleireiro, sabe. [...] A mais bela estudante de Florianópolis eu tirei de biquíni (IZABEL, entrevista citada).

Izabel foi, ao mesmo tempo, Miss bancária e Moça Bradesco. O exemplo de Izabel, que obteve destaque no cenário de concursos de beleza – mais bela estudante e mais bela policial - embora represente apenas uma no universo de moças Bradesco, permite considerar o quanto algumas Moça Bradesco representavam um padrão de concursos de miss, padrão escolhido diretamente pelos gerentes do Bradesco.

A semelhança entre a Moça Bradesco, a Moça Besc e a Miss Bancária estava, além dos sorrisos e confraternização, no reforço de um padrão conservador feminino, justamente, no momento auge do feminismo no Brasil. Como tentei mostrar ao longo do capítulo, o período que vai de 1976 a 1987 pode ser visto como a “década das moças” no atendimento do Bradesco e do Besc, quando, apesar dos novos discursos sobre as mulheres trazidos pelo feminismo e pela maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho discutidos no segundo capítulo, as mulheres foram colocadas a exercer uma função de auxílio ao trabalho dos homens e, o que é mais grave, expostas ao olhar dos clientes e dos próprios gerentes, sendo estes últimos os responsáveis por sua admissão no banco. Mas como mostrou a *Folha Bancária*, este reforço foi compreendido e denunciado pelas próprias bancárias que neste momento estavam participando ativamente das lutas feministas no sindicalismo bancário, especialmente na cidade de São Paulo. Elas adentraram no espaço sindical no final da década de 1970 e com suas lutas colocaram em pauta o projeto de igualdade entre homens e mulheres

nos bancos e no sindicato sendo as responsáveis pela construção de direitos para as mulheres na categoria bancária nas décadas de 1980 e 1990.

## 5 CAPÍTULO 4 LUTAS SINDICAIS FEMINISTAS: AS BANCÁRIAS E SUAS DEMANDAS ADENTRAM O ESPAÇO SINDICAL A PARTIR DO NOVO SINDICALISMO

Se as mulheres bancárias não ficaram alheias às discussões que traziam seus direitos nos bancos, muito menos ficaram alheias ao ressurgimento do movimento sindical na cena política brasileira a partir do final da década de 1970. Na esteira da redemocratização do país, do maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho e do movimento de mulheres e feministas,<sup>199</sup> o chamado Novo Sindicalismo consolidou-se, trazendo junto a discussão sobre a condição das mulheres em seus locais de trabalho.

O contexto de forte mobilização sindical no Brasil da década de 1980 também lançou as bases da organização atual dos trabalhadores e trabalhadoras, quando foram criadas as centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. O Sindicato dos Bancários de São Paulo<sup>200</sup> participou ativamente desse processo de mobilização, quando, em 1978, a oposição sindical bancária venceu as eleições neste sindicato. Aliado a esse mesmo contexto na cidade de São Paulo, estava o movimento de mulheres e feministas. Não por acaso, as mulheres que também ingressaram nessa direção de oposição recriaram o Departamento Feminino no sindicato. Foi a atuação feminista - e não feminina - desse Departamento decisiva para as denúncias sobre as condições que as mulheres enfrentavam nos bancos: demissão de mulheres grávidas, falta de creches, discriminação e assédio. A atuação das bancárias continuou na década de 1990, sendo decisiva para o debate de gênero na Confederação Nacional da categoria bancária.

Assim, o objetivo do capítulo é discutir a atuação sindical e feminista das bancárias entre as décadas de 1980 e 1990 no Sindicato dos Bancários de São Paulo e na Confederação Nacional da categoria bancária. Num primeiro momento, discuto a organização sindical bancária e o Novo Sindicalismo. Em seguida, trato do feminismo militante das bancárias do Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo, atuação que esteve em

---

<sup>199</sup> Os termos “movimento de mulheres e feministas” são usados neste capítulo a partir das reflexões de Vera Soares (1994, p. 15) de que as feministas – “que traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder” - representam uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo composto de várias vertentes (feministas, mulheres das periferias dos centros urbanos, das comunidades rurais, sindicalistas, entre outras). Como cada uma destas vertentes se tocam, cruzam-se e entram em contradição, o movimento de mulheres constitui-se, então, num imenso guarda-chuva que abriga ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações (SOARES, 1994).

<sup>200</sup> Desde que foi criado, em 1933, este sindicato abrangeu apenas a capital São Paulo. A partir de agosto de 1992, seu principal jornal *Folha Bancária* apresenta-o como “Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.”

sintonia com o movimento de mulheres e feministas da cidade de São Paulo durante a década de 1980. Por fim, discorro sobre a passagem das questões das mulheres - lutas de bancárias - às lutas gerais da categoria - lutas bancárias- no final da década de 1980 até a discussão sobre a Igualdade de Oportunidades, que se transformou em cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho no ano 2000.

#### 4.1 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA, O NOVO SINDICALISMO E AS MULHERES

Conforme Maria Hermínia Tavares de Almeida, as entidades sindicais ou os sindicatos de categoria, representam o instrumento legal no qual empregados e empregadores fazem valer seus interesses (ALMEIDA, 1975). Os sindicatos no Brasil datam do início do século XX e foram regulados a partir da década de 1930 pela legislação social criada por Getúlio Vargas.<sup>201</sup> Tal legislação é composta por quatro núcleos: a legislação previdenciária, as leis trabalhistas, as leis que instituíram a Justiça do Trabalho e a legislação sindical. Esta última instituiu o modelo de sindicato único por categoria e região, a estrutura vertical - sindicatos locais, federais regionais e confederações nacionais - estabelecendo a subordinação das entidades sindicais ao Ministério do Trabalho, o qual atua com poder de fiscalização e intervenção (MATTOS, 2002).

Segundo Marcelo Bardaró Mattos, no período entre 1945 e 1964 houve várias fases de mobilização sindical, especialmente no período do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) ou ainda nos primeiros anos da década de 1960.<sup>202</sup> Lembra o autor que nessa década, que perdurou até 1964, os trabalhadores e sindicatos adquiriram enorme importância política, embora a estrutura sindical tenha permanecido inalterada, o que fez com que a partir do golpe civil-militar de 1964 tal estrutura mostrasse seu potencial repressivo (MATTOS, 2002). Segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida, após a golpe civil-militar de 1964, a relação passou a ser imposta pelo Estado sobre empregados e empregadores, sendo os salários

---

<sup>201</sup> A partir da segunda metade do século XIX iniciou-se no Brasil a tradição associativa, de cunho mutualista, voltada para auxílio mútuo de seus associados, especialmente entre as corporações de ofício (artesãos), as irmandades leigas de portugueses e africanos que cumulavam funções assistencialistas e as associações de cunho profissional. Foram estas últimas que passaram adquirir, gradualmente, feições sindicais. Sobre o tema, ver Marcelo Bardaró Mattos (MATTOS, 2002).

<sup>202</sup> Ressalto aqui a greve da categoria bancária de 1951. Tal greve durou 69 dias (entre 28 de agosto e 5 de novembro) e foi considerada pelos líderes do movimento uma ruptura da situação de comodidade em que estavam os patrões e o governo (CANEDO, 1986). A assembleia que deflagrou a greve foi realizada em 28 de agosto, marco e data de comemoração do Dia do Bancário.

o item mais afetado, conhecido como período do arrocho salarial.<sup>203</sup> Também a Lei 4.330, de 01 de junho de 1964, que regulou o direito de greve, proibindo-as no serviço público e nas atividades consideradas essenciais.<sup>204</sup> Mas o ponto mais repressivo sobre os sindicatos atuou sobre a cassação de dirigentes e nas intervenções, mais de uma década seria necessária para uma retomada efetiva das mobilizações (MATTOS, 2002).<sup>205</sup>

Foi com o Sindicato dos Bancários de São Paulo que iniciou a organização sindical bancária no Brasil. Em 1923 foi criada a Associação de Funcionários de Bancos de São Paulo, transformada em Sindicato em 1933. Os bancários tiveram intensa mobilização no sindicalismo brasileiro desde a década de 1930: em 1932, mobilizaram-se em torno da jornada de seis horas, realizando sua primeira greve,<sup>206</sup> em 1934 ocorria a primeira greve nacional dos bancários, quando havia dez sindicatos legalmente registrados.<sup>207</sup> O golpe civil-militar de 1964 também atuou sobre a organização sindical da categoria bancária.<sup>208</sup> A partir de 1964, as medidas impostas pelo governo militar como a intervenção, as mudanças na política salarial, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)<sup>209</sup> e a Reforma Bancária dispersaram as iniciativas dos sindicatos (CANEDO, 1978, 1986). Durante a década de 1970, a chamada “oposição sindical bancária” começou a tomar corpo no Sindicato dos Bancários

---

<sup>203</sup> Entre as leis do arrocho destacava-se a Lei 4725, de 13 de julho de 1965, que alterou as normas dos dissídios coletivos, determinou que os reajustes de salários não poderiam se dar em intervalos menores que um ano, devendo ser determinados com base no salário real médio dos 24 meses anteriores, acrescidos de uma taxa, calculada pelo governo, representativa do aumento da produtividade nacional no ano anterior (ALMEIDA, 1975). A tese de Edmilson Costa analisou a legislação salarial do período compreendido entre 1964-1985, concluindo que os governos militares criaram uma política de Estado, consciente e articulada, que visou depreciar a força de trabalho, ao mesmo tempo em que promoviam a acumulação de capital em benefício de determinados setores, marginalizando milhões de brasileiros (COSTA, 1996).

<sup>204</sup> A Lei 4.330, conhecida como Lei Antigreve, não definiu claramente o que eram as atividades fundamentais ou essenciais. A lei reduziu drasticamente o número de greves: das 302 greves realizadas em 1963, caiu para 65 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971, conforme mostra Maria Helena Moreira Alves em seu livro *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984* (ALVES, 2005).

<sup>205</sup> O governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais, sendo 383 sindicatos, 45 federações e 04 confederações (MATTOS, 2002).

<sup>206</sup> A jornada de seis horas foi conquistada em 1933 através do Decreto-Lei n. 23.322 (BRASIL, 1933), mas só foi estendida para todos os funcionários de bancos em 1957 (KAREPOVS, 1994).

<sup>207</sup> Conforme informação trazida pela tese de Eliana Maria dos Santos, os dez sindicatos eram: São Paulo, Santos, Distrito Federal, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza (SANTOS, 2010). No entanto, é bem provável que já existissem muitos outros em fase final de criação, como o sindicato dos bancários de Florianópolis, criado em 1935.

<sup>208</sup> O golpe de 1964 atingiu os níveis mais baixos da organização e todos os sindicatos bancários sofreram intervenção, além da CONTEC e das Federações (CANEDO, 1986).

<sup>209</sup> Criado pelo governo militar em 1966, o FGTS substituiu a estabilidade emprego com o objetivo de acelerar a rotatividade, enfraquecendo desta forma possibilidades de carreiras e, por conseguinte, a força dos sindicatos.

de São Paulo, apesar das dificuldades. Canedo mostra que estas dificuldades iam desde a permanência da estrutura sindical corporativa, a repressão do governo, a dificuldade de comunicação entre os bancários até as transformações por que passava o sistema bancário. Em 1978, a oposição venceu as eleições, tomando posse em março de 1979. Após alguns meses, a oposição também assumiu outros sindicatos de bancários de capitais como Rio de Janeiro, São Luiz e Distrito Federal (CANEDO, 1986).<sup>210</sup>

A oposição então no poder deparou-se com nova ofensiva do governo militar, expressa no Decreto-Lei 1.632, de 04 de agosto de 1978, que regulamentou as atividades consideradas essenciais para efeito da proibição de greve, dentre as quais incluiu os bancos (BRASIL, 1978).<sup>211</sup> No entanto, como destacou Letícia Canedo, se o decreto visava impedir a mobilização que se desenvolvia no meio sindical, não tolheu a oposição que agitou as assembleias no período, exigindo aumento de salário ou greve (CANEDO, 1986).

A partir de 1978, uma forte mobilização entre os trabalhadores estava se desenvolvendo especialmente entre os metalúrgicos da região do ABC paulista.<sup>212</sup> É consenso entre vários autores que, a partir de 1978, o chamado Novo Sindicalismo é inaugurado pelos Metalúrgicos do ABC paulista (ABRAMO, 1999; ANTUNES, 1995; SADER, 1988). Para Marcelo Bardaró Mattos, o sindicato dos metalúrgicos do ABC destacou-se por dar início à onda grevista, servindo como referencial combativo, embora não tenha sido um caso isolado (MATTOS, 2002).

Ao pesquisar o período em que acontecia a greve de 1978 no Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Laís Abramo concluiu que esse sindicato, durante a década de 1970, havia colocado em questão, por meio de seu discurso e de diversas formas de ação, o sentimento de dignidade da classe trabalhadora (ABRAMO, 1999). A falta de dignidade não se expressaria apenas no salário injusto, mas no desrespeito cotidiano aos direitos dos trabalhadores nas empresas, sendo devido ao trabalhador o merecido respeito. Esse sindicato também inovou em suas práticas, num esforço de sua afirmação, efetuou campanhas de

---

<sup>210</sup> A oposição bancária foi tomando corpo em diversos sindicatos no Brasil desde a segunda metade da década de 1970. Mas em alguns sindicatos, como Florianópolis, a oposição só ganhou força após a greve de 1985, quando foi criado o Movimento de Oposição Bancária (MOB), que em 1987 venceu as eleições no sindicato. Sobre o MOB, ver a Dissertação de José Carlos da Silva (1995).

<sup>211</sup> O Art. 1º determinava: “as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias [...]” (BRASIL, 1978). Tal decreto só foi revogado em 1989 com a Lei 7.783, vigente nos dias atuais, que regulou o exercício do direito de greve e redefiniu os serviços considerados essenciais (BRASIL, 1989).

<sup>212</sup> “ABC paulista” é o nome dado à região do Estado de São Paulo que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

esclarecimento dos direitos trabalhistas. Os diretores de base estiveram mais presentes nas empresas - no chão da fábrica. O sindicato lutou pelo cumprimento dos direitos constantes na CLT e usou de novos instrumentos de mobilização das bases e de negociação, num contexto em que ainda vigia a lei de reajuste salarial do governo militar vista acima. O ciclo grevista que iniciou em maio de 1978 e duraria os dois anos seguintes, entre os operários das empresas mais modernas e industrializadas, contrariando expectativas, logo espalhou-se para outras categorias e regiões bem distintas do país: os trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte, os canavieiros de Pernambuco, os professores, jornalistas, os químicos e petroquímicos, os funcionários públicos e os bancários, entre outros. Era a irrupção dos trabalhadores na cena política desde 1964 forçando a redemocratização brasileira (ABRAMO, 1999).

Segundo Eder Sader, o Novo Sindicalismo conseguiu impor-se porque seus representantes usaram estratégias para defender os interesses dos associados. Souberam usar brechas legais, fazendo uso de formas de ação dentro da lei, como a campanha pela reposição salarial de 1977, que ganhou reconhecimento público da manipulação das estatísticas (SADER, 1988).<sup>213</sup> Para o autor, o Novo Sindicalismo se beneficiou do clima de distensão política, mas não se acomodou a ele, ao contrário, explorou suas possibilidades, apoiou uma mobilização existente nas bases, dando-lhe voz e legalidade.

Nas bases citadas por Sader, estavam também as mulheres. Importante destacar que a presença das mulheres no sindicalismo brasileiro acontece desde o início do século XX.<sup>214</sup> Logo, deixo claro que a atuação das mulheres nos sindicatos em fins da década de 1970 não se constitui em novidade, sendo fruto das condições históricas mais favoráveis ao trabalho das mulheres no período e do ressurgimento dos feminismos organizados nesta mesma década. Segundo Elizabeth Souza-Lobo, na década de 1970, desenvolveu-se o que chamou de um

---

<sup>213</sup> Em julho de 1977, o jornal *Folha de São Paulo* publicou relatório do Banco Mundial que continha o índice de inflação relativo ao ano de 1973, índice que era bem superior ao divulgado pelo governo brasileiro. Tal fato veio corroborar o que muitos técnicos e sindicalistas já sabiam, o que unificou os sindicatos em torno da campanha pela reposição salarial (COSTA, 1996).

<sup>214</sup> Conforme Maria Valéria Juno Pena, no final do século XIX as operárias representavam 78,3 % da força de trabalho utilizada na indústria, especialmente no setor têxtil (PENA, 1981). Estas operárias participaram das lutas pelo aumento dos salários, pela redução na jornada de trabalho e melhoria das condições de trabalho, embora estivessem ausentes do movimento de reivindicação oficial e das negociações durante as greves (PENA, 1981). Gláucia Fraccaro destacou a presença das mulheres no movimento operário e como suas pautas específicas inseriram-se na pauta ampla movimento operário de São Paulo no início do século XX (FRACCARO, 2016). Durante as greves operárias que explodiram no ano de 1917 em São Paulo, quando as mulheres representavam 34% dos operários e no setor têxtil o número de mulheres superava o de homens, as mulheres não apenas participaram dos protestos com as pautas que lhes diziam respeito, como estiveram presentes nas reivindicações operárias, como a abolição do trabalho noturno para as mulheres (FRACCARO, 2016).

“movimento social de mulheres” composto por um amplo leque de movimentos sociais: desde o movimento de mulheres pela anistia, o movimento contra a carestia de vida, movimento por creches, os grupos de mães, os movimentos dos bairros de periferia, os grupos de mulheres organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica até os grupos propriamente feministas como o Grupo Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, SOS Mulheres, entre outros (SOUZA-LOBO, 1991).

Tudo parecia indicar uma aproximação natural entre as demandas das mulheres e dos sindicatos a partir das mobilizações do Novo Sindicalismo. No entanto, como mostrou Souza-Lobo em sua pesquisa de campo sobre a sindicalização e as reivindicações das operárias filiadas ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, além da dificuldade de sindicalização das mulheres devido à rotatividade, esse sindicato se colocava como a “luta dos homens”, da qual as mulheres deveriam integrar-se:

A modificação na lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam pela melhoria das condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis [...] de integrar as mulheres às lutas sindicais de toda a categoria a fim de reforçar a luta dos homens (Tribuna Metalúrgica, abr. 1977, p. 08 apud SOUZA-LOBO, 1991, p.35, grifo nosso).

O trecho acima foi publicado no *Tribuna Metalúrgica*, principal jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, quase um ano antes da realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica. Tal Congresso aconteceu entre 21 e 28 de janeiro de 1978, organizado pela direção do sindicato, que até então não contava com nenhuma mulher em sua diretoria. Como assinalou Souza-Lobo, os dirigentes demonstravam, sobretudo, um temor de que o I Congresso fosse confundido com um Congresso feminista. Apesar de ter como objetivo incentivar a participação das metalúrgicas nas lutas sindicais, o I Congresso da Mulher Metalúrgica pretendia consultar as trabalhadoras sobre a mudança na legislação do trabalho noturno em curso no período.<sup>215</sup> Conforme Souza-Lobo, a direção do sindicato havia

---

<sup>215</sup> Situada na fase protetiva do direito do trabalho da mulher, a proibição do trabalho noturno para as mulheres esteve presente desde o decreto nº 21.417 de 1932, primeira legislação que tratou da situação das mulheres trabalhadoras no Brasil (BRASIL, 1932). Permaneceu na Constituição de 1934 e na CLT de 1943. Em 1944, o Decreto-lei nº 6.353 permitiu o trabalho noturno às mulheres, mas apenas se estas tivessem 18 anos e em algumas atividades. Em 1969, o Decreto-Lei nº 546, que dispôs sobre o trabalho noturno em estabelecimentos bancários, considerou-o, sem distinção, para homens e mulheres (BRASIL, 1969). Em 1984 a lei nº 7.189 permitiu o trabalho noturno à mulher com mais de 18 anos, mas ainda manteve algumas restrições (BRASIL, 1984). As proibições que persistiam só foram

tomado posição contrária à mudança na legislação, porém, como era de costume desse sindicato consultar as bases, o I Congresso da Mulher Metalúrgica tinha o intuito de discutir a mudança diretamente com as interessadas no assunto (SOUZA-LOBO, 1991).

A discussão em curso sobre o trabalho noturno referia-se ao projeto de reforma da CLT que tramitou no Congresso nacional entre 1977 e 1984 (GOLDBERG, 1987). Uma das medidas previa a permissão do trabalho noturno às mulheres. Os periódicos feministas *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* também trataram da mudança na legislação do trabalho noturno. Em sua análise dos periódicos, Claudia Nichnig destaca que haviam articulistas que se colocavam contra a mudança, defendendo uma legislação protecionista, com o argumento de que prejudicaria ainda mais a situação precária das trabalhadoras que já estavam sem registro e sem creche; do outro, estavam as que defendiam a liberação pelo fato de que tal proibição representava mais uma medida de discriminação contra as mulheres (NICHNIG, 2013). Como se observa, o tema não era consenso entre as feministas. Mas se discutir a permissão do trabalho noturno às mulheres era o objetivo do I Congresso da Mulher Metalúrgica, este I Congresso acabou se transformando em denúncia da situação das mulheres operárias: desde as más condições de trabalho e higiene, as punições frequentes, o controle dos chefes sobre o uso dos banheiros, os aumentos de ritmos para aumentar a produção, a falta de estabilidade no emprego, os preconceitos raciais até as “cantadas” dos chefes (SOUZA-LOBO, 1991). Após o I Congresso, a direção do sindicato reconheceu que a discussão sobre o trabalho noturno ficou em segundo plano e que “as participantes com seu jeito simples e ingênuo de ver as coisas, demonstraram seu desejo de se integrar à luta dos homens” (Tribuna Metalúrgica, fev. 1978 apud SOUZA-LOBO, 1991, p. 38).

Conforme bem assinalou Souza-Lobo, havia uma ambiguidade no discurso dos dirigentes sindicais. Mas tal discurso, que chamava o sindicato de “luta dos homens”, expressava um histórico debate dentro da esquerda brasileira, cujas formas de resistência – revolucionária, marxista e leninista – até 1974, foram feitas via armas e guerrilha urbana. Conforme Maria Lygia Quartim de Moraes, para esta esquerda só havia uma luta, a “luta principal”, feita contra a ditadura e a tomada do poder via luta armada, colocando outras formas de luta, como a das mulheres, como secundárias (MORAES, 1981).<sup>216</sup> Da mesma

---

retiradas em 1989 com a Lei nº 7.855 (art. 13) (BRASIL, 1989). Sobre a fase protetiva do direito do trabalho das mulheres e as mudanças na legislação do trabalho noturno ver Calil (2000) e Geroleti (2017).

<sup>216</sup> Várias feministas, no exílio durante a ditadura, relataram como foram acusadas de “divisoras do movimento” pela esquerda envolvida na luta armada. A este respeito ver o clássico livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (COSTA et al, 1980).

forma, para os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos parecia existir apenas uma “luta principal”, a luta contra os patrões – travadas pelos homens – deixando de lado as lutas vistas como secundárias, como as das mulheres.

Apesar do I Congresso da Mulher Metalúrgica ter estimulado a participação das mulheres nas grandes greves, a participação das mulheres no cotidiano deste sindicato, como nas assembleias e reuniões, permaneceu insignificante entre 1978 e 1982. Conforme mostrou o *Tribuna Metalúrgica*, a posição do sindicato sobre o trabalho noturno partilhava da noção burguesa e conservadora, que colocava as mulheres como responsáveis pelo lar e pela família. Como concluiu Souza-Lobo, as reivindicações gerais dos metalúrgicos não continham a das operárias, elas permaneciam ocultas no discurso unificador da classe operária (SOUZA-LOBO, 1991).

É neste contexto do Novo Sindicalismo, no qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo era seu epicentro, que as condições que as mulheres enfrentavam em seus locais de trabalho se estabeleceu nos sindicatos. Esta ambiguidade, certamente, contribuiu para configurar nos sindicatos relações de poder marcadas pelo gênero.

#### 4.2 A ATUAÇÃO FEMINISTA DO DEPARTAMENTO FEMININO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

No Sindicato dos Bancários de São Paulo, as mulheres puderam filiar-se desde sua criação em 1923, quando ainda chamava-se Associação de Funcionários de Bancos de São Paulo (KAREPOVS, 1994). As primeiras diretoras deste sindicato assumiram em 1957 com Consuelo de Toledo Silva<sup>217</sup> e Maria Aparecida Galvão,<sup>218</sup> período em que foi criado, pela primeira vez, o Departamento Feminino do Sindicato.<sup>219</sup> Embora são raros os registros sobre

<sup>217</sup> Aos 32 anos, Consuelo de Toledo Silva (1925 - 2015) assumiu no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em maio de 1964 ficou presa por um mês no Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), braço repressor da ditadura militar. Foi diretora da Confederação de Bancários de São Paulo e militante do Partido dos Trabalhadores. Após sua aposentadoria, presidiu a Associação dos bancários aposentados do Estado de São Paulo, mantendo uma trajetória militante até o final da vida. Em entrevista ao Sindicato em 2013, dois antes de sua morte, Consuelo definiu-se como “revolucionária e apaixonada pela luta incessante em busca de igualdade e justiça”. A entrevista completa está disponível em: <http://spbancarios.com.br/04/2013/consuelo-mostra-que-quem-veste-saia-nao-foge-luta>.

<sup>218</sup> Sobre Maria Aparecida Galvão existem poucos registros, limitando-se a dizer que, além de ter assumido no sindicato em 1957, foi a primeira mulher a integrar a equipe de redação da *Folha Bancária* (SINDICATO, 2013).

<sup>219</sup> Embora o próprio sindicato destaque as mulheres na direção a partir da década de 1950, encontrei indícios no jornal *Vida Bancária* - precursor da *Folha Bancária* – de que na primeira metade da década de 1930 as bancárias estiveram envolvidas na mobilização sindical. A edição n. 119, de junho de 1934, trazia pela primeira vez a “coluna das bancárias”, solicitando a participação das bancárias

as atividades do Departamento neste período, a pesquisa de Dainis Karepovs destacou que atuava com atividades culturais e recreativas (KAREPOVS, 1994).

Com a vitória da oposição e a retomada do poder de mobilização dos sindicatos em 1978, a gestão que assumiu entre março 1979 e março de 1981 contou com duas mulheres, num total de quatorze diretores, sendo uma delas Maria Cristina Dias, conhecida como Tita, apresentada no terceiro capítulo.<sup>220</sup> Nesta direção, seguindo o caminho traçado por outros sindicatos, que criavam suas comissões de mulheres,<sup>221</sup> o Sindicato dos Bancários de São Paulo (re)criou o Departamento Feminino.

Em dezembro de 1979, a *Folha Bancária* noticiou que o Departamento Feminino estava em fase de instalação:

O Departamento Feminino está nascendo  
 “Discussões sobre igualdade trabalhista, coordenar grupos para conseguir creches, atividades esportivas e recreativas, observar problemas comuns a mulheres.” Estas foram algumas sugestões encontradas na pesquisa, respondida por algumas bancárias, visando a criação do Departamento Feminino. Infelizmente não é possível saber o que pensa toda a ala feminina da categoria pois o número de mulheres bancárias hoje, em São Paulo, já deve ultrapassar os 50.000. Dessa maneira, o grupo que vem se reunindo no Sindicato, teve que escolher alguns bancos e os locais onde há maior concentração de funcionárias para ter, ao menos, uma mostra do que estão pensando as bancárias. [...] Problemas para efetuar a pesquisa não faltaram. A começar do pequeno número de bancárias dispostas a um trabalho desde

---

pois “no momento atual a mulher é um dos fatores lógicos da ascensão social” (VIDA BANCÁRIA, jun.1934, n. 119, p. 6). Na edição seguinte, a coluna publicou duas cartas de mulheres, que assinaram como Tânia e Katia. Enquanto Tânia chamava as bancárias a unirem-se na campanha salarial daquele ano, Katia destacava que o jornal abriu em seu último número a “coluna das bancárias”, para a qual ela escrevia algumas palavras (VIDA BANCÁRIA, jul. 1934, n. 120, p. 5). Na edição de n.º 123, a “coluna das bancárias”, escrita pela direção do sindicato, tratava da criação de uma “associação bancária feminina”, destacando que a associação tenha em vista “não um combate sistemático ao homem, ao casamento, à feminilidade, como fazem as sufragistas, mas arrastar todas as bancárias à luta consciente pela conquista de seus direitos” (VIDA BANCÁRIA, ag. 1934, n.º 123, p. 6). Já a edição n.º 124 destacou como o decreto 24.615 de 1934, que criava o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e garantia a estabilidade para os bancários após dois anos de serviço (art. 15), favorecia o trabalho das mulheres nos bancos pois estas não ficariam tão sujeitas aos caprichos de seus chefes (VIDA BANCÁRIA, set. 1934, n.º 124, p. 2). O IAPB foi extinto pelo governo militar em 1966.

<sup>220</sup> No Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, a chapa da oposição vencedora em 1979 foi liderada por uma mulher, Marilda Baião Motta, mas não sem enfrentamentos. Sobre a história desta eleição ver a pesquisa de Alberto Tosi (TOSI, 1995).

<sup>221</sup> No sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o I Congresso da Mulher Metalúrgica realizado em 1978 criou a Comissão da Mulher Metalúrgica; no sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo a partir da vitória da oposição em 1982 as mulheres começaram a mobilizar-se em atividades, debates e pequenos encontros com as trabalhadoras (FERREIRA, 2005). Mas Maria Lygia Quartim de Moraes destaca em sua tese que, ainda durante o I Congresso da Mulher Metalúrgica, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo foi contrário à criação de um Departamento Feminino com a justificativa do “risco de rompimento da unidade da classe trabalhadora” (MORAES, 1981, p. 237).

tipo. [...] A dificuldade básica está no próprio entendimento do que seja o sindicato e o que pretende ser o Depto Feminino. A categoria e, logicamente, também as mulheres, ainda não tem consciência que o sindicato significa a união de todos nós. O sindicato só será forte quando todos os bancários estiverem interferindo nas decisões que lhe dizem respeito evitando assim que os fatos transcorram e desemboquem em soluções indesejadas. Assim também se coloca o Depto Feminino. As lutas das mulheres não são diferentes das que dizem respeito aos homens. Mas nós sabemos que temos problemas a enfrentar diferente dos nossos colegas. E só com grande participação feminina serão resolvidos. [...] (FOLHA BANCÁRIA, dez. 1979, nº 353, p. 4, grifo nosso).

O texto acima suscita várias questões. A primeira delas é que, embora não assinado – prática comum durante os anos da ditadura - nota-se que foi escrito por uma mulher pertencente àquela direção. A segunda é a “consulta às bases” feita pelas dirigentes, na forma de pesquisa, antes da criação do Departamento Feminino. Também é preciso destacar o entendimento do que o sindicato significava no texto acima: “a união de todos nós” e “de que ele será forte quando todos interferirem nas decisões que lhe dizem respeito”. Notam-se várias referências à importância da opinião das trabalhadoras da base, forma de ação sindical semelhante à utilizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Merece destaque o número de mulheres bancárias citadas acima na cidade de São Paulo, trazidos pela pesquisa pioneira do DIEESE, já discutida no segundo capítulo: em 1980, dos 157 mil bancários do Estado de São Paulo, 36% eram mulheres. Destes, 103 mil estavam lotados na cidade de São Paulo, sendo 41% mulheres (DIEESE, 1980). Por fim, e talvez o mais importante, a dirigente mostra como entende a luta das mulheres naquele momento: elas não são diferentes das lutas que dizem respeito aos homens, embora, tenha consciência de que os problemas das mulheres são diferentes dos problemas dos homens no trabalho. Uma primeira interpretação desta afirmação mostra que, seguindo a ideia de que o sindicato representa a união de bancários e bancárias, entende que as lutas das bancárias não iriam dividir a luta dos bancários.

Em seguida, o texto esclarece que o Departamento Feminino não representava a criação de “mais um” grupo feminista:

#### Feminismo e Feminismo

Existe em algumas bancárias uma visão deturpada do feminismo. Claro que existe grupos feministas com ideias erradas, e não ficou claro para todas as bancárias que o Depto Feminino que se pretende não é mais um grupo feminista. Ele vem surgindo da necessidade que sente a mulher de participar em tudo que está envolvida. O trabalho é um dos lugares onde a mulher mais enfrenta problemas e sente a necessidade de resolvê-los. [...] O Depto Feminino vai tentar abrir um espaço para a mulher bancária resolver o seu

problema tentando colocá-la dentro da sua realidade. Ao contrário, como muitos pensam, sem separá-las dos homens ou dos problemas comuns (FOLHA BANCÁRIA, dez. 1979, nº 353, p.4, grifo nosso).

Do trecho acima, interpreta-se a forma como a dirigente entendia o feminismo. Embora, em sua visão, existissem grupos feministas com “ideias erradas”, não era este o caso do Departamento Feminino. Compreendo que as “ideias erradas” poderiam referir-se à atuação radical de grupos feministas – a exemplo das sufragistas inglesas, discutido no segundo capítulo. Ao mesmo tempo em que diz que o Departamento não era mais um grupo feminista, não nega que ele seja feminista, pois o problema estaria na visão deturpada de algumas bancárias sobre o feminismo. Por isso, em seguida, esforça-se em explicar como será a relação do Departamento Feminino com o sindicato: os problemas das mulheres não serão colocados separadamente dos homens e dos problemas comuns à categoria. Dessa forma, o Departamento abria um espaço para que as mulheres entendessem sua realidade e seus problemas. Nas entrelinhas, fica subtendido, que a explicação visava reforçar que as bancárias não iriam “dividir” a categoria com seus problemas.

A necessidade de alertar que não se trata de “mais um” grupo feminista revela o contexto daquele período, em que vários grupos feministas estavam sendo criados, sendo, portanto, já comuns. Mas eram comuns no contexto da cidade de São Paulo. Conforme afirmou Maria Lygia Quartim de Moraes, “a experiência da organização em torno dos problemas do cotidiano, em São Paulo, antecedeu cronologicamente o feminismo” (MORAES, 1981, p. 12). Tal afirmação é explicada pela autora devido a existir na cidade de São Paulo, em fins da década de 1970, uma profusão de grupos de mulheres que lutavam em torno dos problemas do cotidiano como o custo de vida e a falta de creches, tanto nas periferias quanto bairros, organizadas em clubes de mães, associações de bairros, associações de donas de casa, empregadas domésticas, operárias, dirigentes sindicais, estudantes e feministas acadêmicas (MORAES; 1981, 1985).

O ano de 1979, ano da criação do Departamento Feminino, foi particularmente importante para o movimento de mulheres e feministas da cidade de São Paulo, pois em março havia se realizado o 1º Congresso da Mulher Paulista, que, segundo Maria Lygia, foi a partir deste que o movimento de mulheres se tornou visível perante a sociedade brasileira (MORAES, 1985). Nos dias seguintes ao I Congresso da Mulher Paulista, realizava-se na cidade do Rio de Janeiro o 1º Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da

Mulher Brasileira (CMB).<sup>222</sup> Em dezembro 1979, também era criada em São Paulo a Frente de Mulheres Feministas, frente fundada por várias intelectuais, artistas e militantes, como Ruth Escobar,<sup>223</sup> Carmen Barroso,<sup>224</sup> Marta Suplicy,<sup>225</sup> Irede Cardoso,<sup>226</sup> Eva Blay,<sup>227</sup> Silvia Pimentel,<sup>228</sup> entre outras feministas (SANTOS, 2006). Segundo Moraes (1985), esta Frente realizou uma série de debates e fóruns sobre a situação das mulheres, abordando desde participação política, prostituição, aborto, violência sexual, trabalho doméstico, entre outros

---

<sup>222</sup>O Centro da Mulher Brasileira foi fundado em setembro de 1975 no Rio de Janeiro, como desmembramento de grupos de reflexão feministas existentes desde 1972, sendo um dos marcos fundadores do feminismo de “segunda onda” no Brasil (PEDRO, 2012). Permaneceu ativo por 25 anos, extinguindo-se no ano 2000.

<sup>223</sup> Maria Ruth dos Santos Escobar (1935-2017) nasceu em Portugal, mudando-se para o Brasil aos 15 anos. Atriz, entre as décadas de 1960 e 1980, notabilizou-se como grande produtora teatral brasileira, sendo responsável por trazer ao Brasil grandes montagens, criando seu próprio teatro. Militou contra a ditadura e pela anistia, chegando a ser presa. Além de produtora, ativista política, Ruth Escobar atuou com as feministas através da Frente de Mulheres Feministas do Estado de São Paulo. Filiou-se ao MDB, partido que cumpriu dois mandatos de deputada estadual entre 1983 e 1991. Em 1985, foi a primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos Mulher.

<sup>224</sup> Carmen Barroso, cientista social, trabalhou na Fundação Carlos Chagas e na Universidade de São Paulo, quando iniciou seus trabalhos sobre gênero. Integra o Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU sobre Saúde da Mulher e recentemente, em 2016, recebeu o Prêmio de População da ONU, prêmio criado em 1981 que reconhece conquistas notáveis nas áreas de população e saúde.

<sup>225</sup> Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy, psicóloga e sexóloga, atuou como professora nesta área na década de 1970. Em 1980 integrou o quadro de apresentadores do programa TV Mulher, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, quando passou a militar e ministrar diversas palestras sobre a causa feminista e homossexual. Na década de 1990 ingressou na política, sendo eleita deputada federal em 1994, prefeita de São Paulo entre 2001 e 2004, ministra do turismo entre 2007 e 2008, eleita senadora da República em 2011 e ministra da cultura entre 2012 e 2014, no governo de Dilma Roussef. Em 2015 deixou o PT, filiou-se ao PMDB e em 2016 votou pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

<sup>226</sup> Irede Cardoso (1938-2000) foi jornalista, vereadora e militante feminista. Trabalhou no jornal *Folha de São Paulo*, foi editora do Programa TV Mulher da Rede Globo de Televisão. Foi eleita vereadora do município de São Paulo em 1982 pelo PT e reeleita em 1986. Integrou várias frentes feministas da cidade como o Grupo Pró-Mulher e a Frente de Mulheres Feministas.

<sup>227</sup> Eva Alterman Blay é socióloga, ingressou como professora da Universidade de São Paulo na década de 1960. Suas pesquisas contribuíram com os estudos feministas, vindo a assessor sindicatos e associações, destacando-se sua tese de doutorado sobre as mulheres na indústria paulista (BLAY, 1978). Foi presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, no governo Franco Montoro (1983-1987). Filiada ao PMDB, em 1986 foi suplente de Fernando Henrique Cardoso, vindo a assumir o mandato de senadora entre 1992 e 1994, quando o mesmo tomou posse como Ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco (DHBB, 2010). Conforme seu currículo lattes, atualmente é professora aposentada da USP, porém, atua na Pós-graduação do Departamento de Sociologia da FFLCH e na Faculdade de Direito.

<sup>228</sup> Silvia Carlos da Silva Pimentel, professora de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) desde 1977, advogada e feminista, participou dos debates e das lutas feministas desde a década de 1970. Foi candidata a deputada federal por São Paulo, pelo PMDB, nas eleições de 1982. Foi co-fundadora do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, do Comitê Latino Americano e do Caribe Para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) em 1987 e presidente do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, da Organização das Nações Unidas (CEDAW/ONU) entre 2011 e 2012, conforme informações disponibilizadas em seu currículo *Lattes*.

temas, que contaram com a participação de mulheres de destaque na vida artística e intelectual, tendo destaque na grande imprensa.

Segundo Paola Cappellin, os Departamentos Femininos foram os principais lugares de discussão e articulação sobre as discriminações enfrentadas pelas mulheres nas relações de trabalho e no sindicato (CAPPELLIN, 1994). Segundo a autora, as mulheres fizeram pressão junto às lideranças sindicais para a abertura de espaços nas estruturas de poder dos sindicatos e na criação de Departamentos Femininos. Conforme Maria Lygia Quartim de Moraes:

As feministas, por sua vez, defendiam a criação de departamentos femininos, como instrumento indispensável à luta da trabalhadora contra a superexploração de que é vítima. O fato das metalúrgicas, assim como as químicas, depois as bancárias, etc, reivindicarem o departamento feminino, tão temido pelas lideranças sindicais, não demonstraria maior sensibilidade das feministas no tocante à problemática real da trabalhadora? (MORAES, 1981, p. 238).

Com o entendimento de que as lutas das mulheres somavam-se às lutas dos homens, o Departamento Feminino iniciou suas atividades em fevereiro de 1980 com a realização da Semana da Mulher Bancária. Na *Folha Bancária* do mês de março, o Departamento divulgava as atividades realizadas entre 04 e 09 de fevereiro, numa longa matéria que iniciava com a reflexão: “quem é a mulher bancária?”:

Bancárias definem lutas

Quem é a mulher bancária? É a “moça Bradesco”, anúncio de televisão, bonitinha e incompetente,<sup>229</sup> a quem foi destinada a função exclusiva de agradar aos clientes? É a funcionária aplicada até a obsessão (sic) que datilografa um memorando sem uma mancha, um erro ou uma pergunta sequer? Que valoriza a autoridade do chefe? Que se submete às ordens sem vacilar? Que não discute seus direitos ou seu salário pois espera do marido a responsabilidade sobre o orçamento doméstico? [...] Foi a necessidade de responder perguntas até hoje sem respostas, de buscar soluções e de resolver corretamente os problemas que se apresentam, que gerou a criação de um Departamento Feminino dentro do Sindicato. E foi o Departamento que realizou com êxito a 1ª Semana da Mulher Bancária. [...] Na segunda-feira, dia 04, o tema da palestra foi a “A mulher na História” com a participação de Leticia Bicalho Canedo[...] E lotou. Lotou e garantiu até o final da semana a participação de quase mil mulheres e a sindicalização de muitas delas [...] Mulheres que nunca tinha estado no sindicato bombardearam de perguntas os advogados Walter Uzzo e Silvia Pimentel [...] tema “Mulher e

---

<sup>229</sup> Embora se tratasse de um texto construído com viés feminista, é importante assinalar a colocação da Moça Bradesco como “bonitinha e incompetente”. Esta é, em si, uma afirmação preconceituosa para com o trabalho das mulheres, reforçando o estereótipo de que mulher bonita não combina com competência ou vice-versa. Mas, compreendo que a afirmação pode ter sido colocada em forma de questionamento desta visão sobre a função de Moça Bradesco.

Legislação”. Presentes na mesa, Dona Branca,<sup>230</sup> respeitadíssima, precursora das lutas pelos direitos das mulheres dentro dos bancos. A psicóloga Fúlvia Rosemberg e a atriz Betty Mendes foram responsáveis pelo tema “A educação e a mulher”. [...] Mas foi a noite de quinta-feira com o tema “A sexualidade feminina” que provocou sem dúvida o maior interesse. Com o auditório lotado, a psicóloga Marta Suplicy falou do quanto é reprimida a sexualidade feminina, [...]. Abortos, métodos contraceptivos, menstruação e orgasmos foram séria e entusiasticamente discutidos durante quase quatro horas. No sábado, dia 09 de fevereiro, última dia da Semana da Mulher Bancária, os grupos de trabalho chegaram à conclusão de que os principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras da categoria são a discriminação no trabalho, a falta de creches e as pressões das chefias nos bancos. A partir destes pontos conclui-se [...] como metas de trabalho para o Departamento Feminino: Conscientização da mulher e luta por creches [...] (FOLHA BANCÁRIA, março 1980, nº 355, p.8, grifo nosso).

Conforme a matéria acima, a primeira semana da mulher bancária foi uma semana de fôlego. As intelectuais e feministas que dela participaram – Leticia Canedo, Maria Nazareth, Fúlvia Rosemberg, Betty Mendes, Marta Suplicy, Sílvia Pimentel - dão uma mostra da relação que o Departamento Feminino do Sindicato manteve, desde seu início, com o movimento feminista da cidade de São Paulo.<sup>231</sup> Era a influência do discurso feminista sobre os sindicatos a partir das décadas de 1970 e 1980 de que já falaram outras pesquisas (CAPPELIN, 1994; DELGADO E SOARES, 1995; FERREIRA, 2005; TELES; LEITE, 2013; SOUZA-LOBO, 1991).

Como destacou Vera Soares, “os sindicatos também passaram a ser lugar da militância feminista, criando-se uma interlocução entre as feministas e as sindicalistas que teve desdobramentos significativos para as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras” (SOARES, 1994, p. 14). Os principais periódicos desenvolvidos pela imprensa feminista como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* também contribuíram para a confluência entre feministas e sindicalistas. Rosalina Santa Cruz Leite e Amelinha Teles destacaram que dentre as matérias dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, o tema específico que mais apareceu foi o trabalho das mulheres: 31% no primeiro e 22% no segundo (TELES; LEITE, 2013, p. 101). Também conforme Claudia Nichnig, a preocupação com as trabalhadoras e sua inserção no mercado de trabalho e a luta por creches foi a principal demanda assumida pelas feministas nos três periódicos (NICHNIG, 2013).

<sup>230</sup> Não localizei “Dona Branca” citada no texto.

<sup>231</sup> Para um detalhamento das feministas e grupos feministas atuantes na cidade de São Paulo entre meados e fins da década de 1970 ver a tese de Maria Lygia Quartim de Moraes (1981).

Elizabeth Cardoso, analisando diversos periódicos da imprensa feminista pós-1974, mostrou que houve duas gerações de periódicos (CARDOSO, 2004). A primeira geração nasceu em meados da década de 1970 e vai até 1980 (pré-1980), período marcado pela aliança entre as feministas e a esquerda, quando o feminismo discute, sobretudo, o viés de classe. Para Cintia Sarti, este foi o período do feminismo voltado para a atuação pública e política das mulheres, que investia na reivindicação das questões referentes ao trabalho, ao direito à saúde e creches (SARTI, 2004). Em síntese, “o feminismo que se desenvolve na década de 1970 estava comprometido com as organizações políticas de esquerda que enfrentaram a ditadura militar” (TELES; LEITE, 2013, p. 73). Já a segunda geração de periódicos nasce pós-1980, após o 3º Congresso da Mulher Paulista, quando ocorreu uma ruptura entre as feministas e alguns movimentos de esquerda (CARDOSO, 2004). Na década de 1980, além daquelas que continuaram sua atuação junto aos sindicatos e partidos, as pautas das feministas fragmentaram-se, trazendo novos temas como a violência contra a mulher e a saúde da mulher, esta última debatida através dos temas da sexualidade, aborto e o planejamento familiar (PINTO, 2003).

A confluência entre feminismo e sindicalismo no final da década de 1970 também foi um fenômeno em outros países. Destacando o caso italiano, Bianca Becalli mostra que em meados década de 1970 formou-se na Itália o que se chamou de um feminismo sindical, no qual um grupo de trabalhadoras, militantes e empregadas sindicais desenvolveram-se nas grandes cidades e nas fábricas italianas, concluindo que em 1978 a presença feminina nos sindicatos já era um fato consumado (BECALLI, 1986). Utilizando da expressão “especificidade feminina”, diz que o movimento teve seu apogeu entre 1977 e 1978, quando tomaram contato com os problemas privados na organização de grupos de mulheres<sup>232</sup> e os colocaram no plano político, como a luta pelo direito ao aborto. Para a autora, esta junção do sindicalismo e do feminismo neste período foi possível porque desde 1968 os sindicatos italianos encamparam forte mobilização sindical, realizando o maior número de greves entre os países industrializados no período, quando os jovens e as mulheres representavam a maior parte da força de trabalho. As mulheres engajaram-se na mobilização sindical, participando de manifestações, assembleias, embora não tenham se revertido em participação na estrutura do poder sindical nem tenham modificado as práticas sindicais, estando o movimento, em 1980, fragmentado e em declínio (BECALLI, 1986).

---

<sup>232</sup> Compreendo que a autora estava se referindo aos grupos de reflexão feministas, citado na nota de rodapé n.º 93, no segundo capítulo da tese.

Ao analisar os temas em discussão na primeira semana da mulher bancária, nota-se que estes juntavam tanto as demandas discutidas pelo feminismo na década de 1970 – questões das trabalhadoras, creches e CLT – com as da década de 1980 – sexualidade, contracepção, aborto e prazer. Compreendo que este evento marca a atuação feminista das bancárias do Sindicato dos Bancários de São Paulo naquele contexto. Também demarca a dianteira do debate feminista dentro do movimento sindical: em 1980 – seis anos antes da criação do debate sobre as mulheres desenvolvido pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT) da CUT – as bancárias de São Paulo levam para o espaço masculino do sindicato a máxima feminista “o pessoal é político”: discutem aborto, sexualidade e prazer no espaço sindical.

O Departamento Feminino também chamou as bancárias para participar do 2º Congresso da Mulher Paulista, que seria realizado entre 08 e 09 de março de 1980:

Mulheres paulistas se reúnem no 2º congresso

[...]Por isso criamos o Departamento Feminino em nosso sindicato. E vamos participar do 2º Congresso da Mulher Paulista que está sendo organizado por 45 entidades e será nos dias 08 e 09 de março, em comemoração ao nosso dia. Este ano a coisa vai ser diferente. [...] Dos temas que serão debatidos nos dois dias existem pontos muito importantes e que nos interessam diretamente, enquanto mulheres e enquanto assalariadas que somos. Nós já tivemos a nossa Semana da Mulher Bancária, onde pudemos ver de quantas formas somos discriminadas. No Congresso poderemos aprofundar bem mais essas questões, discutindo com muito mais mulheres [ilegível]. Além disso, este ano vamos todas juntas, o que nos dá muito mais força. Como participar do Congresso: A primeira coisa a ser feita é a inscrição. Isso é necessário para sabermos o número de mulheres que vai participar, as quais tem filhos pequenos e não tem onde deixá-los, como também as que moram longe e necessitam de ônibus para poder ir. Essa inscrição deverá ser encaminhada ao Departamento Feminino, na sede do nosso sindicato, e que está encarregado da organização das bancárias que desejam participar. Além disso, precisamos marcar uma reunião, onde nos preparemos melhor para ir ao Congresso. Vamos levar muitas bancárias para discutir. Vamos nos unir e mostrar que nós também sabemos lutar por nossos direitos. Cada uma de nós é importante para alcançarmos nosso objetivo (FOLHA BANCÁRIA, mar. 1980, nº 355, p.9, grifo nosso).

O Departamento Feminino era o responsável por inscrever as bancárias que quisessem participar do 2º Congresso da Mulher Paulista. Ao afirmar que “este ano será diferente”, a dirigente demonstra que teve participação no 1º Congresso da Mulher Paulista realizado em março 1979. Maria Lygia Quartim de Moraes mostrou a resolução final do 1º Congresso da Mulher Paulista, encerrado dia 08 de março de 1979, que agendava reunião para

o dia 19 de março “na sede do sindicato dos bancários para discussão sobre o encaminhamento da luta por creches” (MORAES, 1981, p. 254). Maria Lygia destaca que o ano de 1980 poderia ser batizado como “o ano de denúncias às violências praticadas contra a mulher” haja vista o grande número de encontros, manifestações e entidades em torno do tema em vários estados do país (MORAES, 1985, p. 7). Naquele ano, a realização do 2º Congresso da Mulher Paulista foi organizada conjuntamente por 52 entidades, das quais nove assumidamente feministas, reunindo cerca de quatro mil mulheres oriundas de diferentes grupos: estudantes, operárias, associações de donas de casa, empregadas domésticas, moradoras de bairros residenciais e da periferia, além de grupos feministas. Para Maria Lygia, este 2º Congresso mostrou a força da luta das mulheres no período (MORAES, 1985). Além disso, este 2º Congresso foi palco de disputas entre as feministas e várias lideranças de partidos de esquerda: enquanto estes procuravam usar o congresso para manter a discussão sob a ótica da classe, aquelas queriam manter o 2º Congresso apartidário voltado para questões específicas das mulheres, bem como estavam ensaiando o uso da categoria “gênero” (MORAES, 1981). Mas os ânimos exaltados fizeram com que o 2º congresso passasse para a história por sua violência e agressões, momento registrado pelas feministas em documento que marcou a divisão do movimento (MORAES, 1981).<sup>233</sup>

O número seguinte da *Folha Bancária* destacou a participação das bancárias no 2º Congresso da Mulher Paulista e que o Departamento Feminino reorganizava suas atividades:

DF organiza atividades

O Departamento Feminino do nosso sindicato pretende voltar este mês com toda a força. Depois de um bom começo com a Semana da Mulher Bancária, estivemos participando do 2º Congresso da Mulher Paulista. Sem deixarmos de participar das lutas gerais que preocupam hoje toda a sociedade, sentimos a necessidade de voltarmos mais aos nossos problemas específicos de mulher bancária. Na Semana discutimos muitos temas, chegamos a algumas conclusões que precisam ser desenvolvidas e aprofundadas. [...] Nestes dois meses de constantes atividades, também podemos sentir as nossas falhas e estamos tentando corrigi-las. Para tornar o DF mais dinâmico e funcional, as bancárias que dele participam hoje resolveram organizá-lo melhor para que toda bancária possa, de maneira concreta, trazer sua ideia, sua opinião, sua crítica. Sabemos que, para muitas companheiras é difícil participar das reuniões semanais – seja porque estudam à noite, ou tem filho ou moram longe [...]. Por isso, resolvemos estruturá-lo melhor, da maneira mais democrática possível. O Sábado da Bancária: [...] agora vamos ter todo último sábado do mês a nossa reunião geral. É só um dia a cada trinta [...]. Nesse papo mensal, qualquer bancária poderá discutir o problema que a afeta

<sup>233</sup> O documento pode ser lido em Moraes (1981, p. 273). Reunidas em Valinhos/SP, dias depois do encerramento, as feministas fizeram um balanço do 2º Congresso, decidindo por expulsar as entidades responsáveis pelos incidentes do 2º Congresso (MORAES, 1981).

[...] trazer proposta de atividades para o Departamento Feminino. [...] Decididas as atividades, faz-se necessário quem as encaminhe, por isso criamos uma coordenação no DF. [...] A coordenação deverá ser composta por representantes de cada agência bancária existente em São Paulo. É claro, esta é a forma ideal [...] E por enquanto apenas seis delas a integraram – BB, Itaú, Mercantil, Banerj, Noroeste e Lar Brasileiro – e quase todos das agências centrais. Estamos esperando as companheiras dos outros bancos e das outras agências. As bancárias que fazem parte da coordenação devem ser escolhidas pelas suas colegas de banco e ser o elo de ligação entre elas e o DF, trazendo as ideias de todas. É muito importante que todas as bancárias, mesmo aquelas que não possam vir frequentemente ao sindicato, façam grupos para discutir seus problemas específicos e escolham companheiras para fazer a ligação com o DF. Companheiras, só havendo esta participação de todas, o DF poderá ser realmente democrático e funcionar (FOLHA BANCÁRIA, nº 356, abr. 1980, p. 6, grifo nosso).

Com apenas dois meses de existência, o Departamento Feminino já havia realizado e participado de duas grandes atividades, mas fazia apelo pela participação de um número maior de bancárias em suas atividades. Como as notícias da *Folha Bancária* não trazem nomes das atuantes no Departamento Feminino - questão estratégica, suponho, já que ainda se vivia sob a ditadura - nem quantas mulheres faziam parte do Departamento Feminino, o trecho acima deixa mais claro quem compunha até então o Departamento Feminino do Sindicato: mulheres das agências bancárias mais centrais dos seguintes bancos: Banco do Brasil, Itaú, Mercantil, Banerj, Noroeste e Lar Brasileiro. O objetivo era ter representantes de cada agência bancária existente na cidade de São Paulo, por isso as mulheres participantes do Departamento deveriam agir como elo entre as demais mulheres dos seus locais de trabalho e o Departamento Feminino.

Entre julho<sup>234</sup> e dezembro de 1980, o Departamento Feminino realizou várias chamadas na *Folha Bancária* para reuniões, grupos de estudos e atividades.<sup>235</sup> Mas, como se observa da nota abaixo, as chamadas para as atividades do Departamento Feminino na *Folha Bancária* não eram escritas apenas pelas bancárias da direção do sindicato:

Atenção, Mulheres

Além de terem que ir trabalhar sempre bonitinhas e arrumadinhas, as mulheres bancárias não contam com a menor segurança no emprego, principalmente as casadas e com filhos. Elas enfrentam a chamada dupla jornada de trabalho – no serviço e em casa, não tem lugar para deixar as

<sup>234</sup> A partir de 08 de julho de 1980, a *Folha Bancária* passou a ter edições diárias com o argumento de que “a grande imprensa está sempre a serviço dos patrões, e contra os trabalhadores, nosso sindicato criou seu próprio Departamento de Imprensa [...] estamos lançando nosso Boletim Informativo que estará à disposição dos bancários diariamente a partir das 11 horas na sede do sindicato” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 08/07/1980, n. 1, p.2).

<sup>235</sup> Conforme as edições número 89, 90, 96, 97, 101 da *Folha Bancária*.

crianças, muitas recebem salários inferiores pelas mesmas funções. Quer dizer, as bancárias, além de sofrerem os mesmos problemas enfrentados pelos homens, ainda tem muito mais. Nesta campanha salarial há reivindicações da maior importância para a mulher bancária, como creches, período maior estabilidade de para a gestante após a licença-maternidade. Venha ao sindicato, participe das reuniões e assembleias (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 17/07/1980, nº 8, p. 2, grifo nosso).

A mudança do pronome “nós” para “elas” revela a autoria masculina do texto. A chamada trouxe as reivindicações da Campanha Salarial de 1980, as quais contemplavam apenas as creches dentro os três problemas levantados durante a Semana da Mulher Bancária, que, como visto anteriormente, também revelou como problemas enfrentados pelas mulheres a discriminação e a pressão das chefias nos bancos.

O Departamento Feminino também realizou grupo de estudos, conforme a nota abaixo:

Mulher objeto de cama...  
As bancárias do Dep. Feminino há algum tempo vem sentindo a necessidade de conversar mais a respeito da situação da mulher. Para isso resolveram escolher textos interessantes sobre problemas femininos para servir de ponto de apoio. A primeira reunião será nesta segunda-feira, às 19h, no restaurante do sindicato – 19 ° andar. O texto básico será “Mulher: Objeto de cama e mesa”, de Heloneida Studart. Todas as bancárias estão convidadas e, quem não conhecer o texto, poderá apanhar uma cópia hoje à noite com as meninas do Depto Feminino (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 18/07/1980, nº 9, p. 2).

O livro citado foi escrito por Heloneida Studart a convite da Editora Vozes, em 1974.<sup>236</sup> Com 53 páginas, o livro contém vários pequenos textos que tratam das situações cotidianas e impactantes da vida das mulheres, especialmente de sua vida doméstica e submissão ao homem (STUDART, 1974). Conforme destacou Marlene de Fáveri, o livro “tornou-se leitura obrigatória para as mulheres que estavam nas redes feministas da época” (FÁVERI, 2014, p. 107). Os números seguintes da *Folha Bancária* não publicaram como foi o encontro do grupo de estudos.

Nos primeiros dias de janeiro de 1981, o Departamento Feminino anunciava as atividades previstas até março daquele ano:

---

<sup>236</sup> Em entrevista para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Heloneida contou como o surgiu o convite para o livro: “Um dia Frei Ludovico me convidou [...] Faça um livro sobre a condição da mulher. Pode fazer o que quiser, escreva o que achar. Alguma coisa bem contundente. E a gente publica.” (STUDART, 2003). O livro pode ser considerado um sucesso editorial deste então, haja vista que atualmente está em sua 29ª edição (FÁVERI, 2014).

Dep. Feminino promove:

O Departamento Feminino do Sindicato vai promover nos próximos dias 13 e 14, na subseção de Osasco, às 19 e 30, curso para a bancária, com o tema a sexualidade da mulher. Nos dias 15 e 16 o curso será aqui no Sindicato. Nos dias 20 e 21, também na sede, o curso será sobre Discriminação da Mulher, e dias 23 e 24 na subseção de Osasco. Para a primeira quinzena de fevereiro está marcado o Encontro da Mulher Bancária e 18 de março as bancárias participarão do III Congresso da Mulher Paulista (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 05/01/1981, nº 128).

Como se observa pelas atividades previstas, o ano de 1981 seria novamente um ano de intensas atividades no Departamento Feminino. Dias depois, o Departamento detalhava quem participaria dos seminários sobre sexualidade e discriminação:

Seminário sobre a mulher

O Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo vai realizar neste mês dois seminários [...]. O primeiro, “sexualidade da mulher” será realizado nos dias 15 e 16 [...] Dele participarão as médicas Virginia Campos e Albertina Duarte, a sexóloga Maria Helena Matarazo e a jornalista Ireda Cardoso que abordarão temas como relacionamento sexual, o corpo da mulher, anticoncepcionais, gravidez de alto risco, planejamento familiar e aborto. O segundo, “discriminação da mulher” [...] as participantes serão a jornalista Ethel Leon, a deputada Irma Passoni, a advogada Silvia Pimentel e a psicóloga Nilza Martins, que falarão sobre lutas e conquistas da mulher no Brasil e no mundo, direito da mulher, proteção à maternidade, situação atual da mulher, a mulher como mão-de-obra. O objetivo dos seminários é discutir e buscar soluções para os problemas que as mulheres enfrentam em casa e no trabalho. As palestras começarão às 19h30 e a participação é aberta a todos os interessados (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 09/01/1981, nº 132).

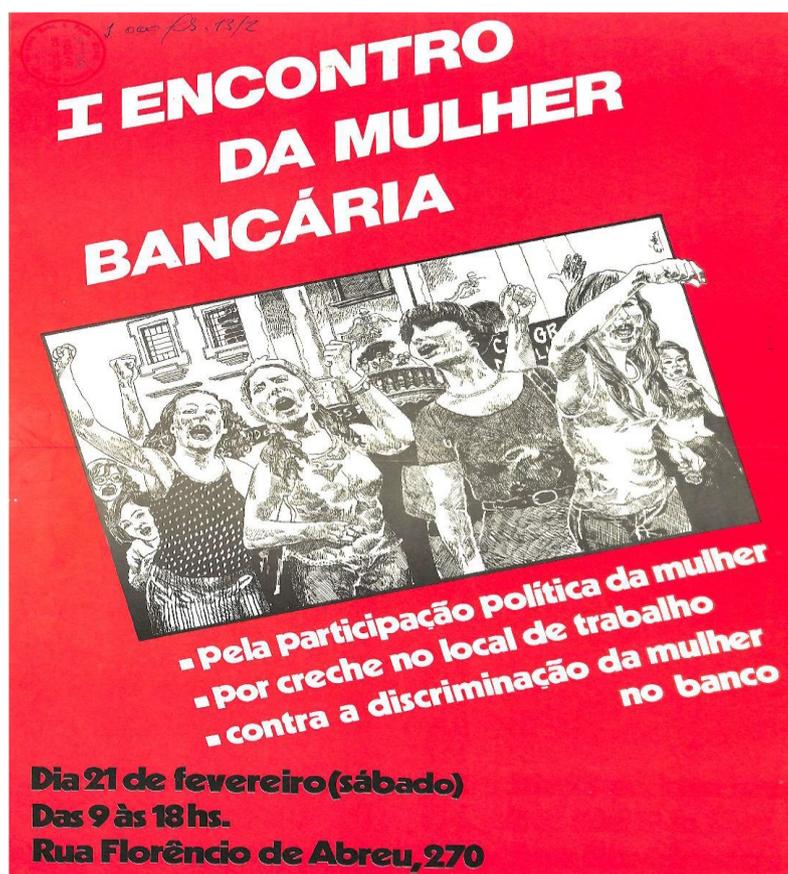
Novamente pela configuração das participantes, observa-se a presença de feministas, militantes, médicas e sexólogas, além da vereadora e feminista Ireda Cardoso<sup>237</sup> e da então deputada estadual Irma Passoni.<sup>238</sup> Nota-se, novamente, o debate conjunto sobre as questões do mercado de trabalho da mulher – discriminação no trabalho e proteção à maternidade – e da sexualidade da mulher, com a presença de médicas e sexólogas. Os dois seminários pretendiam servir de preparativo para o I Encontro da Mulher Bancária, que seria realizado

<sup>237</sup> Biografia apresentada anteriormente.

<sup>238</sup> Irma, professora de formação, foi militante das Comunidade Eclesiais de Base na periferia de São Paulo, dos clubes de mães e do movimento pelo custo de vida. Em 1978, fora eleita deputada estadual pelo Estado de São Paulo pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Durante o mandato, participou da criação do PT, vindo a eleger-se deputada federal por este partido por três mandatos seguidos 1982, 1986 e 1990 (DHBB, 2010).

em fevereiro de 1981:

**Figura 24** - Cartaz do I Encontro da Mulher Bancária 1981



Fonte: CEDOC Digital

O cartaz do I Encontro da Mulher Bancária anunciava a discussão de três temas: creches, participação política e a discriminação das mulheres nos bancos. A *Folha Bancária* chamou para o I Encontro da Mulher Bancária:

Bancários, nosso encontro vem aí

O Encontro da Mulher Bancária será no dia 21 de fevereiro. Vai ser num sábado, onde conversaremos bastante, almoçaremos juntas, nos ajudaremos na solução de nossos problemas. Mas, para que seja muito melhor, precisamos da colaboração de cada bancária. Todas podem fazer alguma coisa. Nesta sexta-feira, dia 30, vamos resolver os temas a serem discutidos no Encontro, como ele será organizado, o que a bancária necessita para participar. Venha dar seu palpite. A reunião será às 19 e 30 no Sindicurso (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 29/01/1981, nº 146).

A chamada acima, assim como a Semana da Mulher Bancária, aparecia no feminino: as bancárias participantes do Departamento Feminino chamavam as demais para conversar sobre os “nossos problemas”. Talvez essa estratégia tenha contribuído para que o I Encontro reunisse setenta mulheres (NOSSO, 1981, p. 6). Diante do total de bancárias já existentes na cidade de São Paulo, o número de participantes é pequeno, porém, talvez diante da novidade do I Encontro, pareça razoável. No entanto, a *Folha Bancária* não publicou fotos do I Encontro da Mulher Bancária, nem suas resoluções. Conforme destaca Tania de Luca “ter sido publicado implica para o destaque conferido ao acontecimento” (LUCA, 2008, p. 140), o que pode revelar que o espaço das bancárias no Sindicato dos Bancários de São Paulo ainda estava em segundo plano, bem como a discussão sobre as mulheres não era pacífica no sindicato. Abaixo, segue as resoluções do I Encontro da Mulher Bancária publicadas no *Nosso*, Informativo dos Funcionários do Banespa:

#### Resoluções do I Encontro da Mulher Bancária

1) Mulher e Trabalho: Luta por creche nos locais de trabalho, que atendam crianças até 6 anos de idade e com supervisão direta dos pais; contra a discriminação da mulher no trabalho; para trabalho igual, salário igual; Estabilidade para a mulher gestante até 1 ano após a licença-maternidade. 2) Mulher e Sociedade: 2.1- Controle da Natalidade contra Planejamento Familiar; contra o controle da natalidade imposto pelo governo; pelo direito do planejamento familiar consciente; pelo amplo esclarecimento e acesso aos métodos contraceptivos, acompanhados de assistência médica gratuita. 2.2- Direitos da Mulher: Por alterações e ampliação das leis específicas da mulher existentes na CLT e no Código Civil, amplamente discutidas nas bases. 3) Participação Política da Mulher e Organização: Incentivo à participação das mulheres em todas as entidades, movimentos populares e democráticos e partidos políticos; incentivar a criação de Departamentos Femininos em todas as entidades sindicais (NOSSO, fev. /mar. 1981, n.5, p.6, grifo nosso).

Ao analisar as resoluções do I Encontro da Mulher Bancária, é possível perceber que no eixo “Mulher e Trabalho” as creches e a maior estabilidade para as gestantes permaneciam como grandes questões para as bancárias. Ainda nesse quesito, destaco o *slogan* “para trabalho igual, salário igual”, que representava a busca pela igualdade no trabalho, bem como supõe a defesa da convenção nº 100 da OIT adotada em 1951 e ratificada pelo Brasil em 1957, que diz respeito à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e feminina por um trabalho de igual valor (OIT, 1951).

No eixo “Mulher e Sociedade”, as bancárias tiraram posição contrária à campanha de controle de natalidade do governo. Embora durante o governo militar as feministas tenham

criticado a política de natalidade imposta pelos militares,<sup>239</sup> entendo que o governo aqui referido era o governo do Estado de São Paulo, que lançou em 1981 o Programa “Pró-Família”, programa de planejamento familiar do governo de Paulo Maluf (ALVAREZ, 1988). Tal programa tinha como alvo as populações de baixa renda, que envolvia o treinamento de voluntários nas comunidades para distribuir pílulas anticoncepcionais nos bairros das periferias e áreas rurais do Estado, sendo que as “pessoas de cor” deveriam ser o alvo principal. Sônia Alvarez mostra que tal programa foi amplamente denunciado pelos grupos feministas e de mulheres de São Paulo (ALVAREZ, 1988).

No quesito “participação política da mulher”, além de incentivarem à participação das mulheres nos partidos e movimentos populares, as bancárias reunidas no I Encontro incentivavam a criação de Departamentos Femininos nas demais entidades sindicais. Em 06 de março de 1981, a *Folha Bancária* “chamava as bancárias para votar o documento e as diretrizes do Departamento Feminino” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 06/03/1981, nº 168, p. 2). Como se observa, o Departamento Feminino se constituiu levando em conta a participação das bancárias.

A agenda das bancárias do Departamento Feminino incluía também o 3º Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1981. A *Folha Bancária* reproduziu o conteúdo do jornal *Folha de São Paulo*,<sup>240</sup> destacando que, apesar do mal tempo, o ato desse 3º Congresso reuniu três mil mulheres na Praça da Sé (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 09/03/1981, nº 169). Este 3º Congresso ficou conhecido pela divisão definitiva do movimento de mulheres e feministas. Conforme várias pesquisas já mostraram, o ano de 1981 - na sequência da projeção feminista de 1980 - é considerado o ano da divisão interna do feminismo (TELES, 1993; MORAES, 1985, 1981; PINTO, 2003). Para Maria Amélia de Almeida Teles um dos principais motivos da divisão foi a participação dos partidos políticos e a disputa deles pela hegemonia do movimento, além da não aceitação de bandeiras específicas (TELES, 1993). O movimento feminista e o movimento popular de mulheres – donas de casa,

---

<sup>239</sup> O governo militar manteve a política de controle da natalidade através da BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), filial privada de organismo norte-americano, que distribuiu contraceptivos em vários Estados brasileiros, especialmente no Nordeste, visando o controle demográfico (ALVAREZ, 1988). Não sem razão, tal política era vista como discriminatória, no entanto, a posição contrária das feministas trouxe enfrentamentos com as mulheres das camadas populares, já que limitar o número de filhos era uma questão para ambas. O debate sobre a saúde da mulher veio à tona na década de 1980, tema de política pública e direitos reprodutivos, tendo as feministas ajudado na criação de políticas de planejamento familiar (PINTO, 2003). Sobre os embates entre o tema da natalidade e controle demográfico, planejamento familiar e feministas ver Alvarez (1988) e Rodrigues (1992).

<sup>240</sup> O jornal *Folha de São Paulo* foi criado em 1921, destacando-se pela longevidade e constante mudança ao longo do tempo. Sobre a história deste jornal ver Capelato e Mota (1981).

mulheres da periferia, clubes de mães - trabalharam juntos desde o movimento por creches de meados da década de 1970. Especialmente após este 3º Congresso da Mulher Paulista, os conflitos se acirraram, decorrendo principalmente das divergências dos temas em discussão. Enquanto as feministas, priorizavam a discussão sobre a sexualidade das mulheres, as mulheres das classes populares/católicas viam a discussão com desconfiança. As divergências também se davam por posições de classe (MORAES, 1985).

No entanto, no Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o ano de 1981 seguiu com intensa atividade. As reivindicações tiradas no I Encontro da Mulher Bancária foram organizadas em comissões. Conforme noticiou a *Folha Bancária*:

**Bancárias, vamos organizar nossas comissões**

Nesta quinta-feira, dia 07 de maio, às 19 e 30, o Departamento Feminino aqui do sindicato está convocando as companheiras bancárias a participarem de uma reunião. No I Encontro da Mulher Bancária reunimos mais de 70 companheiras, discutimos e levantamos uma série de problemas: falta de creches, discriminação contra o quadro de carreira e em geral; a questão do planejamento familiar. Agora estamos organizando comissões no Departamento Feminino, para levantar dados e programar atividades em torno das reivindicações. Para prosseguirmos o trabalho nessas comissões, é muito importante a sua participação. Não se esqueça: quinta-feira, dia 07, às 19 e 30, aqui no sindicato, rua São Bento, 365 (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 04/05/1981, nº 205).

A partir dos problemas enfrentados pelas mulheres, listados na Resolução do I Encontro, o Departamento Feminino previa criar Comissões, a princípio, formadas pelas representantes do Departamento, responsáveis pelo levantamento de dados e de atividades em torno das reivindicações. No mês seguinte, o Departamento Feminino chamou as bancárias para saber como colocaria as reivindicações do I Encontro da Mulher Bancária na Campanha Salarial daquele ano:

**Bancárias de todas as regionais**

A Campanha salarial deste ano já está se iniciando. Este é o melhor momento de colocarmos nossas reivindicações para os banqueiros. O I Encontro da Mulher Bancária, ocorrido em fevereiro, levantou nossas principais necessidades. Já está pronta a cartilha com as resoluções do encontro. Entretanto, precisamos saber as prioridades e encontrar a melhor forma de reivindicar aos patrões. Venha ao sindicato pegar a sua cartilha ou peça na regional. Discuta com as colegas no banco. Precisamos da opinião de todas as bancárias. Venha participar da reunião do departamento feminino: sexta-feira, 19:30, no sindicato, 18 andar (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 04/06/1981, nº 228).

#### Atenção bancárias

Quem não luta não conquista. As mulheres representam hoje a metade da categoria bancária, entretanto os homens ainda são a maioria participante do sindicato. Não é à toa que as mulheres são discriminadas, ganham menores salários e são as primeiras a serem admitidas, etc. O Depto Feminino está convidando todas as bancárias para uma reunião amanhã, quinta-feira, onde discutiremos o que reivindicar nesta Campanha Salarial. Será no 20º andar, às 19:30 (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 08/07/1981, nº 250).

A exemplo do ano anterior, o Departamento Feminino chamava as bancárias para debaterem as prioridades dentre as suas reivindicações que seriam colocadas na Campanha Salarial de 1981.<sup>241</sup> No entanto, as reivindicações oficialmente colocadas nesta Campanha Salarial foram as mesmas de 1980: creches e estabilidade para gestantes de até um ano após a maternidade:

#### Reunião de Bancárias

O departamento feminino está convocando todas as companheiras a participarem de uma reunião amanhã, aqui no sindicato, as 19 e 30. Precisamos organizar a nossa participação na Campanha Salarial que tem vários itens específicos em relação à mulher, como a instalação de creches, a estabilidade para gestante até um ano após a licença maternidade. Participem! (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 03/08/1981, n.270).

Claudia Nichnig destaca que desde a Constituição de 1934 a proteção à gestante esteve regulamentada no Brasil, garantindo-lhe assistência média, licença antes e depois do parto, mas apenas a CLT, em seu artigo 392, fixou o afastamento pelo período de 84 dias (NICHNIG, 2013). A reivindicação por um período maior de estabilidade do que previa a CLT tem explicação na prática dos bancos de demissão de gestantes, como se verá na discussão do tópico seguinte. Mas apesar de reivindicado pelas bancárias desde a criação do Departamento Feminino, tal reivindicação não teve avanços na campanha salarial de 1981 (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 11/09/81, n. 299).

As atividades do Departamento Feminino continuaram com a criação do “Plantão da Bancária”:

---

<sup>241</sup> Além das condições das mulheres, o sindicato dos bancários de São Paulo também discutiu - talvez pioneiro no movimento sindical - a questão racial como mostra a nota de fevereiro de 1981, “bancários negros formam grupo” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 04/02/1981, nº 15). Também realizou seu I Encontro de Bancários Negros e tirou as reivindicações para a campanha salarial: fim das discriminações raciais nas admissões e promoções (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 08/07/1981, nº 250).

#### Plantão da Bancária

A partir de amanhã, e todas as terças feiras, das 10h às 15h, vamos ter o “plantão da bancária” aqui no 18 andar do Sindicato, aos cuidados do Departamento Feminino. Estaremos aqui para atender a bancária sobre qualquer problema de trabalho, e também para bater um papo sobre o Departamento Feminino. Apareça! (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 10/08/1981, nº 275).

A ideia de plantão, por definição, está associada a horário extra ou fora do expediente, mas considero que foi uma nova forma de aproximação entre o Departamento Feminino e as bancárias. O “plantão da bancária” colocava o Departamento Feminino à disposição das mulheres bancárias em seu horário de trabalho no banco. Se, como visto, as reuniões do Departamento começaram no início de 1980 no horário do final do dia às quintas ou sextas-feiras, em abril de 1981 mudou para reuniões mensais aos sábados e com a criação do plantão colocava a discussão durante a jornada de trabalho das bancárias. Além do “bate-papo” sobre o Departamento Feminino, o plantão, entendo, tinha objetivo de dar andamento às demandas que as mulheres enfrentavam nos bancos no período, como será visto na discussão dos tópicos seguintes.

Ainda em outubro de 1981, outra atividade foi anunciada, um debate sobre a mulher trabalhadora e a educação dos filhos:

#### Venha debater a educação do seu filho

Como ficam a educação dos filhos cujas mães precisam trabalhar fora, e o que é pior, com um salário cada vez menor? Esse é um dos temas que será abordado amanhã a partir das 19:30 hs, no debate “A Mulher Trabalhadora e a Educação dos seus Filhos” promovido pelo Departamento Feminino do nosso Sindicato. Nesse debate haverá a apresentação do filme “só o amor não basta”, de Dilma Loes,<sup>242</sup> e a presença das seguintes debatedoras: Maria Malta Campos, psicóloga da Fundação Carlos Chagas; Marlene Paro, pedagoga que coordenou a creche da PUC; e Amelinha, do Movimento por Creches. Local: sede do sindicato, rua São Bento, 365, 20º andar (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 14/10/1981, nº 321, p.2).

Como se observa, a presença de pesquisadoras e feministas foi uma constante nos eventos do Departamento Feminino. Destaque para Amelinha ou Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida naquele momento por sua militância no movimento por creches da cidade de São Paulo. Em dezembro daquele ano, Amelinha, juntamente com outras mulheres e

---

<sup>242</sup>Dilma Loes estreou como atriz no cinema brasileiro em 1968. Em 1977, já era atriz premiada quando fez o roteiro, produção e direção do média-metragem “só o amor não basta”, filme vencedor do Festival de Brasília de 1978. Em 1985 lançou o documentário “Nossas Vidas”, sobre a mulher brasileira.

movimentos da cidade criaram a União das Mulheres do Município São Paulo,<sup>243</sup> num evento que reuniu cerca de 200 mulheres no sindicato dos químicos (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 07/12/1981, n. 358).

Como foi possível observar através da *Folha Bancária*, o Departamento Feminino esteve bem integrado com as discussões feministas e as próprias feministas da cidade de São Paulo, com as leituras e debates que aconteciam no período. Já com as bases - mulheres que trabalhavam nos bancos - a pesquisa de Verônica Clemente Ferreira mostrou que as representantes do Departamento Feminino sentiam as dificuldades de aproximar-se do conjunto de mulheres da categoria, bem como integrar as atividades do Departamento com as demais sedes regionais do Sindicato dos Bancários de São Paulo (FERREIRA, 1998).<sup>244</sup>

O Departamento Feminino foi a porta de entrada para a militância das mulheres bancárias no Sindicato dos Bancários de São Paulo, atuando em conexão com o movimento feminista da cidade de São Paulo. Aliás, o feminismo era uma questão atual na década de 1980 na cidade de São Paulo, o qual mobilizou a discussão das mulheres entre as bancárias, contribuindo decisivamente para a visibilidade dos problemas que as mulheres enfrentavam nos bancos naquele momento. Problemas estes amplamente denunciados na *Folha Bancária*, como será discutido a seguir.

#### 4.3 CARTAS-DENÚNCIA: PERSEGUIÇÃO ÀS GESTANTES, FALTA DE CRECHES, DISCRIMINAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

As denúncias sobre a condição de trabalho das mulheres nos bancos aparecem na *Folha Bancária* ao mesmo tempo em que iniciaram as atividades do Departamento Feminino. A partir da edição de 29 de julho de 1980, as notícias sobre demissão de mulheres grávidas pelos bancos de capital privado passam a ser constantes.<sup>245</sup>

<sup>243</sup> Com mais de trinta de anos de atuação nas lutas feministas e defesa das mulheres, a União de Mulheres de São Paulo mantém-se atuante nos dias atuais. Sobre sua história ver a pesquisa de Oliveira (2013).

<sup>244</sup> A pesquisa de Verônica Clemente Ferreira teve acesso a algumas atas de reuniões do Departamento Feminino entre 1980 e 1981, de onde retirou esta informação (FERREIRA, 1998). Tais documentos deveriam estar disponíveis no CEDOC - Centro de Documentação e Memória dos Bancários, mas, apesar da procura exaustiva, não foram localizados no seu arquivo físico, nem no acervo digitalizado.

<sup>245</sup> Apesar de destacar os casos ocorridos na década de 1980, evidentemente houve registros anteriores na *Folha Bancária* – embora raramente denunciados - de demissão de mulheres grávidas. No ano de 1971, a nota “Banespa não demitirá mais moças”, o sindicato informava que “procedimento dos mais condenáveis vinha adotando o Banespa com a prática de demitir as moças que se casavam ou (pior ainda) que engravidavam [...] Como resposta, o banco, através de seu presidente, comunicou que tal prática não mais será adotada” (FOLHA BANCÁRIA, jan. 1971, n. 318, p. 2).

#### Bradesco demite companheira grávida

As companheiras Márcia Tibúrcio, telefonista, e Risalva Fortunato escriturária, foram demitidas arbitrariamente ontem da agência República do Bradesco. A alegação do gerente Carlos Roberto Martins foi que as funcionárias se recusavam a ficar depois do expediente para uma reunião na sexta-feira. Ocorre que não existe lei que obrigue o trabalhador a participar de atividade fora do horário, sem receber extra, mas o gerente deve saber que as funcionárias grávidas como Risalva, tem estabilidade. Apesar de ter conhecimento do estado da companheira, o gerente cometeu uma dupla arbitrariedade. Risalva está entrando com processo pela reintegração [...] (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 29/07/1980, nº 17, p. 2).

#### Bamerindus contra as mulheres

O Bamerindus está fazendo uma campanha fascista contra as mulheres. A intenção é reduzir ao máximo o quadro de funcionárias, alegando que mulher não tem condições de assumir cargo de chefia e não serve para a produção porque fica menstruada e vai muito ao banheiro. Quando uma funcionária do Bamerindus fica grávida é demitida, desrespeitando-se assim a estabilidade para a gestante, um direito conquistado pelos trabalhadores. Em 1980, ainda tem patrão com mentalidade medieval. As companheiras do Bamerindus estão batalhando para criar a sua Comissão e defender seu direito ao trabalho. Abaixo a discriminação (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 29/07/1980, nº 17, p. 2, grifo do autor).

As duas notas acima tornaram-se comuns na *Folha Bancária* desde então. Ressalto que não eram notas escritas ou de responsabilidade do Departamento Feminino e sim do Sindicato. Na nota sobre o banco Bamerindus, compreendo que a comissão citada tratava-se da comissão de mulheres criada pelo Departamento Feminino em cada agência de cada banco, como informou o Departamento Feminino na *Folha Bancária* em abril de 1980.

O tom denunciador, sem meias palavras, citando o nome dos envolvidos - bancos e bancários - foi característica da *Folha Bancária* durante a década de 1980, iniciando esta forma de divulgação juntamente com o período mobilização e reorganização do sindicalismo brasileiro.<sup>246</sup> Em julho de 1980, a *Folha Bancária* recém havia iniciado sua edição diária, o que certamente contribuía para passar a divulgar os problemas cotidianos por que passavam bancários e bancárias. Neste cotidiano, as mulheres eram as mais afetadas.

---

<sup>246</sup> Entre 21 e 23 de agosto de 1981, foi realizado em Praia Grande, litoral de São Paulo, o I Congresso da Classe Trabalhadora, conhecido como Conclat, que reuniu todas as principais correntes do sindicalismo brasileiro e quatro mil trabalhadores e sindicalistas de vários países. Devido às divergências e disputas internas, no ano seguinte, foi adiado o I Conclat, realizando-se em 1983, sem a participação de comunistas e moderados, quando foi decidido a formação de uma Central Única de Trabalhadores (CUT). A categoria bancária participou ativamente da criação da CUT desde o Conclat de 1981 (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 21/08/1981, nº 284). Sobre os Conclat ver Leôncio Rodrigues (1990).

Apesar das inúmeras denúncias que se seguiram às duas primeiras notas acima,<sup>247</sup> quero destacar as denúncias através de carta das próprias mulheres, endereçadas à *Folha Bancária*. Considero que tais cartas refletiam a relação que as mulheres da base passaram a ter com o sindicato e vice-versa: era mais um sintoma da confluência entre as demandas levantadas inicialmente pelo movimento de mulheres e feministas que levou à criação dos Departamentos Femininos.

Em novembro de 1981, a *Folha Bancária* publicou a carta da bancária Iracema Elizabeth Groth, então Secretária da Diretoria do Banco Bandeirantes S.A. Na carta, Iracema narrou a perseguição que sofreu no banco a partir do momento que comunicou sua gravidez ao banco:

Companheira grávida denuncia: Bandeirantes tenta matar o bebê  
Espero que este relato sirva a todas as mulheres que trabalham e em especial para as que esperam um dia ser mãe, de como seus direitos podem ser vilipendiados, destruídos e porque não manipulado por pessoas cruéis que só visam o interesse próprio não se importando com o seu semelhante. Espero um bebê há dois meses. Trabalho como secretária do Banco Bandeirantes S/A, à Rua Boa Vista, 162, 7º andar. Quando soube que estava grávida, pensei em como comunicar isso à Empresa já que meu casamento será no próximo dia 21/11 e conhecendo os “padrões morais” do meu chefe [...] – Diretor Administrativo do Banco, resolvi saber qual seria a melhor maneira de dizer isso. Comuniquei então à Diretoria o meu casamento e enviei ao Departamento de Administração de Pessoal o atestado de minha gravidez. No outro dia cedo, o sr. Rynidi [...] chefe do pessoal me telefonou “ordenando” que fosse imediatamente aquele departamento. Lá chegando, foi a mim proposto um “acordo” nos seguintes termos: - A empresa oferece 4 (quatro) salários, e este é o que normalmente se acerta em casos como o seu, senão “você” será transferida para qualquer agência e terá o seu salário diminuído. – Eu, logicamente conhecendo meus direitos não aceitei. O Sr. Rynidi ficou muito nervoso, e começou a me ameaçar e bater fortemente na mesa para me assustar. Saí muito nervosa e continuei trabalhando no meu posto normalmente. A tarde o Sr. Rynidi me telefonou dizendo que seria transferida para a Agência Faria Lima (como escriturária) e meu salário seria reduzido a 50%. A esta altura comecei a ter início de aborto em virtude das vicissitudes nervosas. Fui ao ambulatório médico onde este disse que deveria ficar em repouso absoluto. Receitou-me remédios e calmantes para que não perdesse o meu bebê. Recebi do médico um atestado de 4 (quatro) dias (de 10 a 13/11) para repouso e tratamento. No outro dia foram indagar ao médico porque foi meu atestado estes dias (Antonieta – chefe do Depto. de Benefícios). O Sr. Rynidi ficou muito nervoso com tudo isso e imediatamente ligou ao [...] Diretor Administrativo. Tiveram então uma ideia “brilhante”. Caso recusasse de ir para Agência Faria Lima ele me colocaria em qualquer Departamento obrigando-me a fazer serviços pesados assim “eu perderia tudo” e o Banco não teria obrigações comigo. Isso se passou há 1

<sup>247</sup> A *Folha Bancária* nº 40 trazia “Bamerindus contra as mulheres também no interior” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, nº 40, 28/08/1980). O nº 49 denunciava a discriminação do Bradesco com a nota “no balcão só se for bonita” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, nº 49, 10/09/1980).

semana. Hoje estive na ginecologista onde faço Pré-Natal e ela me disse que ainda preciso de repouso para me recuperar totalmente dos problemas que passei. [...] E rezo para que todas as mulheres que trabalham conheçam os seus direitos, recorram ao sindicato no caso de serem ludibriadas. [...]

Iracema Elizabeth Groth

Secretária da Diretoria do Banco Bandeirantes S/A (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 19/11/1981, n. 346, p. 2).

A carta de Iracema foi publicada na segunda página da *Folha Bancária*. Ao ler a carta questionei-me sobre o que teria motivado Iracema a escrever e publicar na *Folha Bancária*, ao mesmo tempo em que aplaudi sua coragem. Questionei-me também sobre a influência do Departamento Feminino no caso, já que o Banco Bandeirantes até abril de 1980 não figurava entre os seis bancos - Bando do Brasil, Itaú, Mercantil, Banerj, Noroeste e Lar Brasileiro - que possuíam representantes no Departamento Feminino do Sindicato.

A escrita de Iracema foi estratégica: sensível e forte ao mesmo tempo. Denuncia as atitudes não apenas de seu chefe direto, um diretor do banco, mas de todos envolvidos. Ao comunicar que estava grávida, Iracema recebeu ligação do chefe de pessoal do Banco, que lhe ofereceu um “acordo”, ameaçando-a em caso de não aceitação. Como não aceitou, foi comunicada que seria transferida, rebaixada de cargo, reduzindo seu salário em cinquenta por cento. É sensível porque, ao usar o termo “meu bebê” - embora a nota não informe o tempo de gestação -, certamente mexeu com as emoções de quem lia a carta. Ao recorrer ao médico, pois suspeitava que o impacto emocional poderia ocasionar a perda do “bebê”, o médico lhe exigiu repouso, fato que o banco também teria questionado.

Na *Folha Bancária*, não encontrei comentário imediato do Departamento Feminino sobre o caso de Iracema, os comentários aparecem em nome do sindicato. Em 23 de novembro, a *Folha Bancária* informou que o sindicato entrava naquela data com reclamação trabalhista contra o Bandeirantes “visando ao restabelecimento das condições de trabalho para a companheira Iracema Elizabeth, que foi rebaixada de função e teve o salário reduzido à metade porque ‘cometeu o crime’ de ficar grávida” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 23/11/81, nº 348, p. 2).

Iracema virou notícia na grande imprensa ao conceder entrevistas para rádio e televisão, como o programa Roda Viva da rádio Excelsior<sup>248</sup> e o programa TV Mulher<sup>249</sup> da

<sup>248</sup> A rádio Excelsior foi criada em 1934 em São Paulo. Na década de 1960 as organizações Globo adquiriram o grupo que pertencia a rádio Excelsior, criando em 1978 a Excelsior FM, que teve importantes programas como o “balancê”. Em 1991 deu lugar à CBN de São Paulo (MORGADO, 2008).

Rede Globo de Televisão. Em 27 de novembro, a *Folha Bancária* noticiou a repercussão do caso:

Iracema falou com a imprensa, e o Bandeirantes fugiu...

Teve enorme repercussão na categoria o caso da companheira Iracema Elizabeth Groth, que foi rebaixada de cargo e função no Bandeirantes só porque está grávida e não aceitou o “acordo” que o banco propôs. [...], Mas Iracema, sabendo que tem estabilidade durante toda a gravidez e mais 60 dias após o nascimento do nenê, disse que não aceitava. [...] É comum os bancos fazerem isso, mas desta vez o Bandeirantes entrou bem (sic) porque Iracema, diante de tantas pressões, teve um princípio de aborto e quando sentiu que podia perder seu nenê, por causa dos preconceitos do banco contra sua gravidez, resolveu denunciar tudo. Escreveu uma carta (que publicamos quinta-feira passada) relatando seu drama e mostrando, de forma comovente, seu esforço para salvar o nenê. O caso, pela brutalidade do banco, mereceu espaço no rádio e televisão. Ela participou dois dias seguidos, ao vivo, do programa Roda Viva, da rádio Excelsior e deu uma detalhada entrevista para a seção “Direitos da Mulher”, do Programa TV Mulher, no canal 5. [...] Se todas as bancárias seguirem o exemplo de Iracema os bancos não continuarão os abusos cometidos atualmente contra as companheiras grávidas. Ela estava totalmente perdida, mas agora, com a ajuda que recebeu do sindicato, é o banco que está desesperado, tanto que nenhum diretor quis dar entrevista aos repórteres de rádio e televisão que foram buscar explicações. [...] (FOLHA BANCÁRIA, 27/11/81, nº 352, p.2, grifo nosso).

Como se observa, o sindicato diz que foi sua orientação que levou Iracema a denunciar o caso, ao mesmo tempo em que afirma que “era comum os bancos fazerem isso.”

<sup>250</sup> Embora o artigo 391 da CLT de 1943 já garantisse a estabilidade para a gestante, proibindo

---

<sup>249</sup> Exibido entre abril de 1980 e junho de 1986, o programa “TV Mulher” tinha edição de segundas as sextas-feiras, com apresentação da jornalista Marília Gabriela. Contava com vários quadros e colunas como Direito da Mulher, Comportamento Sexual, TV Homem, Clodovil, entre outros. Conforme Joana Maria Pedro, o público-alvo do TV Mulher eram as donas de casa e, devido aos temas da sexualidade feminina apresentados no quadro da sexóloga Marta Suplicy - aborto, orgasmo, sexualidade -, o quadro sofreu ataques de grupos conservadores (PEDRO, 2012). Conforme a pesquisa de Frailda Brito Siqueira, na década de 1980, na esteira de TV Mulher, surgiram vários programas semelhantes, como o programa “Ela” e “Nova Mulher” na Bandeirantes; o programa “Palavra de Mulher” na TV Cultura, entre outros (SIQUEIRA, 1995).

<sup>250</sup> Antes da carta-denúncia de Iracema já havia várias denúncias na *Folha Bancária* sobre a demissão de mulheres grávidas. Na nota “gerente ameaça grávidas”, o gerente do Banco América do Sul ameaçou de demissão funcionárias grávidas da agência (FOLHA BANCÁRIA, 30/10/1981, n.333). Em 08 de dezembro, a *Folha Bancária* publicava denúncia contra o banco Sulbrasileiro. A nota “Sulbrasileiro persegue mãe” trazia que uma funcionária do referido banco por não fazer mais horas extras depois que o filho nasceu, estava sendo pressionada e ameaçada de demissão (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 08/12/1981, nº 359). Em janeiro de 1982 aparecem mais duas denúncias. A nota “Itaú persegue e discrimina funcionária grávida”, diz que Iracy foi demitida com sete meses de gestação por justa causa (FOLHA BANCÁRIA, 12/01/1982, nº 381). Também a nota “Chefete da Finasa persegue grávida” (FOLHA BANCÁRIA, 18/01/1982, nº 385). Nestas denúncias citadas aqui aparecem quatro bancos diferentes – Banco América do Sul, Sulbrasileiro, Itaú e Finasa,

sua demissão (CLT, 1943) nota-se que, para o sindicato, o caso de Iracema não era novidade. A novidade esteve na repercussão do caso devido à denúncia contundente da própria Iracema.

A repercussão do caso foi grande porque o assunto da proteção da maternidade estava em voga naquele momento não apenas pela amplitude do feminismo naquele momento, mas também pela legislação internacional. Da mesma forma que a luta por creches dominava os debates feministas sobre as trabalhadoras, os periódicos feministas alertavam e informavam sobre as legislações de proteção às gestantes. Não é possível saber se Iracema era uma leitora de tais periódicos, mas sem dúvida sua coragem em escrever a carta e denunciar deu visibilidade a um problema que o movimento feminista já vinha denunciando. Ressalto que naquele ano do caso Iracema, em março, o governo brasileiro havia assinado a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (BRASIL, 1984).<sup>251</sup> Além disso, a carta de Iracema trouxe para o centro do problema não apenas uma afronta à lei trabalhista e, principalmente, aos direitos das mulheres, mas também a maldade de seus chefes perante ela e seu “bebê”, os quais quase teriam provocado a “morte do bebê”. Diante de tamanha repercussão na opinião pública, a *Folha Bancária* noticiou que o Banco Bandeirantes não quis comentar o caso.

Em janeiro de 1982, a *Folha Bancária* publicava o novo acordo proposto pelo Banco Bandeirantes, desta vez aceito por Iracema:

Iracema recebe CRS 1.400.000,00 do Bandeirantes

O caso envolvendo a bancária grávida Iracema Elizabeth Groth e o banco Bandeirantes termina hoje [...]. A primeira audiência deveria ser no dia 15 de janeiro, mas o Bandeirantes, sem aguentar mais a desmoralização sofrida diante as denúncias “abriu as pernas”<sup>252</sup> e propôs um acordo que Iracema aceitou: CRS 1.400.000,00 e tudo acabado”. Se não tivesse consciência do seu direito e aceitasse os quatro salários que o chefe do Departamento

---

além do Bandeirantes, Bradesco e Bamerindus já citados acima – demonstrando que a demissão de mulheres grávidas era prática comum dos bancos privados e não um caso isolado.

<sup>251</sup>Esta Convenção foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, conhecida internacionalmente pela sigla CEDAW, como resultado dos esforços internacionais que visavam à proteção e promoção dos direitos das mulheres em todo o mundo (ONU, 1979). Composta de trinta artigos, foi assinada pela República Federativa do Brasil em março de 1981, mas com reservas a alguns artigos devido à incompatibilidade entre as legislações internacionais e a brasileira (art. 15 e art. 16) e disputas entre os Estados-parte sobre a interpretação da Convenção (art. 29). No que toca à maternidade destaca-se o artigo 11: “Proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença de maternidade”. Em 1984, o Decreto 89.460 promulgou a Convenção, mas ainda manteve as restrições dos artigos mencionados (BRASIL, 1984). Em julho de 1994, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 26 que retirou as restrições e em 2002, através do Decreto 4.377, foi revogado o decreto 89.460 e a Convenção foi promulgada, mantendo as reservas do artigo 29 (BRASIL, 2002).

<sup>252</sup>O uso da expressão “abrir as pernas” revela a linguagem sindical, que resvalava em termos machistas.

Pessoal ofereceu de início, a companheira receberia menos de 250 mil cruzeiros (seu salário era de 67 mil cruzeiros). Como procurou o sindicato para lutar pelos seus direitos, recebeu muito mais (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 05/01/1982, nº 376, p. 2).

Para o sindicato, a conclusão era de que “quem procura sindicato ganha muito mais”. Ao ler a nota acima, percebo uma supervalorização do que Iracema ganhou em valores, não destacando a violência e o constrangimento a que foi submetida, posição que pode ser entendida pela autoria masculina do texto. Para o Sindicato, o acordo antecipado proposto pelo banco Bandeirantes – antes da primeira audiência trabalhista – revelaria o interesse do banco em livrar-se do caso “por não aguentar mais a desmoralização sofrida”. Certamente uma das possíveis respostas para o acordo antecipado era a imagem do banco. O fato é que, além do valor monetário recebido, a vitória do caso Iracema estava na publicidade dada à perseguição de mulheres grávidas pelos bancos naquele contexto, extrapolando o sindicato e chegando à sociedade.<sup>253</sup>

Na edição da *Folha Bancária* de 08 de março de 1982, Iracema aparece como exemplo da luta das mulheres pelo direito de ser mãe:

---

<sup>253</sup> Ainda sobre a repercussão do caso Iracema, entre 1982 e 1986 a Rede Globo de Televisão exibiu a série “Caso Verdade”, baseada em fatos reais, sugeridos à emissora por cartas enviadas pelo público. A partir de 1983, passou a dramatizar fatos noticiados em revistas e jornais. Entre 12 e 16 de março 1984, a série exibiu o episódio “Solidariedade”, situação vivida por bancárias, grávidas, demitidas pelos bancos da cidade de São Paulo. Em todos os casos a atuação do sindicato impediu a demissão (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 13/03/1984, nº 888). No entanto, após a exibição, o sindicato desferiu muitas críticas, pois o final mostrava que a demissão representava apenas a ação de um chefe inescrupuloso, cuja ação contra as gestantes gerou sua própria demissão, personalizando em um funcionário e omitindo assim a responsabilização do banco enquanto empregador (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 19/03/1984, nº 891). Sobre a série “Casos Verdade”, ver <http://teledramaturgia.com.br/caso-verdade/>.

**Figura 25** - Reportagem destaca a luta de Iracema Elizabeth Groth pelo direito de ser mãe



**Fonte:** Folha Bancária (08/03/1982, n. 416)

Em março de 1982, a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo renovou seu mandato e tomou posse.<sup>254</sup> O Departamento Feminino apresenta-se novamente no texto alusivo ao 08 de março, “Saudação à Mulher Bancária”, citando o caso de Iracema, trazendo sua foto, como exemplo da discriminação que as mulheres grávidas sofrem nos bancos, a qual ocorreria quase diariamente. Informa também que o bebê de Iracema estava previsto para junho<sup>255</sup> e reforça o entendimento de que “o Departamento Feminino existe para nos unirmos e conquistarmos o que nos é devido” (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 08/03/1982, nº 416, p. 2).

Depois da ampla repercussão do caso Iracema, a *Folha Bancária* inscreveu o caso no IV Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos de 1982, saindo vencedora (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 22/10/1982, nº 575). O prêmio teve sua primeira edição em 1979 com o objetivo de reconhecer o trabalho de profissionais da imprensa na luta pelos direitos humanos, bem como reverenciar a memória de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, preso, torturado e morto pela ditadura militar em 1975 nas dependências do DOI-

<sup>254</sup> A nominata da diretoria mostra duas mulheres: Maria Cristina (Tita) e Aci Aparecida Diniz Miguel (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 05/03/82, nº 415).

<sup>255</sup> O bebê de Iracema nasceu em 15 de junho, uma menina (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 01/07/1982, n. 494).

CODI.<sup>256</sup> A entrega do prêmio ocorreu dali três dias, data em que se lembrava o sétimo aniversário da morte de Herzog.

A carta de Iracema pareceu ter encorajado outras bancárias a denunciarem na *Folha Bancária*. Ainda em 1981, menos de um mês após a publicação da carta de Iracema, a *Folha Bancária* publicava uma “carta das mães” pedindo creches:

As Mães do City escrevem: querem creche  
É impressionante o número de funcionárias grávidas no Citibank nesta época do ano. Aliás, em qualquer época. É o caso até de pensarem em constituir um berçário nas imediações para que as mães citybanquenses possam deixar seus filhos e trabalhar tranquilas. A ideia não é nova, pois já há algum tempo foi divulgada a promessa a respeito e todas as mães foram a favor. Isso inclusive facilitaria a vida de meio mundo. Há mães que saem de casa com seus filhos às 6 horas da manhã e depois de deixá-los num berçário (que nem sempre é perto de casa e só começam a funcionar às 07 horas), pegam correndo a condução para chegar ao banco às 09 horas (quando não, atrasadas). A corrida prossegue, da mesma forma, ao final do expediente. Se o bairro onde moram é distante, há mães que tem que sair antes das 18 horas (pois os berçários encerram o expediente entre 19 e 19:30 horas). Quando dependem de empregada, então é pior. São inúmeras as vezes que tem que faltam ao emprego porque a empregada tem que ir ao médico, visitar parente doente, etc. A diferença de horário entre a entrada e a saída de cada funcionária nestas condições, resulta em, pelo menos, um dia de trabalho a menos, o que significa menor produção. Nós, mães, gostaríamos de lembrar a promessa feita no sentido de instalar um berçário (os médicos da UNIMED são competentíssimos) a preço acessível perto do ambiente de trabalho onde as mães até amamentar seus filhos no horário de almoço (1 hora). Se este berçário funcionasse até as 19hs, as mães poderiam, inclusive, trabalhar até este horário pois estariam tranquilas quanto à segurança de seus filhos. Fica valendo a ideia (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 02/12/1981, n.355, p. 2).

A carta cima foi escrita por várias mãos, por “nós, mães”. A descrição bem feita da rotina de uma mãe até chegar ao banco destacava a falta de saída das mulheres trabalhadoras e mães: se deixassem o filho no berçário, o horário era ruim e distante, se deixassem com a empregada, “seria pior”, pois esta também costumava faltar ao emprego – certamente porque elas também precisam de creche para seus filhos.

Depois dos anos de denúncias da falta de creches, a Campanha Salarial de 1982 trouxe como conquista o “ajuda-creche”- nomeado de reembolso-creche pelo Ministério do

---

<sup>256</sup> O assassinato de Vladimir Herzog causou comoção no país. Sobre a morte de Herzog ver o Dossiê Herzog republicado em Jordão (2005). Em 2018 o prêmio está em sua 40ª edição, como pode ser conferido no site <http://premiolvladimirherzog.org/>.

Trabalho em 1986<sup>257</sup> - para as bancárias com filhos de até 12 meses, sendo reembolsado o valor mensal de CR\$ 7.768,90 (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 08/10/1982, nº 566).<sup>258</sup> Criado em substituição ao que prega o artigo 389 da CLT – a obrigatoriedade das empresas instalarem creches em seu local de trabalho – o auxílio-creche foi instituído inicialmente para bancárias com filhos de até 1 ano. Em 1983 passou para 18 meses, em 1984 até quatro anos. No Banco do Estado de São Paulo (Banespa), onde a luta das mulheres por creches foi a mais forte, o auxílio-creche estendeu-se para crianças de até 6 anos e 11 meses em 1986 (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 25/02/1986, nº 1292).<sup>259</sup>

Em outra carta publicada pela *Folha Bancária*, uma bancária do Bradesco conta a história de discriminação sofrida por uma colega neste banco. Mas diferentemente das anteriores, esta denúncia é contra uma mulher:

#### Carta do Bradesco

Estou escrevendo esta cartinha para fazer um anúncio contra o Bradesco, digamos assim, contra alguns gerentinhos que existem, porque eu não quero ser identificada e por isso eu não vou aí pessoalmente. Sou funcionária do Bradesco agência 99 central. Aqui tem uma gerentinha chamada Dona IVANI, uma solteirona daquelas bem chata. O que ela fez não dá pra gente deixar passar em branco, por isso resolvi denunciá-la. Tínhamos uma colega nossa aprendendo o serviço de caixa; e veja só vocês o que essa JARARACA fez. Pediu para uma supervisora do setor muito puxa-saco para que colocasse essa menina que estava aprendendo no caixa, no setor mais escondido do banco e mandaram a moça para o 3º andar. Saber por quê? Porque a menina era muito feia e segundo ela não serviria para atender o público. Há um detalhe ainda: ela ainda não se olhou no espelho. Então por isso gostaria demais que isso fosse publicado no seu jornalzinho para que todos fiquem conhecendo a danada daquela velha, isto é, certos tipos de gerente que tem o Bradesco. Sem mais subscrevo-me atenciosamente (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 14/12/1981, nº 363, p.2, grifo nosso).

<sup>257</sup>Conquistado pelas bancárias em 1982, em 1986 a portaria 3.296 do Ministério do Trabalho estabeleceu a possibilidade de substituir a obrigatoriedade da creche por um reembolso-creche, “considerando que as negociações coletivas, que têm preconizado a concessão de benefício Reembolso-Creche, ficam as empresas e empregadores autorizados a adotar o sistema de reembolso-creche, em substituição à exigência contida no § 1º, do artigo 389, da CLT” (BRASIL, 1986). Tal fato leva a considerar o pioneirismo na conquista de um auxílio-creche pelas bancárias.

<sup>258</sup> Na campanha salarial de 1982, o piso salarial de escriturários e caixas passou para CR\$ 38.000,00, enquanto o salário mínimo reajustou para CR\$ 23.551 (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 21/10/1982, nº 574).

<sup>259</sup> Nos anos de 1985 e 1986 a luta foi pelo aumento do valor auxílio-creche. Como mostra a *Folha Bancária*, as bancárias do Banespa e do Banco do Brasil tiveram bastante mobilização neste período (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 25/02/1986, nº 1292); (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 19/06/1986, nº 1352); (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 06/05/1985, nº 1120).

A carta em questão envolvia três mulheres. A denunciante teve conhecimento da situação, a vítima fora uma colega sua, a denunciada, a gerente Dona Ivani. Ressalto os adjetivos pejorativos e de cunho machista proferidos contra a denunciada, a chefe: solteirona, jararaca, velha e, também, feia. Nota-se que nos casos das denúncias de chefes homens visto acima, tais ofensas pessoais não foram verificadas. A situação que envolve a denúncia – a beleza exigida das funcionárias no atendimento ao público pelo Bradesco - vem corroborar a discussão feita no terceiro capítulo. Como evidencia a carta, a exigência de boa aparência não estaria apenas na Moça Bradesco, mas pareceria estar em qualquer função, daquele banco, que tivesse contato com o público.

A carta das bancárias parece ter inspirado também o envio de cartas pelos bancários. Segue abaixo carta de funcionários do banco Lar Brasileiro:

#### Carta do Lar Brasileiro

Por favor aí no Sindicato não tem nenhuma princesa Isabel que possa nos livrar dessa escravidão imposta pelos “chefes” do Banco Lar Brasileiro? A coisa aqui tá preta. Observem só: 1- Aqui é proibido sorrir alto, falar fora do horário de falar (existe este horário?). É proibido ler o próprio jornalzinho do banco (CALB-SP) no horário de trabalho. 2 - O ar condicionado está péssimo e todos os funcionários tem que trabalhar de gravata. 3 - Os “chefetes” pensam que são os donos do banco e se esquecem que já foram iguais a nós (e são) funcionários nível I. 4 - Aqui só são promovidos os “puxa-sacos”. Aqui ninguém tem valor e todos são obrigados a sorrir quando um (a) chefe sorri para nós mesmo quando nossa vontade é de mandar todos eles para o inferno (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 28/12/1981, nº 372, p. 2).

Os problemas denunciados acima pelos funcionários do banco Lar Brasileiro - que também não se identificaram – certamente também atingiam as funcionárias daquele banco. Os problemas relatados permitem perceber o cotidiano de muitos bancos naquele contexto: pressão dos chefes e instalações precárias. Devido a isso, julgaram o trabalho que exerciam como análogo à escravidão.

Todas as quatro cartas foram publicadas na *Folha Bancária* entre 19 de novembro e 28 de dezembro de 1981. Pela proximidade, entendo que a primeira carta, de Iracema, tenha estimulado as demais, embora somente Iracema tenha se identificado.

#### 4.4 DENÚNCIAS CONTRA O “CANTADOR”, O “CONQUISTADOR” E O “GARANHÃO”

Depois de tantas denúncias sobre discriminação, perseguição e demissão de gestantes em total desrespeito às mulheres e à legislação trabalhista, é de se supor que denúncias sobre condutas de natureza sexual indevidas no dia a dia dos bancos – o que viria chamar-se assédio sexual - também teriam chegado ao Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A primeira denúncia aparece em 1981. Nesta, a *Folha Bancária* denunciou o “conquistador” que vivia “cantando” as funcionárias:

Oswaldo Cruz

Volta e meia aparece um engraçadinho no Bradesco metido a conquistador. Agora por exemplo é o Luiz [...], contador da agência Oswaldo Cruz. Além de explorar todos os funcionários, obrigando-os a trabalhar de graça, inclusive de sábado, vive “cantando” as companheiras. Quando seus gracejos não funcionam, ele se prevalece do cargo para perseguir e até demitir as companheiras [...] (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 03/12/1981, n.356, p.2, grifo nosso).

É possível imaginar<sup>260</sup> a violência e o constrangimento da situação vivida pelas funcionárias, vítimas de “cantadas”, perseguição e até demissão por não corresponderem aos “gracejos” do contador da agência.<sup>261</sup> A denúncia acima, claramente, não se trata de “cantada”, pois o limite tênue entre cantada e assédio foi em muito ultrapassado: a conduta ética transformou-se em uma conduta indevida, bem como o contador havia se prevalecido de sua posição para obter vantagens sexuais. Quanto ao uso dos termos “cantadas”, “engraçadinho”, “conquistador” considero que pode estar relacionado tanto a uma questão de gênero de quem denuncia – a visão dos homens que escrevem a *Folha Bancária* – quanto ao contexto de criação do próprio termo assédio sexual. O termo “assédio sexual” havia sido recém-criado e sua utilização era recente tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, expressão que viria a denominar as “condutas de natureza sexual, quer sejam de expressão física, verbal ou não verbal, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, principalmente em seu local de trabalho, e que acarretam ataque à sua dignidade” (ALEMANY, 2009, p. 26).

Expressão nova, porém, de conteúdo antigo, Michelle Perrot lembra como o assédio

<sup>260</sup> Destaco que minha análise se dará unicamente pela denúncia escrita trazida pela *Folha Bancária* devido à ausência de mais informações sobre o andamento dos casos denunciados.

<sup>261</sup> Como destacado no segundo capítulo, o contador só estava abaixo do gerente geral na hierarquia de uma agência bancária, detendo mais poder que o próprio gerente na administração de pessoal.

sexual já era corrente no trabalho desde as serviçais nas propriedades rurais francesas ou as operárias expostas às investidas dos contramestres desde o surgimento das fábricas (PERROT, 2013). Conforme bem assinala Perrot (2013, p. 76), “a gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e o das mulheres, a história de sua queixa”.

Na década de 1970, atribui-se às feministas americanas o surgimento do termo “assédio sexual”. Catherine Mackinnon, professora de Direito, levantou a questão do assédio sexual, apresentando-o como uma forma de discriminação sexual e propondo sua criminalização.<sup>262</sup> Mackinnon teve como argumento central que o assédio contra as mulheres trabalhadoras decorria da desigualdade entre homens e mulheres, constituindo-se em uma discriminação de sexo e sua tipificação concorreria para a igualdade entre homens e mulheres (MACKINNON, 1979). Na década de 1980, a questão começou a ser tratada como “assédio sexual” tanto nos EUA quanto na Europa. Nos EUA, os argumentos de Mackinnon foram aceitos pela Suprema Corte, que criou em 1986 a Lei do Assédio Sexual. Na Europa, a Comissão Europeia recomendou que seus países membros adaptassem suas legislações de forma a prevenir o assédio sexual no mundo do trabalho (ALEMANY, 2009).

As denúncias prosseguem na *Folha Bancária* citando caso de gerente que anda “com liberdades” com as funcionárias:

Gerente do Unibanco abusa na liberdade

Tem um gerente do Unibanco que só porque sua agência fica no bairro da Liberdade, anda com muita liberdade pra cima das funcionárias que volta e meia são obrigadas a ouvir cantadas, piadinhas, insinuações, etc. Só que ele não dá as mesmas liberdades para as subordinadas que normalmente não tem opção: ou entram na sua ou são ameaçadas de demissão. Se este sujeito não se emendar o nome dele vai sair no jornal com todas as letras. Doa a quem doer (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 29/06/1982, nº 492, grifo nosso).

Na denúncia acima, é o trocadilho com a palavra “liberdade” – outra palavra utilizada para dizer que o limite da cantada foi ultrapassado – que denuncia a conduta indevida do gerente. A ameaça de que “se não se emendar” – corrigir-se – o nome do denunciado seria divulgado na *Folha Bancária* não foi concretizada posto que não encontrei

<sup>262</sup> O livro “*Sexual Harassment of Working Woman: a case of sex discrimination*” (Assédio sexual de Mulheres Trabalhadoras: Um caso de discriminação sexual- tradução nossa) foi publicado em 1979 nos Estados Unidos, ainda não traduzido no Brasil. Em 2012, Mackinnon publicou novo livro “*Directions in Sexual Harassment Law*” (Instruções na Lei do Assédio Sexual - tradução nossa), no qual comenta a Lei do Assédio Sexual criada em 1986 naquele país após as repercussões de seu livro (MACKINNON; SIEGEL, 2012).

mais denúncias desse caso. Se o gerente modificou sua forma de agir, não é possível saber, mas destaco o quanto a existência de uma primeira denúncia das funcionárias era tratada pelo sindicato apenas como uma forma de alerta.<sup>263</sup>

Em setembro de 1982, novamente, denúncia de um “conquistador”,<sup>264</sup> desta vez no banco Bamerindus:

Conquistador provoca demissão no Bamerindus...

Mais uma companheira foi demitida do Bamerindus/São Mateus porque não cedeu aos desejos do contador João [...], um sujeito que deve se considerar o “macho irresistível”, por isso passa o dia dizendo gracejos, fazendo convites indecorosos para as funcionárias, etc. O gerente Reinaldo [...], que até aqui, dá uma de Pilatos, lavando as mãos, precisa tomar providências imediatamente. Afinal, restam apenas cinco mulheres na agência, se o contador continuar assim, logo não haverá mais nenhuma e aí ele pode querer atacar clientes (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 02/09/1982, nº 541, grifo nosso).

Acima, a *Folha Bancária* denunciava mais uma vez a conduta de um contador que demitiu uma funcionária por não ter cedido aos seus “desejos”. Destaco que a denúncia trouxe o nome completo do denunciado e do gerente geral, que estaria sabendo e “lavando as mãos”, o que mostra o possível descaso do banco com o tema. O critério de publicação do nome do denunciado não fica claro, mas como mostrou a denúncia acima do gerente que estava abusando das liberdades, inicialmente o sindicato tendia-se a dar “um aviso” ao denunciado, depois, conforme a gravidade do caso, poderia ser publicado o nome ou até a fotografia. Destaco aqui o aviso do sindicato - em forma de ironia - de que se continuasse neste ritmo de demissão das mulheres na agência logo mais não haveria funcionárias e o contador passaria a “atacar clientes”.

Na mesma edição, a *Folha Bancária* informava a demissão de um gerente do banco Nacional porque tentou agarrar uma funcionária:

<sup>263</sup> Pela análise da *Folha Bancária*, não ficaram claros se estes casos de primeira denúncia eram levados pelo sindicato à direção dos bancos, bem como se havia algum acompanhamento junto às bancárias denunciadas.

<sup>264</sup> Em outubro, outra nota denuncia que “chefe conquistador será enquadrado no Savena” (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 29/10/1982, nº 580). Em dezembro, outra nota denuncia as “cantadas do contador” na agência Largo do Café do banco Bradesco (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 10/12/1982, nº 608).

Mas (sic) é demitido no [Banco] Nacional No Nacional/Amaral Gurgel também tinha gerente, mas seu deu mal. Um dia ele resolveu pôr suas taras em práticas dentro da agência, agarrando uma companheira que nunca tinha permitido qualquer liberdade. Esse fato que causou revolta entre os funcionários foi levado ao conhecimento da administração do Nacional pelo Sindicato e o gerente foi demitido. Todas as companheiras que enfrentam problemas com chefetes metidos a conquistador devem entrar em contato com o sindicato para denunciar (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 02/09/1982, nº 541, grifo nosso).

Na denúncia acima, a *Folha Bancária*, ao mesmo tempo em que “comemora” a demissão de um gerente, estimula as “companheiras que enfrentam problemas com chefetes metidos a conquistador” a entrarem em contato com o sindicato para denunciar. Questionei-me sobre a relação destas denúncias com o Departamento Feminino ou porque elas estavam aparecendo na *Folha Bancária*. Minha conclusão vai de encontro, como já discutido anteriormente, à imbricação entre o Novo Sindicalismo e o feminismo e à visibilidade que os problemas das mulheres adquiriram na década de 1980, assunto também já discutido. Assim, entendo que seguiam a mesma lógica da denúncia da demissão das gestantes, visto no tópico anterior.

Mas entre as denúncias que aparecem na *Folha Bancária*, o caso mais chocante é o do gerente que ficou conhecido como o garanhão do Banco Noroeste.

#### O garanhão do Noroeste

[...] Na verdade este gerente da agência do banco em Osasco vem cultivando outras coisas, o que lhe valeu o apelido de “Garanhão do Noroeste”, é fato e vamos provar. O indigitado é daqueles que passam o dia inteiro “cantando” as funcionárias do banco. Shirley [...] é uma das vítimas desse maníaco, tentou de tudo para sair com ela. Não conseguiu, mudou a companheira de seção. Bloqueou sua conta e recolheu seu talão. Perseguiu. Deu cantadas e por fim demitiu a companheira. [...] Durante esta semana falaremos mais desse monstrinho de Osasco, que no mínimo perdeu o respeito pelos companheiros. Será que ele tem mãe? Se tem, onde ela está? (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, 30/01/1984, nº 867, grifo nosso).

O “garanhão do Noroeste” era a primeira e única denúncia de conduta sexual indevida na *Folha Bancária* que publicou a foto do denunciado. A situação chocante trazida pela denúncia, em que são descritas uma série de violências contra a funcionária Shirley devido à sua recusa em sair com ele - mudança de seção, bloqueio de sua conta no banco, recolhimento do talão de cheques e por fim demissão - beira o inacreditável. No entanto, digo “inacreditável” com o sentido de que entendo que o caso denunciado ultrapassou todos os limites e não de descrédito da denúncia, embora tenha ciência da linguagem sindical e sua

necessidade de ser contundente. Já o apelido de “garanhão” que segundo a *Folha Bancária* foi dado ao próprio - embora não diga se foi a própria *Folha Bancária* que assim o denominou ou os funcionários do banco Noroeste - revela a característica ainda machista dos termos utilizados pelo sindicato para nominar os denunciados.<sup>265</sup>

A *Folha Bancária* publicou outras denúncias do caso do garanhão do Noroeste.<sup>266</sup> Uma delas, a carta de funcionários da agência exigindo sua saída, já que o banco Noroeste até aquele momento teria desconsiderado as denúncias:

Fora garanhão!

É, estamos pensando, a justiça às vezes demora. Companheiros, vejam vocês. Nós, funcionários do Noroeste/Osasco, pensávamos que a diretoria do banco, preocupada em manter a dignidade de seus funcionários e clientes, e zelar pelo bem dessa instituição financeira haveria por bem transferir o gerente Garanhão da AG. Mas, para surpresa geral, isto não aconteceu, pois o mesmo além de voltar, veio endossado pela Gerência Regional (ficamos na dúvida: qual é o pior: o Garanhão ou a Regional [...] Ass: Funcionários do Noroeste (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, 27/02/1984, nº 883, p.2).

A carta dos funcionários – e certamente das funcionárias – denominada de “fora garanhão” levanta a questão da amplitude do caso e do descaso da direção do banco Noroeste. Assim como a demissão de gestantes, a conduta sexual indevida dos superiores sobre as funcionárias parecia “problema comum” no setor bancário. Destaco que, naquele ano, 1984, ocorreu a primeira campanha de reivindicação unificada nacional dos bancários. Apesar de não obter acesso ao Acordo Coletivo do banco Noroeste no período, a julgar pela ainda inexistência do tema na Convenção celebrada neste ano pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, 24/10/1984, n. 1013), considero que no Acordo Coletivo do banco Noroeste também nada havia sobre o tema.

---

<sup>265</sup> Embora não tenha tido conhecimento de casos ocorridos nos sindicatos de bancários, destaco como o assédio sexual pode ser praticado por aqueles que atuam nas organizações sindicais. Lembro aqui os casos denunciados por duas funcionárias da Escola Sul da Central Única dos Trabalhadores - instituição de formação vinculada à CUT- contra o diretor geral da escola em novembro de 2001. O caso gerou a realização do Tribunal Popular sobre o Assédio Moral e Sexual nas relações de trabalho, realizado entre 06 e 08 de março de 2002 no Auditório da Justiça Federal de Florianópolis, promovido pelo movimento sindical, popular e mandatos de parlamentares e vereadores da cidade de Florianópolis. No livro publicado sobre o Tribunal (ALVES *et al*, 2003), constam os depoimentos das funcionárias denunciantes, além de outros depoimentos de mulheres e homens vítimas de assédio moral e sexual.

<sup>266</sup> Conforme os números 869 (01/02/1984), 870(02/02/1984), 882 (26/02/1984). As últimas notícias do caso “garanhão do Noroeste” aparecem em março de 1984, mostrando que a diretoria do banco o manteve impune até aquele momento (FOLHA BANCÁRIA Livre, n. 888, 13/03/1984) e (FOLHA BANCÁRIA Livre, nº 891, 19/03/1984).

Nas denúncias da *Folha Bancária* vistas acima, observo que todos os casos expressavam o fundamento do assédio: condutas de natureza sexual indevidas dirigidas pelos gerentes ou superiores hierárquicos contra as funcionárias, expressando a violência dos homens contra as mulheres e o poder sobre seus corpos. No Brasil, até 2001 o assédio sexual era enquadrado no código penal de 1940, tendo respaldo na CLT. No código penal, o título “constrangimentos ilegais” trazia no artigo 146 que “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda – pena detenção, de três meses a um ano, ou multa” (BRASIL, 1940). No capítulo “Dos crimes contra a liberdade sexual”, o artigo 216 previa pena de um a dois anos para quem “induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (BRASIL, 1940). Já na CLT de 1943, o artigo 482, ao definir o que era considerado falta grave – motivo para demissão por justa causa - trouxe entre os motivos a “incontinência de conduta ou mau procedimento”, um dos motivos que enquadram a demissão do assediador por justa causa.<sup>267</sup> Portanto, eram essas leis que vigiam à época dos casos denunciados pela *Folha Bancária*.<sup>268</sup>

Como visto anteriormente, na década de 1980, o Departamento Feminino promoveu diversas atividades sobre “discriminação e pressões dos chefes no trabalho”, tema amplo, que englobava, certamente, as condutas e insinuações sexuais contra as mulheres nos bancos. Como se verá nas discussões seguintes, o assédio sexual foi um tema levado adiante pelas bancárias à Confederação da categoria desde o início da década de 1990.

---

<sup>267</sup> Apesar do assédio sexual não configurar na legislação trabalhista brasileira de forma específica - tratado pelo direito penal – ele encontrou forma legal dentro da CLT. Sobre esta discussão ver o livro *Assédio Sexual*, organizado por Damásio de Jesus e Luiz Flávio Gomes (JESUS; GOMES, 2002).

<sup>268</sup> Uma lei específica sobre o assédio sexual no Brasil só foi aprovada em 2001, embora desde meados da década de 1990, parlamentares tenham propostos diversos projetos ao Congresso Nacional, como o projeto pioneiro da deputada Maria Luiza Fontenele (PSTU), apresentado em 1994, reapresentado nos anos seguintes pelas deputadas Marta Suplicy e Maria Laura (PT) e pela senadora Benedita da Silva (PT) (ÀVILA; FERREIRA; SILVA, 2005). Em 1999, a deputada Iara Bernardi (PT) apresentou projeto semelhante, desta vez aprovado e transformado na Lei 10.224 que passou a considerar o assédio sexual como crime (BRASIL, 2001). Tal lei incluiu a artigo “Art. 216-A” no código penal aplicando pena de detenção de um a dois anos para quem “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” Como se observa, na lei atual no Brasil o crime de assédio sexual é cometido contra homens e mulheres no local de trabalho – não possuindo dispositivos de repressão/punição a respeito do assédio sofrido em outros ambientes, como os locais públicos - tendo obrigatoriamente uma relação hierárquica entre agressor e vítima. No entanto, o pré-requisito da hierarquia entre assediadores/as e assediadas/assediados não é um consenso entre os doutrinadores. A este respeito ver artigo de Laura Machado de Oliveira (2011).

#### 4.5 DAS LUTAS DE BANCÁRIAS ÀS LUTAS BANCÁRIAS

No ano de 1983, as demandas das mulheres continuaram aparecendo na *Folha Bancária*.<sup>269</sup> Embora as atividades do Departamento Feminino foram diminuindo no período em que o sindicato esteve sob Intervenção do Ministério do Trabalho<sup>270</sup> - entre julho de 1983 a novembro de 1984 - as denúncias sobre demissão de funcionárias grávidas continuaram.<sup>271</sup> No período da Intervenção, a *Folha Bancária*, com o carimbo de “Livre”, continuou circulando, fato que lhe renderia seu segundo prêmio Vladimir Herzog (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, edição diária, 09/10/1984, nº 1005).<sup>272</sup>

Em janeiro de 1985, as atividades do Departamento Feminino voltavam com força, embora, a partir dessa data, o termo “Departamento Feminino” não fosse mais utilizado na *Folha Bancária*:

As bancárias vão falar  
 Hoje, quinta-feira, às 19h, na rua Florêncio de Abreu, 270, será realizada a primeira reunião de bancárias em preparação ao Encontro da Mulher Trabalhadora convocado pela CUT - Estadual/SP - com o objetivo de impulsionar a luta da mulher. O dia 08 de março se aproxima, Dia Internacional da Mulher, e é necessária que a mulher trabalhadora tenha uma participação significativa nesta data. Mas, dia 08 de março, marcará também a retomada do sindicato pela categoria, pois será o dia da posse da nova diretoria, e as bancárias tem reivindicações que precisam ser retomadas pela nova diretoria. [...] Atualmente, conhecemos alguns dos problemas enfrentados pelas colegas bancárias (a perseguição às grávidas, o auxílio-creche que não atende a todas,<sup>273</sup> etc.). [...] Hoje esperamos você (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, edição diária, 23/01/1985, nº 1066, p.2, grifo nosso).

<sup>269</sup> Em 1982, com a vitória do PMDB nas urnas, as feministas de São Paulo pressionaram pela criação de um Conselho Estadual de políticas para as mulheres. Foi, de fato, criado por decreto pelo governador Franco Montoro em 04 abril de 1983, mas numa versão alterada do que haviam proposto as mulheres. Sobre o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e seus primeiros anos de atuação ver o texto de Sônia Alvarez (1988) “*Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia*”.

<sup>270</sup> O aviso da Intervenção pelo Ministério do Trabalho, ocorrido em 21 de julho, foi publicado na *Folha Bancária* do dia seguinte à intervenção em texto daquela diretoria então cassada: “ao fim da tarde de ontem o governo, através do Ministro Murilo Macedo, decretou a intervenção em nosso Sindicato, destituindo pelas leis do regime militar uma diretoria eleita democraticamente e com ampla aceitação da categoria” (FOLHA BANCÁRIA, 22/07/1983, nº 757).

<sup>271</sup> As denúncias aparecem nos números 728, 729 e 743 da *Folha Bancária* (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 9/06/1983, nº 728); (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 10/06/1983, nº 729); (FOLHA BANCÁRIA, suplemento diário, 01/07/1983, nº 743).

<sup>272</sup> Os argumentos utilizados pela comissão julgadora para a escolha da *Folha Bancária* foram: “a *Folha Bancária Livre* é editada diariamente por uma categoria de trabalhadores, e que atingiu seu milésimo número, quando sua diretoria se encontra cassada e sua entidade sob intervenção do governo há mais de 14 meses” (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, edição diária, 09/10/1984, nº 1005, p.1).

<sup>273</sup> Até abril de 1986, o auxílio-creche recebido pelas bancárias com filhos de até 4 anos matriculados em instituições estava estipulado em 2 Maior Valor de Referência (MVR), que representava CR\$ 167.106,70. Com o reajuste do salário mínimo em maio de 1985, o valor passou para CR\$ 334.213 (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 07/05/1985, nº 1121).

Importante destacar o local de chamada para o encontro: fora do prédio do sindicato. Com a Intervenção do Ministério do Trabalho, o prédio sindicato não pode ser utilizado para nenhuma atividade da diretoria, então cassada. A nova diretoria assumiu em março de 1985.<sup>274</sup> A chamada – que não destaca se fora escrita pelas dirigentes do sindicato – convocava as bancárias para reunirem-se e organizarem-se para o Encontro da Mulher Trabalhadora promovido pela CUT do Estado de São Paulo. A CUT, criada em 28 de agosto de 1983, esteve desde então ligada às questões das mulheres, embora sua primeira direção executiva nacional tenha contado com apenas uma mulher, Julieta Villanil Balestra (CUT, 1983).

O texto abaixo permite observar como as lutas de bancárias - lutas inicialmente consideradas de responsabilidade do Departamento Feminino - já apareciam, na *Folha Bancária*, integradas às lutas bancárias do sindicato:<sup>275</sup>

Dia Internacional da Mulher

Amanhã, dia 08 de março, será realizado um ato público na Praça da Sé, organizado por várias entidades que realizam trabalhos com mulheres, às 18h. Durante a tarde haverá barraquinhas com vendas de camisetas, bottons, exposições fotográficas, etc. As 15 horas será instalada uma “Tribuna Livre”, onde todos terão o direito à palavra. Convidamos as companheiras bancárias – e bancários também – a participar do ato. Afinal, a luta contra qualquer tipo de opressão interessa a todos que desejam uma sociedade mais justa (FOLHA BANCÁRIA LIVRE, edição diária, 07/03/85, nº 1089, grifo nosso).

Nota-se que a chamada de atividades sobre as mulheres, como o 08 de março, agora dirigia-se a bancárias e bancários. Esta mudança tem um significado importante: se antes os problemas das mulheres eram colocados como lutas específicas, agora eles pareciam, aos menos na *Folha Bancária*, como problemas gerais da categoria. Se a mudança no discurso da *Folha Sindical* já havia se processado, é importante analisar como foram as greves desde então. Neste mesmo ano de 1985, era realizada a primeira greve unificada da categoria

---

<sup>274</sup>Como presidente do sindicato, assumiu Luiz Gushiken, bancário do Banespa. Na direção, três mulheres: Vani do banco Real, Celia do Banespa e Tita. A reportagem faz uma observação de que embora Tita não constasse na chapa inscrita, por decisão da convenção - assembleia que referenda a chapa - Tita foi escolhida como diretora emérita, fazendo parte da diretoria com direito a voz e voto (FOLHA BANCÁRIA Livre, edição diária, 03/01/1985, nº 1055). A posse ocorreu no dia 08 de março, desde então voltou a chamar-se *Folha Bancária* e não mais *Folha Bancária Livre* (FOLHA BANCÁRIA, edição diária, 11/03/1985, nº 1090).

<sup>275</sup> Destaco que estou considerando esta “integração” a partir das publicações da *Folha Bancária* e considerando o contexto vivido especificamente pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo na década de 1980. Mas, certamente, esta não era a realidade da maioria dos sindicatos da categoria bancária.

bancária, uma greve considerada histórica.<sup>276</sup> Leila Maria da Silva Blass fez uma análise dessa greve, trazendo também um breve registro sobre a participação das mulheres (BLASS, 1992). Segunda a autora, as mulheres estiveram bastante presentes nas comissões de esclarecimento. Tais comissões eram compostas por cerca de 30 funcionários de vários bancos que se dividiam entre as diversas demandas: comissões responsáveis pela conscientização os demais trabalhadores a entrar na greve, pelos piquetes e paralisações na porta dos bancos, pelas passeatas e manifestações públicas, pelos suprimentos para os colegas, entre outras atribuições. Mas o objetivo central das comissões era que os próprios trabalhadores não conflitassem entre si, havendo respaldo e respeito entre quem aderisse à greve e aquele que ainda não havia aderido. Tal fato resultou em uma grande estratégia de organização e mobilização naquela greve, contribuindo, sobremaneira, para o espetáculo - ou a festa - da greve bancária de 1985 (BLASS, 1985).

Também é importante salientar o que faziam as mulheres nestas comissões. Blass recolheu depoimento de dirigentes sindicais sobre a participação das mulheres. Destaco abaixo um destes depoimentos:<sup>277</sup>

Durante a greve eu estava no Barão de Itapetininga numa passeata com mil pessoas, onde 80% eram as garotas do Bradesco. Paramos no Itaú e comecei a gritar no microfone: ‘fora, fora’. Não sabia o que falar. De repente, uma delas tomou o microfone da minha mão e começou assim: ‘Como é que é? Vocês são homens ou não? Utilizou expressões que eu tinha ficado sem jeito de tocar (entrevista concedida ao GEP - URPLAN apud Blass, 1992, p. 145, grifo nosso).

O depoimento acima destaca a participação das mulheres bancárias nas manifestações da greve de 1985. Destaco a forma como as mulheres foram nomeadas pelo entrevistado acima: “garotas do Bradesco”. Percebe-se que o entrevistado estava referindo-se às funcionárias do Bradesco, visto que, dificilmente, todas as mulheres ali presentes ocupariam a função de Moça Bradesco. Mas a forma como recorda-se vem corroborar como a função da Moça Bradesco afetou a forma de olhar para as mulheres funcionárias deste banco, além de mostrar como as mulheres tendem a ser colocadas em seu lugar “natural”: mesmo ali,

<sup>276</sup> Embora a campanha salarial de 1984 tenha sido a primeira a unificar as reivindicações, as negociações ainda aconteciam por banco, o que só mudaria em 1992, com a criação da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) e da Convenção Coletiva nacional.

<sup>277</sup> A tese da autora contou com entrevistas realizadas por ela própria e pelos depoimentos colhidos pelo Grupo de Educação Popular do Instituto de Planejamento Regional e Urbano da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (GEP-URPLAN) publicados no livro “Paramos São Paulo, sacou?” (SEEBSP/GEP-URLAN, 1986).

na passeata, elas ainda eram “garotas”, e não bancárias em greve.

A presença de mulheres nas greves não se constituía, certamente, em novidade na década de 1980, já que, desde as primeiras décadas do século XX, no Brasil, através das lutas operárias, as mulheres estiveram presentes nas lutas contra os patrões no início do século XX no Brasil (FRACCARO, 2016; PENA, 1981) ou mesmo nos motins franceses do século XIX como mostrou Michelle Perrot (PERROT, 1988). Nestes, mostrou Perrot que a participação das mulheres acontecia de outras formas, não ocupando a tribuna ou a direção dos sindicatos. As mulheres usavam de outras formas de expressão, utilizando especialmente a voz, fazendo uso da irreverência, ironia e espontaneidade nas lutas sociais (PERROT, 1988). Formas que também podem ser vistas no depoimento sobre as atitudes das “garotas do Bradesco” acima.

Nos anos seguintes, a CUT tomou a frente dos debates que tematizavam as mulheres e as categorias profissionais por ramo. Em 1986, houve a aprovação, no seu 2º Congresso, da criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT), que iniciou seu funcionamento em março de 1987 (DELGADO, 1996). A CNQMT oficializou o debate sobre as mulheres dentro do sindicalismo da CUT, participando ativamente das discussões da Constituinte, constituindo-se num importante espaço de discussão das mulheres no mundo sindical e do trabalho (DELGADO, 1996). Conforme Elizabeth Souza-Lobo, a criação da CNQMT naquele momento decorria de três processos: o ingresso das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1970, as discussões trazidas pelo movimento de mulheres e as práticas do Novo Sindicalismo (SOUZA-LOBO, 1991).<sup>278</sup>

Como o objetivo de consolidar sua força e criar unidade nacional nas lutas das diversas categorias a ela vinculadas, a CUT também criou também vários Departamentos Nacionais, como o dos bancários, metalúrgicos, químicos, trabalhadores rurais, entre outros, que viriam a se tornar as futuras confederações de cada categoria (CNB, s/d).<sup>279</sup> Em 1986 foi criado o Departamento Nacional dos Bancários (DNB) vinculado à CUT,<sup>280</sup> cujo 1º Congresso ocorreu em junho de 1989 e suas principais discussões giraram em torno do arrocho dos salários, da crise e dos planos econômicos do período, mas nada trouxe sobre a questão das mulheres (DNB, 1989).

O intercâmbio entre as bancárias de São Paulo e as mulheres da CNQMT da CUT

<sup>278</sup> Sobre a criação e atuação da CNQMT, posterior CNMT, ver a Dissertação de Mestrado de Maria Berenice Godinho Delgado, coordenadora da Comissão entre 1987 e 1993 (DELGADO, 1996).

<sup>279</sup> A referência citada é um *folder* sobre a história do Departamento Nacional dos Bancários (DNB), produzido provavelmente em 1996.

<sup>280</sup> Neste período, o DNB produziu um caderno, transformado em jornal, chamado *Cut Bancários*, que circulou entre setembro de 1987 e 1992. As edições, poucas e irregulares, estão disponíveis no arquivo físico do Centro de Documentação (CEDOC) da CUT Brasil.

fazia-se sentir através da participação destas nos eventos do Sindicato dos Bancários de São Paulo, como a Semana da Mulher de março de 1988. O destaque é que esta Semana da Mulher - diferentemente da Semana da Mulher Bancária de 1981 - não se apresentava mais como um evento do Departamento Feminino e sim do Sindicato:

[...] o Sindicato organizou a Semana da Mulher, que começa hoje a partir das 18h30 com a apresentação de vídeos, e continua às 19h30 com o debate “A mulher trabalhadora e a Participação Política da Mulher”. O debate de hoje contará com a presença de Lélia Abramo (atriz e ex-presidente do Sindicato dos Artistas); Lúcia Santos (trabalha no Instituto Cajamar<sup>281</sup> e esteve três trabalhando como médica na Nicarágua, Luiza Erundina (deputada estadual pelo PT, líder da bancada, socióloga e assistente social) e Maria Berenice Delgado (presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais, membro da CUT Estadual e da Comissão da Questão da Mulher da CUT). Amanhã, 08 de março, Dia Internacional da Mulher, haverá uma passeata organizada pela coordenação do Movimento de Mulheres de São Paulo. A concentração será na Praça da Sé. Se você quiser participar da Ala das Bancárias, ligue para a Marisa. A sua presença é muito importante, não deixe de participar (FOLHA BANCÁRIA, 07/03/1988, n. 1688, p.2).

A partir da atividade da Semana da Mulher acima, percebo como as dirigentes do sindicato mantiveram aceso o debate sobre as mulheres dentro do Sindicato dos Bancários de São Paulo durante a década de 1980. O tema do debate, “a mulher trabalhadora e a participação política da mulher” estava relacionado ao debate da “Mulher e Constituinte”, em voga naquele contexto – discutido no segundo capítulo. Sobre as participantes, observo que reunia sindicalistas, artistas, deputadas e membras da CUT, selando a união entre lutas sindicais e lutas feministas iniciadas em 1978 e realizadas durante toda a década de 1980.

Segundo trouxe a pesquisa de Clara Maria de Oliveira Araújo, dos 5.977 sindicatos existentes no país no ano de 1988, as mulheres participavam de 1.563, ou seja, elas integravam 26% do total de sindicatos (ARAÚJO, 1992). Desse total de sindicatos, em 1988, a CUT possuía 450 sindicatos filiados, entre eles, os maiores sindicatos do país, como o dos metalúrgicos, químicos e bancários. Em 1991, saltou para 1724 sindicatos filiados, representando 3,5 milhões de trabalhadores (CASTRO, 1995).

Entendo que esta imbricação entre as lutas sindicais e as lutas feministas ocorridas durante toda a década de 1980 e a criação da CNQMT na CUT contribuiu para que na década

---

<sup>281</sup> O instituto Cajamar foi criado em 1986 numa parceria de várias instituições e foi o responsável por formação de lideranças partidárias, sindicais e de movimentos sociais da esquerda brasileira. Seu primeiro coordenador foi Paulo Freire. Foi esse instituto que originou a Escola Sindical da CUT e apesar de sua importância foi extinto em 1994.

seguinte, no 2º Congresso do DNB, as resoluções já trouxessem, além das discussões sobre crise econômica e salários, uma visão ampla sobre as mulheres, muito influenciado pelas resoluções do 3º Congresso da CUT, como mostra o texto:

A luta das mulheres e o movimento sindical

A concepção sindical da CUT deve também significar a valorização e estímulo à militância sindical da mulher, dos trabalhadores negros e demais grupos sociais discriminados pelas relações sociais estabelecidas pela ideologia dominante. A luta pela emancipação dos trabalhadores tem que se realizar de uma forma ampla, onde o combate implacável contra todas as formas de discriminação e de opressão será sempre um princípio e uma prática concreta e fundamental na CUT (III CONCURT).” [...] A visão da opressão das mulheres apenas como uma derivação da opressão da classe leva à negação do caráter específico desta opressão e, muitas vezes, a uma visão utilitarista do movimento de mulheres, apenas como reforço das mobilizações e reivindicações gerais dos trabalhadores. E reforça a visão equivocada de que o movimento de mulheres divide o movimento geral. Pelo contrário, apenas a fusão dos objetivos e das reivindicações do movimento de mulheres com a classe trabalhadora possibilitarão as forças necessárias para alcançar o objetivo das mulheres e dos trabalhadores. [...] É verdade que não se pode conseguir, num prazo de poucos anos, superar de forma radical os condicionantes sociais que pesam sobre as mulheres e os homens. Mas é verdade também que estes objetivos não tem sido colocados com clareza pelas direções dos movimentos sindicais. [...] A luta pela libertação das mulheres não pode ser atribuída apenas às militantes mulheres. Tanto no trabalho de intervenção no movimento tanto na luta por sua assimilação, no combate cotidiano e prolongado de transformação também no plano ideológico deve ser incorporado como tarefa do conjunto dos militantes e responsabilidade das direções. [...] (DNB, 1990).

O texto acima traz o entendimento da complementaridade da luta de homens e mulheres e a responsabilidade de todo o movimento sindical pela luta contra a opressão das mulheres. Apesar das dificuldades que tal entendimento encontrava para implantar-se na prática e cultura dos sindicatos filiados, a postura do DNB demarca como a categoria bancária – e não apenas as bancárias - esteve afinada com as discussões sobre as mulheres no período. Isso se deve, certamente, a dianteira da discussão sobre as mulheres no Sindicato dos Bancários de São Paulo já no início da década de 1980 e a proximidade deste Sindicato com o DNB.<sup>282</sup>

Como traz o texto de resoluções, o III CONCURT - 3º congresso da CUT - foi realizado em 1988, após o I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT, organizado pela CNQMT. Ano da promulgação da nova constituição, este 1º Encontro

<sup>282</sup> A primeira sede do DNB localizou-se no prédio do Sindicato dos Bancários de São Paulo, lá permaneceu até final da década de 1990.

deliberou sobre a luta por creches, a extensão da licença maternidade para 120 dias, igualdade de direitos entre as trabalhadoras urbanas e rurais, extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas (CUT, 1988). O destaque deste 3º congresso foi a abertura do debate sobre a descriminalização e legalização do aborto, que seria aprovado no 4º Congresso da CUT (DELGADO *et al*, 2006).

Na sequência, o mesmo texto informava que a questão das mulheres no sindicalismo bancário estava organizada em comissões de mulheres, a partir da CUT:

[...] Para trabalhar as questões específicas das mulheres é necessário ter estruturas próprias de organização. A estrutura de comissões de mulheres que já vem sendo desenvolvidas pela CUT são mecanismos que impulsionam a organização das mulheres no interior dos sindicatos, vinculados às diretorias. [...] A prioridade da intervenção das comissões é, portanto, o trabalho com mulheres.<sup>283</sup> A garantia de seu funcionamento, a realização de encontros, de atividades de formação, a organização e assistência por parte das comissões de mulheres da CUT às comissões de mulheres do sindicato, e encaminhamento das deliberações de congressos (DNB e CONCUR) sobre as questões das mulheres, é fundamental para o fortalecimento da organização das mulheres dentro do movimento sindical e conseqüentemente com um todo (DNB, 1990).

Aqui se observa o papel que a CUT, como central sindical, exerceu até então sobre o debate das mulheres. Em 1991, a CNQMT alterou o nome, tirando a expressão “sobre a questão”, tornando-se CNMT.<sup>284</sup> Maria Berenice Godinho Delgado explica que, mais do que uma questão semântica, a alteração do nome revelava um significado mais profundo: a “descoberta” do termo gênero pelas mulheres sindicalistas, que a partir daí iriam abordar a situação das mulheres na sociedade através da compreensão das relações de gênero (DELGADO, 1996, p. 56). Em suma, a passagem da “questão da mulher” para as relações de gênero era a expressão da influência das feministas sobre as sindicalistas. Assim, o gênero vinha para consumir a noção de que a luta das mulheres nos sindicatos, em realidade, era uma luta de homens e mulheres pela igualdade.

<sup>283</sup> Maria Berenice Godinho Delgado diz que até 1994 oito estados organizaram suas comissões estaduais de mulheres, embora o levantamento possa estar incompleto devido à dificuldade de computar naquele momento tantas regionais e federações espalhadas Brasil afora (DELGADO, 1996).

<sup>284</sup> Em 1994, a CNMT passou a fazer parte da direção executiva nacional da CUT e em 2003 foi transformada em Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora.

#### 4.6 A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE AS LUTAS BANCÁRIAS

A década de 1990 constitui-se particularmente difícil para o sindicalismo bancário, uma vez que os bancos implantaram o processo de reestruturação e automação completa de seus serviços, reduzindo pela metade o número de bancários no país: entre 1989 e 2001, o número passou de 802.451 para 390.986 (JUNCKES, 2004, p. 174).<sup>285</sup>

Conforme destaca Eliana Maria dos Santos, ainda em 1991, as dirigentes sindicais bancárias articularam-se numa comissão nacional de mulheres com o objetivo de debater propostas para compor a minuta de reivindicações da categoria. Tal grupo era liderado pelas bancárias dirigentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo e a principal questão discutida no período era o combate ao assédio sexual nos bancos (SANTOS, 2010). Um destes encontros aconteceu em 1992, antecedendo o 3º Congresso do DNB, que criou a Confederação Nacional dos Bancários (CNB).<sup>286</sup> Segundo Eliana, a partir deste encontro as sindicalistas bancárias começaram a se organizar de forma mais articulada quando foi organizada a comissão nacional de mulheres bancárias da CNB, com representantes de cada estado (SANTOS, 2010).

O caderno de resoluções mostra os motivos de criação da CNB e como ela já representava a grande maioria da categoria bancária:

A Confederação Nacional dos Bancários (CNB) é a mais nova realidade organizativa do movimento sindical dos trabalhadores do sistema financeiro; sintonizada com as novas condições que a conjuntura no Brasil e no mundo impõem nas relações intersociais. [...] A Confederação inicia a ocupação de uma longa lacuna no sindicalismo nacional no aspecto de suas relações internacionais no nível orgânico. Com a CNB enfrentamos de frente esta debilidade e colocamos aos trabalhadores e aos dirigentes novas possibilidades de ação político-sindical. A Confederação está filiada à FIET (Federação Internacional dos Empregados e Técnicos) com sede em Genebra (Suíça) por decisão do [terceiro] congresso. [...] A CNB nasce respaldada em uma invejável representação sindical. Dos 650 mil bancários existentes hoje no país, cerca de 85% estão associados aos sindicatos filiados à CUT. Os 64 sindicatos, 3 federações (BA, RJ e Centro Norte), as três federações cutistas (SP, MG E PR) somam mais de 500 mil bancários. Esse amplo respaldo de base possibilita a Confederação, assim como lhe dá a responsabilidade,

<sup>285</sup> Os dados estatísticos não trazem as demissões por sexo. Sobre o emprego bancário na década de 1990, ver a dissertação de Alcinei Rodrigues, *O emprego bancário no Brasil e a dinâmica setorial* (RODRIGUES, 1999).

<sup>286</sup> A CNB não era a primeira Confederação Nacional da categoria bancária, pois, como já visto no primeiro capítulo, em 1958 foi criada a CONTEC. No entanto, sobre a CONTEC recaíam muitas críticas por parte das oposições sindicais devido à sua prática de não negociação com os bancos, deixando a negociação a cargo da Justiça do Trabalho (SANTOS, 2010). Neste mesmo período, também foi criada a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, a Confederação Nacional dos Químicos, dos Petroleiros, entre outras.

coordenar as lutas da categoria nos planos nacionais e internacionais. [...] (DNB, 1992).

Como se observa, a CNB representou uma nova estratégia na organização sindical, que reunia mais de oitenta e cinco por cento da categoria bancária do país.<sup>287</sup> A Confederação não era mais um departamento da CUT, acatando inclusive, naquele momento, sindicatos não filiados à CUT (DNB, 1992).<sup>288</sup> Além de unificar pautas, reivindicações e negociações,<sup>289</sup> a CNB previa organização nacional e internacional, seguindo os princípios do internacionalismo histórico dos trabalhadores.<sup>290</sup> O caderno de resoluções do 3º Congresso do DNB demonstra a busca por espaço para as mulheres na CNB:

[...] Ao longo destes quase dez anos de construção da Central Única dos Trabalhadores, os processos de “seleção” e de “promoção” dominantes na sociedade dominantes na sociedade, estiverem presentes também, de certa forma, dentro da CUT. [...] O DNB deve ter uma política consciente para se contrapor à ação dos mecanismos sociais dentro dos nossos SEEBs, através de uma política de ação afirmativa. [...] É preciso reconhecer, principalmente em nossa categoria onde as mulheres tem uma grande inserção no mercado de trabalho, que a falta de qualificação e poder aquisitivo desigual acabam representando um enfraquecimento na inserção sindical. [...] É preciso iniciar já um debate sobre a superação deste processo, que passa pela discussão, aprofundamento e implementação de ações positivas [...] A proposta de cota que será votada na plenária da CUT em junho é uma referência importantes para o aprofundamento deste debate, mas o fundamental, neste momento, é reconhecer que existe a necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades de participação. [...] Por isso, propomos: 1) Uma Comissão sobre a trabalhadora bancária, a ser instalada dentro de 30 dias após este congresso [...]4) Desenvolver campanhas educacionais, seminários, debates, visando combater ideias machistas e

<sup>287</sup> Em publicação sobre o balanço social dos bancos, a FEBRABAN mostrava que o sistema bancário em 1993 possuía 244 bancos, empregava exatos 674.500 funcionários, sendo 57% homens e 43% mulheres. Do total de funcionários, 431.800 desempenhavam as funções de Escriturários e Auxiliares, Caixas, Recepcionistas e Secretárias. Destes 674.500, 539.600 estavam representados pela CNB (FEBRABAN, 1993).

<sup>288</sup> Neste 3º congresso do DNB também foram disputadas a eleições pela primeira direção da CNB. A chapa vencedora tinha a frente Ricardo Berzoini e mais 95 diretores, entre efetivos e suplentes. Dentre estes, duas mulheres, Maria Célia Micelli Cantu e Adozinda Praça de Almeida (DNB, 1992).

<sup>289</sup> A novidade da campanha nacional de 1992 foi a própria Convenção, a primeira Convenção Coletiva de Trabalho válida nacionalmente, abarcando todos os bancários e bancárias do país. Sobre Convenção Coletiva de Trabalho ver Ana Márcia Braga Lima (2008).

<sup>290</sup> A CNB filiou-se à Federação Internacional dos Empregados, Técnicos e Profissionais (FIET) neste 3º Congresso do DNB. A FIET representava, em 1996, mais de 11 milhões de trabalhadores do setor de serviços, organizada em mais de 400 sindicatos de 120 países do mundo. Entre os dez pontos do seu programa global de atuação, estava a bandeira da Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres. Em 1996, em seu 4º Congresso Mundial, do qual a CNB participou, um dos temas discutidos na seção bancos foi a desigualdade entre homens e mulheres no setor bancário (RELATÓRIO 4º FIET, 1996).

atrasadas; 5) Incluir, necessariamente, nas pautas de negociação exigências de tratamento igual para a mulher no que diz respeito ao salário, jornada de trabalho, ascensão e capacitação profissional [...]. (DNB, 1992).

O texto acima reivindicava mais espaço para as mulheres na CNB, afirmando que na própria CUT, apesar de existir o debate sobre as mulheres, ainda eram os homens que mantinham a liderança sindical.<sup>291</sup> Já na categoria bancária, o texto afirma a necessidade de participação das mulheres na estrutura da representação sindical e as cotas viriam contribuir com o debate, mas o momento exigia ações pontuais, expressas em dez propostas. Dentre estas dez, <sup>292</sup> três delas seriam colocadas em prática nos próximos anos, como a Comissão de Mulheres da CNB, as campanhas de conscientização e pautas de reivindicação com os bancos.

O debate das cotas na CUT citado no texto é reflexo da atuação das mulheres na CUT desde 1986 e da sinergia entre as sindicalistas e feministas. As cotas já haviam sido aprovadas no Partido dos Trabalhadores em 1991, criando um ambiente propício para o debate (GODINHO, 1996).<sup>293</sup> A plenária de junho citada, provavelmente, referia-se à plenária estadual da CUT São Paulo, tendo em vista que foi na 6ª plenária nacional da CUT realizada em agosto de 1993 que ocorreu a aprovação de uma cota mínima de 30% por sexo na direção da CUT (DELGADO *et al*, 2006).

Neste 3º Congresso do DNB também foi discutido, pela primeira vez, o tema da Igualdade de Oportunidades a partir da Convenção nº 111 da OIT (CADERNOS CONTRAF CUT, 2013; RECOARO *et al*, 2003).<sup>294</sup> Denominada “Convenção sobre a discriminação em emprego e profissão”, a convenção n. 111 foi adotada pela OIT em 1958. Dos seus 14 artigos, o artigo 1º definiu o que considera discriminação:

<sup>291</sup> Em 1993 a CUT possuía 2.041 entidades sindicais filiadas, o que representava uma base de 17,5 milhões de trabalhadores no Brasil (CASTRO, 1995).

<sup>292</sup> As demais propostas pediam a realização de pesquisa sobre a situação das mulheres nos locais de trabalho, fortalecimento da comissão de mulheres nos sindicatos, abrir espaço nos boletins sindicais para a luta das mulheres, que a plenária da CUT deliberasse pela cota de 30%, que a CUT e a CNB observem situações de discriminação das mulheres na militância e em observando tais casos que eles fossem amplamente denunciados. Também propunha o fim do teste de gravidez e laqueadura para admissão e permanência no emprego e readmissão de mulheres grávidas em período de experiência (CNB, 1992).

<sup>293</sup> A aprovação da reserva de cotas de 30% no PT foi pioneira no Brasil. No entanto, nos Estados Unidos e Europa as ações afirmativas nos partidos datam da década de 1980 (GODINHO, 1996). Em 1997, a lei eleitoral - lei nº 9.504 - adotou a mesma sistemática: no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

<sup>294</sup> Os *Cadernos ContraCut* foram lançados em 2010 pela Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) – nome que adquiriu a CNB em 2006 – com o objetivo de informar e formar sobre os temas que estavam na agenda do movimento sindical bancário (CADERNOS CONTRAF CUT, 2013).

#### Artigo 1º

1. Para fins da presente convenção, o termo "discriminação" compreende: a) Toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão; b) Qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Membro Interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados. 2. As distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego não são consideradas como discriminação. 3. Para os fins da presente convenção as palavras "emprego" e "profissão" incluem o acesso à formação profissional, ao emprego e às diferentes profissões, bem como as condições de emprego (OIT, 1958).

Como se observa na leitura do artigo primeiro, a Convenção n. 111 definiu que as discriminações se expressam quando se pratica a “distinção, exclusão ou preferência baseada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”. O governo brasileiro ratificou esta Convenção em janeiro de 1968.<sup>295</sup> Se foi ratificada em 1968, porque só na década de 1990 o debate vinha à tona? Considero que foi devido à dinâmica própria do Brasil, já que na década de 1960 nem as mulheres nem o feminismo se constituíam como movimento, ao contrário, aqui se vivia sob o prisma da ditadura militar.

Analisando depoimento das dirigentes bancárias, Eliana Maria dos Santos mostra que neste início da discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres houve conflitos com dirigentes bancários. Ainda durante o 3º Congresso do DNB, em que as dirigentes da FIET estiveram presentes, a atividade cultural do encerramento do congresso incluiu a participação das mulatas do Sargentelli, o que causou um grande constrangimento entre as dirigentes presentes (SANTOS, 2010, p. 233).<sup>296</sup>

Entre 09 e 11 de junho de 1994, no 1º Congresso da CNB, o caderno de resoluções novamente trouxe um texto de reflexão, “a mulher bancária e o mercado de trabalho”, bem

<sup>295</sup> Como discutido no primeiro capítulo da tese, a Convenção nº 111 da OIT pode ter influenciado na aprovação da Lei 5.473 em julho de 1968.

<sup>296</sup> Osvaldo Sargentelli (1924-2002) foi radialista, apresentador de televisão e empresário. Na década de 1970, passou a investir no setor de boates e shows de samba. Como atração dos shows de suas casas noturnas, passou a contratar mulheres que apresentava como “as mulatas de Sargentelli”. No auge chegou a ter quarenta mulheres contratadas. Sobre a invenção da mulata como “produto nacional” ver artigo de Mariza Corrêa (1996).

como propostas que visavam combater a desigualdade entre homens e mulheres nos bancos e nos sindicatos:

A mulher bancária e o mercado de trabalho

Enquanto nós, dirigentes sindicais (homens e mulheres) tratarmos este assunto como de segunda categoria e fragmentando nossa atuação, os banqueiros, através de novas tecnologias e organização do trabalho, se apropriam e utilizam a mão-de-obra feminina para conseguir melhor produtividade com menores custos. Se faz necessário à CNB-CUT intervir nesta questão, pois isso pode ajudar na luta contra a desqualificação do trabalho bancário e por melhores condições de trabalho. Propostas - Garantir a implementação das resoluções do 5º CONCURTO referente às mulheres [...]. - Orientar a criação de comissões que tratem da Igualdade de Oportunidades [...]. - Elaborar uma publicação sobre novas tecnologias e organização do trabalho, com um estudo especial sobre a divisão sexual do trabalho, com o objetivo de sensibilizar dirigentes sindicais (homens e mulheres). - Orientar os sindicatos sobre esta questão [...]. - A CNB promoverá um estudo na área da saúde, em especial sobre a LER, pontuando a questão de gênero [...]. - Discutir com as empresas a questão da igualdade de oportunidades no acesso aos cargos. [...] (CNB, 1994).

Como se observa, no 1º Congresso da CNB<sup>297</sup> permaneceram as propostas por espaço para as mulheres: tanto no banco, quanto no sindicato. Ele pedia a implementação, por parte da CNB, das resoluções aprovadas no 5º Congresso da CUT, realizado em maio de 1994, que trouxe como tema “Mobilização, cidadania e negociação”, priorizando as lutas pelas questões de gênero e de raça (CUT, 1994). Um de seus desdobramentos foi a campanha “Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical” criada e desenvolvida pela CNMT da CUT entre 1995 e 2000.<sup>298</sup> Segundo depoimento de

<sup>297</sup> Este congresso também elegeu a nova diretoria, disputada por quatro chapas. Sérgio Rosa assumiu como presidente e na executiva, duas mulheres Maria Celia Micalli Cantú na secretaria geral e Eunice Peres de Oliveira na secretaria de bancos privados. Na diretoria, três mulheres e três homens, uma delas Erika Kokay, bancária da Caixa Econômica Federal desde 1982, então presidente do sindicato dos bancários de Brasília, atualmente Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Sérgio Rosa renunciou em 1995 para cumprir mandato de vereador da cidade de São Paulo, assumindo como presidente Maria Celia Micalli Cantu e Érika Kokay na secretaria geral até a finalização do mandato, em junho de 1997.

<sup>298</sup> Em setembro de 1995 foi realizada a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, conhecida como Conferência de Pequim, teve como tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, reunindo participantes de cerca de 189 países. Uma das principais resoluções foi mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, colocando o gênero na agenda internacional (ONU, 1995). No entanto, a adoção do termo teve divergências. Scott refletiu sobre a polêmica que o termo adquiriu nesta conferência, mostrando que sua adoção não foi pacífica, muito menos consensual. Segundo conta, vários representantes de delegações levantaram a questão do potencial/efeito de subversão do termo sobre a moralidade e os valores familiares, acusando que o Programa da ONU na agenda da Conferência, “fora sequestrado pelas feministas”, levando a Declaração Final da Conferência a definir o gênero como “seu uso comum e geralmente aceito” (SCOTT, 2008, p. 12, tradução nossa). A carta final da Conferência, que em nenhum momento explicou o que era este “uso comum e geralmente aceito”, abrandou a discussão do termo, utilizando-o quase que como sinônimo de mulheres e homens, o

Maria Ednalva Bezerra, “esta campanha trouxe para o interior da Central, um envolvimento maior das mulheres das confederações, federações e sindicatos” (BEZERRA, 2006 apud DELGADO et al, 2006, p.52).

A campanha da CUT certamente influenciou no debate da Igualdade de Oportunidades na categoria bancária, o qual já havia iniciado em 1992. Em 1996, a CNB destacou uma dirigente para cuidar das questões de gênero, raça e orientação sexual da categoria bancária, em nível nacional (RECOARO et al, 2003). Segundo a pesquisa de Eliana Maria dos Santos, esta responsável foi Vera Lúcia Oliveira (SANTOS, 2010, p. 231). Também em 1996, um grupo de dirigentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, até então chamado “Comissão de mulheres”, passou a denominar-se “Coletivo de Gênero”. A mudança de nome possibilitou uma maior participação entre os dirigentes do sindicato, incluindo os homens, os quais antes não se viam participando de um “grupo de mulheres” (RECOARO et al, 2003). Ainda naquele ano, a dirigente da CNB e o Coletivo de Gênero do Sindicato dos Bancários de São Paulo trabalharam juntos na criação de uma cláusula, chamada de Igualdade de Oportunidades, oriunda da junção das cláusulas sobre discriminação e isonomia que já constavam da minuta de reivindicações da categoria bancária desde anos anteriores (RECOARO et al, 2003). E pela primeira vez, em 1996, o tema da Igualdade de Oportunidades foi incluído na minuta de reivindicações oficial. Mas os bancos negaram que havia discriminação, alegando que não existiam dados concretos sobre os quais discutir (CADERNOS CONTRAFUT, 2013).

O ano de 1997 foi bastante promissor no tema do debate de gênero na CNB como pode ser acompanhado por seu Informativo.<sup>299</sup> Entre 12 e 14 de junho foi realizado o 2º congresso da CNB. No Edital do Congresso, o tema “saúde e gênero” entrou como um dos oito temas a serem discutidos e deliberados:

A Confederação [...] por seu presidente abaixo assinado [...] convoca seus filiados - federações e sindicatos – a participar do II CONGRESSO NACIONAL [...] para a discussão e deliberação da ordem do dia que se segue: 1- Conjuntura nacional e internacional; [...] 5- Saúde e gênero; [...] 7- Eleição e posse da diretoria da Confederação; 8 – Outros assuntos de interesse da Confederação

---

segundo ela, revelava como a forma inofensiva como o gênero tem sido usado atualmente nas políticas, embora, destaca que nas décadas de 1970 e 1970, várias autoras, entre as quais ela se inclui, tenham teorizado sobre o gênero com o seu potencial desestabilizador e transformador (SCOTT, 2008).

<sup>299</sup> A CNB produziu um informativo diário, *CNB BRASIL*, que passou a ser o canal de comunicação oficial das ações da CNB. Tudo indica ter sido produzido desde 1994, mas no arquivo histórico da CNB constava apenas a partir do número 641, de 03/01/1996 até nº 1758 de 27/09/2000.

São Paulo, 10 de maio de 1997  
 Maria Célia Micalli Cantu  
 Presidente (CNB BRASIL, 21/05/1997, nº 975).

Maria Célia – primeira mulher presidente da CNB - assumiu o mandato em 1995, após a renúncia do então presidente, Sérgio Rosa, para assumir o mandato de vereador do município de São Paulo. A novidade desse congresso foi que as mulheres se reuniram um dia antes no Encontro de Dirigentes Bancárias (CNB BRASIL, 02/06/97, nº 981). Segundo o informativo da *CNB BRASIL*:

Dirigentes bancárias trocam experiências  
 A CNB recebeu a inscrição de 37 bancárias inscritas, representando 21 entidades do país, para participar da reunião nacional das dirigentes sindicais, programada para o dia 11/06, das 09h às 18h, também no Hotel Glória. As sindicalistas vão trocar experiências sindicais e avaliar o trabalho desenvolvido pela CNB e entidades filiadas na área de gênero. As bancárias também vão debater questões de saúde e as teses ao II Congresso da CNB (CNB BRASIL, 09/06/97, nº 986).

A CNB não publicou fotos do Encontro das Dirigentes Bancárias. Entre as deliberações do 2º Congresso<sup>300</sup> da CNB constava a criação de um Coletivo Nacional em Gênero e Raça:

[...] Entre as deliberações do II Congresso estão a luta contra a discriminação por raça e gênero e a necessidade do movimento sindical bancário se envolver nessa discussão, através da inclusão da questão racial nas políticas e planos de ação das entidades. Foi aprovada a criação do Coletivo Nacional de Gênero e Raça (CNGR); a deflagração da campanha Paternidade Responsável; a adoção em todo material escrito das entidades, a referência a bancários/bancárias; inclusão na convenção coletiva de cláusula que coíba as empresas de discriminar trabalhadores negros no processo de seleção. Também foi deliberada a realização de seminários com dirigentes sobre a Convenção 111 da OIT; a identificação da discriminação de gênero nas empresas bancárias; a necessidade de reforçar a política de cotas e fazer constar nas propostas de sindicalização o quesito cor/raça (CNB BRASIL, 16/06/97, nº 990, p.2, grifo nosso).

Juntamente com as deliberações de ações em gênero e raça, o 2º congresso criava um órgão - Coletivo Nacional de Gênero e Raça – que deveria levar adiante o debate em gênero e raça na categoria bancária. Um mês depois, o órgão já aparecia com o nome de “Comissão de Raça, Gênero e Opção Sexual”, pedindo nomes de representantes para compor a referida

<sup>300</sup> O 2º Congresso também elegeu a nova diretoria, tendo novamente como presidente Sérgio Rosa, e dentro os 20 membros da diretoria executiva, 6 mulheres (CNB BRASIL, 18/06/1997, nº 992).

comissão com vistas a incluir as reivindicações na campanha salarial daquele ano (CNB BRASIL, 28/07/97, nº 1019). Como primeiro resultado da ação desta Comissão, ainda em 1997, a minuta de reivindicações da campanha nacional daquele ano trazia como novidade a proposta de criação de uma “Comissão Paritária Permanente para discutir as questões de gênero/cor/raça e orientação sexual com base nas Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho” (CNB BRASIL, 04/09/97, nº 1024, p. 2).

Matéria no *Cadernos ContraCut* atribuiu a criação da Comissão de Gênero, Raça e Orientação ao Encontro das Dirigentes Bancárias (CADERNOS CONTRAFCUT, 2013). Em livro que conta a experiência da cláusula Igualdade de Oportunidades na categoria bancária, algumas dirigentes contam que incorporar os temas da discriminação racial e da orientação sexual foi uma estratégia para inserir outras pessoas no debate, trazendo assim aqueles dirigentes que queriam discutir a questão racial e homossexual (CORREIA *et al*, 2004).

Em novembro de 1997, o informativo da *CNB BRASIL* trouxe a publicação, pelo DIEESE, do estudo “*Equidade de Gênero nas Negociações Coletivas: Cláusulas Relativas ao Trabalho da Mulher no Brasil*” (CBN BRASIL, 19/11/97, nº 1101). Tal estudo deu suporte para as atividades e negociação coletiva da CNB promovidas durante o ano seguinte.<sup>301</sup> Conforme Laís Abramo, as negociações coletivas são um importante instrumento para promoção da igualdade entre homens e mulheres no trabalho (ABRAMO, 2007). Muito utilizado na Europa, Estados Unidos e Canadá, as reivindicações relacionadas ao gênero nas negociações coletivas ainda são incipientes em países da América Latina. Para Vera Soares, a crescente participação feminina no mercado de trabalho, aliado à participação sindical das mulheres contribuiu para o debate sobre as cláusulas de gênero nos acordos coletivos de várias categorias profissionais (SOARES, 1998).

As reuniões da CGROS passaram a ser regulares no ano de 1998. Em fevereiro, acontecia reunião que discutia as atividades para o 08 de março daquele ano. Também estava na pauta uma Campanha Nacional de Sindicalização das Mulheres, reunião de mulheres da IroFIET<sup>302</sup> e debate sobre mulheres nas atividades financeiras (CNB BRASIL, 02/02/98, nº 1146).<sup>303</sup> A campanha trazia a frase “Mulher: nunca desista”. A sindicalização das mulheres foi o tema do 08 de março daquele ano, bem como foi dada orientação pela Comissão para

<sup>301</sup> Laís Abramo, representante da OIT na América Latina, em depoimento para o livro “*Mulheres na Cut: uma história de muitas faces*”, diz que essa pesquisa do DIEESE serviu de inspiração para o Projeto da OIT sobre Negociação Coletiva e Equidade de Gênero na América Latina, aplicando a metodologia em 06 países (LIMA *et al*, 2006).

<sup>302</sup> Entidade representante da FIET na América Latina.

<sup>303</sup> Apesar abranger as questões de raça e orientação sexual, percebo que foi o tema “gênero” que dominou as ações da CGROS nestes primeiros anos de sua criação.

que os sindicatos e federações trabalhassem a campanha durante todo o mês de março:

Dar ênfase à sindicalização de bancárias, no mês da mulher

Os sindicatos estão agitando a Campanha de Sindicalização das Bancárias [...] A Campanha, lançada pela Comissão Nacional de Raça, Gênero e Orientação Sexual, deve ser trabalhada por todos os SEEBs durante todo o mês. Em SP, o sindicato tem um calendário de atividades [...] No RJ, também ocorrem manifestações para chamar a atenção das bancárias [...] Ontem, a CUT abriu uma exposição de fotos sobre a mulher trabalhadora [...] (CNB BRASIL, 03/03/98, nº 1164).

Campanha de Sindicalização de Bancárias

A Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual solicita empenho dos sindicatos na Campanha Nacional de Sindicalização de Bancárias. As entidades devem promover atividades, reuniões e palestras sobre os problemas e os direitos das mulheres. Se houver interesse, a CNB ainda tem folders disponíveis para as entidades trabalharem a Campanha (CNB BRASIL, 17/03/98, nº 1174).

Em 1998, a CNMT da CUT lançou o caderno “Igualdade de Oportunidade – Ações Afirmativas Superando Desigualdades”. O caderno trazia textos da socióloga Paola Capellin sobre as ações afirmativas na Europa e Estados Unidos, texto da então coordenadora da CNMT, Maria Ednalva Bezerra de Lima, bem como depoimento de dirigentes (IGUALDADE DE OPORTUNIDADE, 1998). No entanto, apesar do nome semelhante, observo que o caderno não dialogava com a “Igualdade de Oportunidades” nos moldes da Convenção nº 111 da OIT discutida, com força, pela categoria bancária naquele contexto. O informativo *CNB BRASIL* mostrava a importância com que o tema da Igualdade de Oportunidades estava sendo tratado pela CNB no ano de 1998:

Oportunidades Iguais

A CNB enviou a todas as entidades filiadas documento sobre a convenção 111 da OIT, a fim de que se promova ampla discussão na base sobre a discriminação de raça, gênero ou outro tipo no mercado de trabalho. Foi enviada também proposta elaborada por grupo tripartite do qual a CUT participa. A Convenção assinada em 1958 pelo governo brasileiro não foi ainda implementada porque governo e empregadores não reconhecem o problema da discriminação como fator que contribui para acentuar desigualdades na remuneração, mobilidade, ocupação de cargos e oportunidades (CNB BRASIL, 21/07/98, nº 1237).

Os documentos enviados para as entidades filiadas, sindicatos e federações, mostra a importância que o tema estava adquirindo na CNB naquele momento.<sup>304</sup> Além dos documentos enviados, dias depois foi promovido pela CNB o Seminário para negociação

<sup>304</sup> O documento enviado não foi encontrado no arquivo da CNB.

coletiva de cláusulas relativa a gênero, raça e orientação sexual (CNB BRASIL, 23/07/98, nº 1239). O destaque é o que o evento não foi promovido pela Comissão e sim pela CNB, o que pode demonstrar o envolvimento direto da Confederação no assunto.

O seminário vinha também preencher uma lacuna, a falta de intimidade com o tema por parte dos dirigentes negociadores, em sua maioria, dirigentes homens.<sup>305</sup> Como contam as dirigentes, por trás da recusa dos representantes da FENABAN em negociar, estava o problema da falta de preparação dos negociadores para argumentar com os patrões: “os homens tinham a prática da negociação, mas não detinham o conhecimento necessário para defender uma cláusula de igualdade de oportunidades. Por outro lado, as mulheres dominavam o assunto, mas não tinham a experiência da mesa de negociação” (CORREIA, et al, 2004, p. 62). Vera Soares mostrou este mesmo problema em sua pesquisa sobre os acordos coletivos e as trabalhadoras (SOARES, 1998). Segundo as dirigentes de centrais entrevistadas pela autora, as reivindicações específicas das mulheres não avançavam porque as mulheres não participavam das mesas negociadoras, inclusive nos setores com bastante representatividade feminina e nem mesmo quando as mulheres estavam à frente das mobilizações grevistas (SOARES, 1998, p. 153).

A realização do Seminário do DIEESE indicava que o tema da Igualdade de Oportunidades ia tornando-se realidade na pauta de reivindicações da campanha nacional da categoria bancária. Como apontou a nota:

Gênero, raça e orientação sexual: prioridades em negociações futuras  
Seminário realizado pela CNB no último dia 29, sob coordenação do Dieese, debateu a estratégia a ser adotada na negociação de cláusulas específicas de gênero, raça e orientação sexual. Participaram 30 dirigentes representando entidades filiadas. Uma das conclusões do seminário é que a incorporação destes itens como de importância fundamental nas discussões é essencial para a elevação do padrão de vida e existência real de igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores. Dados apresentados no evento indicam que a mulher ainda possui menor salário e não ocupa cargos de comando no mercado de trabalho. Embora tenham obtido maior grau de escolaridade dos anos 30 até hoje, essa mudança não refletiu em melhores oportunidades econômicas e sociais para o segmento feminino. Entre as ações necessárias para enfrentar este tipo de problema foram apontadas a busca de informações junto a entidades estrangeiras, sensibilização e capacitação de dirigentes sindicais sobre este tema, fórum permanente para debater os assuntos por estado, aprovar cotas de participação, elaborar Projetos de Lei para estados e municípios que visem isonomia de tratamento

---

<sup>305</sup> A negociação com os bancos é liderada por um grupo de representantes das entidades sindicais - chamado comando dos bancários- composto por presidentes dos sindicatos de bancários das capitais, de algumas federações, além do presidente da Confederação. Logo, se as mulheres não estão nestes cargos, não participam das mesas de negociação.

e criar fatos políticos que exponham o problema à sociedade, como, por exemplo, denunciar discriminação junto ao Ministério Público, entre outras medidas (CNB BRASIL, 31/07/98, nº 1245).

Uma constatação evidente do texto é que, embora mencione raça e orientação sexual, as estatísticas e os comentários referem-se apenas a gênero. Isto se deve, certamente, pela questão da CGROS ter sido fruto, como visto acima, da organização das mulheres, as quais faziam da questão de gênero sua militância principal. Assim, o tema da raça e orientação sexual, neste primeiro momento, parece ter ficado de fora.<sup>306</sup>

Em agosto de 1998, a Minuta de Reivindicações da Campanha Salarial, trouxe como um dos dez eixos da campanha nacional o tema “Igualdade de Direitos: combater o preconceito de gênero, raça ou preferência sexual” (CNB BRASIL, 03/08/98, nº 1246). Mas o tema, novamente, não foi aceito pelos bancos.

Em fevereiro de 1999, o Seminário de Gênero e Raça, organizado pela CGROS, dá mostra de que o tema da Igualdade de Oportunidades continuava em pauta:

Igualdade de Oportunidades: seminário debate atuação sindical  
O que fazer na luta pela superação das desigualdades de oportunidades no local de trabalho é o tema do seminário de planejamento da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual da CNB – CUT, programado para os dias 25 e 26 de fevereiro. O objetivo do evento é debater com dirigentes sindicais uma nova maneira de trabalhar com os temas gênero, raça, cor e orientação sexual, complementando as atividades já existentes. Segundo Vera Lúcia Oliveira, coordenadora da Comissão, atualmente não existe uma metodologia definida de trabalho e esses temas só são priorizados nos sindicatos quando há um responsável. “Mesmo nesses casos a pessoa trabalha sozinha, além de desenvolver outras tarefas. Queremos ampliar essa atuação e levá-la além das datas comemorativas, como 08 de março e dia da Consciência Negra”, afirma Vera. Para isso será apresentado durante o seminário um projeto-piloto, que inclui capacitação dos dirigentes sindicais para debater o tema e formação de bancários com o objetivo de despertar o interesse e envolver nossas pessoas na luta por igualdade de oportunidades (CNB BRASIL, 18/02/99, nº 1372, grifo nosso).

Como coordenadora da CGROS entre 1998 e 2000, Vera deixava claro em sua fala a dificuldade de trabalhar com os temas “gênero, raça e orientação”, uma vez que não existia uma metodologia definida de trabalho e, que lidar com estes temas nos sindicatos significava “trabalhar sozinha”. A questão da igualdade como uma campanha nacional de divulgação surgiu mais fortemente na reunião do CGROS de 12 de agosto de 1999, como mostrou a nota da *CNB Brasil* abaixo:

<sup>306</sup> As discussões da raça e orientação sexual na categoria bancária só passaram a avançar a partir da realização dos censos da diversidade realizados em 2008 e 2014. Como resultado destes, em 2016 a CONTRAF criou a Secretaria de Combate ao Racismo.

#### Igualdade de direitos

Uma campanha pela igualdade. A ideia saiu de uma reunião da Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual, no último dia 12. A Comissão definiu a confecção de um *folder*, no qual constarão também informações sobre assédio sexual. A ideia é implementar um trabalho permanente pela igualdade de oportunidades. Um dos primeiros passos para isso é incrementar a discussão sobre o tema com a Executiva Nacional e preparar um texto padrão para ser divulgado nos jornais de campanha salarial específicos de cada banco. Também será sugerida a CNB a realização de atividades nacionais para informar sobre assédio e igualdade. Desde já, os sindicatos devem fazer um levantamento sobre discriminação e assédio sexual nos bancos e enviar às federações (CNB BRASIL, 18/08/99, nº 1493, grifo nosso).

Como visto acima, o tema da igualdade ganhava novo fôlego e amplitude com a campanha proposta, que tinha o objetivo de iniciar um trabalho permanente pela igualdade de oportunidades. O *folder* tinha lançamento previsto para 28 de setembro:

#### Igualdade de Oportunidades

Sindicatos de todo país lançam amanhã o folder Igualdade de Oportunidades, conforme orientação da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual. A questão é uma das reivindicações da campanha salarial deste ano e deve ser amplamente discutida e divulgada (CNB BRASIL, 28/09/99, nº 1521).

No arquivo histórico da Contraf, recuperei o *folder*:

**Figura 26** – *Folder* Igualdade de Oportunidades Sempre



**Fonte:** CNB (1999)

Apesar da maior divulgação que no ano anterior, na Campanha nacional do ano de 1999, novamente, o tema da Igualdade de Oportunidades não foi aceito pelos bancos (CADERNOS CONTRAFCUT, 2013). Como visto acima, a Igualdade de Oportunidades foi tema da pauta de reivindicação da categoria bancária desde 1996, intensificando-se nos anos de 1998 e 1999. Mas, em todas elas, o tema não foi aceito pelos bancos. No ano 2000, novamente, manteve-se como eixo da campanha nacional, com algumas mudanças estratégicas. Uma delas foi a parceria entre a CGROS e o Coletivo de Gênero do Seeb SP no projeto do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG) da Agência Canadense para o

Desenvolvimento Internacional (CIDA).<sup>307</sup> Tal projeto iniciou em março do ano 2000 com previsão de finalização em 2002. Um dos objetivos de longo prazo do projeto foi:

Buscar incluir na Convenção Coletiva da Categoria Bancária cláusulas sobre igualdade de oportunidades e melhoria das condições de trabalho, ou incluir nas normas dos bancos recomendações aos recursos humanos de não discriminação de gênero, raça, orientação sexual e de combate e prevenção ao assédio sexual (PROJETO apud RECOARO et al, 2003, p. 165).

O FIG foi constituído em 1994 e desde então apoiou vários projetos de grupos, associações, sindicatos que tinham por objetivo discutir gênero e raça no mundo do trabalho do Brasil (MOREIRA; ZIMMERMANN, 2004). A presença deste organismo internacional, por sua vez, revela uma característica do movimento feminista da década de 1990. Conforme Céli Pinto, nesta década houve uma especialização do feminismo, que atuou através de Organização Não Governamental (ONG) e muitas destas eram financiadas por organismos internacionais (PINTO, 2003).

O projeto construiu materiais, como uma Cartilha, conforme divulgou a *CNB BRASIL*:

Entidades lançam Cartilha sobre Igualdade de Oportunidades  
Sindicatos de várias partes do país realizam atividades amanhã para lançar a Cartilha Igualdade de Oportunidades, editada pela CNB e SEEB SP, em parceria com o FIG- Canadá. Em SP, a CNB e o Sindicato realizam atividade no Café dos Bancários, do SEEB SP, com participação da professora da USP e autora do livro “Mulher e Trabalho: Experiências e Ações Afirmativas, Vera Soares, e da coordenadora do Fundo de Gênero do Canadá, Neusa Zimmermann. [...] A intenção da CNB, ao lançar a cartilha, foi subsidiar o debate sobre a discriminação sexista e racial no mercado de trabalho e na vida em geral, a fim de contribuir com a construção de situações de igualdade em todos os espaços e pressionar os banqueiros para a continuidade das negociações (CNB BRASIL, 09/08/2000, nº 1727).

---

<sup>307</sup> A CIDA era o órgão do governo canadense responsável pelo apoio ao desenvolvimento internacional. Em 1994 estabeleceu Fundos para a Igualdade de Gênero (FIG) no Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Uruguai e Peru. No Brasil o FIG optou por apoiar projetos que promovessem a igualdade de gênero no mundo do trabalho. Os projetos apoiados, incluindo os artigos sobre a CNB citados por Recoaro et al e o Correia et al, constam em dois livros citados, “Sistematizando caminhos”, editado por Zimmermann (2003) e “Reflexões sobre a diversidade no mundo do trabalho” organizado por Moreira e Zimmermann (2004).

Segue abaixo a reprodução da cartilha:

**Figura 27** - Cartilha Igualdade de Oportunidades – agosto de 2000



**Fonte:** CNB (2000)

A Cartilha fora lançada, estrategicamente, juntamente à campanha nacional dos bancários daquele ano com objetivo de manter o tema na mídia durante as negociações coletivas (RECOARO et al, 2003). Para manter a discussão aberta com os sindicatos e federações, em agosto de 2000 também foi realizado o Seminário “A categoria bancária rumo à construção de relações de mais igualitárias no mundo do trabalho”, cujo registro segue abaixo:

**Figura 28** - Participantes do Seminário “A categoria bancária rumo à construção de relações de mais igualitárias no mundo do trabalho”



**Fonte:** Cadernos ContraCut (2013)

Na imagem acima, nota-se, não só um grande número de mulheres, mas também muitos homens, o que demonstra o envolvimento de bancárias e bancários com a discussão da Igualdade de Oportunidades. As atividades desenvolvidas sobre igualdade de oportunidades desde 1997 e as campanhas de 1998 e 1999 possibilitaram o amadurecimento em torno do tema, resultando no bem construído texto que integrou a Minuta de Reivindicação da categoria bancária no ano 2000:

Art. 53 Igualdade de Oportunidades:

As empresas atingidas por esta Convenção darão cumprimento às Convenções N 100 e N 111 da Organização Internacional do Trabalho. § 1º Será constituída, no prazo máximo de 60 dias da assinatura do instrumento coletivo, uma comissão paritária permanente, para debater, acompanhar e apresentar propostas diante de questões relativas às relações de gênero, raça, orientação sexual e às pessoas portadores de deficiência física. § 2º A Comissão será constituída por representantes dos empregados e dos empregadores, e também poderão ser convidadas entidades especializadas nos temas para subsidiar o debate. § 3º As empresas abrangidas por esta convenção deverão possibilitar aos representantes componentes da comissão, que realizem tratativas com o intuito de buscar resguardar o emprego, as condições ideais de oportunidades e a melhoria do atendimento a todos os seus empregados e usuários, sem distinção quanto ao gênero, raça, deficiência física e orientação sexual. § 4º As empresas abrangidas por esta Convenção comprometem-se a ter como princípio administrativo, na formação interna de seus profissionais, o combate à discriminação em função de gênero, raça, orientação sexual e pessoas portadoras de deficiência física, constando em seus manuais formativos e em cursos internos, o conteúdo deste princípio fundamental. § 5º As empresas abrangidas por esta convenção comprometem-se a desenvolver ações e campanhas direcionadas

ao combate do constrangimento moral, entendendo como tal toda e qualquer situação que leve à inferiorização ou à intimação baseada em aspectos físicos, culturais, étnicos, regionais e religiosos (RECOARO *et al*, 2003, p. 159).

Neste período também foi realizado o 3º Congresso da CNB, o qual elegeu a primeira mulher presidente da CNB, Fernanda Carísio.<sup>308</sup> Este 3º Congresso contou com a maior delegação de mulheres dirigentes de sua história, as quais demonstravam grandes expectativas, como registrou a *CNB BRASIL*:

As mulheres no III Congresso da CNB

O credenciamento do III Congresso da CNB encerrou-se hoje. Foram credenciados 316 delegados. [...]. Do total de delegados, 64 são mulheres. Para a delegação feminina, uma das maiores expectativas para o congresso é avançar ainda mais no debate sobre igualdade de oportunidades. Na avaliação de Deise Recoaro, da Comissão de Mulheres e diretora do Seeb/SP, os debates sobre o tema cresceram bastante nos últimos anos. Mas é preciso avançar mais. “O lançamento da cartilha é uma prova disso. As atividades que lançaram a publicação foram relevantes. Mas o mais importante é a distribuição do material, cuja função é mobilizar e conscientizar. A igualdade de oportunidades, contudo, não deve se restringir à campanha salarial. É um tema transversal, ou seja, que perpassa por outros temas. Por exemplo, para se negociar salários e educação devemos abordar questões de gênero, já que as mulheres enfrentam mais problemas na disputa pelo mercado. Nossa meta, no entanto, não é mudar apenas na categoria bancária. Queremos uma mudança social, de comportamento, capaz de respeitar as diversidades, não só de gênero, mas de raça, orientação sexual, de idade de portadores de necessidades especiais”, conclui Deise. Para a diretora do Seeb/SP e bancária da Nossa Caixa, Cidinha, apesar do avanço das mulheres, ainda há muita discriminação até mesmo no movimento sindical. “Espero que esse congresso colabore para que o espaço conquistado pelas mulheres seja efetivado na prática” (CNB BRASIL, 31/08 e 02/09/2000, nº 1743).

Além da cartilha e do seminário, as dirigentes e os dirigentes foram para a mesa de negociação, contando com a assessoria da CGROS (RECOARO *et al*, 2003). Um dos argumentos utilizados na mesa foi que “a recusa em tratar o tema demonstraria conservadorismo e atraso por parte dos bancos, já que eles se arrogavam precursores da

---

<sup>308</sup> Fernanda Carísio era bancária do Banco do Brasil, foi presidente do Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro. Antes de ingressar no banco, atuou no Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) no Rio de Janeiro, movimento de esquerda que teve forte atuação contra a repressão da ditadura militar, motivo que a fez ser presa e torturada. Em 2017, novamente a Confederação - renomeada para Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) em 2006 - passou a ser presidida por uma mulher, Juvandia Moreira Leite, ex- presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

modernidade em seu marketing” (RECOARO et al, 2003, p.166). Mas os bancos foram resistentes, pois alegavam não ter dados para discutir. Por fim, a estratégia final da CNB passou a ser que os bancos aceitassem discutir o tema, o que foi aceito e, assim, instaurada a Mesa Temática para discussão sobre o tema.<sup>309</sup> Por isso, na Convenção Coletiva, a cláusula foi assim redigida: “Cláusula 51ª - Igualdade de Oportunidades - O sindicato apresentará resultado de pesquisa sobre o tema, abrindo discussão entre as partes” (CCT Bancários, 2000, p. 20).

Laís Abramo analisou as cláusulas referentes à igualdade de gênero nas negociações coletivas de seis países: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela (ABRAMO, 2007). No Brasil, destacou três categorias: as metalúrgicas, as químicas e as bancárias. Para efeito de análise, dividiu as cláusulas em quatro grandes grupos: maternidade/paternidade, responsabilidades familiares, condições de trabalho e não discriminação e igualdade de oportunidades, concluindo que a maioria das cláusulas negociadas nos seis países referem-se a maternidade/paternidade (54,6%), ficando em segundo lugar as responsabilidades familiares (36,4%), em terceiro as relacionadas às condições de trabalho (5,3%) e, por fim, as relacionadas à não discriminação e promoção da igualdade (3,7%). Para efeito de comparação dividiu as cláusulas entre as convencionais – que ampliam a cobertura e o tempo de benefício estabelecido na legislação – e as que instituem novos direitos em relação à legislação – não discriminação e igualdade de oportunidades -, sendo esta última as cláusulas mais importantes. Tratando aqui especificamente deste último grupo de cláusulas, Abramo mostra que este, geralmente, reafirma o que está na legislação ou nas Convenções nº 100 e 111 da OIT, pois em poucos casos tem conseguido estabelecer medidas mais concretas de promoção da igualdade de oportunidades, como mesas bipartites, monitoramento e avaliação do tema das políticas de qualificação, treinamento, desempenho, remuneração e promoção. Ela ainda ressalta que mesmo sem tais medidas, a existência da cláusula é importante na medida em que expressa uma preocupação com os princípios e fundamentos do trabalho. Citando especificamente o setor bancário, diz que desde 1999 o tema da igualdade de oportunidades tornou-se eixo da negociação coletiva, quando foi conquistada uma cláusula que determinava a realização de pesquisa sobre o tema, cujos dados evidenciaram as desigualdades de gênero e raça da categoria. Conclui a autora que “a partir daí foi instituída uma Mesa Temática sobre Igualdade de Oportunidades no processo de negociação coletiva de 2000. A mesa, com caráter

---

<sup>309</sup>A instalação de mesas temáticas tem o objetivo de discutir, após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, temas previamente definidos na mesa de negociação. A mesa temática sobre Igualdade de Oportunidades tem existido desde o ano 2000.

bipartite, funciona desde então” (ABRAMO, 2007, p. 213).

Embora não destaque os anos anteriores à discussão (desde 1996) e nem a participação das mulheres na construção de tais cláusulas em suas categorias, a análise de Laís Abramo indica a importância da cláusula Igualdade de Oportunidades para as bancárias, uma vez que não apenas reafirmou as convenções 100 e 111 da OIT, mas é alvo de discussão nas mesas bipartites desde o ano 2000. Logo, considero que por mais que a cláusula apenas abriu a negociação com os bancos, ela teve um significado importante. Sua consequência direta foi a realização da pesquisa “*O Rostos dos Bancários: Mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro*”, em 2001, pelo DIEESE que mostrou as discriminações em matéria de gênero e raça que existiam nos bancos (DIEESE, 2001). Realizada em seis regiões metropolitanas do país - São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal – a pesquisa mostrou que o setor bancário empregava mais mulheres que os demais setores do mercado de trabalho - acima de 45% - com salários entre 16% a 27% menores que a média da categoria bancária. Quanto à raça, os negros representavam a minoria no setor bancário, alcançando em São Paulo apenas 12,7% dos empregados nos bancos, com salários 33% menores que os homens brancos (DIEESE, 2001).

Em 2001, também a partir da instalação da mesa temática, foi realizada a “Campanha de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual” e lançada a cartilha “Assédio Sexual no Trabalho”, com informações precisas sobre a caracterização e desnaturalização do assédio, o que dizia a lei brasileira até então, além disso, orientava como as bancárias deveriam agir em caso de serem vítimas de assédio. A cartilha (2001, p. 16) também deixava claro que a CNB entendia “a luta contra o assédio sexual como parte da luta por igualdade de oportunidades, uma vez que o assédio é também um obstáculo” e trazia ainda minuta de reivindicações da CNB que pretendia incluir na Convenção Coletiva de Trabalho cláusula referente a prevenção e combate ao assédio sexual.<sup>310</sup> Abaixo, reproduzo a capa da cartilha:

---

<sup>310</sup>A prevenção e combate ao assédio sexual até os dias atuais não foi incluída como cláusula da Convenção Coletiva da categoria bancária. Atualmente, as bancárias e bancários seguem dois caminhos para denúncia de assédio sexual. A denúncia na Ouvidoria interna dos bancos ou, se houver constrangimento em denunciar diretamente ou não receber resposta, encaminha-se a denúncia aos sindicatos que acionam os bancos através da abertura de Protocolo de Prevenção de Conflitos.

**Figura 29** - Cartilha de prevenção e combate ao “Assédio sexual no trabalho”



**Fonte:** CNB/CUT; SEEB/SP; FIG (2001)

A conquista da cláusula Igualdade de Oportunidades mostrava também o impacto que o debate das mulheres e de gênero alcançou nos sindicatos, nos bancos e na sociedade na década de 1990. Em suma, como a categoria gênero foi se tornando uma agenda na década de 1990. Como visto, nos sindicatos vinculados à CUT, o debate sobre “as questões das mulheres” evoluiu para o debate sobre “relações de gênero”: em 1991 na CUT, em 1995 na IV conferência Mundial da ONU e em 1996 na CNB.

Como tentei mostrar ao longo do capítulo, as bancárias que ingressaram no Sindicato dos Bancários de São Paulo em 1979 reivindicaram um espaço próprio de discussão – mesmo período da mobilização dos movimentos de mulheres e feministas da cidade de São Paulo - trazendo as demandas e discriminações que as bancárias enfrentavam nos bancos na década de 1980. Como se viu, através da atuação no Departamento Feminino, as bancárias implementaram as discussões sobre a mulheres a partir do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Já na década de 1990, quando a adoção da categoria gênero foi tornando cada vez mais clara a desigualdade que atingia homens e mulheres no mundo do trabalho e sindical, a atuação das bancárias ampliou-se para a Confederação Nacional dos Bancários, uma das explicações para os avanços do debate de gênero na categoria bancária, que culminou com a

conquista da cláusula “Igualdade de Oportunidades” na Convenção Coletiva de Trabalho do ano 2000.

No entanto, ainda nos dias atuais, o debate sobre gênero não foi incorporado no cotidiano dos diversos sindicatos Brasil afora. Por sua vez, o debate das cotas por gênero, criado pela CUT na década de 1990 não conseguiu adentrar nos sindicatos a ela filiados, uma vez que vários sindicatos até os dias atuais não estabeleceram cotas mínimas por sexo em seus estatutos.<sup>311</sup> Isto se deve a vários fatores, como o próprio espaço sindical - que tem sua origem umbilical no mundo do trabalho capitalista portanto, patriarcal - , à dinâmica do próprio mercado de trabalho, que precisa gerar empregos formais e empregar mais mulheres, e especialmente as políticas governamentais, que podem fortalecer ou enfraquecer as políticas públicas para as mulheres. Mas, no sindicalismo bancário, desde a década de 1990, de fato, tem havido um esforço empreendido a partir da CONTRAF para que nenhum sindicato a ela filiado tenha representação de mulheres menor que 30%. Dados iniciais da pesquisa que está sendo realizada pelo DIEESE mostraram que dos 3.556 dirigentes sindicais pertencentes aos sindicatos filiados à CONTRAF, 68,9% são dirigentes homens e 31,1% são mulheres e dentre todos os sindicatos filiados, 43% não cumprem a cota de 30% de mulheres em suas direções.<sup>312</sup> Se foi a ascensão do feminismo, juntamente com o expressivo ingresso das mulheres no trabalho a partir da década de 1970 que deu impulso para as mulheres reivindicarem seus direitos no espaço da direção sindical, certamente, esta diferença somente será diminuída com o fortalecimento das lutas sindicais feministas, cujos dados atuais ainda apontam para um longo caminho a percorrer.

---

<sup>311</sup> A CUT não possui estatística oficial sobre os sindicatos a ela filiados que estabeleceram cotas por gênero em suas direções.

<sup>312</sup> Levantamento inicial da pesquisa “Participação das mulheres nas entidades sindicais” realizada pelo DIEESE e apresentada na reunião do Coletivo de Mulheres Bancárias da CONTRAF em 07/02/2019. O levantamento utilizou dados de setembro de 2018. A pesquisa deve ser finalizada até setembro de 2019.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pergunta pode ter permeado a leitura dos capítulos: desde o retorno das mulheres ao Banco do Brasil no final da década de 1960, passando pela participação das bancárias nas discussões feministas e nas mobilizações sindicais desde o Novo Sindicalismo na década de 1980, bem como depois da conquista pioneira da cláusula Igualdade de Oportunidades no ano 2000, como estariam as bancárias hoje? A resposta indica que, se foi uma conquista pioneira, a igualdade, de fato, ainda se constitui num grande desafio a ser superado.

No dia a dia dos diversos bancos brasileiros, bancárias e bancários seguem suas rotinas amparados por um rol de direitos estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho. No entanto, em matéria de igualdade de oportunidades e remuneração, as bancárias nos dias atuais seguem o mesmo patamar de outras categorias profissionais: como mostrou a última pesquisa nacional do IBGE, as mulheres brasileiras trabalham mais e possuem mais alta escolaridade, mas continuam ganhando em média 76,5 % do rendimento dos homens (IBGE, 2018). Notícia recente mostrou que nos dez maiores bancos brasileiros, as mulheres representam apenas 8% dos altos executivos.<sup>313</sup> Segundo a FEBRABAN, a proporção de mulheres no setor bancário no Brasil no ano 2000 era de 44,3%, o que significava 177.578 postos de trabalho, metade destas na função de caixa (FEBRABAN, 2001). Em seu último relatório, mostrou que o setor bancário encerrou 2017 com aproximadamente 468 mil funcionários diretos, distribuídos por gênero de forma bastante equilibrada: 50,8% de homens e 49,2% de mulheres (FEBRABAN, 2017). Porém, no que se refere ao quesito igualdade de oportunidades e remuneração, as mulheres brancas ainda ganham 77,9% do salário dos homens e as mulheres negras 68,2%, apesar de ambas possuírem maior escolaridade que os homens (FEBRABAN, 2014).<sup>314</sup>

Em matéria de uso da imagem das mulheres pelos bancos, um exercício atual de observação do atendimento dos bancos de capital privado perceberá como a beleza ainda aparenta ser um pré-requisito para estas mulheres. Lembrando a fala de Márcia sobre a Moça Bradesco, em matéria de exigência de beleza: “hoje ainda é assim” porque “esta é uma característica masculina do homem brasileiro que tem autonomia para selecionar.” Eu acrescentaria que, além de masculina, esta parece ser uma característica do capital, que,

---

<sup>313</sup>A matéria completa está disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/nos-bancos-brasileiros-mulheres-sao-apenas-8-dos-altos-executivos-23125875>

<sup>314</sup>Os números mostraram uma sensível elevação desde o I Censo, realizado em 2008, quando as bancárias recebiam 76,4% da remuneração dos homens (FEBRABAN, 2014).

historicamente, tem usado as mulheres como mercadoria. Mas, hoje, há indícios de que, além das mulheres, os homens também podem ser objetificados pelos bancos.<sup>315</sup>

Os dados acima mostram que, de fato, o mercado de trabalho é um dos pilares da desigualdade de gênero. Um dos objetivos da tese foi justamente analisar, na perspectiva da história das mulheres e de gênero, a profissionalização das mulheres e as lutas que empreenderam por seus direitos em um setor do mercado de trabalho, o bancário. Como tentei mostrar ao longo da tese, os caminhos percorridos pelas mulheres nos bancos e nas lutas sindicais foram permeados por preconceitos e lutas, num período em que o Brasil e as próprias mulheres passaram por muitas transformações. O ingresso das mulheres nos bancos fez parte do processo de profissionalização das mulheres que ocorreu no Brasil a partir da segunda metade do século XX e caracterizou-se pela entrada massiva das mulheres de classe média no mercado de trabalho e, também, no ensino superior. No caso dos bancos públicos, como o Banco do Brasil analisado no primeiro e segundo capítulos, o retorno foi permitido após a promulgação da Lei 5473, de 10 de julho 1968. Através da *Revista Desed* e do *BIP* foi possível perceber que o retorno das mulheres ao Banco do Brasil - proibido desde a década de 1930 - não se deu sem conflitos, uma vez que o primeiro concurso que voltou a admitir mulheres, em 1969, foi realizado como “Auxiliar de Escrita” e não um concurso para escriturário. Se foi uma forma de “barrar” o ingresso das mulheres diretamente na carreira principal do banco, o que tentei mostrar através das entrevistas orais é que, apesar das desiguais relações de poder e dos preconceitos que sofreram ao ingressarem no banco, as mulheres transpuseram esse filtro já nos primeiros anos ao serem aprovados em concurso interno.

A partir de meados da década de 1970 e especialmente durante a década de 1980, as discussões feministas impactaram a carreira das bancárias no Banco do Brasil uma vez que suas reivindicações para o referido banco - creches, comissionamento e a criação da AMUBB – assemelhavam-se às discussões travadas no movimento feminista. Através do *BIP* foi possível perceber como as funcionárias tiveram voz ativa no banco neste período, desde a vontade de “desbravar” lugares longínquos do Brasil em busca de carreira, já que “uma empresa se faz com homens E mulheres de coragem”, como destacou Neusa Maria Gaspar.

---

<sup>315</sup>Em outubro de 2015, campanha de marketing do banco Santander lançou suas gerentes, mas também os gerentes, em situações cotidianas, algumas destas imagens traziam apelos sensuais. A campanha foi muito criticada pelo público nas redes sociais e pelos sindicatos da categoria. A Contraf entrou com representação no Ministério Público do Trabalho (MPT) e o banco retirou a campanha, conforme: <http://spbancarios.com.br/10/2015/bancarios-denunciam-ao-mpt-cartazes-do-santander>.

Embora se colocassem como femininas e não feministas – tanto as funcionárias quanto a própria AMUBB – foi possível perceber que, de fato, o que defendiam eram ideias e valores feministas, embora não se considerassem como tal.

Na década de 1980, no auge das discussões sobre as mulheres na sociedade brasileira, a análise voltou-se para o que considereei um reforço dos padrões conservadores femininos na década de 1980, as moças no atendimento dos bancos, a Moça Bradesco e a Moça Besc. Oras, se esta é a década da abertura democrática e das discussões sobre as condições que as mulheres enfrentavam, tentei mostrar o quanto a Moça Bradesco – bela, sorridente, bem vestida e maquiada - teve sua imagem utilizada pelo banco como um atrativo para o atendimento ao cliente, enquanto sua rotina não era nada fácil, nem agradável: era cumprida em pé. Por fim, tentei mostrar como uma Moça Bradesco podia ser – e de fato foi - também uma Miss Bancária.

No quarto capítulo, a discussão acompanhou aqueles que ressurgiram na cena política a partir de 1978: os trabalhadores e trabalhadoras através dos sindicatos. Como o movimento sindical bancário foi desestruturado na década de 1960 - atingido pelo governo militar - seu ressurgimento a partir do Novo Sindicalismo perpassou as décadas de 1980 e 1990 promovendo conquista de direitos para a categoria bancária apesar das crises econômicas, da reestruturação dos bancos e dos governos neoliberais. Através da *Folha Bancária*, percebi a imbricação que ocorre, a partir do Novo Sindicalismo, entre feminismo e sindicalismo. A partir de então, analisei a militância feminista das bancárias no Sindicato dos Bancários de São Paulo na década de 1980 e na Confederação Nacional da categoria bancária na década 1990. A atuação feminista através Departamento Feminino do sindicato – em consonância com as discussões e os movimentos feministas e de mulheres que se mobilizavam na cidade São Paulo - contribuiu para a denúncia das condições de trabalho que as mulheres enfrentavam nos bancos naquele momento: demissão de gestantes, discriminação e assédio. Se no início da década de 1980, o Departamento Feminino chamava apenas as mulheres para tratar de assuntos referentes as questões das mulheres, a partir de meados da década de 1980 as lutas de bancárias aparecem interligadas às lutas bancárias do sindicato. Esta forte atuação se refletiu no debate de gênero na Confederação da Categoria Bancária durante década de 1990, que, aliada às discussões trazidas gênero pela CUT, transformaram a pauta sindical da categoria bancária para além das questões econômicas (reajuste salarial,

condições de trabalho, entre outros) colocando em questão a Igualdade de Oportunidades.<sup>316</sup> Apesar de não ter se refletido diretamente na estrutura das relações de poder nos bancos, considero que a cláusula foi uma grande vitória das mulheres nos bancos visto que colocar a igualdade em debate – ao mesmo tempo em que denuncia-se a desigualdade - é o primeiro passo para o longo caminho do projeto da igualdade entre homens e mulheres.

A história das mulheres bancárias e suas lutas por direitos nos bancos não pode ser reduzida apenas às fontes aqui citadas. Certamente outras pesquisas e outros olhares no futuro podem lançar luz sobre questões inexploradas, pois, sabendo das limitações impostas por uma tese, entendo que as escolhas feitas podem ter deixado de fora muitas mulheres e histórias. Mas como uma tese é também um documento histórico, recordo que o contexto de sua escrita ocorreu em uma conjuntura, vivenciada em vários países, que tem hostilizado e desqualificado os estudos de gênero, feminismos e os próprios direitos humanos, mostrando a necessidade de tornar cada vez mais visível as lutas das mulheres por direitos.

---

<sup>316</sup> Na Convenção Coletiva 2016/2018, a Cláusula Igualdade de Oportunidades está assim descrita: “cláusula 49 - as partes ajustam entre si a manutenção da Comissão Bipartite que desenvolverá propostas de orientação a empregados, gestores e empregadores no sentido de prevenir eventuais distorções que levem a atos e posturas discriminatórias no ambiente de trabalho e na sociedade em geral” (FENABAN; CONTRAF, 2016).

## 7 ACERVOS E FONTES

### 1. Arquivos, Bibliotecas e Museus

#### 1.1 Físicos

Arquivo Histórico do Banco do Brasil - Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, RJ

Arquivo Histórico da CONTRAF - São Paulo, SP

Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis, SC

Arquivo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região - Florianópolis, SC

Centro de Documentação e Memória dos Bancários - CEDOC -Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, São Paulo, SP

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT Brasil - São Paulo, SP

Museu BESC - Florianópolis, SC

Museu Histórico Bradesco, Osasco, SP

#### 1.2 Digitais

CEDOC DIGITAL- Centro de Documentação e Memória dos Bancários  
(<http://spbancarios.com.br/cedoc>)

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT Brasil  
(<http://cedoc.cut.org.br>)

## 2. Documentos

### 2.1 Documentos da AMUBB

AMUBB [correspondência]. 10 jul. 1989, Brasília [para] BÉRARD, Mário. Brasília. 8f. Relato e encaminhamentos do 2º Encontro Nacional das Funcionárias do Banco do Brasil.

AMUBB Pato Branco, s/d

ESTATUTO. Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil – AMUBB.

EXPRESSÃO MULHER. Informativo da AMUBB. Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil. ano 1, nº 1, março 1988.

EXPRESSÃO MULHER. Informativo da AMUBB. Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil. ano 2, nº 2, fevereiro 1989.

EXPRESSÃO MULHER. Informativo da AMUBB. Associação da mulher funcionária do Banco do Brasil. ano 2, nº 3, março 1989.

I ENCONTRO Nacional da Mulher Funcionária do Banco do Brasil. Folheto de programação. LUZ, Raquel Florentina Silveira da. [Correspondência]. Destinatário: Sandra Maria Martins. Brasília, 28 nov. 1987. 1 carta.

MANDARINO, Paulo. A mulher no Banco do Brasil: conquista de espaços e novos desafios. Brasília: Desed, 1988.

MANIFESTO. 1º Encontro Nacional da Mulher Funcionária do Banco do Brasil. RELATÓRIO I “Sumário das Ações preparatórias à instalação da AMUBB”. Brasília, s/d  
RELATÓRIO II “Da Atuação e Atividades da AMUBB”. Brasília, s/d.

## **2.2 Anúncios Publicitários e Fotografias Moça Bradesco**

Anúncio publicitário Bradesco 1976: É só falar com a Moça do Bradesco – Revista Manchete, n. 1249, mar. 1976

Anúncio publicitário Bradesco 1976: Moça do Bradesco Fica - Revista de domingo, n. 2 - suplemento do Jornal do Brasil, 18 abr. 1976

Anúncio publicitário Bradesco 1978: É só falar com a Moça - Acervo Museu Histórico Bradesco

Anúncio Publicitário Bradesco 1978: Várias Moças Bradesco - Revista Manchete, n. 1353, 1978

Anúncio publicitário Bradesco 1982: “Você tem restituição? Multi-Poupança nela” - Revista Veja, jun. 1982

Moça Bradesco em atendimento em agência na década de 1980 -Acervo Museu Histórico Bradesco

Moças Bradesco na década de 1980 – Acervo Museu Histórico Bradesco

Moça Bradesco na década de 1980 – Acervo Museu Histórico Bradesco

## **2.3 Documentos do DNB/CNB/CONTRAF**

DEPARTAMENTO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. Resoluções. I Congresso Nacional do Departamento dos Bancários da CUT 02,03 e 04 de junho de 1989, São Paulo.

DEPARTAMENTO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. Resoluções. II Congresso Nacional do Departamento dos Bancários da CUT. 1990, São Paulo.

DEPARTAMENTO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. Resoluções. III Congresso Nacional do Departamento dos Bancários da CUT, 27 a 29 março de 1992, São Paulo.

CNB. Do DNB à CNB. São Paulo: CNB, 1996

CADERNOS CONTRAFCUT. Março 2013.

CARTILHA Assédio Sexual no Trabalho (CNB/CUT; SEEB/SP; FIG).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. Resoluções. I Congresso da Confederação Nacional dos Bancários, 09 a 11 de junho de 1994, São Paulo.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. Resoluções. II Congresso da Confederação Nacional dos Bancários, 1997, São Paulo.

CNB BRASIL - INFORMATIVO DIÁRIO DA CNB - CUT (Números disponíveis no arquivo: nº 641 de 03/01/1996 até nº 1758 de 27/09/2000)

MINUTA DE REIVINDICAÇÃO da Categoria Bancária de 2000 - Executiva Nacional dos Bancários

#### **2.4 Documentos do CEDOC – Centro de Documentação e Memória dos Bancários-Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (arquivo físico)**

REGULAMENTO INTERNO Bradesco.1985

RELATÓRIO Bradesco. 1981

INFORME PUBLICITÁRIO Bradesco. 1993

#### **2.5 Documentos do Centro de Documentação e Memória Sindical - CUT BRASIL**

Jornal da Cut. Setembro de 1983, ano I, nº 0, edição histórica.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADE – Ações Afirmativas Superando Desigualdades. São Paulo: CUT, 1998.

#### **2.6 Documentos do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT Brasil - Digital**

Resoluções do I, II, III, IV, V, VI, VII CONCUR (http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos)

#### **2.7 Documentos do Arquivo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região**

FEBRABAN. Balanço Social dos Bancos. 1993

RELATÓRIO da 4ª Conferência Internacional do setor bancário da FIET

### 3. Entrevistas

Izabel Cristina Marques Silveira. 51 anos, casada, duas filhas, trabalhou por 11 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 17/05/2017, em Florianópolis.

Leonora (pseudônimo). 62 anos, casada, duas filhas, trabalhou 24 anos no banco público federal. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 07/08/2012, em Florianópolis

Márcia Souza Silveira. 59 anos, casada, dois filhos, trabalhou 39 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 08/05/2017, em Florianópolis.

Marta (pseudônimo). 62 anos, dois filhos, trabalhou 24 anos no banco público federal. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 14/08/2012, em Florianópolis.

Sandra (pseudônimo). 63 anos, viúva, três filhos, trabalhou 25 anos no banco público federal. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 27/08/2012, em Florianópolis.

Sandra Maria Martins. 69 anos, casada, dois filhos, trabalhou 23 anos no Banco do Brasil. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 20/01/2018, em Curitiba/PR.

Suzi Maria de Freitas. 50 anos, casada, dois filhos, trabalha há 31 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 18/04/2017, em Florianópolis

Tadeu Silva. 52 anos, um filho, trabalha há 32 anos no Bradesco. Entrevista concedida a Luciana Carlos Geroleti no dia 03/05/2017, em Florianópolis.

### 4. Periódicos

#### 4.1 Revista Desed

DESED, Rio de Janeiro, n.1 (maio 1965); n. 2 (4 trim.1966); n. 4 (2 trim. 1967); n. 6 (4 trim. 1967); n. 11 ( jan./fev.1969); n. 12 (mar./abr.1969); , n. 13 (maio/jun. 1969); n. 17 (jan./fev. 1970); n. 22 (nov./dez. 1970); n. 24 (mar./ab. 1971); n. 27 (set./out. 1971); n. 67 (jul./ag./set. 1979).

#### 4.2 BIP- Boletim de Informação ao Pessoal

BIP, Brasília, n. 1 (1ª quinz., abr.1978); n. 2 (2ª quinz., abr. 1978); n. 3 (1ª quinz., maio 1978); n. 7 (1ª quinz., jul. 1978); n. 8 (2ª quinz., jul. 1978); n.12 (2ª quinz., set. 1978); n. 14 (2ª quinz., out. 1978); n. 17 (1ª quinz., dez. 1978); n. 32 (2ª quinz., jul. 1979); n.33 (1ª quinz., ag. 1979); n. 34 (2ª quinz., ag. 1979); n. 36 (2ª quinz., set. 1979); n. 50 (2ª quinz., abr. 1980); n. 51 (1ª quinz., maio 1980); n.58 (2ª quinz., ag. 1980); n. 61 (1ª quinz., out. 1980); n. 76 (2ª quinz., maio 1981); n. 85 (1ª quinz., out 1981); n. 91 (1ª quinz., jan.1982); n.95 (1ª quinz.,

mar.1982); n. 97 (1ª quinz., abr. 1982); n. 110 (2ª quinz., out.1982); n. 118 (2ª quinz., fev. 1983); n. 170 (2ª quinz., abr.1985); n. 178 (2 quinz., ag. 1985); n. 181 (1ª quinz., out. 1985); n. 183 (04 out.1985); n. 201 (20 fev. 1986); n. 249 (mar. 1987); n. 274 (21 ag. 1987); n. 277 (18 set. 1987); n. 295 (29 jan. 1988); Edição Especial (24 maio 1989).

### **4.3 Folha Bancária**

FOLHA BANCÁRIA, São Paulo, SEEB, n. 267 (jun. 1963); n. 318 (jan. 1971); n. 353 (dez. 1979); n. 355 (mar. 1980); n. 356 (abr. 1980); n.1 (08 jul. 1980); n. 8 (17 jul. 1980); n. 9 (18 jul. 1980); n. 15 (04 fev. 1981); n.17 (29 jul. 1980); n. 40 (28 ag. 1980); n. 49 (10 set. 1980); n. 89 (05 nov. 1980); n. 90 (06 nov. 1980); n. 96 (14 nov. 1980); n. 97 (17 nov. 1980); n. 101 (21 nov. 1980); n. 128 (05 jan.1981); n. 132 (09 jan. 1981); n.146 (29 jan. 1981); n.168 (06 mar. 1981); n. 169 (09 mar.1981); n. 204 (30 abril 1981); n. 205 (04 maio 1981); n. 228 (04 jun.1981); n. 250 (08 jul. 1981); n.270 (03 ag. 1981); n. 275 (10 ag. 1981); n.284 (21 ag. 1981); n. 299 (11 set. 81); n. 321 (14 out. 1981); n.333 (30 out.1981); n. 345 (out. 1978); n.346 (19 nov. 1981); n. 348 (23 nov. 1981); n. 352 (27 nov. 1981); n. 355 (02 dez. 1981); n. 356 (03 dez.1981); n.358 (07 dez. 1981); n.359 (08 dez. 1981); n. 363 (14 dez. 1981); n. 372 (28 dez.1981); n. 376 (05 jan.1982); n.381 (12 jan.1982); n. 385 (18 jan. 1982); n. 415 (05 mar. 1982); n. 416 (08 mar.1982); n. 492 (29 jun.1982); n.494 (1º jul.1982); n. 516 (29 jun. 1982); n. 533 (23 ag. 1982); n. 541 (02 set.1982); n. 566 (08 out. 1982); n. 574 (21 out. 1982); n. 575 (22 out. 1982); n. 580 (29 out. 1982); n. 608 (10 dez. 1982); n. 616 (22 dez.1982); n. 664 (08 mar. 1983); n.728 (9 jun. 1983); n. 729 (10 jun. 1983); n. 743 (1º jul.1983); n. 867 (30 jan.1984); n. 869 (1º fev.1984); n.870 (02 fev.1984); n.882 (26 fev.1984); n. 883 (27 fev.1984); n. 888 (13 mar.1984); n. 891 (19 mar.1984); n. 1005 (09 out.1984); n.1013 (24 out. 1984); n. 1055 (03 jan.1985); n. 1066 (23 jan.1985); n. 1089 (07 mar. 1985); n. 1090 (11 mar.1985); n. 1120 (06 maio 1985); n. 1121 (07 maio 1985); n. 1292 (25 fev.1986); n.1352 (19 jun.1986); n. 1688 (07 mar.1988); n. 2117 (1º fev. 1990); n. 2845 (08 mar. 1993); n. 2867 (12 mar. 1993); n. 3714 (11 nov. 1996).

### **4.4 Informativo Diário da CNB**

CNB BRASIL, São Paulo, CNB, n. 975 (21/05/1997); n. 981 (02/06/97); n. 986 (09/06/97); n. 990 (16/06/97); n. 992 (18/06/1997); n. 1019 (28/07/97); n. 1024 (04/09/97); n. 1101 (19/11/97); n. 1146 (02/02/98); n. 1164 (03/03/98); n. 1174 (17/03/98); n. 1237 (21/07/98); n. 1239 (23/07/98); n.1245 (31/07/98); n.1246 (03/08/98); n. 1372 (18/02/99); n. 1493 (18/08/99); n. 1521 (28/09/99); n. 1727 (09/08/2000); n. 1743 (31/08 e 02/09/2000).

### **4.5 Diversos**

CORREIO DA MANHÃ, 03 ag. 1956

DIÁRIO DA MANHÃ. Órgão Oficial do Estado do Espírito Santo. Ano XV, n. 304, 16 ag. 1921

DIÁRIO DA MANHÃ. Órgão Oficial do Estado do Espírito Santo, 17 abr. 1929

MULHERIO. São Paulo, ano I, n. 1, maio/jun. 1981

MULHERIO. São Paulo, ano IV, n. 16, maio/jun. 1984

MURAL. Florianópolis: Informativo das Empresas do Sistema Codesc, nov. /1983- fev. /1987

NOSSO. Informativo dos Funcionários do Banespa. São Paulo: SEEB, n.5, fev./mar. 1981

O ESTADO. Florianópolis, 03 ag. 1979  
O PAIZ. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.804, 27 jan. 1928  
VIDA BANCÁRIA. São Paulo, ano XI, n. 119, jun. 1934  
VIDA BANCÁRIA. São Paulo, ano XI, n. 120, jul. 1934  
VIDA BANCÁRIA. São Paulo, ano XI, n. 123, ag. 1934  
VIDA BANCÁRIA. São Paulo, ano XI, n. 124, set. 1934

## 5. Sítios eletrônicos

<https://www.santamariadaboavista.pe.gov.br>  
<http://www2.camara.leg.br>  
<http://www.anabb.org.br>  
[www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)  
<http://memoria.oglobo.globo.com/>  
<http://spbancarios.com.br/>  
<http://premiovladimirherzog.org/>  
<https://www.ilo.org/brasil>  
<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>  
[www2.planalto.gov.br/](http://www2.planalto.gov.br/)  
<http://www.contrafcut.org.br/>  
<https://www.cut.org.br/>  
[www.dieese.org.br/cedoc](http://www.dieese.org.br/cedoc)  
<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>  
<http://www.propagandaemrevista.com.br>  
<http://cliquerh.com/>  
<https://bndigital.bn.gov.br/>  
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de Trabalho Secundária?** 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária.** Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Mudança tecnológica e gênero no Brasil: primeiras reflexões. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.35, p. 121-132, mar. 1993.

ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV: ABP, 2007.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Pela efetivação dos direitos das mulheres: associações femininas no Recife dos anos 50. **Esboços**, Florianópolis, vol. 14, n.17, p. 91-110, 2007.

ACCORSI, André. **Automação: bancos e bancários.** 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: Pinsky, Carla (Org.) **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, Maria Elisa Vercesi de. **Publicidade na TV: o fenômeno da longevidade do Garoto Bombril.** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ALBUQUERQUE, Maria Elisa Vercesi de; SCHWARTZ, Rosana. **Garotas propagandas: mulheres na propaganda de tv nas décadas de 1950 e 60.** Disponível em: <http://rosanaschwartz.com.br/site/sites/default/files/artigo-completo-fazendo-genero-10-2013.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ALEMANY, Carme. Assédio Sexual. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, Daniela S. da C. **(Re) Pensando as relações de gênero e trabalho: Mulheres em cargos de chefia na Petrobrás e o Programa Pró-Equidade de Gênero.** 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate & Crítica**, Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, n. 6, jul. 1975.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4.

ALVAREZ, Sônia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. *In*: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Adriana Farias Pereira *et al* (Org.). **Tribunal Popular sobre Assédio Moral e Sexual nas Relações de Trabalho**. Florianópolis: Agnus, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**: 1964-1984. Bauru: Edusc, 2005.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, 14:125-136, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas/SP: Pontes, 1995.

ARRAES, Marcos Alexandre de Melo Santiago. **Tramas do Olhar**: Americanismo, guerra fria e a emergência de um novo regime visual no Brasil entre 1945 e 1964. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. Relações de Gênero e Militância Sindical. **Presença da Mulher**. São Paulo, n. 22, p. 19-24, fev. /mar. /abr., 1992.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado**: tendências do voto feminino no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BAKER, Patricia Louise. **Banking Transformed**: Woman Work and technological change in a Canadian Bank. 1987. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Toronto, Toronto, 1987.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição histórica da diretoria** - por gestão dos presidentes - desde 1965. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/historia/comp\\_historica\\_BCB\\_gestao.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/historia/comp_historica_BCB_gestao.pdf). Acesso em: 10 out. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Secretária do Conselho Monetário Nacional. Histórico da Composição do Conselho Monetário Nacional (CMN). Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composicao\\_CMN.pdf](https://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composicao_CMN.pdf). Acesso em: 10 out. 2018.

BANCO DO BRASIL. **Almanaque do Pessoal**. Brasília: Banco do Brasil, 1973.

BANCO DO BRASIL. **Almanaque do Pessoal**. Brasília: Banco do Brasil, 1985.

BANCO DO BRASIL teme fragilidade da mulher. **Jornal do Brasil online**, São Paulo, p.15, 12 jul. 1968. Disponível em:

<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 out. 2018.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, 1975. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1813/1786>. Acesso em: 12 out. 2018.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulheres e políticas públicas no Brasil, 1983/1993. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 2 sem., número especial, p. 34-58, 1994.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

BECALLI, Bianca. Feminismo e Sindicalismo: o caso italiano durante a década de 1970. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, André *et al.* **O sexo do Trabalho**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BELELI, Iara. **Marcas da diferença na propaganda brasileira**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho Domesticado**: A mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Estamos em Greve!** Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985. São Paulo: Editora Hucitec; Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.

BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Angela. **O Dilema da Cidadania**. Direitos e deveres das mulheres (Org.). São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

BORGES, Joana Vieira. **Para além do tornar-se**: Ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BOSI, Ecléa (Org.). **Simone Weil**: A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRANCO, Renato Castelo; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando. **História da Propaganda no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz, 1990.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola; VIDIGAL, Allan. **FEBRABAN: 50 anos**. São Paulo: DBA Editora, 2017. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/50anos/livro-50-anos/>. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. Constituição de 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Constituição de 1937. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937**. Rio de Janeiro, RJ, 10 nov. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, RJ, 18 set. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.html). Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Constituição de 1967. **Constituição do Brasil decretada e promulgada pelo Congresso Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 24 jan. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09 de out. 2018

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm). Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.417, de 17 de maio de 1932**. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Rio de Janeiro, RJ, 17 maio 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-17-maio-1932-559563-publicacaooriginal-81852-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968**. Promulga a Convenção n. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Brasília, DF, 19 jan. 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm). Acesso em: 09 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Brasília, DF, 20 mar. 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-229-28-fevereiro-1967-351770-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 546, de 18 de abril de 1969**. Dispõe sobre o trabalho noturno em estabelecimentos bancários, nas atividades que especifica. Brasília, DF, abr. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-546-18-abril-1969-374117-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Revogado. Brasília, DF, 04 ag. 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm). Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 23.322, de 03 de novembro de 1933**. Regula a duração do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias. Rio de Janeiro, RJ, 03 nov. 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23322-3-novembro-1933-558858-publicacaooriginal-80515-pe.html>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, 12 out. 1965. Seção 1, p. 25. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT1965.pdf#page=25>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos art. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 19 dez. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art1). Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 01 jan. 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada (Estatuto da Mulher Casada). Brasília, DF, 27 ag. 1962. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.330, de 01 de junho de 1964.** Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Brasília, DF, 01 jun. 1964 Disponível em:

[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-publicacaooriginal-1-pl.html)

[publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968.** Regula o provimento de cargos e dá outras providências. Brasília, DF, 09 jul. 1968. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5473.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5473.htm). Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.791, de 09 de junho de 1980.** Institui o Dia Nacional da Mulher. Brasília, DF, jun. 1980. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6791.htm)

[1988/L6791.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6791.htm). Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.189, de 4 de junho de 1984.** Altera a redação do art. 379, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF, 04 jun. 1984. Brasília, DF, 04 jun. 1984. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7189.htm). Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985.** Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 29 ag. 1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1980-1988/L7353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7353.htm).

Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989.** Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Brasília, DF, 28 jun. 1989. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7783.htm#art18](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7783.htm#art18). Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989.** Altera e Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7855.htm).

Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF, 30 set. 1997. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm). Acesso em: 02 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999.** Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília,

DF, 26 maio 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9799.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9799.htm). Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF, 15 maio 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm). Acesso em: 02 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei n 12.353, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências. Brasília, DF, 28 dez. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12353.htm). Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. IBGE- Diretoria Técnica. Departamento de Divulgação Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil -1973**. Rio de Janeiro, RJ vol.34, p. 1-964, 1973. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1973.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1973.pdf) . Acesso em: 09 out. 2018.

BRASIL. **PL 3980/2000**. Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. [2000]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20552>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Portaria n. 3.296, de 03 de setembro de 1986**. Autoriza as empresas e empregadores a adotar o sistema de Reembolso-Creche, em substituição à exigência contida no § 1º do artigo 389, da CLT. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 05 set. 1986. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181137>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia. De Gutenberg à Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. *In*: FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e Trabalho**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, 1994.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru/SP: Edusc, 2004.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do Trabalho da Mulher**: aspectos histórico-sociológicos do início da República ao final deste século. São Paulo: Ltr, 2000.

CANEDO, Leticia Bicalho. **Bancários**: movimento sindical e participação política. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1986.

CANEDO, Leticia Bicalho. **O sindicalismo bancário em São Paulo**: 1923-1944, seu significado político. São Paulo: Símbolo, 1978.

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de São Paulo** (1921-1981). São Paulo: Impres, 1981.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, n. esp., out. 1994.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CASTRO, Maria Sílvia Portella de. O sindicalismo na construção da democracia brasileira: A experiência e perspectivas da CUT. *In*: HELLMANN, Michaela *et al* (Org.) **Movimentos sociais e Democracia no Brasil**: “sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero/ILDEFES LABOR, 1995.

CAVICCHINI, Alexis. **A história dos bancos no Brasil**: das casas bancárias aos conglomerados financeiros. Rio de Janeiro: Cop Editora, 2007.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COCKBURN, Cinthia. Os homens e a geração de mudanças. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 399-440, 1998.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos pagu**, n. 6/7, p.35-50, 1996.

CORREIA, Maria Aparecida Antero *et al*. Igualdade de Oportunidades: conquistas do sindicalismo-cidadão na categoria bancária. *In*: ZIMMERMANN, Neusa de Castro; MOREIRA, Tereza. **Reflexões sobre a Diversidade no Mundo do Trabalho**. Brasília: Publicação do Fundo para Igualdade de Gênero – FIG, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – ACDI/CIDA, 2004.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al*. **Memórias das Mulheres do Exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, Vol. 2.

COSTA, Edmilson Silva. **A Política Salarial no Brasil, 1964-1985**: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. 1996. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

COSTA, Glaucia Dias da. **Vida noturna e cultura urbana em Florianópolis** (décadas de 50, 60 e 70 do século XX). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. **Veja o Feminismo em Páginas (Re)viradas** (1968-1989). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DELGADO, Didice; CAPELLIN, Paola; SOARES, Vera (Org.). **Mulher e Trabalho**: experiências de ação afirmativa. São Paulo: ELAS/Boitempo Editorial, 2000.

DELGADO, Didice Godinho *et al.* 20 anos da política de gênero da CUT. *In*: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de *et al.* **Mulheres na CUT**: Uma história de muitas faces. São Paulo: CUT Brasil, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, Vol.4.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano**: O tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Vol.2.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. **A Organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores** - A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

DELGADO, Maria Berenice Godinho; SOARES, Vera. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. *In*: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos sociais e Democracia no Brasil**: “sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero /ILDEFES LABOR, 1995.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB pós-1930. 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 08 out. 2018.

DIEESE. **Os Rostos dos Bancários**: mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro. São Paulo: DIEESE, 2001.

DIEESE. **Participação das mulheres nas entidades sindicais** – CONTRAF/CUT (pesquisa em andamento). São Paulo: DIEESE, fev. 2019.

DIEESE. **Profissão Bancário**: perfil da categoria. São Paulo: DIEESE, jun. 1980. Disponível em: [www.dieese.org.br/cedoc/003117.pdf](http://www.dieese.org.br/cedoc/003117.pdf). Acesso em: 10 out. 2018.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen da Silva**: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

EARP, Fábio de Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luiz (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, Vol.4.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**: O século XX. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991, Vol. 5.

ESBOÇOS: revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis, vol. 14, n. 17, jun. 2007. ISSN 1414-722x versão impressa. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/84>. Acesso em: 05 jun. 2018.

FANELLI, Ana García de; GOGNA, Mónica; JÉLIN, Elizabeth. **El empleo del “cuello rosa” en La Argentina**: El caso de um banco estatal”. Documentos Cedes/24, Buenos Aires, Cedes, 1989.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e Moças para um bom partido** (a construção das elites – Itajaí, 1929-1960). 2 ed. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

FÁVERI, Marlene de. “O Mundo é das Mulheres” – Heloneida Studart e o Feminismo na Revista Manchete. **Ártemis**, v. 18, p.103-115, 2014.

FEBRABAN. **Censo da Diversidade 2014**. São Paulo: Febraban, 2014. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Censo%20da%20Diversidade%202014%20-%20Apresentacao%20Final%20-%2003-11-14.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FEBRABAN. RELATÓRIO ANUAL 2001. São Paulo: Febraban, 2001. Disponível em: [http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/balanco\\_Social\\_2001.pdf](http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/balanco_Social_2001.pdf). Acesso em: 05 dez. 2018.

FEBRABAN. RELATÓRIO ANUAL 2017. São Paulo: Febraban, 2017. Disponível em: <https://relatorioanual2017.febraban.org.br/pt/index.html>. Acesso em: 05 dez. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. **Convenção Coletiva de Trabalho 2000/2001**. São Paulo: Fenaban/CNB, 2001. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/convencoes>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS; CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO RAMO FINANCEIRO. **Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2018**. São Paulo: Fenaban/Contraf, 2016. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/convencoes>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Vol. 3.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. *In*: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FERREIRA, Verônica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 10/11, p 55-81, 1998.

FERREIRA, Verônica Clemente. **Sindicatos: Espaços para atuação das mulheres?** Um Estudo sobre a participação das mulheres em Sindicatos Filiados à Central Única dos Trabalhadores num cenário de Reestruturação Produtiva (1986-1990). 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *In*: **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, Vol. 4.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *In*: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres – Organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História do Banco do Brasil** (primeira fase – 1808-1835). Brasília: Banco do Brasil, 1973, Vol. I.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GASPAR, Neusa Maria. **Ciranda de Poemas**. Londrina/PR: Grafmark, 1983.

GASTALDO, Édison. A representação do espaço doméstico e papéis de gênero na publicidade. *In*: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara Rejane. **Gênero em discursos da mídia**. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: Edunisc/Editora das Mulheres, 2005.

GEROLETI, Elisângela Carlos. **(Im)possibilidade de extensão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT ao trabalhador homem**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2017.

GEROLETI, Luciana Carlos. **De normalistas a bancárias**: A profissionalização das mulheres nos bancos (1960-1980). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GEROLETI, Luciana Carlos. De normalistas a bancárias: caminhos da profissionalização das mulheres no sul do Brasil (1960-1980). **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, vol. 18, n.1. jun. 2018. Disponível em: <https://www.anuarioiha.fahce.unlp.edu.ar/article/view/IHAe065/9636>. Acesso em: 25 jan. 2019.

GEROLETI, Luciana Carlos. **Entre a bela e a bancária**: Memórias e representações femininas de mulheres bancárias. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. **Revista Estudos Feministas**, vol.4, n. 1, 1996.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo**: A metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista - Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de A mulher na sociedade de classes. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 27, p. 70-81, 2º sem. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18768>. Acesso em: 02 dez. 2018.

GONZÁLES, Jesús. El sufragismo británico: narraciones, memoria e historiografía o caleidoscopio de la historia. **Ayer**, n. 68, p. 273-306, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41325316>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GOULART, Marianna. Entrevista Embaixadora Thereza Quintella. **Revista Sapiencia**. Ano 07, n. 32, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.cursosapiencia.com.br/admimg/siteRevistas/RevistaSapiencia-Edicao32.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17. n. 1, p. 215-241, 2009.

HESS, Jake *et al.* **The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution**. Washington: World Bank Group, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/06/The-Global-Findex2017.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687>. Acesso em: 25 out. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>. Acesso em: 10 out. 2018.

JESUS, Damásio E. de; GOMES, Luiz Flávio (Coord.). **Assédio Sexual**. São Paulo: Saraiva, 2002.

JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil**. São Paulo: Global, 2005.

JUNCKES, Ivan Jairo. **O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

KAREPOVS, Dainis. **A história dos bancários: Lutas e conquistas (1923-1993)**. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região, 1994.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. Trabalho feminino, Trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. *In*: BULPORT *et al.* (Org.). **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **Erotismo na cultura dos anos 1980**: Censura e Televisão na Revista Veja. 2008. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, Ana Márcia Braga. **Convenção Coletiva de Trabalho**. São Paulo: Blucher, 2008.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de *et al* (Org.). **Mulheres na CUT**: Uma história de muitas faces. São Paulo: CUT Brasil, 2006.

LIPOVESTSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOBO, Beth. A vida como obra. **Cadernos Pagu**, n.12, p. 55-58, 1999.

LOYOLA, Maria Andréa *et al*. **Aids e Sexualidade**: O ponto de vista das ciências humanas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Raquel Florentina Silveira da. **[Correspondência]**. Destinatário: Luciana Carlos Geroleti. Florianópolis, 21 jun. 2012.

MACKINNON, Catharine A. **Sexual Harassment of Working Women**: a case of sex discrimination. New Haven: Yale University Press, 1979.

MACKINNON, Catharine A; SIEGEL, Reva B. **Directions in Sexual Harassment Law**. New Haven: Yale University Press, 2012.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 16, n. 2, p. 463-488, maio/ag. 2008.

MATTOS, Marcelo Bardaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS; Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 4.

MIANI, Rozinaldo Antoni. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 8, n. 18, 2016.

MICK, Jacques. **Sessenta**: Uma história, 1935-1995. Florianópolis: SEEB de Florianópolis e Região, 1995.

MILLS, Charles Wright. **A nova classe média (white collar)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros e associações de classe do sistema financeiro. *In*: MENDONÇA, S.R. de (Org.). **O Estado Brasileiro**: Agências e Agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 2 sem. 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Família e feminismo**: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. 1981. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em movimento**: O balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição feminina, 1985.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MORGADO, Fernando. **Almanaque Fernando Morgado Televisado**. Rio de Janeiro: televisionado.wordpress.com, 2008. Disponível em: [https://televisionado.files.wordpress.com/2008/12/almanaque\\_fernandomorgado\\_televisado.pdf](https://televisionado.files.wordpress.com/2008/12/almanaque_fernandomorgado_televisado.pdf). Acesso em: 05 nov. 2018.

MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma mulher impossível**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2000.

MUSEU HISTÓRICO BRADESCO. **Moças Bradesco**. 2017.

NECKEL, Roselane. “‘Entra, menino’, ‘Xô galinha’ e ‘Sim, senhor!’: entrevista com Heloneida Studart. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 265-269, jan./abr. 2008.

NECKEL, Roselane. **Pública vida íntima**: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

NEIA, Vitor Hugo Silva. **Visita e agendamento de pesquisa**. Destinatário: Luciana Carlos Geroleti. 17 jun. 2017. 6 mensagens eletrônicas.

NICHNIG, Cláudia Regina. **Mulher, mulheres, mulherio** – Discursos, resistência e reivindicações por direitos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.8, n.2, 2000.

NOBREGA, Cristóvão Barcelos da. **História do Imposto de Renda no Brasil**, um enfoque da pessoa física, 1922-2013. Brasília: Receita Federal, 2014. Disponível em: <https://www.ibet.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Imp.-Renda.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: n.10, p.7-28, dez. 1993.

NOVELLI, José Marcos Nayme. **Instituições, política e ideias econômicas**: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

OLIVEIRA, Julia Glaciela da Silva. **União das Mulheres de São Paulo**: feminismo, violência de gênero e subjetividades. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

OLIVEIRA, Laura Machado de. O assédio sexual sob a ótica trabalhista: um estudo comparado ao direito penal. **Cognitio Juris**, João Pessoa, Ano I, n. 2, ag. 2011. Disponível em: <http://www.cognitiojuris.com/artigos/02/07.html>. Acesso em: 28 jan. 2019.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **Beleza**: Uma questão de gênero. Rupturas e continuidades na instituição de diferenças entre homens e mulheres. Uma leitura a partir da imprensa (1950-1990). 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação/USP**. São Paulo, v.14, n.1., p. 43-52, jan./jun.1988. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402>. Acesso em: 15 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. 1979. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/direito-internacional/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher. 1953. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-da-Mulher/convencao-sobre-os-direitos-politicos-da-mulher.html>. Acesso em: 09 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher – Pequim. 1995. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf). Acesso em: 09 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 100 relativa à igualdade de remuneração. 1951. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_235190/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235190/lang--pt/index.htm). Acesso em: 05 nov. 2018

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 111 concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão. 1958. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242717/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242717/lang--pt/index.htm). Acesso em: 05 nov. 2018.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1973. Vol. II.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1973. Vol. III.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1973. Vol. IV.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PATEMAN, Carole. Confusões patriarcais. *In*: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n. 52, jul./dez. 2006.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda” – corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PENA, Maria Valéria Juno. **Mulheres e Trabalhadoras**: Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Correa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n. 18, p. 9-18, ag./set. 1989.

PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalhando no banco**: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920. 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIONEIRAS e Vitoriosas. **Jornal de Brasília**. 08 mar. 2011.  
Disponível em: <http://suaveolens.blogspot.com/2011/03/primeira-mulher-do-comercio-brasiliense.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

PROFI: Pró-equidade de gênero no Banco do Brasil. **Suplemento Especial**. Brasília: UNIBB, set. 2010.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RAMOS, Sílvia. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

RECH, Solange. **A história da FENABB**. Brasília: Athalaia, 2000.

RECOARO, Deise *et al.* A igualdade de oportunidades na campanha salarial 2000 da categoria bancária. *In*: ZIMMERMANN, Neusa de Castro (Edit.). **Sistematizando caminhos: Transposição de obstáculos e ocupação de espaços no mundo do trabalho**. Brasília: Fundo para a Igualdade de Gênero Brasil-Canadá, 2003.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessituras de Destinos: Mulher e educação, São Paulo 1910-1930**. São Paulo: EDUC, 1993.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n.54, dez. 2007.  
ISSN 1806-9347 versão online. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0102-018820070002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 jun. 2018.

REVISTA DOS BANCÁRIOS DO ABC. Santo André, SP: Sindicato dos bancários do ABC, mar. 2009, Ed. Especial. Disponível em: [https://www.bancariosabc.org.br/documentos/BancáriosABC\\_bx.pdf](https://www.bancariosabc.org.br/documentos/BancáriosABC_bx.pdf). Acesso em: 10 out. 2018.

RIBEIRO, Benedito; GUIMARÃES, Mário Mazzei (Org.). **História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil**. São Paulo: Pro-service Ltda, 1967.

RIBEIRO, Paulo Cesar. **História da Caixa Econômica Federal de São Paulo (1875-1970)**. São Paulo: Editora Memória, 1997.

RODRIGUES, Alcinei Cardoso. **Emprego Bancário no Brasil e a Dinâmica Setorial (1990 a 1997)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil**: São Paulo; Annablume; Fapesp, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O sindicalismo nos anos 80: Um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, 4 (1), p. 11-19, jan./mar. 1990.

RODRIGUES, Maria Isabel Baltar da Rocha. **Política Demográfica e Parlamento: Debates e Decisões sobre o Controle da Natalidade**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. *In*: FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia; PAHIM, Regina Pinto. **A educação da Mulher**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

RUDÉ, George. **A multidão na História**. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. 2 ed. RJ: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Sempre Bela". *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis, de 1950-1970**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. De perfumes aos pós: a publicidade como objeto histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 299-324, dez. 2012.

SANTOS, Eliana Maria dos. **A construção de relações igualitárias no trabalho: A experiência sindical bancária**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

SANTOS, Yumi Garcia. Implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu** (27), p. 401-426, jul./dez. 2006.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ, ano/vol. 12, n. 02, 2004.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. Tradução: Lúcia Haddad. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n.º 16, p. 297-325, fev. 1998.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: O século XIX**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991, Vol. 4.

SCOTT, Joan W. **Gênero e História**. Tradução: Consol Vilà I. Boadas. México: FCE, Universidade Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, p.73-99, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SCOT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 13, n.1, p.11-30, jan./abril. 2005.

SEGNINI, Liliana. **A liturgia do poder**. São Paulo: EDUC, 1988.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SÉRGIO, Lisa. **Uma medida cheia**: a vida de Lena Madesin Philips, extraída de sua autobiografia. São Paulo: Sebrae, 2008.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Org.). **Mulher e Trabalho**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...** As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 35 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

SILVA, José Carlos da. **Reforma e Persistência da Estrutura Sindical de Estado**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SILVA, Salete Maria da. **A Carta que elas escreveram**: A participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Edunesp, 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme. Políticas de Gênero na Segunda Guerra Mundial: as roupas e a moda feminina. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, v.25, n.2, jul/dez 2012.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **90 anos fortalecendo a democracia: Bancários de São Paulo 1923-2013**. São Paulo, 2013.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS – SP; GEP-URPLAN. **Paramos São Paulo, sacou? A participação dos bancários paulistas na greve que parou o Brasil em 85**. São Paulo: SEEBSP/GEP-URPLAN, 1986.

SIQUEIRA, Frailda Brito Garboggini. **A mulher margarina: uma representação dominante em comerciais de TV nos anos 70 e 80**. 1995. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

STUDART, Heloneida. **Mulher, objeto de cama e mesa**. 8ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1974.

SOARES, Vera. Acordos coletivos e as trabalhadoras. *In*: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org.). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 2, nº especial, p. 11-24, 2º sem. 1994.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 282-300, 2007.

SOIHET, Raquel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezanove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: SMC: Editora Brasiliense, 1991.

STRONG, Steven Michael. **Why US Financial Workers are Unorganized: The 19th century origins of a current problem**” (Por que os trabalhadores do setor financeiro dos EUA não são sindicalizados? Um problema atual com raízes no século XIX). 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

STUDART, Heloneida. **Heloneida Studart** (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista47.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches. *In*: FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; GOULART, Ana Lúcia (Org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil -ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975 – 1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. The Memory and history debates: some international perspectives. **Oral History**, Vol. 22, n.2, p.33-43, out. 1994. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/40179363?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/40179363?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 22 dez. 2015.

TOSI, Alberto *et al.* (Org.). **Bancários: 60 anos de história (1934-1964)**. Vitória: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995.

TOURINHO, Rita. **Concurso público no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TRAVERSSO, Enzo. História e memória. Notas sobre um debate. *In*: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **História recente: perspectivas y desafios para un campo em construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 67 - 96.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5... A FIESP e o desenvolvimentismo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1986.

VIDOTTO, Carlos Augusto. **O sistema financeiro brasileiro nos anos noventa: um balanço das mudanças estruturais**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

WERNECK, Dorothea. **... Apesar de ser mulher**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

WIDHOLZER, Nara Rejane. A publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero: abordagem lingüístico-discursiva. *In*: FUNCK, Susana Bornéo; WILDHOLZER, Nara Rejane. **Gênero em discursos da mídia**. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: Edunisc/Editora das Mulheres, 2005.

ZAMBERLAN, Fábio Luiz; SALERNO, Mario Salerno. Racionalização e Automação: A organização do trabalho nos bancos. *In*: FLEURY, Afonso Carlos Correia.; VARGAS, Nilton (Org.). **A organização do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1983.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro; MOREIRA, Tereza (Org.). **Reflexões sobre a Diversidade no Mundo do Trabalho**. Brasília: Publicação do Fundo para Igualdade de Gênero – FIG, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – ACDI\CIDA, 2004.